

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

***ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA:
A FORMAÇÃO DO MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURAIS SEM TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO***

BERNARDO MANÇANO FERNANDES



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

***ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA:
A FORMAÇÃO DO MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURALS SEM TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO***

BERNARDO MANÇANO FERNANDES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da F. F. L. C. H. da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

São Paulo, março de 1994.

Para Irineo Maçano (in memoriam) e
para Leonor Fernandes Maçano,
camponeses sem terra que migraram
para a cidade na esperança de uma
vida melhor.

Para Ana, minha companheira de vida
e de esperança.

AGRADECIMENTOS

Para a realização desta dissertação contamos com a valiosa contribuição de muitos companheiros que, de diferentes formas, participaram dessa caminhada.

Aos mestres:

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, por me ensinar os caminhos do aprender, da pesquisa e da construção do conhecimento. Pelo apoio e disponibilidade constantes com que contei durante esses oito anos de trabalho.

Regina Sader, pelas experiências vividas na sala de aula e na Pré-Amazônia Maranhense. Pelas contribuições durante o exame de qualificação.

Lilian Coltrinari, por ter me iniciado na pesquisa. Pelo carinho e pelas cobranças que me fizeram pesquisador.

Arlete Moysés Rodrigues, com quem, durante dois anos na Diretoria Executiva da AGB, aprendi lições de vida e de política. Companheira de luta na cidade e no campo que, também, muito contribuiu durante o exame de qualificação.

Aos trabalhadores rurais Sem Terra:

Laudenor, Segura, Cida, João Savedra, Luiz Sinézio, Dona Tereza, João Calixto, João Lourenço, Ulisses, Jorge, Lafaiete dos assentamentos de Sumaré I e II.

Lourival e Bernardo do assentamento de Porto Feliz.

Benê, Adelino, João Pereira, Zé Carlinho e Cida do assentamento Pe. Josimo Tavares dos Santos.

Geraldo e Genivaldo do Projeto Liberdade.

Delwek do assentamento Pirituba - área I. Serrinha da área III. Edilson da área IV e a Dona Ilda e o Hélio da área V.

Mané Carrasco, Angelito e Valentin do Assentamento Santa Clara. Deolinda, Zé Rainha, Valter, Bil, Mineirinho, Zelitro, Venzel, Márcio, Cleuza e Neuza do acampamento União da Vitória.

João Pereira, Daniel e Zé Alencar do ex - acampamento João Batista da Silva.

Miguel do acampamento da fazenda Jangada.

Vilma e Toninho Werneck do assentamento da fazenda Ipanema.

Pela paciência e carinho com que me hospedaram em suas casas ou em seus barracos e por concederem as entrevistas. Pelas suas memórias vivas que consultei várias vezes durante a realização desse trabalho. Quero agradecer também pelos documentos cedidos.

Aos companheiros da Secretaria Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em São Paulo:

Estevo e Deise, pelas entrevistas e pelos documentos cedidos e enviados. Por ter me confiado este material de grande importância para a execução desse trabalho.

Angelo Perugini, pelas entrevistas e pela alegria.

Ao Casa Grande, Jânio e Ademir, pelas informações a qualquer momento.

Aos companheiros da Secretaria Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:

João Pedro, pela entrevista sobre a história do MST, pelos textos enviados e também é claro pelas piadas.

Tunico e Neuri, pelas contribuições que trocamos, principalmente os vídeos e as fotos.

Aos companheiros do Coletivo Nacional de Educação e do DER:

Edgar e Roseli com quem tenho trocado experiências nos caminhos do saber, nos encontros, nas escolas de assentamentos e de acampamentos.

Aos companheiros do Coletivo Estadual de Educação:

Vilma, Cida, Dirceu, Genivaldo, Gilberto, Zelitro, que, durante a realização de seus trabalhos, tiveram tempo para responder a todas as perguntas e, com muita paciência, estiveram sempre à disposição.

Aos companheiros da CPT:

Padre Naves e Frei Pedro pelas lições de vida e de esperança durante essa caminhada.

E por falar em caminhada, agradeço também o Pe. ZÉ Alves pelo nosso estradar. Ao Pe. João pela atenção durante as entrevistas demoradas.

Aos colegas da Faculdade de Ciências e Tecnologia:

Raul, juntos na mesma caminhada, estudando e debatendo Lefebvre e Raffestin.

Thomaz, companheiro de pesquisa, pelas discussões que nunca terminamos.

Magaldi, pelo apoio, carinho e confiança.

Eliseu, Carminha, Jairo, Márcio, Margareth, Armando, Fátima, Neide, João Lima, Messias, Claudemira, Chicão e Miguel que, de diversas formas, me apoiaram durante o período de elaboração dessa dissertação.

Denise, Lúcia, Ana e Dirce, pelo apoio e o carinho que foram fundamentais no período de gestação deste trabalho.

Márcia, Lindomar, Rose e Lucilene que no processo de realização de suas monografias, também contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos funcionários da biblioteca da FCT, que não mediram esforços para localizar e conseguir muitos livros e teses utilizados neste trabalho. Ao pessoal do Xérox que sempre esteve de prontidão para me atender.

Aos companheiros pesquisadores e batalhadores dessa vida:

Sonia Bergamasco e Terezinha D'Aquino, pelos dados da Pesquisa "Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos no Estado de São Paulo" e também pelas excelentes indicações sobre a bibliografia referente à pesquisa.

Rene Parren da Paróquia Nossa Senhora das Graças em Andradina, memória viva da história da luta pela terra no estado de São Paulo, pela paciência em me atender em todos os momentos que eu precisei. Agradeço também pelos documentos que me foram enviados.

Lurdes Azedo, pelas informações e pelo dados sobre a luta pela terra no Pontal.

Meire Orlandini, pelos processos e outros documentos que foram de grande importância para compreendermos o lado da "justiça".

Glória Miller, pela disponibilidade e atenção com que leu e releu esse trabalho.

Maria Antonia, pela companhia na caminhada de construção de nosso próprio espaço.

Manuel Egídio, pela atenção e o apoio que me ajudaram a "fechar a porteira", dando a forma final para essa dissertação.

E por fim, à CAPES, pelo auxílio financeiro via bolsa de estudos, sem a qual a realização dessa pesquisa não seria possível.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	12
Os conceitos de espaço social e lugar social.....	12
O ponto de partida e de retorno.....	19
1 - AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA AGRICULTURA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA.....	24
1.1 - O desenvolvimento do capitalismo na agricultura.....	24
1.2 - O regime militar e sua política de desenvolvimento agropecuário.....	26
1.3 - O aumento da intensidade do caráter concentrador da terra.....	32
1.4 - As transformações recentes na agricultura paulista.....	36
1.5 - A luta pela terra, pela reforma agrária e para construir a democracia.....	46
2 - A GÊNESE DO MST NAS NOVAS FORMAS DE LUTA PELA TERRA.....	57
2.1 - As novas formas de luta no campo e na cidade.....	57
2.2 - CEBs: lugar social e espaço de socialização política.....	61
2.3 - A gênese do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	65
3 - A FORMAÇÃO DO MST NO ESTADO DE SÃO PAULO (1979/80 - 1985/86).....	77
3.1 - Os caminhos da luta pela terra.....	77
3.2 - Os posseiros da Primavera.....	79
3.3 - O Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo.....	85
3.4 - Tem grilo no Pontal.....	90
3.5 - Pirituba: a primeira ocupação.....	101
3.6 - O Movimento dos Sem Terra de Sumaré.....	103
3.7 - Na caminhada da luta pela terra: as novas formas de aprendizado.....	114
4 - A FORMAÇÃO DO MST NO ESTADO DE SÃO PAULO (1985/86 - 1992/93).....	120
4.1 - A espacialização da luta pela terra na territorialização do MST.....	120
4.2 - Promissão: da terra prometida à terra definitiva.....	122
4.3 - A luta pela fazenda Timboré: Grupo V - Projeto Liberdade.....	128
4.4 - De volta à Pirituba: o acampamento Olívio Albani.....	133
4.5 - A conquista da fazenda Ipanema.....	136
4.6 - O MST no Pontal do Paranapanema.....	137
4.7 - Getulina: o acampamento fazenda Jangada.....	157
5 - ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA.....	168
5.1 - A multidimensionalidade do espaço de socialização política.....	168
5.2 - O espaço comunicativo.....	170
5.3 - O espaço interativo.....	173
5.4 - O espaço de luta e resistência.....	178
5.5 - A territorialização da luta pela terra e da luta pela reforma agrária.....	181
BIBLIOGRAFIA.....	194

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 -	Os maiores latifundiários do Brasil	35
Tabela 2 -	Assentamentos rurais realizados no Estado de São Paulo (1980-1985)	41
Tabela 3 -	Região do Pontal do Paranapanema – Áreas de terras devolutas e a discriminar	127
Tabela 4 -	Brasil – Assentamentos de reforma agrária (1995)	183
Tabela 5 -	Estado de São Paulo – Assentamentos reforma agrária (1980-1993).....	184
Tabela 6 -	Estado de São Paulo – Reassentamentos rurais (1983-1992)	185
Tabela 7 -	Estado de São Paulo – Acampamento do Trabalhadores Rurais Sem Terra	186

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1 -	Local onde foi montado o acampamento da gleba Macali - Ronda Alta/RS.....	67
Foto 2 -	O grupo IV na via Anhanguera - início da caminhada.....	125
Foto 3 -	Assentamento Pe. Josimo - a primeira colheita de arroz.....	127
Foto 4 -	Assentamento Pe. Josimo - inauguração da COPAJOTA.....	127
Foto 5 -	Segunda Ocupação da fazenda São Bento.....	144
Foto 6 -	Reocupação da fazenda São Bento (barraco modular)	152
Foto 7 -	Reocupação da fazenda São Bento (ao fundo o assentamento Santa Clara).....	152
Foto 8 -	Reocupação da fazenda São Bendo (trabalho de mutirão).....	154
Foto 9 -	Reocupação da fazenda São Bento (plantar e defender a terra).....	155
Foto 10 -	Reocupação da fazenda Canaã.....	156
Foto 11 -	Ocupação da fazenda Jangada (a fronteira entre o espaço de luta e resistência e a base militar).....	161
Foto 12 -	Ocupação da fazenda Jangada (início do enfretamento).....	162
Foto 13 -	Ocupação da fazenda Jangada (trabalhador devolvendo a bomba de gás lacrimogênio).....	162
Foto 14 -	Despejo das 2.500 famílias.....	163

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 -	Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1980)	186
Figura 2 -	Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1983)	187
Figura 3 -	Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1984)	187
Figura 4 -	Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1985)	188
Figura 5 -	Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1986)	188
Figura 6 -	Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1987)	189
Figura 7 -	Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1988)	189
Figura 8 -	Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1989)	190
Figura 9 -	Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1990)	190
Figura 10 -	Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1991)	191
Figura 11 -	Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1992)	191
Figura 12 -	Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1993)	192
Figura 13 -	Acampamentos no Estado de São Paulo – Fevereiro de 1994	192

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Brasil – Aumento percentual do número de estabelecimentos e da área ocupada (1940-1970)	33
Gráfico 2 -	Brasil – Aumento percentual do número de estabelecimentos e da área ocupada (1970-1985)	33
Gráfico 3 -	Estado de São Paulo - Aumento percentual do número de estabelecimentos e da área ocupada (1970-1985)	37
Gráfico 4 -	Estado de São Paulo – Pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas (1970-1985)	39
Gráfico 5 -	Estado de São Paulo – Pessoal ocupado nos estabelecimentos com menos de 100 ha (1970-1985)	39
Gráfico 6 -	Estado de São Paulo – Diferença percentual da condição do produtor segundo a propriedade das terras (1970-1985)	40
Gráfico 7 -	Estado de São Paulo – Número de estabelecimentos segundo a condição do produtor posseiro (1970-1985)	42
Gráfico 8 -	Estado de São Paulo – Fluxos migratórios por situação domiciliar....	44
Gráfico 9 -	Estado de São Paulo – Crescimento populacional (1940-1991)	44
Gráfico 10 -	Estado de São Paulo – Componentes do crescimento populacional (1940-1991)	45
Gráfico 11 -	Estado de São Paulo – Distribuição temporal do número de projetos de assentamentos implantados (1980-1995)	185

SIGLAS UTILIZADAS NA DISSERTAÇÃO

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária.
ACISO - Ação Cívico Social.
AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros.
AGB.PP. - Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local Presidente Prudente.
APEOESP - Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.
CAIC - Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora.
CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base.
CESP - Companhia Energética de São Paulo.
CODASP - Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo.
COE - Comando de Operações Especiais.
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
COPAJOTA - Cooperativa de Produção Agropecuária Pe. Josimo Tavares.
CPT - Comissão Pastoral da Terra.
CUT - Central Única dos Trabalhadores.
DAF - Departamento de Assentamentos Fundiários.
DIRA - Divisão Regional Agrícola.
DRF - Departamento de Regularização Fundiária.
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP. Campus de Presidente Prudente.
FEPASA - Ferrovia Paulista S/A.
FETAESP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo.
FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
GEBAM - Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas.
GERA - Grupo Especial da Reforma Agrária.
GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins.
IAF - Instituto de Assuntos Fundiários.
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática.
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo.
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.
LBA - Legião Brasileira de Assistência.
MARA - Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra.
MASTES - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná.
MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná.
MEAF - Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários.
MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização.
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.
PCB - Partido Comunista Brasileiro.
PC do B - Partido Comunista do Brasil.
PIN - Plano de Integração Nacional.
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária.
PROCERA - Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária.
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agricultura do Norte e Nordeste.
PRRA - Plano Regional de Reforma Agrária.
PT - Partido dos Trabalhadores.
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.
SAA - Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.
SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados.
SEAF - Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários.
SJ - Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania - Estado de São Paulo.
SPVA - Superintendência do Plano de Valorização Econômico da Amazônia.
STF - Superior Tribunal Federal.
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
SUPRA - Superintendência de Política da Reforma Agrária.
UDR - União Democrática Ruralista.
UNESP - Universidade Estadual Paulista.
USP - Universidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Os conceitos de espaço social e lugar social.

"Social space implies a great diversity of knowledge".

Henri Lefebvre (1974) 1991: 73

O objetivo dessa introdução é refletir sobre as noções e ou conceitos de espaço social e lugar social no processo de construção das formas de organização dos movimentos sociais. A importância da reflexão sobre esses conceitos se coloca, principalmente, em função do surgimento de inúmeros movimentos sociais a partir de meados da década de 70, e da necessidade de reflexões teóricas sobre suas práticas. No desenvolvimento do processo de construção de novas formas de organização social, durante a repressão executada pelos governos militares e conseqüentemente em função do avanço das lutas populares, diversos cientistas sociais estudaram esses movimentos com o objetivo de compreender a emergência desses novos sujeitos sociais. Diante desse processo as pesquisas avançaram até a (re)elaboração de várias teorias sobre movimentos sociais¹.

Para compreender a emergência dos novos movimentos sociais² é fundamental considerar a existência de uma nova realidade materializada pelas experiências construídas no cotidiano da vida desses sujeitos. É esta forma de desenvolvimento do processo de construção e transformação da realidade, produzida pela materialização da existência social, que entendemos como espaço social.

Para justificar essa afirmação é de grande importância analisar o conceito de espaço social, refletindo sobre seus significados de acordo com as transformações recentes. É nesse processo de transformação que emergem novos campos de investigação, cujo quadro de referências exige a constante análise e elaboração teórico-metodológica. Desta forma, os trabalhos realizados a fim de contribuir para a compreensão dos diversos significados emergentes têm fundamentado as pesquisas em diferentes áreas do conhecimento.

Para a reflexão sobre a noção de espaço social, tomamos como referência **The Production of Space** de Henri Lefebvre. Para este autor,

“[...] o espaço social não é um objeto entre outros objetos, não é um produto entre outros produtos: antes, este concebe objetos produzidos e encerra suas inter-relações na sua coexistência e simultaneidade - sua ordem relativa e relativa desordem... A forma do espaço social é o encontro, a reunião, simultaneidade. Mas que reunião? Ou o que é reunião? A resposta é tudo o que está no espaço, tudo o que é produzido pela natureza ou pela sociedade, igualmente através de sua cooperação ou através de seus conflitos. Tudo: vida, existência, coisas, objetos, trabalho, sinais e símbolos [...] O espaço social per se é imediatamente trabalho e produto - uma materialização da existência social". (Lefebvre, (1974) 1991: 73, 101 e 102). (Tradução nossa).

Da mesma forma também entendemos o espaço social como realidade produzida pela materialização da existência social através do trabalho. Para Lefebvre é na forma do espaço social que a sociedade e a natureza, em suas relações de cooperação e de conflito, geram "a vida, a existência, as coisas, os objetos, o trabalho, os sinais e os símbolos". O que explica o seu processo de desenvolvimento ininterrupto. Esta definição de espaço social possui uma amplitude e complexidade próprias do processo em movimento. Contudo, ao analisarmos o processo em movimento, temos que, necessariamente, encontrar um ponto de partida. Esta é uma tarefa difícil: compreender um processo em movimento. Para tanto, temos que dar conta das diferentes noções que nos permitam acompanhar o processo. **Para realizar este trabalho é indispensável estudar as noções de espaço social, lugar social e movimento social, nas suas interações.** Portanto, é a direção do ponto de partida que, de certa forma, distingue os trabalhos dos cientistas que estudam os movimentos sociais - que são a vida do processo.

À procura de um ponto de partida, e de retorno, resolvemos optar pelo próprio processo. Um caminho para estudar um processo em movimento é através de suas relações. É nas relações que encontramos a gênese em contínua transformação da realidade, ou seja, tempo/espaço imediatos.

A partir dessas concepções, entendemos que o processo de produção/transformação do espaço social é realizado pelo movimento da sociedade que, por sua vez, acontece através das relações sociais na interação sociedade/espaço. Esta interação acontece através do trabalho. A produção do espaço possui a dinâmica do movimento da sociedade. Dessa forma, é no espaço social que estão reunidas todas as coisas e relações para a sua produção/transformação. Neste sentido, o espaço social é

produzido pela sociedade, que nele se reproduz, nos diversos níveis de relações sociais e, assim, se desenvolve através da política, da economia e da cultura, etc.

Nesse contexto, o nosso interesse particular é entender o processo de desenvolvimento das formas de organização construídas por um movimento social, através de conflitos e de enfrentamentos realizados nos diversos níveis das relações sociais. Para compreender melhor este processo, procuramos estudar neste trabalho as dimensões do espaço social. Estas dimensões têm a sua origem no próprio desenvolvimento das ações organizadas por sujeitos sociais na construção, conquista e controle do seu próprio espaço, como **espaço de socialização política**³. Durante o processo, o espaço social se concretiza em lugares sociais, construídos/conquistados na interação do movimento tempo/espaço, onde são geradas as formas de organização dos movimentos sociais, que se desenvolvem até as ocupações reveladas pelos acampamentos realizados na luta pela terra. O movimento social deste estudo é o **MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**.

O espaço social se concretiza geograficamente como lugar social no processo de construção da luta. O lugar social se revela como conquista das condições essenciais para o próprio movimento em transformação. O lugar social é fundamental para a própria reprodução do espaço social que o produz, pois é aí que se desenvolvem as experiências que permitem conquistar o espaço social e transformá-lo. É nesse processo que as lutas avançam e desenvolvem as formas de organização social. De acordo com Silva, o lugar social é "manifestação do espaço social, que contém a consciência social, a sociedade, o trabalho. **O social produz o lugar social e é produzido por este, através do trabalho social**" (Silva, 1991: 30). (Grifo nosso).

Os movimentos sociais, ao construírem a sua forma de organização, produzem o seu próprio espaço. Esse espaço social produzido/construído possui múltiplos significados que podem ser compreendidos pelo seu dimensionamento. O dimensionamento do espaço social nas lutas populares é produzido pelas práticas sociais, construídas na sua essência: o movimento, em seu próprio tempo, ou seja, no tempo das experiências concretas - a práxis - durante o processo de luta e resistência. Produzir o seu próprio espaço significa necessariamente possuir um determinado controle sobre o seu tempo, pois o espaço e o tempo são as formas fundamentais, as condições básicas da existência humana (Oliveira, 1982: 96-108). No capitalismo⁴, historicamente, o trabalho é marcado pela concepção dominante de espaço/tempo, assim o seu controle expressa tanto

domínio quanto resistência (Spósito, 1992: 91). São, portanto, dimensões da construção do processo político-cultural de resistência da luta popular, desenvolvidas no enfrentamento contra uma determinada concepção de "progresso" da sociedade que priva política, cultural, social e economicamente a maior parte dos trabalhadores. O estudo de suas dimensões é de grande importância para se compreender melhor o conceito de espaço social nesse processo. **Logo, movimento social, espaço social e lugar social são noções interativas e fundamentais, que contribuem com a compreensão de parte das transformações da realidade contemporânea.** É exatamente neste ponto que se justifica a realização de novos estudos para a reflexão sobre o espaço social. Do nosso ponto de vista, esta é uma questão emergente e o seu estudo se faz necessário para que possamos avançar em nossas pesquisas. Durante a realização de nossa práxis, levantamos a questão da importância de se compreender o espaço social na história de formação de um movimento social, sem fragmentá-lo e hierarquizá-lo, por entendermos que - dentro desse campo de investigação - a Geografia deve continuar contribuindo, junto com outras ciências, para o entendimento dos movimentos sociais.

No capitalismo, o processo de produção do espaço social determina as suas formas através das relações sociais, que são compreendidas na tríade formada pelo capital, trabalho assalariado e propriedade fundiária. Nesta tríade estão assentadas *"as três grandes classes em que se divide a sociedade burguesa moderna"*. (Marx, 1977: 27). Para explicitar esta relação, contamos com a contribuição de Lefebvre:

"Estes três elementos reunidos na sociedade estão representados como separados, e sua separação tem um sentido objetivo, posto que cada grupo parece receber uma parte determinada da "renda" global da sociedade. Existe, pois, a aparência alienada das relações sociais, aparência que desempenha um papel "real". É a ilusão da separação no seio de uma unidade, a da dominação, do poder econômico e político da burguesia⁵". (Lefebvre, (1972) 1976: 37). (Tradução nossa).

As relações sociais se realizam no processo desigual e contraditório do desenvolvimento do capitalismo na produção do espaço, ou seja, são relações de dominação, expropriação e exploração por parte dos capitalistas e proprietários de terras e de subordinação, resistência e libertação por parte dos trabalhadores. Uma das formas de dominação é o controle do espaço/tempo. A dominação tem como contraparte o processo de resistência e confronto, resultando num conflito permanente entre as classes. Essa relação, além de estar presente no processo produtivo, se exterioriza através das práticas

sociais. São relações inerentemente contraditórias e, portanto, conflituosas e a sua dinâmica se desenvolve e se explicita no processo de produção do espaço. *"Assim o espaço tem a propriedade de ser materializado por um processo social específico que reage a si mesmo e a esse processo. É, portanto, ao mesmo tempo objeto material ou produto, o meio de relações sociais, e o reprodutor de objetos materiais e relações sociais. Dessa maneira, Lefebvre baseia a multiplicidade da articulação sociedade-espaço numa relação dialética"*. (Gottdiener (1985) 1993: 133). Logo, é no interior desse processo desigual que se desenvolvem a exploração econômica, a exclusão cultural e a dominação política, gerando os conflitos e as mais diversas formas de resistência. Conseqüentemente, esse processo representa o fenômeno histórico da luta entre as classes. É exatamente a luta que forma a classe trabalhadora. São as suas experiências que constroem as práticas sociais e que produzem as dimensões do espaço social. Dessas experiências nascem o conhecimento, a consciência, a forma de organização e a resistência, enfim, a identidade de classe, desmitificando a aparência e transformando/conquistando uma nova realidade social. Neste sentido é de grande importância o trabalho de Thompson, quando afirma:

"Não vejo a **classe** como uma **"estrutura"**, nem mesmo como uma "categoria", mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas... Pois estou convencido de que não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma **formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico.**" (Thompson, (1963) 1987: 9-12). (Grifos nossos).

Partindo dessa concepção, para entendermos esse processo, é fundamental analisar a luta numa perspectiva dialógica, como afirma Martins ao enfatizar que *"nem sempre temos tido a humildade de reconhecer que o movimento, o desenrolar da História, o fazer-se, representam para os cientistas sociais desafios teóricos e metodológicos que não podem ser enfrentados com esquematismos e menos ainda com os esquematismos estruturalistas que baniram a concepção de contradição e a de processo"*. (Martins, 1984: 13). Portanto, ao trabalharmos com a idéia de processo no estudo da formação de um movimento de trabalhadores na luta pela terra, torna-se fundamental compreender a interação espaço social/movimento social/lugar social. Esse deve ser o caminho para se dar conta da concepção dialética de processo.

É desse ponto de vista que pretendemos estudar esse processo, ou seja, entendendo o espaço social como realidade produzida pelas relações sociais entre as

classes, e o lugar social, onde se desenvolvem as experiências que constroem o Movimento em questão.

Segundo Gottdiener, a idéia de "*processo nos torna conscientes das forças que reduzem o espaço aos blocos de reprodução reprodutíveis, homogêneos, da sociedade de massa exigidos pelas forças dominantes. Conseqüentemente, em resposta ao espaço abstrato, que é fragmentado, homogêneo e hierárquico, reafirma-se na sigularidade do espaço personalizado e coletivizado, e surgem conceitos orgânicos de integração espacial como espaço pessoal, espaço social, a imagem do espaço, espaço residencial e mesmo espaço global*".

Segundo Lefebvre, essa designação ativa de espaço, essa divisão e reivindicação do espaço por uma multidão de atores e instituições produziu uma "explosão de espaços" - a articulação múltipla das relações sociais estratificadas com o espaço. Essa explosão de distinções espaciais muito bem afinadas entre pessoas e grupos da sociedade resulta num caos de espaços contraditórios que proliferam as fronteiras em que aparece o conflito sócio-espacial. Não se pode reduzir tal conflito a meras reflexões da luta de classes ou ao seu deslocamento para domínios fora do local de trabalho, como afirmam muitos marxistas, mas ele representa, em vez disso, diferenças concretas entre pessoas em consequência da dominação do espaço abstrato sobre o espaço social em nossa sociedade atual. Incontáveis exasperações sociais permeiam as relações sociais em cada nível: o pessoal, o comunal, o regional e o global. Como assinala Lefebvre:

“Nem o capitalismo nem o Estado podem manter o espaço caótico e contraditório que produziram. Somos testemunhas, em todos os níveis, dessa explosão de espaço. No plano do imediato e do vivido, há uma explosão de espaço por todos os lados, seja ele espaço vivo, espaço pessoal, espaço escolástico, espaço de prisão, espaço de exército ou espaço de hospital. Em toda parte, as pessoas estão compreendendo que as relações espaciais são também relações sociais [...]

Para Lefebvre, o conflito produzido pelos antagonismos espaciais atravessa as linhas de classe, porque não é produzido apenas por relações de produção. A principal contradição espacial da sociedade é a confrontação entre espaço abstrato, ou a exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o Estado, e o espaço social, ou o espaço de valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes na vivência diária". (Gottdiener, (1985) 1993: 130-131).

Esta análise da produção do espaço de Lefebvre feita por Gottdiener é de grande contribuição para nossa reflexão sobre os significados do conceito de espaço social e as suas dimensões, na perspectiva de compreender o seu status dialético. Desta forma,

para trilhar o caminho do pensamento de Lefebvre, "*devemos superar dialeticamente o pensamento funcionalista da análise marxista e transformar seus conceitos pela introdução de uma dimensão espacial*". Como Lefebvre afirma:

“Hoje, as transformações científicas e tecnológicas do mundo moderno tornam inevitável um reexame do pensamento marxista. Eis minha teoria: Todos os conceitos marxistas são considerados a um nível superior sem qualquer estágio num desaparecimento da teoria. O reexame dos conceitos marxistas se desenvolve otimamente quando se leva em plena conta o espaço.

Segundo Lefebvre, porém, para levar a cabo essa reformulação teórica, o pensamento marxista deve renunciar à sua ênfase sobre o economicismo... De fato, segundo ele, a solução humanista implica um fim da alienação através de uma abordagem revolucionária da vida cotidiana e da produção do espaço". (Gottdiener, (1985) 1993: 133-134).

Tendo como ponto de partida estas reflexões teóricas, estudamos a gênese e a formação do MST no conjunto das transformações recentes da agricultura. Dessa forma, no primeiro capítulo procuramos analisar no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo o aumento da intensidade do caráter concentrador da terra, a partir da implantação da política de desenvolvimento agropecuário pelos governos militares. Nesse capítulo estudamos, também, as transformações recentes na agricultura paulista e, neste contexto, o surgimento das novas lutas pela terra e a luta pela reforma agrária.

No capítulo 2, estudamos a gênese do MST no processo de construção das novas formas de luta no campo e na cidade. Analisamos também a importância histórica das CEB's como lugar social e espaço de socialização política.

No terceiro e quarto capítulos analisamos dois períodos do processo de formação do MST/SP. O primeiro período corresponde desde sua gênese, na luta dos posseiros da Primavera, passando pelas diferentes experiências dos movimentos sociais na luta pela terra, até a emancipação do Movimento nos anos 1985/86. No segundo período, de 1985/86 até 1992/93, estudamos o processo de espacialização da luta pela terra na territorialização do MST.

No capítulo 5, continuando a reflexão iniciada nesta introdução, procuramos sistematizar as nossas análises sobre as experiências do MST durante a construção de sua forma de organização social no processo de luta pela terra. Neste processo são construídas, em determinados lugares sociais, as dimensões do espaço de socialização política, necessárias para o desenvolvimento das experiências, da formação, da luta e da resistência na conquista de frações do território, que permitem a espacialização de práticas e formas

de luta e, conseqüentemente, a territorialização do MST. Estudar o processo de espacialização e territorialização é o objetivo deste trabalho.

Assim reencontramos o nosso ponto de partida e de retorno, ou seja: o real e a análise do processo.

O ponto de partida e de retorno.

A necessidade dessa reflexão sobre os conceitos de espaço social e lugar social, nasceu quando iniciei as pesquisas sobre o MST, em 1986, observando o desenvolvimento das suas lutas, participando das reuniões nas comunidades eclesiais de base, nos diversos acampamentos, nos assentamentos, nos sindicatos, no partido, nas escolas, nas Secretarias de Estado, no Palácio do Governo, com os latifundiários. E mais, participando das caminhadas, das celebrações, das romarias, dos encontros estaduais, dos encontros nacionais, dos congressos, visitando acampamentos e assentamentos, entrevistando, conversando, fotografando, filmando, registrando, lendo e analisando seus escritos, suas histórias; acompanhando, muitas vezes, as ocupações, etc. A minha presença constante no processo de espacialização da luta ocorreu por dois motivos: primeiro, pelo interesse em entender os novos movimentos sociais que emergiam com uma dinâmica incrível e, por essa razão, chamava a atenção dos pesquisadores e da sociedade em geral. "*Questionadores da alienação, da opressão, do autoritarismo, os novos movimentos sociais suscitam, sob vários ângulos e abordagens a surpresa de muitos pesquisadores - que se interrogam sobre o significado, as origens e os objetivos dessa experiência de base, de autogestão e desalienação*". (Scherrer-Warrem e Krischke, 1987: 8-9). Dessa maneira estudei essa luta, com o objetivo de compreender a sua dinâmica nos diversos níveis das relações sociais e na construção do espaço social.

O outro motivo foi a minha participação como membro da diretoria da AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção São Paulo (1986-1988), Diretoria Executiva Nacional (1988-1990), AGB - Presidente Prudente (1990-1992) e Comissão de Assuntos Agrários da AGB Nacional (1990-1992; 1992-1994). Como membro desta entidade, que apóia a luta pela reforma agrária, tinha o compromisso de estar, ao mesmo tempo, participando e, também, pela minha própria formação, analisando, refletindo, enfim pesquisando a luta em movimento.

Na vivência cotidiana dessa experiência, fui assumindo um compromisso com as famílias de trabalhadores que faziam e fazem a luta. Fui conscientizando-me da importância da minha participação como pesquisador na própria luta. E, como pesquisador, tive sempre a preocupação de, ao retirar destas pessoas ou da realidade que elas construíam e constroem os elementos para a minha reflexão e estudo, também, contribuir com as mesmas na compreensão e registro de sua própria história. Dessa experiência resultaram alguns textos⁶, vídeos⁷ e um livro paradigmático sobre o tema reforma agrária⁸. Neste trabalho participei da elaboração de dois livretos sobre a história da luta dos assentamentos de Sumaré II e Porto Feliz⁹, um vídeo documentário sobre a caminhada das famílias do assentamento Pe Josimo, em Promissão, outro vídeo sobre a luta pela terra no Pontal do Paranapanema - SP e diversos audiovisuais (slides) e ensaios fotográficos¹⁰ sobre a luta pela terra, realizada pelo MST nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Recentemente tenho pesquisado e colaborado com o Setor de Educação do MST, participando como membro do Coletivo Nacional de Educação em trabalhos como a elaboração de uma proposta curricular e de livros paradigmáticos para as escolas de assentamentos e acampamentos. Estes trabalhos têm me permitido acompanhar a luta em movimento.

O procedimento metodológico desenvolvido nesta pesquisa se deve, antes de mais nada, ao avanço dos estudos sobre pesquisa participante. Dessa forma, permito-me fazer o uso devido das palavras de Oliveira em sua análise sobre os trabalhos dos geógrafos nas últimas décadas. Alguns geógrafos procuraram *"avançar em direção a uma posição mais crítica na geografia agrária brasileira frente à questão agrária. Uns preferiram o "milagre brasileiro" e tiraram proveito, idolatrando-o ou procurando o caminho de um ciência neutra, quantitativa, pragmática e engajada. Nós outros, preferimos ajustar contas com as nossas consciências. Preferimos colocar as coisas no lugar. Preferimos o caminho da identificação de nossa produção com os interesses da maioria da população trabalhadora do país. E é esse quadro que tem se imposto a nós geógrafos desse país. Uns engajam-se no sistema, procurando desenvolver trabalhos que visem à sua "santificação científica"; outros colocam-se do outro lado, inevitavelmente contra o estado de coisas vigentes. Esse posicionamento de luta contra a dominação em todos os níveis, coloca-nos a necessidade de compreender o desenvolvimento do modo capitalista de produção na formação social capitalista no Brasil"*. (Oliveira, 1991: 10-11).

No desenvolvimento do trabalho de campo, assim como em qualquer das pesquisas sobre as lutas populares, é praticamente impossível não participar, não se "*envolver com o trabalho popular na produção do conhecimento sobre a condição da vida do povo*". (Brandão, 1987: 24). Nesta condição, em contato direto com o movimento do real, através de nossos estudos, fui apreendendo como o espaço de socialização política e porque não - de luta - é construído interativamente com a formação dos sujeitos, em determinados lugares sociais. Nesses lugares são elaboradas as dimensões do espaço social na produção do conhecimento e do interesse de transformação de suas realidades. Resolvi, então, estudar o espaço social para além do nível econômico e assim contribuir para a compreensão do processo de transformação do espaço geográfico. Pois como afirma Gottdiener em sua leitura de Lefebvre "*O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação... Essa idéia é fundamental para a noção de práxis de Lefebvre, que apresenta vantagens com relação a outras atitudes marxistas frente à luta política [...] (O espaço) É ao mesmo tempo um meio de produção como a terra e parte das forças sociais de produção como espaço. Como propriedade, as relações sociais podem ser consideradas parte das relações sociais de produção, isto é, a base econômica. Além disso, o espaço é um objeto de consumo, um instrumento político, e um elemento na luta de classes.*" (Gottdiener, 1993: 127). (Grifos nossos). Diante dessa experiência de vida e da reflexão, entendo o espaço social e o lugar social como instrumentos de análise importantes no estudo das formas de organização dos movimentos sociais. Tendo o espaço social como ponto de partida e de retorno pretendemos compreender melhor a sua interação na luta dos trabalhadores, contribuindo para com estes e, conseqüentemente, para com a sociedade. Nos meus estudos fui aprendendo que o **espaço social**, quando conquistado pelos trabalhadores na luta pela terra, **enquanto espaço de socialização política** possui diversas dimensões, ou seja, é **multidimensional**. Conforme compreendemos esta questão, temos que entender a relação imediata entre espaço e sociedade; logo, as relações sociais não podem ser entendidas como uma coisa estática ou estruturada, porque é preciso compreender o seu movimento. Assim, tentamos ir além da análise funcionalista da luta de classes e de uma visão economicista desta luta. Percebemos ao analisar os espaços sociais em questão que, em vez de separar as classes para entendê-las, precisamos analisá-las em sua relação no cotidiano. Como dizem os trabalhadores Sem Terra: "**a negociação é na**

base do pau e da prosa". Por essa razão, não tomamos o caminho da fragmentação (nem do espaço, nem dos sujeitos e nem das relações), mas sim o caminho da interação na perspectiva de entender o enfrentamento e o conflito, e procurar contribuir para com a compreensão deste movimento, nas novas formas de organização social realizadas e realizadoras da dinâmica do espaço social nas suas diversas dimensões.

Frente a essa realidade, minha maior preocupação era construir um caminho teórico-metodológico para entender o processo de construção do espaço social e, ao mesmo tempo, compreender como estes sujeitos organizados num movimento social (MST), elaboram seus conhecimentos, constroem as dimensões do espaço de socialização política, espacializam suas práticas e territorializam a luta. Entender este processo, significa mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar as suas falas e seus atos. (Martins, 1981: 17). Significa sobretudo entender a sua resistência à expropriação dentro do processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital. (Oliveira, 1981: 7).

Uma primeira discussão sobre esta preocupação foi feita em Fernandes, 1992. As idéias contidas neste texto provocaram debate com diversos colegas, das várias áreas do conhecimento, que trabalham com esta questão. Este debate permitiu o acesso a um grande número de pesquisas e a uma imensa bibliografia sobre movimentos sociais e espaço social que nos ajudaram na realização desse trabalho.

Notas.

1 - Ver Gohn, M. da G. - Movimentos Sociais e Luta pela Moradia, especificamente: p.p. 21-50. Edições Loyola. São Paulo, 1991; Scherer-Warren, I. - Redes de Movimentos Sociais, especificamente; p.p. 13-25. Edições Loyola/Centro João XXIII. São Paulo, 1993. Ver também Frank, A. G. e Fuentes, M. - Dez teses acerca dos movimentos sociais. In Lua Nova No. 17, p.p. 19-48. Cedec/Marco Zero. São Paulo, 1989.

2 - O conceito de movimento social é aqui compreendido como uma forma de organização da classe trabalhadora, a partir das camadas populares, Gohn, 1991: 9, ou dos grupos populares, Camacho, 1987: 217, ou setores populares, Scherer-Warren, 1993: 112.

3 - Utilizamos o conceito de **espaço de socialização política** nesse trabalho como espaço social construído/conquistado/controlado pelos trabalhadores em luta pela terra. Este conceito foi extraído do trabalho de Grzybowski, 1987: 59.

4 - Uma análise histórica do controle do tempo no capitalismo é feita por E. P. Thompson em "Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial". In Tradición, revuelta y consciencia de clase, p.p. 239-293. Editorial Crítica. Barcelona, 1979.

5 - Neste ponto é fundamental lembrar a crítica de Lefebvre: "*da mesma forma que a burguesia coloca a separação aparente na unidade das relações sociais, também alguns cientistas fragmentam o espaço, assim como os proprietários fundiários que dividem, parcelam, cada um a sua maneira. Cada um deles opera num espaço abstrato, dentro de sua zona de influência*".(Lefebvre, (1972) 1976: 17).(Tradução nossa).

6 - Ver Fernandes, B. M. - "Da terra prometida à terra definitiva" - Na criação do "território liberado" a realização da reforma agrária. In Anais do VIII Encontro Nacional de Geógrafos. Salvador - BA, 1990. p.p. 697-712. AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros; Fernandes, B. M. - O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a territorialização da luta pela terra no Brasil. Trabalho apresentado na Conferência "A Questão Regional e os Movimentos Sociais no Terceiro Mundo", promovida pela Comissão do Desenvolvimento do Terceiro Mundo da União Geográfica Internacional e publicado no Boletim de Geografia Teorética Vol. 22, números 22-24, p.p. 34-39. Rio Claro, 1992; Fernandes, B. M. - "Amassando a massa" - para uma crítica ao conceito de massa. Mimeo. Presidente Prudente, 1993.

7 - Ver vídeo "Caminhos da Terra". Produção de Fujimoto, E. K. e Fernandes, B. M. Videovídeo. São Paulo, 1988; Ver também "Tem Grilo no Pontal". Produção de Fernandes, B. M. Videofilm. Presidente Prudente, 1993.

8 - Fernandes, B. M. e Portela, F. - Reforma Agrária. Editora Ática. São Paulo, 1990.

9 - Ver "Terra não se ganha, Terra se conquista - a caminhada do Movimento dos Sem Terra de Sumaré II" e "Terra não se ganha, terra se conquista - a caminhada do Movimento dos Sem Terra de Sumaré III", publicação conjunta da AGB-SP e MST-SP. São Paulo, s.d.

10 - Com relação à produção de fotografias, um dos trabalhos mais importantes foi a realização da mostra fotográfica "A luta pela terra no Pontal do Paranapanema", patrocinada pelo Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e CUT São Paulo. Presidente Prudente, 1993.

1 - AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA AGRICULTURA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA.

1.1 - O desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

"Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer".

José de Souza Martins, 1994, p. 12-13.

Nesse capítulo analisamos, no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo, o período da história da agricultura brasileira entre 1965 a 1985, em que aconteceram as transformações recentes na agricultura, com a implantação de uma política de desenvolvimento agropecuário pelos governos militares. Sobre esse contexto daremos ênfase, especialmente, à questão da propriedade e dos conflitos fundiários.

Antes, porém, é necessário afirmar que entendemos a propriedade da terra como uma relação social, porque no capitalismo ela significa *"um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação"* (Martins, 1981, p. 169) e sua apropriação, controle e particularmente sua concentração por uma determinada classe, pode e quase sempre significa o domínio político-econômico de um determinado lugar, região, país, etc.

Entendemos, também, que o desenvolvimento do capitalismo é desigual e contraditório e que sua essência está na reprodução ampliada do capital. Na medida em que acontece o desenvolvimento do capitalismo no campo, este tende a se apropriar de todos os setores de produção, expropriando os trabalhadores de seus instrumentos e recursos. Desta forma, o capital se apropria do trabalho "livre" para a sua reprodução. Desenvolve-se uma relação social, em que, de um lado, o capitalista compra a força de trabalho, pois esta é fundamental para a reprodução ampliada do capital, e, do outro lado, o trabalhador vende a força de trabalho, pois isto é fundamental para a sua sobrevivência. Cria-se assim a propriedade capitalista e o trabalho assalariado. Contudo, a reprodução ampliada do capital não acontece somente dessa forma, ou seja, por ser desigual e contraditório, o capitalismo não domina somente de modo real as relações de trabalho e produção. Isto significa que o capitalismo não se desenvolve e se expande de forma linear. No seu desenvolvimento e

expansão, o capitalismo implanta relações de trabalho assalariado e ou implanta e subordina de modo formal outras relações, como por exemplo as relações de trabalho e de produção não-capitalistas: o trabalho familiar, a parceria, etc.

Um exemplo didático de como o capital desenvolve esse processo desigual e contraditório é encontrado em Oliveira:

“Um fazendeiro que desenvolve pecuária de corte - invernada - no oeste do Estado de São Paulo precisa ter sempre em boas condições as pastagens de sua propriedade e manter um conjunto de trabalhadores assalariados para cuidar do rebanho. Quando as pastagens estiverem desgastadas pelo pastoreio do gado, elas terão que ser refeitas ou, como se diz na região: "o pasto tem que ser tombado". Para refazer a pastagem o fazendeiro pode deslocar ou contratar trabalhadores assalariados para arar a terra, adubá-la e semear capim, esperá-lo crescer, para depois soltar novamente o gado na área.

Nem sempre isso ocorre, muitas vezes, esse fazendeiro, ao invés de destinar uma parte de seu capital para realizar a tarefa de refazer o pasto, arrenda a terra a camposeses sem-terra ou com pouca terra na região, para que eles façam o trabalho por ele. Esse arrendamento pode ser de várias formas, entre elas a de dividir parte da produção obtida no solo durante uma colheita de algodão, amendoim, milho, etc. O fazendeiro entra com a terra e por isso recebe metade, ou um terço ou um quarto ou uma porcentagem previamente estipulada da produção obtida. Também, pode cobrar uma quantia em dinheiro pela cessão da terra. No primeiro caso, temos a parceria e no segundo a renda em dinheiro. Em seguida o camponês planta por um ano ou menos ainda, um produto na terra que era ocupada pela pastagem. Após a colheita, ou ele entrega parte da produção ao fazendeiro ou vende a safra e paga em dinheiro a quantia estipulada previamente no contrato de arrendamento. Em seguida semeia o capim na terra e entrega/devolve a área ao fazendeiro, que aguardará apenas o crescimento do capim e terá o pasto reformado, sem que para tal, tenha gasto parte de seu capital.” (Oliveira, 1991, p. 19).

Esta relação nos mostra como o capitalista pode subordinar formalmente as relações de produção camponesas, através da cobrança da renda pela cessão da terra, ficando com o pasto renovado e não pagando os dias de serviço dos trabalhadores. Assim, *"o fazendeiro, um capitalista, para aumentar o seu capital (para reproduzi-lo), abriu possibilidade para a criação e a recriação do trabalho camponês, igualmente necessário ao desenvolvimento geral do capitalismo."* (Oliveira, 1991, p. 20).

O exemplo citado mostra uma das formas de exploração capitalista. O capital é uma relação social que é, antes de mais nada, uma relação de expropriação e de exploração. Cria, de um lado, os exploradores e de outro os explorados, produz a fartura e a fome. Este é o caráter inerente da contradição do desenvolvimento capitalista. Diante dessa realidade, os trabalhadores rurais têm criado diversas formas de resistência, durante toda a sua história, através das lutas sociais no enfrentamento com o Estado, com os proprietários de terra e capitalistas. Não é só a luta pela terra que está em questão, é uma

luta contra um modelo de desenvolvimento que privilegia um único tipo de propriedade. Na realidade, o problema da terra no Brasil não passa simplesmente pela distribuição de terra. O que o Estado tem procurado evitar, ao desarticular e destruir as formas de organização dos trabalhadores rurais, é *"que o problema da terra constitua mediações políticas que envolvam necessariamente uma redefinição do pacto político que sustenta o Estado."* (Martins, 1986c, p. 61).

1.2 - O regime militar e sua política de desenvolvimento agropecuário.

Com o objetivo de acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo, incentivando a reprodução da propriedade capitalista, durante os governos militares pós-64, foram criadas as condições necessárias para o desenvolvimento de uma política agrária, privilegiando as grandes empresas, via incentivos financeiros, que passaram a se ocupar da agropecuária. Para entendermos a origem dessa política é preciso considerar que o golpe militar de 1964 teve, entre outros objetivos, a finalidade de isolar parcialmente, de um lado, o poder dos coronéis latifundistas e, do outro lado, impedir totalmente o crescimento das lutas dos trabalhadores rurais, que vinham construindo suas formas de organização, principalmente a partir de meados da década de cinquenta.¹

A política agrária da ditadura militar contava com um projeto de reforma agrária que havia sido definido, pouco antes do golpe, pelo grupo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). O grupo do IPES/IBAD era composto por um complexo político-militar que congregava vários intelectuais: escritores, jornalistas, advogados etc, que possuíam

¹ A respeito, consultar: ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964; AZEVEDO, F. A. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; BASTOS, E. R. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984; BASTOS, E. R. Et al. *Os conflitos sociais no campo no estado de São Paulo*. In *Reforma Agrária*, V. 13, Nº. 15. Campinas, 1983; WELCH, C. e GERALDO, S. *Lutas camponesas no interior paulista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; TAVARES DOS SANTOS J. V. (Org.) *Revoluções camponesas na América Latina*. São Paulo: Co-edição Unicamp-Ícone, 1985; CONCEIÇÃO, M. *Essa terra é nossa*. Petrópolis: Vozes, 1980; WAGNER, A. *A saga do João Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 1989; PUREZA, J. *Memória Camponesa*. São Paulo: Marco Zero, 1982; GOMES, I. Z. - 1957 - *A revolta dos posseiros*. Curitiba: Edições Criar, 1986; BORNSTEIN, C. T. *Luta de terra e briga de foice*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1987; OLIVEIRA, A. U. *A Geografia das lutas no Campo*. São Paulo: Contexto, 1988. MEDEIROS, L. S. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

“[...] o objetivo de se contrapor à ação política do governo Goulart e às mobilizações dos grupos populares. Esta elite, com capacidade de organizar seus próprios interesses e os da sociedade, consegue infiltrar-se com sua doutrina ideológica em todas as camadas sociais. A ação ideológica é assumida pelo complexo IPES/IBAD, que se vale de todos os meios de persuasão disponíveis: cursos, palestras, seminários, simpósios, filmes, teatros, propaganda, rádio, televisão, revistas, jornais, livros e panfletos, além da distribuição gratuita de alimentos (provenientes da "Aliança para o Progresso" celebrada entre o Brasil e os Estados Unidos)” .(Panini, 1990, p. 68).

Vale dizer ainda que o grupo do IPES/IBAD tinha acesso aos jornais mais importantes do país. Assim, o projeto transformou-se no Estatuto da Terra. Para viabilizar a sua política, o Estado manteve a questão agrária sob o controle do poder central, de forma que o Estatuto da Terra não permitisse o acesso à terra para os camponeses, à propriedade familiar, e sim aos que tinham o interesse de criar a propriedade capitalista. Nesta condição o Estatuto revelou-se um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais, desarticulando os conflitos por terra. Desta forma, as desapropriações somente eram realizadas como tentativa de diminuir os conflitos, sendo que durante o período de 1965 até 1981, foram realizados, em média, 8 decretos de desapropriação por ano contra pelo menos 70 conflitos por terra ao ano (Martins, 1984, p. 22-33). O Estatuto da Terra também previa a ocupação de regiões pioneiras para solucionar os problemas sociais de outras regiões.

Com o objetivo de administrar o problema da terra sem tocar no direito de propriedade, na gestão de Costa e Silva,

“[...] o problema da terra, e particularmente da terra na Amazônia, transformou-se progressivamente num problema militar. O ministério do interior ocupado pelo general Albuquerque Lima, um general nacionalista identificado com o pensamento da Escola Superior de Guerra, definiu como objetivo nacional prioritário a política de integração da Amazônia. Reduzindo a questão a termos simples, os problemas de pressão social e fundiária do Nordeste poderiam ser resolvidos na Amazônia, mediante o desenvolvimento de projetos de ocupação de "espaços vazios", criação de pólos de desenvolvimento, com **envolvimento decisivo das Forças Armadas**” (Martins, 1984, p. 41-42. Grifos do autor).

Para executar seu plano, o governo militar transforma a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) com as seguintes justificativas:

“Os problemas com que se defronta o Nordeste emanam de fatores próprios, tais como as pressões sociais geradas em uma região de solo e clima adversos, onde se agita uma população. Já na Amazônia, os traços dominantes do seu meio físico estão contidos na

exuberante cobertura florestal e no emaranhado de grandes rios que a cortam; excluído o Estado do Maranhão, a Região é, quanto às dimensões geográficas, quase quatro vezes maior que o Nordeste, e seus escassos 3 milhões de habitantes não alcançam, sequer, a densidade demográfica de 1 por km²." (Lei Nº. 5.173 de 27/10/67, in Oliveira, 1988, p. 30).

Sob o lema de "integrar para não entregar", as terras da Amazônia "sem homens" que deveriam ser destinadas para "os homens sem terra" foram praticamente entregues às grandes empresas beneficiadas pela política de incentivos fiscais.

Em seu encaminhamento político, os governos militares utilizaram da bandeira da reforma agrária, via projetos de colonização, na promessa de solucionar os conflitos sociais no campo, atendendo assim aos interesses do empresariado nacional e internacional. Como o objetivo era colonizar para não reformar, o problema da terra jamais seria resolvido com os projetos de colonização na Amazônia, pois o que estava por trás deste processo era uma estratégia geopolítica de exploração total dos recursos naturais pelos grandes grupos nacionais/internacionais. Desta forma, o envolvimento das Forças Armadas, do Estado autoritário garantiram aos grandes grupos econômicos a exploração da Amazônia.

Ainda, em 1968, o governo Costa e Silva interveio militarmente no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) criado em 1965, juntamente com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), para substituir a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), criada no governo Goulart. A razão da intervenção foi o relatório Velloso preparado a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre denúncias de corrupção, grilagens e venda de terras a estrangeiros (Oliveira, 1988, P. 42). Contudo, a intervenção militar era uma "fachada moral" que escondia uma estratégia geopolítica, onde os grupos internacionais e nacionais construíam condições políticas para o controle das riquezas naturais do país. Em 1969 o governo criou o Grupo Interministerial de trabalho sobre a Reforma Agrária (GERA) para analisar os problemas que impediam o desenvolvimento de medidas de reformulação fundiária.

Esta ação representou o direcionamento da política agrária do Estado, que procurava fortalecer o corte empresarial da agricultura, através de políticas de incentivos fiscais. Nesta época, o governo militar beneficiou vários grandes grupos empresariais que "adquiriram", nas regiões Centro-Oeste e Norte, imensas áreas de terra para projetos de colonização e projetos agropecuários. Dessa forma, os governos militares

com sua política agrária praticavam mudanças no campo sem modificar o regime de propriedade da terra.

Em 1970, o governo militar, para continuar viabilizando a sua política agrária, funde e acabou com o IBRA e o INDA e criou o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esta mudança representou o fortalecimento dos grandes grupos econômicos que controlavam os projetos de colonização. Os projetos estavam contidos no Programa de Integração Nacional (PIN), criado neste mesmo ano. Com a criação deste programa,

“[...] o governo do General Médici iniciou uma campanha ufanista atravessada pelo "falso nacionalismo" de que era necessário "integrar a Amazônia para não entregá-la aos estrangeiros". Era o início das campanhas do Projeto Rondon: "Integrar para não entregar". Era enfim um período em que a sociedade foi massacrada pela propaganda feita pelos veículos de comunicação de massa (TV, rádio, jornais, revistas, etc). Estas propagandas eram veiculadas de modo a encobrir a verdadeira intenção deste governo, que era aquela de não interferir no processo de aquisição de terras por estrangeiros, ao contrário, alimentá-lo ainda mais, através da política dos projetos agropecuários. Estes projetos aprovados pela SUDAM passavam a interessar ao desenvolvimento econômico nacional e, portanto, não precisariam enquadrar-se na nova legislação sobre a venda de terras a estrangeiros. Dessa forma, os grupos estrangeiros poderiam adquirir quanta terra desejassem. Veja-se, por exemplo, a Suiá-Missu (em São Félix do Araguaia - MT) vendida para o grupo Liquifarm, com os seus 450.000 ha. oficialmente registrados no INCRA, sendo que outras fontes falam em sua superfície de 670.000 ha. Outro exemplo é a Cia. Vale do Rio Cristalino, pertencente à Volkswagen, com mais de 140.000 há”. (Oliveira, 1988, p. 63/64).

Em 1971, incrementando a sua estratégia geoeconômica, o governo militar cria ainda o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA).

Estes Programas viriam a intensificar o processo histórico da concentração fundiária no Brasil. Nas palavras de Carlos Lorena: "*a estrutura agrária concentradora, viciosa, que desde o tempo das capitânicas hereditárias, passando pelas ordenações do Reino, pela Lei das Sesmarias, pela Lei de Terras de 1850, até hoje, tem sido sempre conservada e agravada, chegando-se ao máximo nos últimos 20 anos*" (Lorena, 1988, P. 42).

Investindo no processo de agravamento de concentração da terra, os governos ditatoriais dirigiram a questão fundiária reprimindo brutalmente as lutas por terra. Para os militares era fundamental desmobilizar toda e qualquer forma de organização política dos trabalhadores rurais, criando assim um vazio político necessário para viabilizar o seu projeto de reforma no campo. Este foi um fator estratégico da

elaboração e aplicação do Estatuto da Terra. Outro fator que, segundo Martins, influenciou a ação política do Estado, foi a guerrilha do Araguaia: *"o Estado assumiu a guerrilha numa proporção que ela não tinha. Em consequência disso, tomou decisões, tanto na repressão, quanto na política agrária, muito amplas e significativas"* (Martins, 1986c, p. 63/64). De acordo com a leitura que Martins faz desse episódio, o Exército e o governo parece terem entendido que havia um abismo separando a guerrilha e as lutas camponesas,

“[...] que a possibilidade de envolvimento dos posseiros no confronto armado tinha um limite, que a coincidência de objetivos era limitada. O Exército parece ter se convencido de que assim como os guerrilheiros, com seu assistencialismo e paternalismo, conseguiram a simpatia das populações locais. A partir do fim da guerrilha, o governo praticamente abriu mão da política de colonização social, definindo outras prioridades” (Martins, 1984, p. 53).

Desta forma, em 1972/73, com a liquidação da guerrilha, o governo militar troca algumas pessoas favoráveis à medida de reforma agrária que ocupavam cargos em ministérios, por pessoas contrárias à reforma e a favor da implantação da grande empresa no campo. Frente aos fatos, a partir de 1973 há uma mudança na política fundiária que orienta a política de desenvolvimento agropecuário, de acordo com os idealizadores do Estatuto da Terra.

É a partir dessa mudança na política fundiária que se inicia a implantação dos projetos agropecuários por grandes empresas na Amazônia. No Centro-Sul e Nordeste, desenvolve-se uma rápida industrialização da agricultura. A política de privilegiamento do capital monopolista, em diferentes setores da agricultura, acentua a concentração de terras, a expropriação e a exploração. Diante dessa realidade, os conflitos por terra se multiplicaram. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) cadastra em 1979, 715 conflitos, sendo que 88,1% começaram a partir de 1973. Esses conflitos estão distribuídos por todo o país (Martins, 1984, p. 55).²

Em 1980, o governo militar criou o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (GEBAM), para ocupar o espaço vazio criado pela repressão ao crescimento das forças políticas de luta pela terra e, também, pelo confisco do poder das oligarquias regionais, do poder local dos coronéis, excluídos da política econômica e fundiária.

² A respeito, consultar Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). *As lutas camponesas no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1981.

A aliança governo militar/empresários precisava de sustentação do poder local para a realização de sua estratégia geopolítica de controle do território. É assim que a aliança pretendia, de forma hegemônica, controlar o território: primeiro militarmente, depois economicamente. Assim, a aliança aliou e cooptou os agentes do poder tradicional, na repressão contra as formas de organização dos trabalhadores rurais que ressurgia através da ação sindical e da ação pastoral da Igreja Católica. A manutenção de um vazio político no campo era condição necessária para que a aliança pudesse desenvolver o seu projeto econômico. Desta forma, Martins chama a atenção para as instituições que foram criadas pelo governo com o objetivo de controlar os espaços vazios de poder. É o caso Ação Cívico Social (ACISO), criada pelo Exército na época do combate à guerrilha, da Operação Rondon criada pelos militares através do Ministério do Interior e do MOBREAL, projeto de alfabetização criado pelo poder central com o objetivo de controlar as comunidades no campo.

Assim o governo militar realizou os objetivos de sua política agrária, promovendo a modernização técnica no campo sem mexer na estrutura fundiária, valorizando as terras apropriadas pela burguesia agrária e criando uma reserva de força de trabalho. Por fim, com os projetos de colonização, transferiu parte da população expropriada para a Amazônia. Conforme Oliveira: "Era preciso levar trabalhadores para que fosse possível implementar os planos da "Operação Amazônia", pois de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região onde faltava força de trabalho" (Oliveira, 1988, P. 74). Para efetivar esse objetivo, os empresários contaram com a total tolerância do Estado, e não pouparam medidas violentas contra os posseiros e os índios que resistiam a essa política. Com a garantia das Forças Armadas e com o consentimento do Estado, os grupos econômicos contratavam pistoleiros para expulsar índios e posseiros. Neste período de nossa história vieram se somar outros tantos assassinatos e genocídios que foram registrados por diversos trabalhos que denunciaram essa violência.³

A implantação dessa política agrária a qualquer preço resultou, por um lado, na manutenção dos latifúndios no Nordeste, na criação de inúmeros latifúndios na

³ Entre outros estão os trabalhos do CIMI - Conselho Indigenista Missionário, da CPT - Comissão Pastoral da Terra (que publica anualmente seus trabalhos denunciando a violência no campo). Vale destacar as pesquisas de Vanucchi Leme e Pietrafesa - *"Assassinatos no campo: crime e impunidade (1964-1985)*. Publicação do MST. São Paulo, 1986; Anistia Internacional - *Brasil: violência autorizada nas áreas rurais*. Publicação da Anistia Internacional. Londres, 1988; MIRAD/CCA - *Conflitos de Terra*. Brasília, 1986.

Amazônia e na disseminação da agroindústria no Centro-Sul e Nordeste, através da monocultura para exportação (soja, laranja, etc.) e da cana de açúcar para produção do álcool. Esse processo intensificou a concentração de terras e a expropriação dos lavradores que, impossibilitados de reproduzir a agricultura familiar, migraram em direção à Amazônia e em maior número para as cidades.

A lógica da militarização da questão agrária foi manter o controle do Estado sobre os conflitos por terras e sobre as terras devolutas. Para realizar esta estratégia, o poder central manteve a federalização dessas terras e do problema da terra. Nessa lógica, em 1982, o governo militar cria o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), convidando o general Danilo Venturini para continuar controlando um histórico problema nacional: a terra.

Durante as duas décadas em que os governos militares estiveram no poder, garantiram a apropriação, por grandes grupos empresariais, de imensas áreas de terras e também o aumento do número e da extensão dos latifúndios. Financiaram as mudanças na base técnica de produção, a partir dos incentivos criados e do crédito subsidiado pela sua política agrícola. Proporcionaram assim a "modernização" da agricultura e a territorialização do capital no campo. Do outro lado, reprimiram toda e qualquer luta de resistência a sua política. Dessa forma, a estrutura fundiária sofreu alterações profundas, como demonstramos na parte seguinte sobre a intensificação da concentração de terras.

1.3 - O aumento da intensidade do caráter concentrador da terra.

“Em 1967, o maior latifundiário do Brasil, cadastrado pelo IBRA homens do, tinha, coitado, uns míseros 500 mil hectares. Hoje, temos na terra “sem homens” do Amazonas, latifundiários com mais de 4 milhões de hectares, havendo 3 com mais de 2 milhões; 4 entre 1 e 2 milhões e 11 entre 500 mil e 1 milhão.

Carlos Lorena, 1988, p. 61.

Para termos uma idéia mais aproximada da marca da concentração de terras, apresentamos a seguir dois gráficos. O primeiro representa o aumento percentual do número de estabelecimentos e da área ocupada no período de 1940 até 1970 e o segundo no período de 1970 até 1985. Nos gráficos, é possível visualizar a intensificação da

concentração da terra, após a implantação da política de desenvolvimento agropecuário do governo militar.

Gráfico 1 – Brasil - Aumento percentual do número de estabelecimentos e da área ocupada (1940-1970)

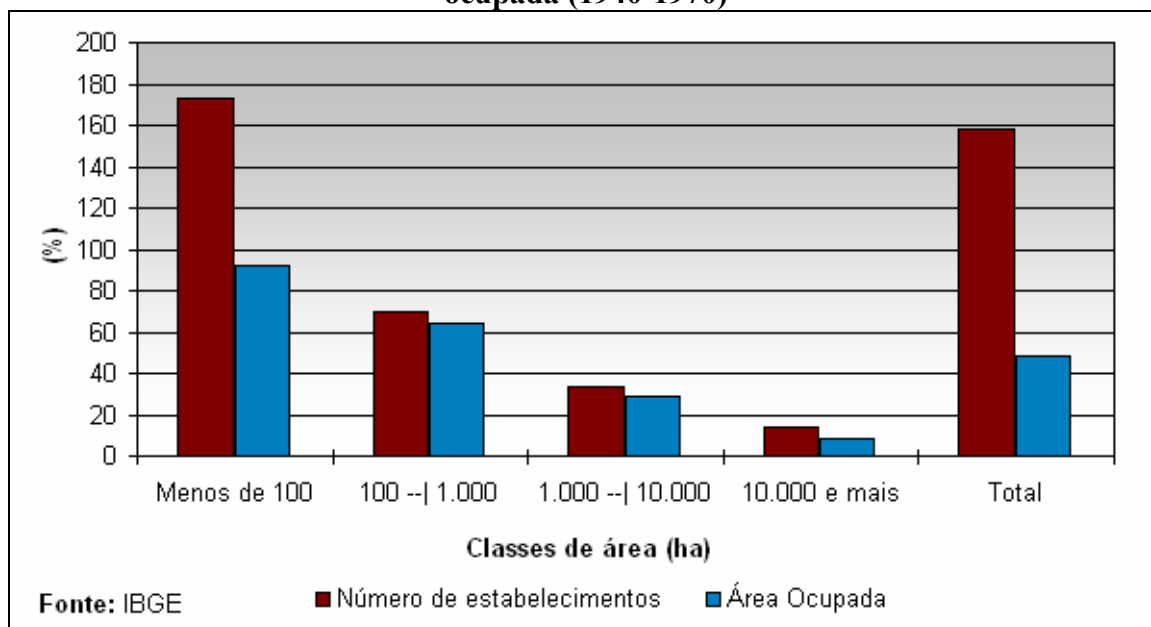
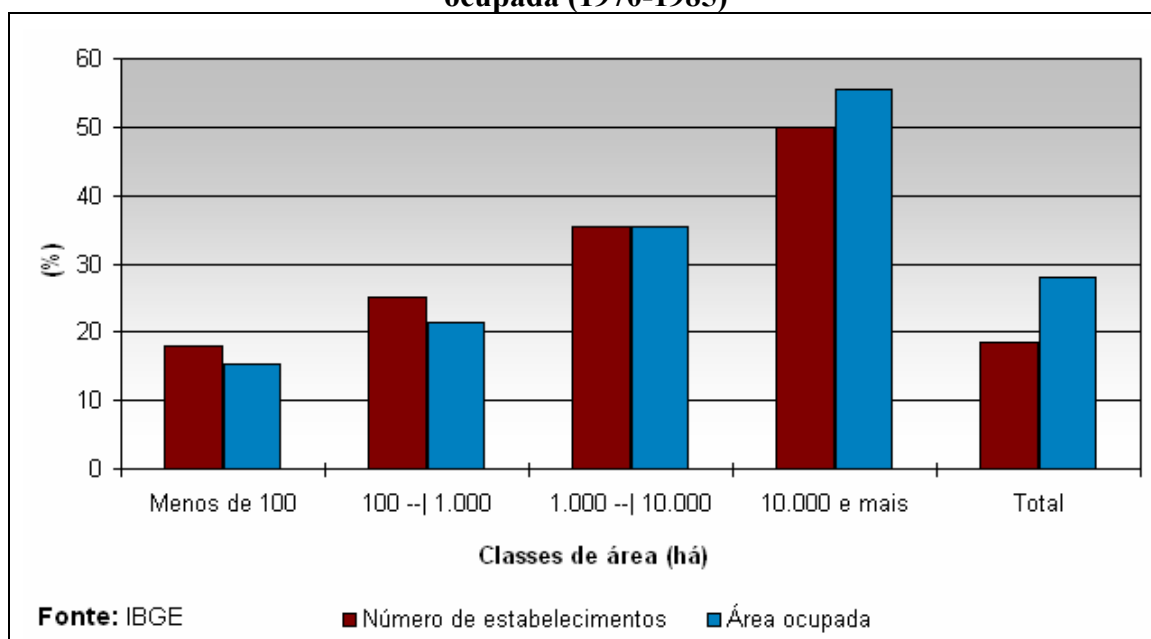


Gráfico 2 – Brasil - Aumento percentual do número de estabelecimentos e da área ocupada (1970-1985)



Confrontando os gráficos 1 e 2, as evidências da intensificação da concentração da terra podem ser observadas nos aumentos percentuais dos números de estabelecimentos e das áreas ocupadas, notadamente, no segundo período.

O aumento da área total dos estabelecimentos no primeiro período, que é de 30 anos, foi de aproximadamente 50 %. Observe-se que, os estabelecimentos de até 100 hectares tiveram o maior aumento percentual tanto em número quanto em área, apresentando uma tendência de crescimento do número de pequenas propriedades. Os estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares cresceram 70% e sua área aumentou 64%. Observe-se, também, a tendência decrescente do aumento percentual do número dos estabelecimentos da área ocupada das outras classes.

O aumento da área total dos estabelecimentos no segundo período, que, embora seja de 15 anos, foi de 28% e demonstra, em parte, o destino que a política de desenvolvimento agropecuário deu às terras públicas através dos grandes projetos subsidiados. Pode-se observar que, nesse período, iniciou-se uma nova tendência de aumento percentual do número de estabelecimentos e da área ocupada. O maior aumento percentual foi dos grandes latifúndios. A classe de área que teve maior aumento percentual foi a de mais de 10.000 hectares, que cresceu 55% em área e 50% em número de estabelecimentos, acompanhada pela classe de 1.000 a 10.000 hectares, que teve um aumento de 35%, tanto em área quanto em número de estabelecimentos. Os estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 hectares cresceram, em número, 25% e tiveram a sua área aumentada em 21%. Já os estabelecimentos de menos de 100 hectares tiveram o menor aumento percentual. Cresceram, em número, 18% e tiveram a sua área aumentada em apenas 15%.

Num período de 15 anos, 48.4 milhões de hectares de terras públicas foram transformadas em latifúndios, quase duas vezes a área total do estado de São Paulo.

De acordo com Oliveira, 1991, neste "paraíso dos latifúndios" temos 50.105 estabelecimentos com mais de 1000 hectares, que representam menos de 1% do número total, controlando 43.9% da superfície agrícola do país, ou seja 164.684.300 hectares. Os estabelecimentos de 100 a menos de 1000 hectares representam 9% do número total (518.618) e controlam uma área de 131.893.557 hectares (35%). Do outro lado, temos 5.252.265 estabelecimentos com menos de 100 hectares, representando 90% do número total, ocupando 21.18% da superfície agrícola.

Estes dados mostram a evidência do aumento da intensidade do caráter concentrador da estrutura fundiária brasileira, durante o regime militar.

Finalmente, para visualizar melhor esse processo de concentração de terras, reforçado pela política agrária do regime militar, basta observar a tabela 1, onde podemos ver a área dos 27 superlatifúndios que ocupam uma área maior que a do estado de São Paulo.

Tabela 1 – Os maiores latifundiários do Brasil

Nº	Nome	Município	Área (há)
01-	MANASA - Madeireira Nacional S/A	Lábrea - AM/Guarapuava – PR	4. 140.767
02-	JARI Florestal e Agropecuária Ltda	Almeirin – PA	2.918.892
03-	APLUB Agroflorestal da Amazônia	Jutaí / Carauari - AM	2.194.874
04-	Companhia Florestal Monte Dourado	Almeirin-PA/ Mazagão-AP	1.682.227
05-	Companhia de Desenvolvimento do Piauí	Castelo do Piauí / São Miguel do Tapuio/ Pimenteiras/ Manoel Emídio/ Nazaré do Piauí/São Francisco do Piauí/ Oeiras/ Canto do Buriti/ Floriano/ Ribeiro Gonçalves/ Urucuí - PI	1.076.752
06-	COTRIGUAÇU - Colonizadora do Aripuanã S/A	Aripuanã – MT	1.000.000
07-	João Francisco Martins Barata	Calcoene - AP	1.000.000
08-	Manoel Meireles de Queiroz	Manoel Urbano – AC	975.000
09-	Rosa Lima Gomes Amora	Lábrea – AM	901.248
10-	Pedro Aparecido Dotto	Manoel Urbano/ Sena Madureira - AC	804.888
11-	Albert Nicola Vitale	Formosa do Rio Preto – BA	797.575
12-	Antonio Pereira de Freitas	Atalaia do Norte/Benjamin Constant/ Estirão do Equador-AM	704.574
13-	Malih Hassan Eumadula	Itamarati –AM	661.173
14-	Moraes Madeira Ltda	Itamarati / Carauari – AM	656.794
15-	INDECO S/A - Int. Desenvolvimento e Colonização	Alta Floresta/ Aripuanã/ Diamantino - MT	615.218
16-	Mario Jorge de Medeiros Moraes	Carauari – AM	587.883
17-	Agroindustrial do Amapá S/A	Mazagão – AP	540.613
18-	Francisco Jacinto da Silva	Sandovalina - SP/Naviraí -MS/ Feijó/Tarauaca/Envira - AM	460.406
19-	Plínio Sebastião Xavier Benfica	Auxiliadora/Manicoré – AM	452.000
20-	Companhia Colonizadora do Nordeste	Carutapera – MA	448.000
21-	Jorge Wolney Atalla	Pirajuí - SP/Feijó –AM	436.340
22-	Jussara Marques Paz	Surunduri – AM	432.119
23-	Adão Medeiros Paz	Borba – AM	432.119
24-	Adalberto Cordeiro e Silva	Pauini /Boca do Acre/Feijó-AC	423.170
25-	Rômulo Bonalumi	Canamari - AM/Cruzeiro do Sul - AC	406.121
26-	União de Construtoras S/A	Formosa do Rio Preto – BA	405.000
27-	MAPEL MAROCHI Agrícola e Pecuária Ltda	Itaituba - PA	398.786
Total			25.547.539

Fonte: Cálculos, Tabulação e Idealização do Engº Agroº Carlos Lorena à partir de dados do INCRA. Publicado em "Alguns Pontos de Discussão sobre a Questão da Reforma Agrária: O Caso do Brasil", José Gomes da Silva. (in, Oliveira, 1991: 33).

1.4 - As transformações recentes na agricultura paulista.

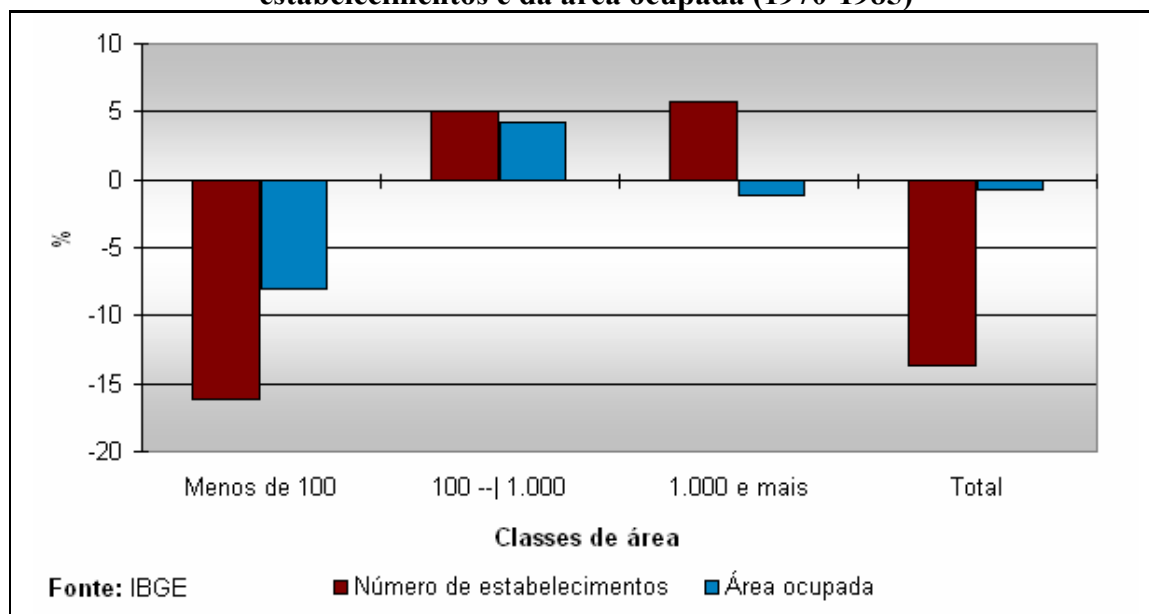
Com o avanço da industrialização e do crescimento urbano, a partir da década de 50, a agricultura paulista passou por um intenso processo de transformação na sua estrutura produtiva. Em meados da década de sessenta, as quantidades crescentes de créditos agrícolas (do Sistema Nacional de Crédito Rural) financiaram a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura, de forma que esta passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos, o que consolidou o processo de industrialização da agricultura e promoveu o crescimento das relações de trabalho assalariado.

Um exemplo desse processo é a expansão da cultura da cana, tanto para produção de açúcar quanto para produção de álcool, que contou com subsídios do Estado e com os preços garantidos pelo processo de monopólio na produção. Mais recentemente, o desenvolvimento da empresa capitalista no campo e a industrialização da agricultura, ocorreu também com outras culturas para exportação, como é o caso do café, da soja e da laranja para produção de suco. As principais agroindústrias se concentraram nas Divisões Regionais Agrícolas de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. De acordo com os dados do Instituto de Economia Agrícola 1987/1988, estas três DIRAs controlam 62.2 % do valor da produção agropecuária do estado de São Paulo.

No contexto das transformações recentes, principalmente no período 1970/85, ocorreu um aumento da concentração fundiária. No início da década de 70, os estabelecimentos agropecuários já ocupavam aproximadamente 82% da área total do Estado de São Paulo (24.7 milhões de hectares). Dessa forma, no período, ocorreu a incorporação de terras dos estabelecimentos de menos de 100 hectares e, em menor quantidade, de terras dos estabelecimentos de mais de 1.000 hectares, para os estabelecimentos de mais de 100 a menos de 1.000 hectares (ver gráfico 3).

Um bom exemplo dos fatores que intensificaram a concentração de terras, nesse período, foi o processo de territorialização do monopólio agroindustrial canavieiro, como mostra o estudo de Thomaz Jr, 1988, 187 e ss. sobre a aquisição de terras das pequenas propriedades pelo grupo usineiro Bellodi no município de Jaboticabal e região. A lógica da territorialização do processo de compra de terras, do referido grupo, é predominantemente das terras das pequenas e médias propriedades.

Gráfico 3 – Estado de São Paulo - Aumento percentual do número de estabelecimentos e da área ocupada (1970-1985)



Isto se explica pelo fato de que os pequenos e médios proprietários não conseguem competir, na mesma proporção que as empresas canavieiras, com base no recursos e nos investimentos que necessitam para poderem colocar suas terras em produção. Os investimentos destinados ao setor canavieiro via governo federal, patenteados por um cem número de facilidades, não se compara com os recursos dispendidos pelo crédito rural em geral. Portanto, o poder de barganha desses pequenos agricultores dentro dessas balizas é muito inferior ao do grupo Bellodi; havendo pois toda uma estrutura socioeconômica que materializa e reproduz esse quadro. Em função disto, então serão poucos os pequenos e médios proprietários de terra que têm resistido à investida monopolista do grupo sucro-alcooleiro Bellodi. Os que resistem em não venderem suas terras acabam sendo "obrigados" a se submeterem à dinâmica dada pela cultura predominante, tornando-se fornecedores de cana, ou ainda, cedendo suas terras (arrendamento/parceria) para o grupo Bellodi ou para outros grupos usineiros sediados nos municípios vizinhos, como também a médios e a grandes fornecedores de cana que atuam na área. Em outras palavras, como tendência, estes pequenos e médios proprietários irão

aos poucos perdendo sua autonomia, frente à contínua e crescente investida do grupo Bellodi (Thomaz Jr, 1988, p. 213-214).

De acordo com Oliveira, 1991, as transformações recentes da agricultura precisam ser compreendidas no processo de internacionalização da economia brasileira, que está diretamente relacionado com o mecanismo da dívida externa.

“O país fez ou faz a dívida para criar condições ou para ampliar a sua produção. Para pagar a dívida tem que exportar, quer dizer, tem que se sujeitar aos preços internacionais. Como esses preços no que se refere às matérias-primas (gêneros agrícolas e recursos minerais, exceto o petróleo) têm baixado nas últimas décadas, o país tem que ampliar a produção para poder continuar pagando a dívida. Para poder aumentar a produção toma mais dinheiro emprestado, conseqüentemente aumenta a dívida, o que faz com que ele tenha que exportar ainda mais; logo, os preços internacionais tendem a cair muito mais”. (Oliveira, 1991, p. 22-23).

É nesse contexto que se desenvolve a industrialização da agricultura. *"Uma industrialização que deve ser entendida internacionalmente, pois não há, ou nunca houve, uma rígida separação entre as indústrias nacionais e estrangeiras; ao contrário, a história dos últimos tempos tem sido uma história de alianças e fusões com a participação ou com o beneplácito do Estado, durante governos militares ou civis."* (Oliveira, 1991, p. 23).

Esta política de desenvolvimento econômico provocou, durante o período 1970/1980, intensas mudanças no campo paulista, marcadas principalmente pelo êxodo rural, com a diminuição do trabalho familiar e o crescimento do trabalho assalariado.

Durante a década de 70, ocorreu de forma mais intensa o processo de expropriação da relação de trabalho familiar e da propriedade familiar no estado de São Paulo. Segundo os dados dos Censos Agropecuários, houve uma diminuição de 27% do total de pessoas ocupadas, com o trabalho familiar, nos estabelecimentos de menos de 100 ha. Por outro lado, nestas áreas, houve um aumento de 38% do total de trabalhadores assalariados permanentes e temporários

Ao conjugarmos os dados dos gráficos 4 e 5, pode-se observar as mudanças nas relações de trabalho, com a diminuição do trabalho familiar e o crescimento do trabalho assalariado. Em 1985, nos estabelecimentos agrícolas do Estado de São Paulo, os números de pessoas ocupadas no trabalho familiar e no trabalho assalariado eram equivalentes. Contudo, nos estabelecimentos de menos de 100 hectares há a predominância do trabalho familiar.

Grafico 4 – Estado de São Paulo - Pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas (1970-1985)

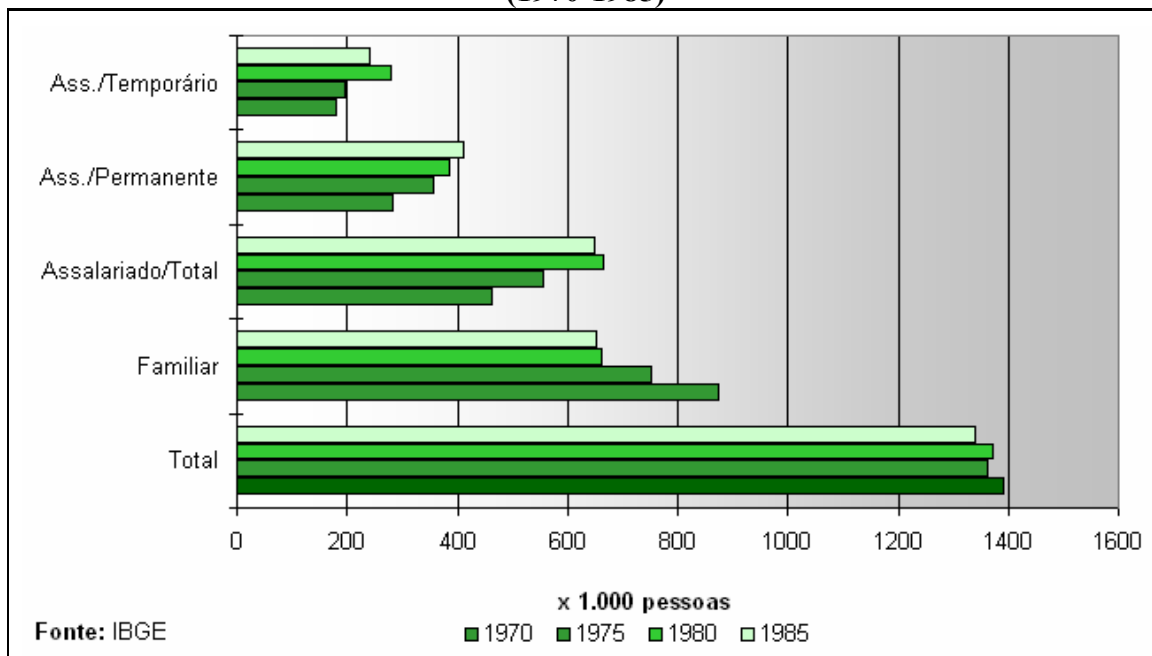
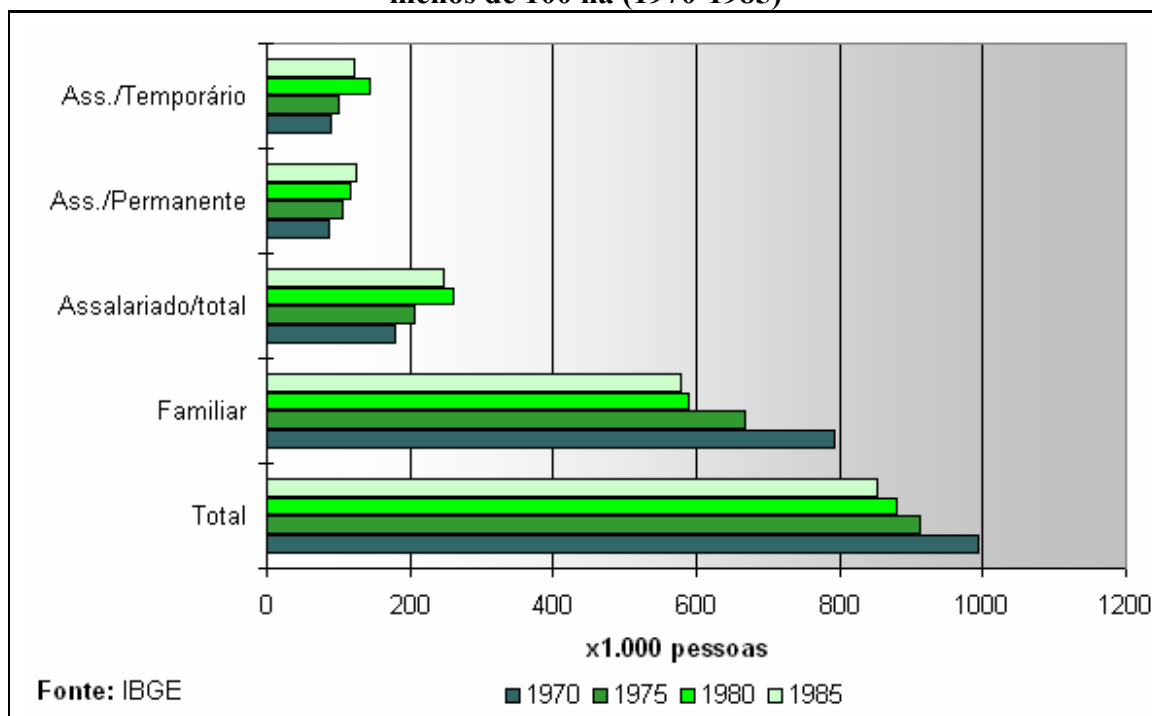


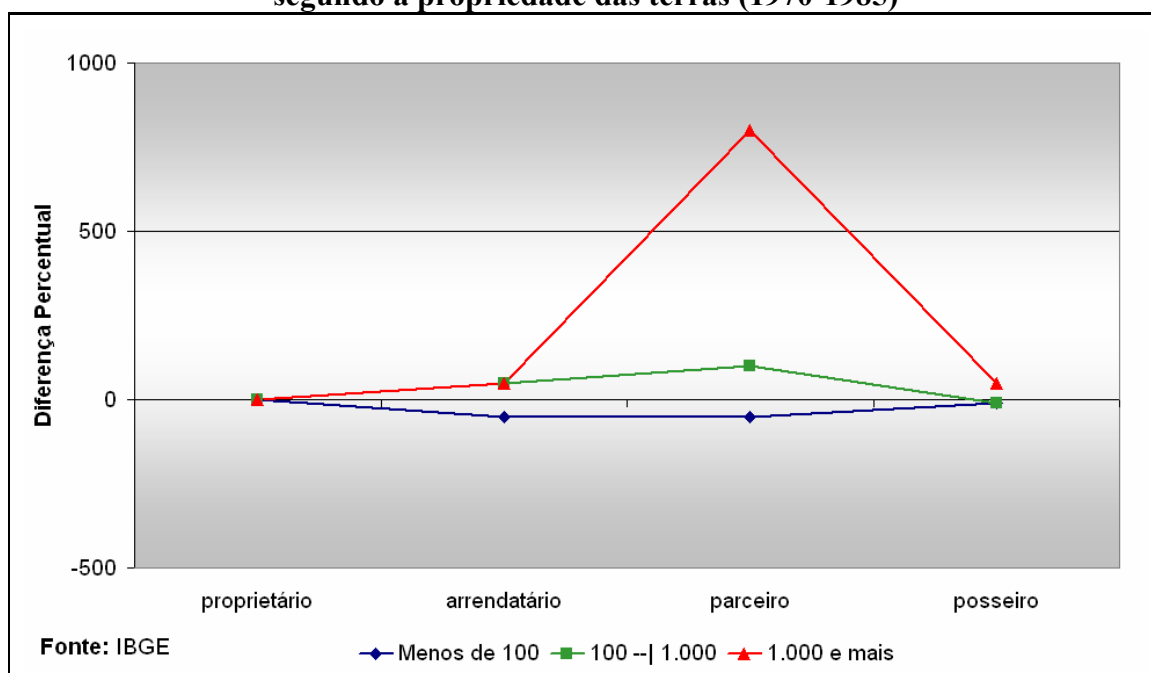
Grafico 5 – Estado de São Paulo - Pessoal ocupado nos estabelecimentos com menos de 100 ha (1970-1985)



Todavia, observe-se que na década de oitenta, esta tendência começa a mudar, com a menor intensidade da diminuição do trabalho familiar e, também, com a diminuição do trabalho assalariado⁴.

Outras relações também se modificaram com as transformações recentes na agricultura. Nos casos de arrendamento e parceria, observa-se que estas práticas sofreram, de forma diferenciada, um decréscimo nos estabelecimentos de menos de 100 hectares. A parceria tem oscilado numa tendência declinante. Por outro lado, nos estabelecimentos de mais de 100 hectares acontece o aumento contínuo de arrendamentos e parcerias (ver gráfico 6).

Gráfico 6 – Estado de São Paulo – Diferença percentual da condição do produtor segundo a propriedade das terras (1970-1985)



Segundo Thomaz Jr, 1988, os grupos usineiros, os médios e grandes fornecedores de cana têm se utilizado constantemente dessas relações. Contudo, o autor chama a atenção para o caráter do processo de "parceria disfarçada".

Especial destaque nesse processo ocorre com a parceria, pelo fato de que aparece totalmente "desfigurada", enquanto característica de relação não capitalista, porque passou por uma série de transformações, não se distinguindo em todas as

⁴ Vale lembrar que estes dados não representam todos os trabalhadores assalariados, principalmente os temporários, pois o IBGE não considera, para recenseamento, os trabalhadores assalariados contratados por empreiteiras.

particularidades com forma específica de posse da terra. Foi a forma de burlar o fisco encontrada pelo capitalista, pois como rege a tributação federal, a referência em que se enquadra a parceria recai sobre alíquotas que são mais vantajosas economicamente em relação aos contratos de arrendamento. É uma "jogada econômica" que vem sendo muito utilizada na região, principalmente pelas empresas capitalistas. (Thomaz Jr, 1988, p. 231).

O número de posseiros também diminuiu durante a década de 70, voltando a aumentar na primeira metade dos anos oitenta. O aumento do número dos posseiros está associado, também, ao avanço da luta pela terra, simultaneamente ao crescimento do número de ocupações de terras, realizadas pelos trabalhadores sem terra: bóia-fria, meeiro, rendeiro, parceiro, arrendatário etc., que até meados dos anos oitenta conquistaram 15 áreas de assentamentos (ver tabela 2 e gráfico 7).

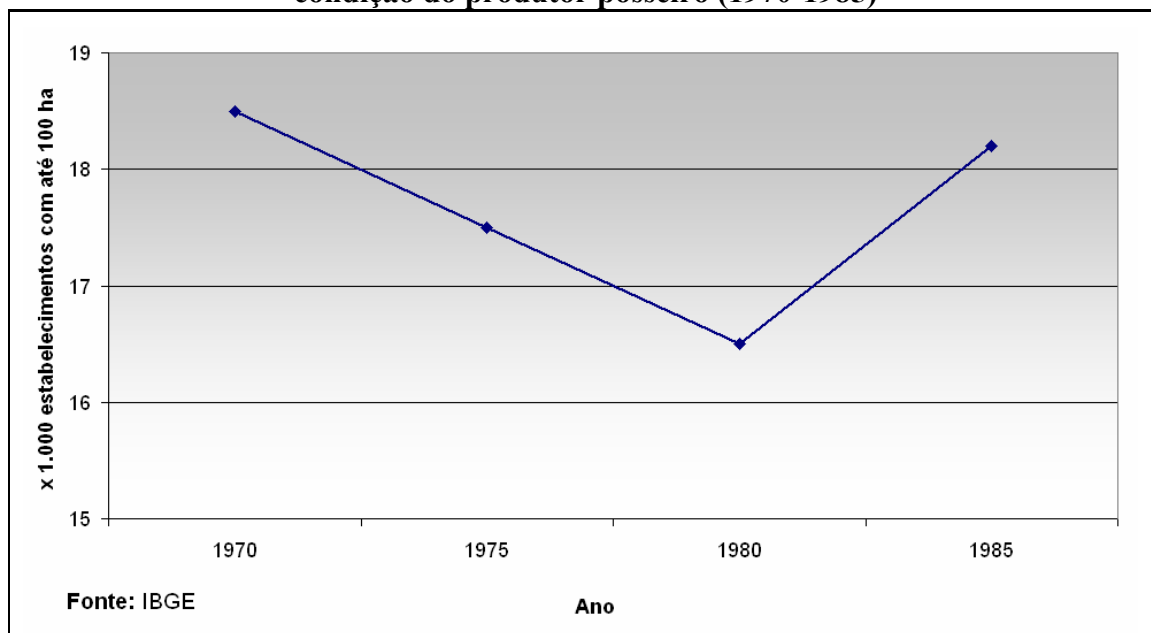
Tabela 2 - Assentamentos rurais realizados no Estado de São Paulo⁵ (1980 – 1985)

Nome	Município	Início	Origem	Nº Fam.	Área (ha)	Propriedade
Promissão	Promissão	Out-83	Ocupação	09	132	CESP
Jupia	Castilho	Out-83	Projeto	107	990	CESP
Sumaré I	Sumaré	Fev-84	Ocupação	26	237	FEPASA
Gleba XV	Euc.Cunha/Rosana	Mar-84	Ocupação	565	13.310	Grilo
Pirituba I	Itapeva	Mai-84	Ocupação	92	2.511	ESTADO
Pirituba II	Itaberá	Mai-84	Ocupação	53	1.341	ESTADO
Araras I	Araras	Ago-84	Planejado	06	82	FEPASA
Araras II	Araras	Ago-84	Planejado	14	208	FEPASA
Ilha Solteira	Ilha Solteira	Nov-84	Ocupação	89	902	CESP
Araraquara I	Araraquara	Jul-85	Ocupação	48	858	FEPASA
Sumaré II	Sumaré	Ago-85	Ocupação	27	82	FEPASA
Três Irmãos I	Andradina	Set-85	Ocupação	30	95	CESP
Três Irmãos II	Pereira Barreto	Set-85	Ocupação	11	136	CESP
Casa Branca	Casa Branca	Set-85	Planejado	24	582	CODASP
Araraquara II	Araraquara	Out-85	Ocupação	37	709	FEPASA
Total				1.138	22.175	

Fonte: DAF - Departamento de Assentamento Fundiário / Instituto de Terras / Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania . CESP - Companhia Energética de São Paulo.

⁵ Relacionamos aqui os assentamentos realizados até 1985 e recenseados pelo IBGE no Censo Agropecuário de 1985, realizado no primeiro semestre de 1986. Conforme o IBGE, os produtores residentes nesses assentamentos são considerados ocupantes (posseiros): "Ocupante - Nos casos em que a exploração se processasse em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando o Produtor pelo seu uso". Censo Agropecuário 1985 - São Paulo. FIBGE. Rio de Janeiro, 1991.

Gráfico 7 – Estado de São Paulo – Número de estabelecimentos segundo a condição do produtor posseiro (1970-1985)



Nesse período da história da luta pela terra no estado de São Paulo, todas as conquistas aconteceram em terras públicas. A razão disto foi que, por um lado, com a vitória nas eleições de 1982 do candidato do Partido do Movimento Democrático brasileiro (PMDB), este realizou alguns dos compromissos assumidos durante a campanha, implantando, em terras do Estado, assentamentos rurais. Por outro lado, a maior parte das conquistas foi resultado do avanço da organização dos movimentos sociais que ocuparam diversas áreas de terras públicas e obrigaram o governo estadual a regularizar suas situações.

Na segunda metade dos anos oitenta, como mostraremos adiante, com o crescimento da organização dos trabalhadores sem terra e com o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) a maior parte das conquistas ocorridas no estado foi em terras particulares ou em terras devolutas e griladas.

As conquistas foram realizadas por trabalhadores que, expulsos do campo, migraram para a cidade. Mesmo morando na cidade, continuaram trabalhando no campo, cortando cana, colhendo laranja, etc. Noutras vezes, morando e trabalhando na cidade, trabalhando assim onde existisse emprego. E foram dessas experiências, entre outras, que, na cidade, conquistaram condições políticas para voltarem para a terra. Esta realidade está bem retratada nas estrofes das canções **SEM TERRA** e **NÃO SOMOS COVARDES**:

*"Saí do campo e vim ser um operário
Mas na cidade era o mesmo proprietário
Que pagava só um salário de fome
Me Fazendo um quase-homem
Nas favelas de ninguém"*

**"Sem Terra"
Ângelo Perugini MST-SP**

*"Pegue os cereais e a lona, junte a criançada
Pois Sem Terra organizados é terra ocupada
De mãos dadas vamos longe, não somos covardes
Somos contra o latifúndio, só produz maldade*

*Existem dois projetos em jogo, isso já tá claro
Contradições entre Sem Terra e latifundiário
Pois um projeto a liberdade, vida e produção
O outro injustiça, morte e especulação"*

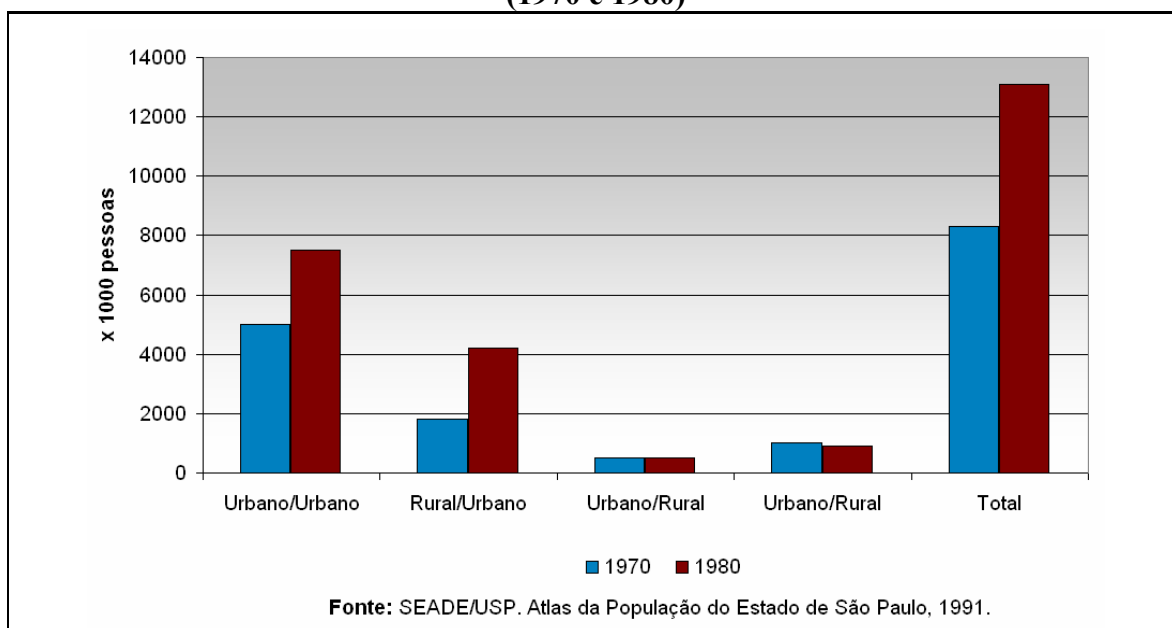
**"Não somos covardes"
Zé Pinto MST-RO**

A reconquista da terra pelos trabalhadores é compreendida a partir de sua organização e luta no interior dos processos contraditórios e desiguais do capitalismo, ou seja, o processo de territorialização do capital monopolista na agricultura e o processo de monopolização do território pelo capital monopolista. Conforme Oliveira,

“[...] devemos entender que eles têm se desenvolvido no sentido de ir eliminando a separação entre cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética. Campo e cidade, cidade e campo, formam uma unidade contraditória. Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (a agricultura, a pecuária e outros, por um lado, e a indústria, o comércio, etc., por outro), vai ser soldada pela presença na cidade do trabalhador bóia-fria do campo. As greves dos trabalhadores do campo são feitas na cidade. Ao mesmo tempo, podemos verificar que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores da cidade. A cidade, hoje, revela essas contradições. Ela é, pois, palco dessas lutas rurais/urbanas e/ou urbanas/rurais. Isso significa que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão das cidades passa pela compreensão dos processos que atuam no campo.” (Oliveira, 1991, p. 26-27).

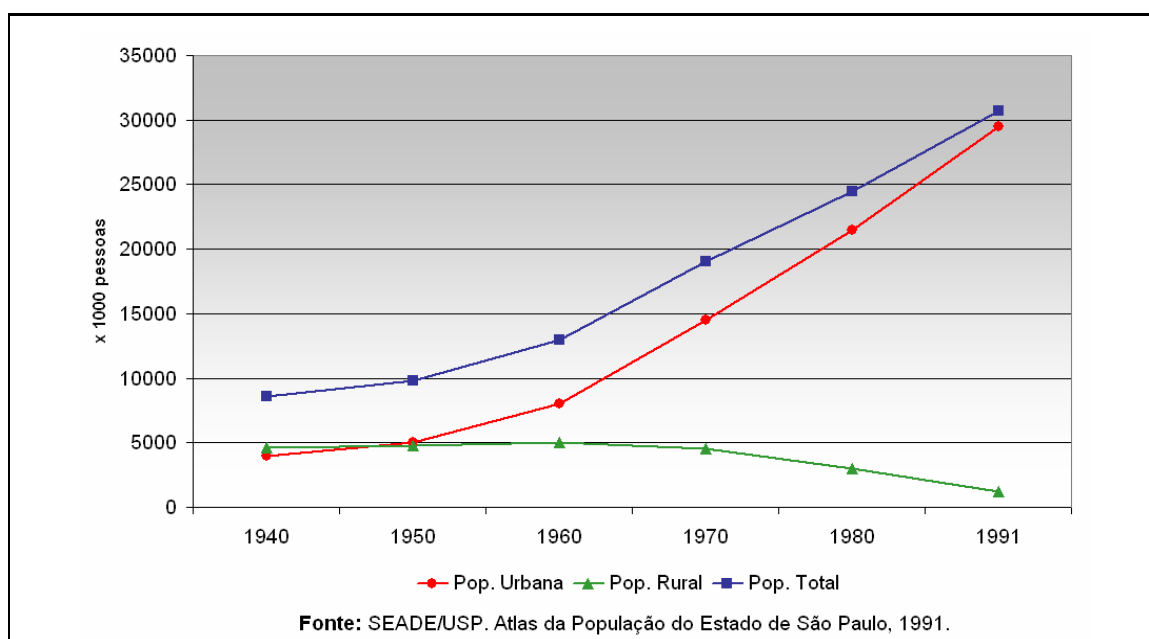
Nesse processo, nos últimos trinta anos, a migração tem sido uma das características das transformações recentes do campo e da cidade. Conforme os dados da gráfico 8, no início dos anos oitenta a população migrante representava mais da metade da população paulista. Somente nesta década, mais de quatro milhões de pessoas migraram do campo para a cidade.

Gráfico 8 – Estado de São Paulo – Fluxos migratórios por situação domiciliar (1970 e 1980)



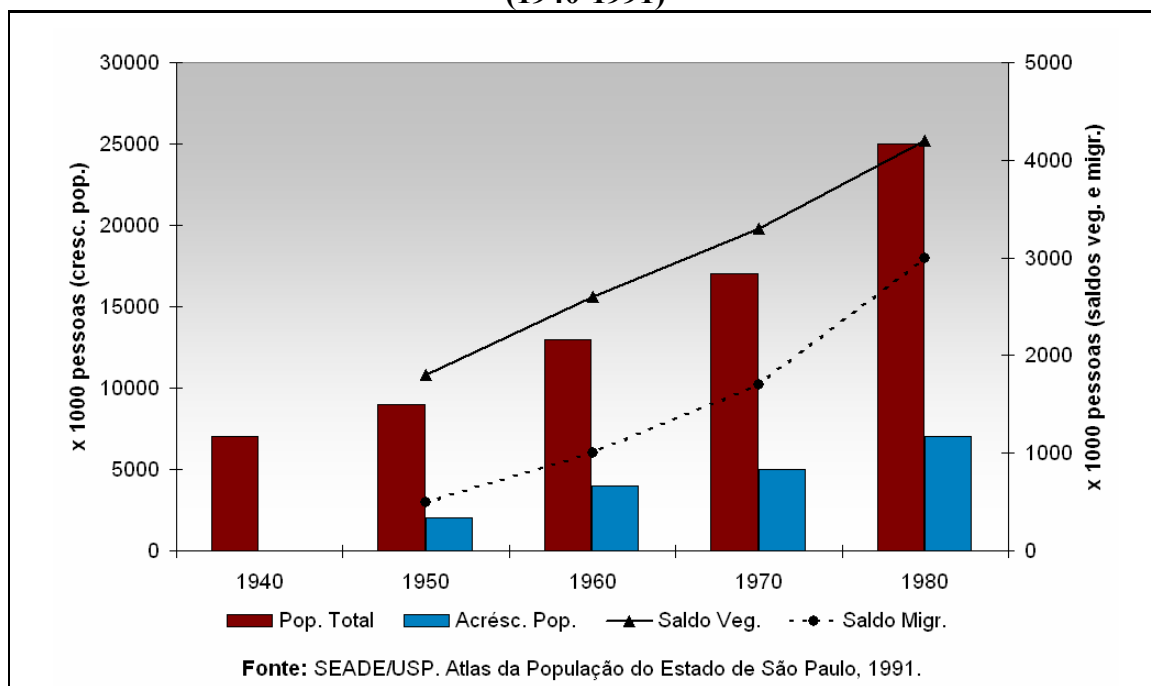
De acordo com o gráfico 9, de 1960 a 1991 a população rural passou de 4.770.463 milhões de pessoas recenseadas em 1960 para 2.273.546 milhões de pessoas em 1991, enquanto que no mesmo período, a população urbana aumentou 363%, passando de 8.053.363 milhões de pessoas para 29.272.927.

Gráfico 9 – Estado de São Paulo – Crescimento populacional (1940-1991)



Dessa forma, o grande crescimento populacional do estado de São Paulo contou com este importante personagem: o migrante. De acordo com os dados do gráfico 10, na década de 70, os migrantes foram responsáveis por 41.5% do aumento da população paulista

Gráfico 10 – Estado de São Paulo – Componentes do crescimento populacional (1940-1991)



Em 1980, quase a metade da migração interna do estado (47.1%) era de migrantes vindos de outros estados. Os principais fluxos migratórios do país em direção à São Paulo são: Paraná - 24.2%, Minas Gerais - 20.1%, Bahia - 13.7%, Pernambuco - 11.2%, outros estados do NE - 17.4% e outros estados do Brasil - 11%. (Atlas da População do Estado de São Paulo, 1991:69).

É no contexto das transformações recentes da agricultura que desenvolvemos nossa pesquisa, estudando a nova realidade de uma luta em movimento, que vem crescendo a cada dia. É a luta pela

“[...] recuperação das terras expropriadas. Nem que para isso tenham que continuar seu dever histórico: ter a estrada como caminho. O que vale dizer: migração como necessidade de sua reprodução, a luta pela fração do território distante como alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo. Quando essa possibilidade de recuperar a fração do território não pode ser realizada, ele encontra novas formas de luta para abrir acesso à terra camponesa onde ela se tornou capitalista. O

movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra é um bom exemplo dessa nova realidade". (Oliveira, 1991, p. 26).

Desde 1981, com a construção de novas formas de organização dos trabalhadores rurais sem terra, aumentou o número de conflitos por terra no estado de São Paulo e em todo o Brasil, bem como o número de conquistas de novas frações do território, num processo contínuo de territorialização da luta pela terra.

1.5 - A luta pela terra, pela reforma agrária e para construir a democracia.

"Dos campos, das cidades, das frentes dos palácios, os Sem Terra, este povo de beira de quase tudo, retiram suas lições de semente e história. Assim, espremidos nessa espécie de geografia perdida que sobra entre as estradas, que é por onde passam os que têm para onde ir e as cercas, que é onde estão os que têm onde estar, os Sem Terra sabem o que fazer: plantam. E plantam porque sabem que terão apenas o almoço que puderem colher, como sabem que terão apenas o país que puderem conquistar".

***O canto da terra
Paulo Rufino, 1991***

Com a expansão do capitalismo no campo e, conseqüentemente, com a sujeição da renda da terra ao capital, a luta pela terra é, antes de mais nada, uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração. Entendendo o desenvolvimento capitalista como desigual e contraditório, compreendemos que o capitalismo não é capaz de conter apenas um modelo de relação social, logo, o trabalho assalariado não é a única via. Desta forma, a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai além... vai em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem a (re)conquista da terra de trabalho - a propriedade familiar. Vai em direção à (re)construção da propriedade coletiva dos meios de produção, e, mais importante ainda: vai em direção à construção de novas experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra. Entender esse processo é o nosso desafio. De acordo com Oliveira, a nós geógrafos *"cabe uma tarefa talvez pequena na luta teórica: estudar, entender, compreender a luta pela terra"* (Oliveira, 1991, p. 14)

Em meados da década de oitenta, José de Souza Martins escrevia que, com a militarização da questão agrária, os militares tentavam administrar o enorme conflito social que cobria (e cobre) o país inteiro. *"Através da militarização, o governo tenta*

controlar e domesticar o demônio político que ele libertou com a sua política agrária e econômica" (Martins, 1984, p. 15).

As lutas sociais decorrentes da política econômica e fundiária do governo militar surgem com uma realidade completamente nova no campo. Esta realidade carregada de contradições desafia as formas institucionais no período de abertura política.

Assim, neste novo momento, as instituições: Estado, partidos, sindicatos, igrejas, etc, são obrigadas a responder à violência com que a questão agrária tem sido tratada. Durante o regime militar foram assassinados 1.106 trabalhadores rurais, numa luta sangrenta contra a expropriação, a grilagem de terras, contra os despejos violentos, o trabalho escravo, a queima das casas e das lavouras, a super-exploração dos trabalhadores assalariados e sem direitos, etc. Estes são fatos reais dessa política de desenvolvimento que quis levar o "progresso" para o campo (numa concepção burguesa do termo), que, ao fortalecer uma única forma de relação social, através da violência da cassação dos direitos, promoveu a miséria resultante da expropriação e exploração. Resistindo a essa realidade, os trabalhadores rurais - posseiros, sem terra e assalariados - se organizam para transformá-la.

Essa realidade se manifesta na cidade, lugar econômico e sobretudo político por excelência do mundo industrializado, onde a necessidade e o sentido da reforma agrária passam a fazer parte dos discursos dos partidos, dos sindicatos e, de certa forma, do Estado. Contudo, aqui se coloca uma questão essencial. No universo urbano, as forças políticas pró-reforma agrária vêm, muitas vezes, esse processo político numa perspectiva economicista, a partir de uma forma contratual. É exatamente aí que está o confronto, porque os trabalhadores rurais sem terra e os posseiros não estão negociando dentro da perspectiva do capital, mas sim uma relação que, embora subordinada ao capital, foge da "função progressista" de uma visão evolucionista. (Martins, 1984, p.13 e 75). Sobretudo, porque esta visão exclui as alternativas políticas construídas pelos trabalhadores rurais, que não estão lutando só por melhores condições de trabalho, mas sim para negociar o direito de propriedade, e é por isso que estão ocupando terra, para continuar o seu processo histórico como lavrador, agricultor, camponês, etc, e não como trabalhador assalariado. A luta pela terra, pela propriedade da terra, a luta por um direito de propriedade diverso, não a propriedade capitalista, é a característica fundamental das experiências de resistência, construídas dia-a-dia pelos trabalhadores sem terra. Mexer no direito de propriedade implica em mudanças de poder. Esta é a essência da questão, porque

“[...] a racionalidade econômica e política dominantes correspondem, no Brasil, a um verdadeiro pacto de classes que excluiu da cena política os trabalhadores rurais, como meio de protelar uma transformação no direito de propriedade, que alteraria na raiz as bases de sustentação dos grandes latifundiários, das classes dominantes e da forma brutal que a exploração do trabalho e a acumulação do capital assumem em nosso país.” (Martins, 1984, p. 17).

Quem se propõe analisar a luta pela terra no período da ditadura militar, tem que considerar um fato inteiramente novo: o espaço de socialização política conquistado/criado no processo de mudança no interior da Igreja católica a partir do final dos anos sessenta. Embora alguns setores da igreja tenham se envolvido com o golpe de 64, apoiando-o, acreditando que o Estatuto da Terra quebraria as barreiras do latifúndio, permitindo o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida no campo, esta expectativa logo foi abandonada. O que aconteceu de fato foi a implantação da grande empresa capitalista no campo. As mudanças que a igreja esperava não eram as que o Estado implantava. O tipo de propriedade que o Estado defendia não era o tipo de propriedade que a igreja estava defendendo. *"A igreja começa a trabalhar o problema não na perspectiva da **acumulação**, mas na perspectiva da **distribuição**. É isso que vai marcar toda a posição dela até hoje, trabalhar com a idéia de pobre e pobreza, e não com a idéia de acumulação que é o que está presente muitas vezes nas posições de partidos políticos de oposição, os partidos de esquerda em geral"* (Martins, 1986c, p. 68, grifos do autor).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), surgidas a partir do início dos anos sessenta,⁶ foram os lugares sociais onde se constituíram os espaços de reflexão sobre a realidade e, onde se desenvolveram as experiências para a organização dos trabalhadores rurais contra a política agrária em questão. Assim as CEBs representaram, nesses anos, os espaços de confronto, de ponto de partida para a luta organizada contra a política de desenvolvimento agropecuário implantada. É desses espaços que vão surgir os novos sujeitos que se politizam e começam um processo de construção de novas formas de organização social. Ao mesmo tempo, com o crescimento das Comunidades Eclesiais de Base, alguns religiosos: padres, seminaristas, bispos e também os trabalhadores rurais começaram a sofrer a perseguição do Estado autoritário.⁷

⁶ "As primeiras (CEBs) surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros" (Frei Betto, 1981: 16)

⁷ O acirramento entre a igreja católica e o Estado autoritário está muito bem documentado no livro *"As relações Igreja-Estado no Brasil"* de Prandini, F., Petrucci, V. A., Dale, R. Frei. Edições Loyola. São Paulo, 1977. Ver também *"A Igreja dos Oprimidos"*, Moura, A. C. et al. Ed. Brasil Debates. São Paulo, 1981.

Assim, no final da década de setenta, em diferentes pontos do país as ocupações de terra se intensificam, surgindo inúmeros movimentos sociais no campo com diversas denominações. Nos dois primeiros anos da década de oitenta, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) registra 1.363 conflitos por terra⁸. A maior parte das lutas iniciadas pelos movimentos sociais conta com o apoio da igreja católica e de alguns partidos de oposição que começavam a ser legalizados, assim como do novo sindicalismo em ascensão.

Com o crescimento da luta e da organização, os trabalhadores rurais expropriados retomaram o cenário político através das lutas populares. Um dos movimentos sociais mais representativos que nasceram nesse processo foi o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. As referências históricas sobre sua origem são as ocupações das fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta-RS. Das várias ocupações de terra em todo o Brasil e do crescimento das formas de organização, resultou a fundação do MST, em 1984, na cidade de Cascavel-PR, com a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra.

As experiências de luta, construídas a partir das CEBs, contribuíram para com o nascimento do MST. As comunidades tornaram-se lugares de discussão e conscientização para a construção de um espaço político de confronto na luta pela terra.

Com as mudanças políticas ocorridas em meados da década de oitenta, como resultado da ação da sociedade em diversos movimentos políticos contra a ditadura militar, lutando pela implantação da democracia no Brasil, na cidade e no campo cresceram as organizações de trabalhadores conquistando novos espaços. Neste "novo" momento da História do Brasil, o MST, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Igreja Católica, diversos partidos políticos e inúmeras entidades pró-reforma agrária articulam-se para exigir do primeiro governo da Nova República - um projeto de reforma agrária.

Em 1985, no início da Nova República, com o falecimento do Presidente Tancredo Neves, eleito pela via indireta, José Sarney, então vice-presidente, é empossado na Presidência da República. Para ocupar a presidência do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) (antigo MEAF - que foi transformado, em 30 de abril

⁸ A respeito, consultar Santos Filho, J. dos R. e Porto, M. Y. - *A geografia da Violência e algumas presenças em conflitos pela posse da Terra*. In Reforma Agrária No. 1, Vol. 14. Campinas, 1984.

de 1985 através do Decreto 91.214, em MIRAD) foi nomeado, ainda por Tancredo, o advogado paraense Nelson Ribeiro e, para ocupar a presidência do INCRA, o engenheiro agrônomo José Gomes da Silva, antigo batalhador pela reforma agrária no Brasil que já havia vivido diversas experiências: "*a experiência do autor no assunto vinha dos tempos da Revisão Agrária Paulista, em 1959, de cursos e de viagens internacionais nas áreas de Reforma, da participação na elaboração do anteprojeto do Estatuto da Terra e da presidência da Superintendência da Política Agrária (SUPRA), que exercera durante o período 1964/65*" (Silva, J. G. 1987, 45).

No final de maio daquele ano, o grupo coordenado pelo presidente do INCRA entrega uma Proposta de Reforma Agrária às lideranças políticas. No jogo de forças, a Proposta foi completamente desfigurada. Em 10 de outubro, o presidente Sarney assinava o Decreto 91.766 aprovando o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Naquele mesmo ano surgia a União Democrática Ruralista (UDR) que mobilizava os latifundiários para pressionar o governo Sarney contra a realização do PNRA. Os limites da reforma agrária ficaram explicitados com os recuos que o PNRA sofreu durante a sua elaboração. Foram doze versões que desfiguraram totalmente a Proposta apresentada pela equipe do engenheiro agrônomo José Gomes da Silva.

"Para ilustrar o grande recuo do projeto Sarney preferimos, contudo, simplesmente mostrar o que significou quantitativamente, a criação da esdrúxula figura do "latifúndio produtivo", de autoria dos juristas do Palácio do Planalto. Essa análise é aqui efetuada com base nas diferentes interpretações do estranho parágrafo 2º do artigo 2º do referido decreto Nº 91.766. Segundo a opinião abalizada de Luís Edson Fachin, o dispositivo é paradoxal ao tentar criar a figura do "latifúndio produtivo", mas que "tem sua razão de ser", do ponto de vista dos adversários da reforma, é claro." (Silva, 1987, p. 145. As aspas são do autor).

A desfiguração da Proposta tornou o Projeto inviável, representando assim a vitória das forças políticas contra a reforma agrária.⁹ Na verdade, a perspectiva de elaboração de um projeto de reforma agrária era uma condição para a criação de um novo pacto político, para a sustentação do governo que assumia o poder. De acordo com Martins,

⁹ Sobre a história do PNRA e a proposta de reforma agrária da Nova República, ver especialmente: Silva, J. G. - *Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República*. Editora Busca Vida. São Paulo, 1987; Veiga, J. E. - *A Reforma que virou suco*. Vozes. Petrópolis, 1990. Ver ainda: Silva, J. G. - *Buraco Negro: a reforma agrária na constituinte*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1989; Ribeiro, N. de F. - *Caminhada e esperança da reforma agrária*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

“Por ter percebido a sua falta de legitimidade, o novo regime político tenta impor às diferentes classes fora do poder, aos trabalhadores, o seu pacto social. Pede uma trégua e promete reformas sociais. A mais importante, a reforma agrária, vem se arrastando em meio a obstáculos de circo, sabotada por seus próprios promotores. Uma composição política conservadora no governo não tem condições de realizar a reforma na escala e na profundidade em que é proposta e exigida pela realidade social dos trabalhadores rurais. Algumas desapropriações e muita publicidade não são suficientes para convencer o trabalhador dos acampamentos, das ocupações de terra e das áreas de conflito de que a reforma agrária será feita pelos fazendeiros que estão no governo. Convence este ou aquele grupo beneficiado por uma desapropriação, E só.” (Martins, 1986c, p. 15/16).

No final do Governo Sarney, considerando as ações dos movimentos sociais, somente 6% do PNRA foi executado. Neste período foram assentadas 84.852 famílias das 1,4 milhão de famílias previstas no plano.

Mas, a grande derrota da luta pela reforma agrária aconteceu durante a elaboração da Constituição de 1988, onde o capítulo sobre a reforma agrária sofreu um enorme retrocesso, tendo como referência o Estatuto da Terra. Embora a sociedade organizada tenha apresentado uma emenda popular com mais de um milhão e duzentas mil assinaturas, acabou por prevalecer os interesses dos latifundiários. Interesses agora representados não apenas pelos "coronéis", mas também pelos empresários que se apropriaram de grandes extensões de terras durante os anos de ditadura militar. Dessa forma, as forças conservadoras representadas pela UDR, conseguiram aprovar um *"dispositivo genérico, tornando a propriedade produtiva intocável. Espertamente, a definição do conceito de propriedade produtiva ficou a cargo da legislação complementar. A viabilização da reforma agrária ficou condicionada à aprovação de uma lei regulamentado estes artigos da Constituição e de outra Lei Complementar definindo o Rito Sumário das desapropriações."* (Tonelli, 1993: 12).

Com a derrota sofrida na Constituição, iniciaram as ações de diversas entidades pró-reforma agrária e dos movimentos sociais, que resultaram, em 1989, na elaboração de uma proposta de **Lei Agrária** e outra de **Rito Sumário** apresentadas pelo deputado Antônio Marangon, PT-RS, na forma de projetos de lei.

No governo Collor a reforma agrária sofreu um golpe mortal. Durante a campanha, o candidato prometeu que assentaria 500 mil famílias, uma redução brutal com relação ao PNRA, o seu projeto de reforma agrária, denominado Programa da Terra, previa o assentamento de apenas 400 mil famílias no período 1991/94 (INCRA, 1992: 88).

No entanto, os poucos assentamentos realizados durante esse governo foram, na sua maior parte, resultados de ações do governo anterior.

O recrudescimento da luta pela terra com o aumento da violência no campo, a realização de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da "pistolagem" levou, em 1992, os deputados do Núcleo agrário do PT a recolocar o assunto em pauta. Em um acordo feito pelas lideranças do PT e partidos de centro-esquerda, foi possível votar e aprovar em julho de 1992 um projeto de Lei Agrária.

As negociações continuaram no Senado, onde as forças pró-reforma agrária conseguiram uma importante vitória. Nesta casa, o projeto recebeu 22 emendas que melhoram essencialmente o texto aprovado na Câmara. Das emendas apresentadas, uma das mais importantes foi a emenda que estabelecia o critério de prioridade de desapropriação. "*Enquanto o texto da Câmara estabelecia como critério de prioridade na desapropriação o Grau de Utilização da Terra (GUT), aplicado em nível nacional, o Senado propôs a observância deste mesmo critério, mas aplicado em cada microrregião homogênea.*" (Tonelli, 1993: 14). Esta mudança significou um importante avanço do projeto de Lei Agrária, porque com a versão do critério de prioridade na desapropriação apresentada pelo Senado, eliminou-se a possibilidade de realizar primeiro desapropriações em regiões onde GUT possua um percentual menor, ou seja, na proposta enviada pela Câmara não era possível desapropriar um imóvel no estado de São Paulo, com um GUT de 50 %, enquanto existissem imóveis nos estados do Pará ou do Amazonas com GUT's inferiores ao imóvel em questão.

Com as emendas apresentadas pelo Senado, reiniciou-se o jogo de forças na Câmara dos Deputados, onde finalmente a matéria foi votada em janeiro de 1993. Contudo, a emenda que estabelecia o critério de prioridade de desapropriação foi derrubada por ampla maioria. Mesmo assim, a votação da matéria foi um avanço das ações das forças políticas pró-reforma agrária, contra a bancada ruralista, que só foi possível a partir de acordos políticos que envolveram outra matéria votada conjuntamente: o projeto de desregulamentação dos portos. (Tonelli, 1993: 15).

Aprovado o Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, coube ao Presidente Itamar Franco sancioná-la. Neste momento, diversas entidades e instituições pressionaram e apelaram ao Presidente para que o mesmo vetasse alguns dispositivos que tornariam a Lei Agrária inaplicável.

No início do mês de fevereiro a Coordenação Nacional do MST, composta por 22 dirigentes representado quase todos os estados, onde o MST está organizado, realizou uma audiência com o Presidente. Nesta audiência a Coordenação apresentou um documento contendo propostas de medidas emergenciais para a reforma agrária e entre estas os vetos de artigos, incisos e parágrafos da Lei Agrária.

Destacamos dois dos pedidos de vetos que se referem aos artigos 15º e o 17º, parágrafo único.

Quanto ao artigo 15º: "São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária os imóveis que tenham sido adquiridos por via judicial para pagamento de dívida do anterior proprietário devedor, e que estejam sob domínio temporário do credor." (Senado Federal, 1992a: 8). Este, sem dúvida, foi um dispositivo elaborado para atender os interesses dos bancos e continuar propiciando a especulação fundiária.

Quanto ao artigo que estabelece o critério de prioridade de desapropriação: o artigo 17º:

"O assentamento de trabalhadores rurais deverá ser efetuado em terras economicamente úteis, de preferência na região por eles habitada.

Parágrafo único. A desapropriação de imóveis rurais, em todo o território nacional, que não atender a função social definida nesta lei, obedecerá a uma ordem de prioridade, segundo o Grau de utilização da terra - GUT, de acordo com a seguinte escala:

- I - Imóveis com GUT entre 0% e 20% (vinte por cento);
- II - Imóveis com GUT superior a 20% (vinte por cento) e inferior ou igual a 40% (quarenta por cento);
- III - Imóveis com GUT superior a 40% (quarenta por cento) e inferior ou igual a 60% (sessenta por cento);
- IV - Imóveis com GUT superior a 60% (sessenta por cento) e inferior ou igual a 80% (oitenta por cento)". (Senado Federal, 1992a: 9).

Este é um dispositivo que inviabiliza a reforma agrária. A permanência desse parágrafo impediria qualquer desapropriação de uma propriedade no estado de São Paulo com GUT de 50 % enquanto existir na Amazônia uma propriedade com GUT inferior. Esta é uma estratégia para restringir a reforma agrária às regiões Norte e Centro-Oeste.

A Lei Agrária foi sancionada em 25 de fevereiro de 1993, com o número 8629/93. O Presidente Itamar Franco vetou dez dispositivos, entre estes os artigos 15 e o parágrafo único do artigo 17. Mas, vetou também o parágrafo 6º do artigo 9º: "A constatação inequívoca, nos termos e condições previstos em lei, do emprego de trabalho escravo importará em confisco do imóvel." A razão do veto, segundo o Presidente é a

inconstitucionalidade do confisco da propriedade, argumentado que o tema está contemplado no artigo 186, incisos III e IV da Constituição Federal, onde a manutenção do trabalho escravo descaracteriza a função social da propriedade rural tornando-a passível de desapropriação. Este veto contém na sua própria razão, a tolerância para que o trabalho escravo continue sendo utilizado no Brasil.

Existem ainda alguns artigos que permaneceram e que dificultam a realização da reforma agrária. É o caso do artigo 7º, ou segundo Abramovay et Alii, 1993: 101, este artigo incentiva a indústria do "projeto frio". O referido artigo impede a desapropriação de imóveis onde esteja sendo implantado um projeto técnico. Esta condição possibilita aos latifundiários a elaboração de quantos projetos forem necessários para impedir a desapropriação.

Outro dispositivo que permaneceu no Projeto Lei é o artigo 20º, que impede de ser contemplado pela distribuição de terras "quem já tenha sido contemplado anteriormente com parcelas em programa de reforma agrária." Este artigo prejudicará, sem dúvidas, as famílias que já participaram de assentamentos mal concebidos ou não conseguiram resistir as determinadas condições político-econômicas enfrentadas, não permitindo, dessa forma, a existência de novas oportunidades.

Finalmente, com a existência de uma lei de reforma agrária, a luta que se travou no Congresso Nacional foi pela aprovação da Lei de Rito Sumário (Projeto de Lei número 67 - 1992b - Complementar número 71/89). Em sua tramitação o Projeto de Lei foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 30 de junho de 1992 e enviado para o Senado, onde foi aprovado no início de 1993, retornando a casa de origem onde foi votado através de acordo entre as lideranças e sancionado sem vetos, pela Presidência da República, em julho de 1993. (Lei Complementar Nº 76, de 6 de julho de 1993). Segundo Moraes e Fachin, 1993, são diversos os artigos dessa Lei que serão objetos de contestação durante as desapropriações. Dessa forma, embora já existam dispositivos legais, a reforma agrária só acontecerá na prática com a intensificação da luta pela terra. Diante dessa condição, o número de ocupações cresceu. Em 1993, foram realizadas mais de 70 ocupações com aproximadamente 20.000 famílias acampadas (MST, 1993: 6). As ações dos movimentos sociais na luta pela terra contribuem para que a reforma agrária saia do papel. É assim que, pouco-a-pouco, novas conquistas vão se tornando possíveis no cenário das forças políticas do Brasil hoje.

Durante o governo Itamar Franco houve uma lenta retomada das ações para a execução de novos projetos de assentamentos, todavia, em situação mais promissora do que no governo anterior. Nesse período, não surgiu nenhuma proposta de reforma agrária. Apenas a tentativa de administração dos conflitos e das ocupações de terras com a realização de novos assentamentos.

No governo Fernando Henrique Cardoso, a reforma agrária foi apresentada como uma medida para o desenvolvimento da agricultura familiar, para a solução do problema da segurança alimentar e para a redução dos conflitos agrários. Contudo, o projeto se limita a uma política compensatória, sem ter o objetivo de alterar o modelo de desenvolvimento da agricultura. Suas metas para o programa de assentamentos rurais são de 280 mil famílias no período 1995/98. Outra redução brutal com relação ao PNRA. Mesmo assim, a viabilidade da realização das metas é duvidosa, considerando a aliança política que sustenta o governo.

A política agrária colocada pelo atual governo, na realização de seu projeto de reforma agrária, dá continuidade aos princípios do modelo de desenvolvimento da agricultura implantado pelos governos militares. Esta posição linear e economicista não reconhece a importância e o potencial da pequena agricultura no processo de produção agrícola. A agricultura familiar ainda é vista como atrasada enquanto o único modelo viável é a agricultura capitalista.

Passados mais de trinta anos do Estatuto da terra e dez do I PNRA, os conflitos permanecem e tendem a crescer. Este é um dos principais elementos da questão agrária dos anos 90, ao se concretizar a contradição inerente da política agrária implantada em meados dos anos sessenta. Paralelamente cresceram a produção de alimentos e o número de brasileiros que passam fome, excluídos pelo modelo de modernização econômica.

Neste contexto, a agricultura familiar vem sendo acometida por políticas agrícolas, que contribuem para com a sua desestruturação, enquanto a luta pela terra e a luta pela reforma agrária permanecem como condições de enfrentamento e de resistência a um modelo único de desenvolvimento da agricultura

As lutas no campo continuam crescendo, muito mais pelas deliberações dos trabalhadores Sem Terra tiradas no seu Primeiro Congresso, realizado em janeiro de 1985, em Curitiba - PR, que têm nas ocupações de terra o principal avanço da reforma agrária, do

que na aplicação do PNRA que, praticamente, não tocou na estrutura fundiária. Desde então, nenhum outro governo propôs a elaboração de um novo plano de reforma agrária.

Assim, a luta pela terra continuou em todo o Brasil, especialmente, sob o lema OCUPAR, RESISTIR, PRODUZIR. É este processo de luta na construção do MST que estudamos nos capítulos seguintes.

2 - A GÊNESE DO MST NAS NOVAS FORMAS DE LUTA PELA TERRA.

2.1 - As novas formas de luta no campo e na cidade.

*"O governo cria entidades e põe pra solucionar
O problema dos Sem Terra que cresce e não quer parar.
O que precisa ser feito é tirar desse sujeito
O direito de mandar.*

*Militarizaram o campo querendo amedrontar
Pensando que com polícia a fome ia acabar.
O que precisa ser feito é tirar desse sujeito
O direito de mandar.*

*Grileiro e polícia junto faz coisas que é de assustar
Mata e prende quem trabalha, não deixa se organizar.
O que precisa ser feito é tirar desse sujeito
O direito de mandar*

*Até o Estatuto da Terra chegou a se emancipar
Só vem Reforma Agrária dum governo popular.
O que precisa ser feito é tirar desse sujeito
O direito de mandar.*

*Acabou-se a brincadeira, não vamos mais aceitar
Que esse governo assassino continue a matar.
O que precisa ser feito é tirar desse sujeito
O direito de mandar".*

ÚLTIMO PRAZO
Ademar Bogo MST/BA
Canções da luta, p. 3.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo.

Neste capítulo, analisaremos a primeira fase desse momento histórico da luta pela terra e da formação do MST, compreendido entre 1978 e 1985. Neste período da luta pela democracia, de transição política e de rupturas, a classe trabalhadora retoma suas perspectivas conquistando novos espaços no campo e na cidade. Os acontecimentos mais importantes dessas conquistas têm o seu começo assinalado pelas experiências construídas nas lutas populares, que desafiavam as formas institucionais. Os desafios se apresentavam

no avanço da luta em relação aos partidos políticos, legais e clandestinos (Martins, 1981, p. 9), nas rupturas com tradições e práticas conhecidas (Silva Telles, 1988, p. 254) e pelo rompimento com esquemas populistas do passado (Scherer-Warren, 1987, p. 42) etc. Rompendo com estruturas, se desafiando e criando novas formas de organização, os trabalhadores rurais iniciam um novo processo de conquistas na luta pela terra.

A formação de vários movimentos sociais aconteceu em um processo de gestação no decorrer dos anos setenta. Assim o MST começou a ser gerado no espaço social conquistado pelas diversas experiências das lutas populares: estratégia político-cultural concebida no universo destes sujeitos.

No início desse período, no campo, em diversos estados, aconteceram lutas localizadas que deram origem ao MST. As lutas que marcaram o princípio da história do MST foram as ocupações das glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta-RS, em 1979; a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê-SC, em 1980, ainda nesse ano, no Paraná, o conflito entre mais de dez mil famílias e o Estado que, com a construção da Barragem de Itaipu, tiveram suas terras inundadas e o Estado propôs apenas a indenização em dinheiro; em São Paulo a luta dos posseiros da fazenda Primavera nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência; no Mato Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores rurais arrendatários desenvolviam uma intensa luta pela resistência na terra. Outras lutas também aconteciam nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Goiás. (MST, 1986, p. 42/43; Medeiros, 1989, p. 147/150; Stédile e Gorgen, 1993, p. 28/30).

Na cidade a luta mais relevante foi a organização dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista nas greves que irromperam no processo de redemocratização do país. Conforme Sader,

“[...] a novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando os seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos. O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua apresentação... Era a manhã ensolarada do dia primeiro de maio de 1980, e as pessoas que haviam chegado ao centro de São Bernardo para a comemoração da data se depararam com a cidade ocupada por oito mil policiais armados, com ordem de impedir qualquer concentração.” (Sader, 1988, p. 26/27).

Das múltiplas experiências constituídas no cotidiano popular, emerge o "novo sindicalismo", cuja potencialidade e reconhecimento político eram destacadas, de diversas formas, tanto pela sociedade quanto pelo Estado (Sader, 1988, p. 183/184). Outra luta que se desenvolvia era a da criação de um partido que defendesse os interesses dos trabalhadores. Essas lutas representavam a reconquista dos direitos, da dignidade da classe trabalhadora e, portanto, motivavam as lutas que se realizavam no campo.

Nesse momento de ruptura e desafios às instituições convencionais, os trabalhadores rurais construíram uma nova forma de organização social. As lutas populares que se desenvolveram nesse período contribuíram muito nas mudanças das estruturas tradicionais das organizações políticas, principalmente da Igreja Católica, do "novo sindicalismo" representado pela CUT e na construção do Partido dos Trabalhadores (PT). Estas instituições foram, no transcorrer do tempo, as principais matrizes político-culturais do movimento de trabalhadores rurais que emergia. Mas a necessidade política da criação de uma nova forma de organização social se dava exatamente pelos limites que as estruturas convencionais das instituições envolvidas na luta pela terra enfrentavam. Estas, evidentemente, não respondiam às necessidades e aos interesses desses sujeitos. Esta luta em movimento requer avanços e a igreja, o sindicato e os partidos contribuíam dentro das dimensões das suas estruturas.

Vale dizer que a luta pela terra é um dos problemas sóciopolítico de que estas instituições se ocupam. A reforma agrária consta em seus programas como um objetivo a atingir, mas não são os sujeitos realizadores do processo. Estas instituições aparecem no cenário da luta como "apoio", através das alianças, mas de fato os verdadeiros realizadores são os trabalhadores, são eles que fazem a luta. De acordo com Nogueira: "Assim fazendo, este sujeito ilegítima nas instituições a cara hegemônica delas. Partidos, Igrejas, sindicatos, entidades oficiosas vão merecendo a ilegitimidade de terem a cara e a marca do oficioso, do hegemônico" (Nogueira, 1993, p. 47). Mas a forma de organização dos movimentos sociais tem a eficácia de permitir que estas instituições o perpassem. Assim, acontece uma interação conflitante e, em seu desdobramento, os sujeitos que se fazem na luta vão reconhecendo o seu papel nesse processo - a sua competência e a sua legitimidade. Nas palavras de Sader, 1991, os movimentos sociais

“[...] mostravam que havia recantos da realidade não recobertos pelos discursos instituídos e não iluminados nos cenários estabelecidos da vida pública. Constituíram um espaço

público além do sistema da representação política. Através de suas formas de organização e de luta, eles alargaram as fronteiras da política. Neles apontava-se a autonomia dos sujeitos coletivos que buscavam o controle das suas condições de vida contra as instituições de poder estabelecidas.” (Sader, 1991, p. 314).

Em suas experiências, na formação do movimento, os trabalhadores ao conquistarem o seu próprio espaço, construíram o espaço de socialização política, que, dimensionado, possibilitou a elaboração de práticas, de formas de luta como enfrentamento nos diferentes níveis das relações sociais. Assim (se) fazendo, ampliam o sentido da luta pela terra que passa a ser entendida para além da questão econômica, ou seja, é também um projeto sociocultural de transformação das suas realidades. Os efeitos sociais desse movimento sobre as relações sociais atingem toda a sociedade. Estes são frutos dos conflitos e, também, da ações desses sujeitos que tem por objetivo causar transformações específicas e gerais nas relações de poder.

Ao estudarmos a luta pela terra, frente às contradições do capital, através das ações elaboradas num campo de conflitos que entendemos como espaço social, onde se desenvolvem as relações sociais e, onde estes sujeitos, ao desenvolverem uma luta em movimento, transformam o próprio espaço, vale repensar a razão de sua existência. Retomando a contribuição de E. P. Thompson na introdução deste trabalho, não pensamos e, portanto, não vemos a classe trabalhadora como uma estrutura, como uma categoria estática, mas como uma formação social e cultural em movimento. Assim vista, não podemos entender esse movimento dentro de uma estrutura determinada, mas sim num processo contínuo do fazer-se na luta. Conforme Thompson: *"isto vem destacar, não obstante, que classe, em seu uso heurístico, é inseparável da noção de "luta de classes". Em minha opinião, tem se prestado uma atenção teórica excessiva (grande parte da mesma a-histórica) à classe e muito pouca à luta de classes"*. (Thompson, 1989, p. 37).

Desse modo, superando as estruturas e criando novas formas, os trabalhadores rurais vêm construindo e conquistando novos espaços, bem como a terra de trabalho ou frações do território na luta pela terra.

2.2 - CEBs: lugar social e espaço de socialização política.

*"Somos gente nova, vivendo a união
Somos povo semente de uma nova nação
Somos gente nova, vivendo amor
Somos comunidades, povo do Senhor*

*Vou convidar meus irmãos trabalhadores
Operários, lavradores, biscateiros e outros mais
E juntos vamos celebrar a confiança
Nossa luta na esperança de ter terra, pão e paz."*

*Somos gente nova
Canto de comunhão*

Na primeira metade da década de 70, nesses anos do auge do regime militar, as CEB's foram o lugar social onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. Embora tenha apoiado o golpe de 64, a Igreja começa a mudar de posição a partir de 1973. Nas suas bases, alguns sacerdotes já se envolviam com o processo de resistência dos trabalhadores em torno da questão da terra. Esse espaço político havia nascido no começo dos anos sessenta, quando começaram a surgir as primeiras Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. Nessas comunidades, começa a ganhar importância a reflexão sobre a realidade imediata, como exercício da liberdade pessoal. Para a execução dessa prática, foi preciso construir, nesse lugar, um novo espaço, novas dimensões e novos valores. As comunidades deixam de ser apenas o lugar onde os fiéis iam à procura de "paz" para se tornar um espaço de reflexão e de opções pessoais e coletivas sobre a vida. Segundo Frei Betto são dois fatores correlatos que explicam o nascimento das CEBs:

“[...] a expropriação da terra e a exploração do trabalho. Migrantes e oprimidos, os membros das comunidades, se outrora buscavam na religião um sedativo para os sofrimentos, encontram agora um espaço de discernimento crítico frente à ideologia dominante e de organização popular capaz de resistir à opressão. A própria conjuntura nacional ajudou a reforçar as comunidades eclesiais de base. Ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que esse mesmo povo buscasse um novo espaço para se organizar. Esse espaço foi encontrado na igreja, única instituição do país que, por sua índole histórica, escapa ao controle direto dos poderes públicos.” (Betto, 1981, p. 20-22).

A razão histórica da existência desse espaço é compreendida, primeiro, pela expansão capitalista no campo e, segundo, pelas mudanças profundas sofridas, em parte,

nas estruturas da Igreja Católica no início dos anos sessenta. O envolvimento dos sacerdote com a realidade dos trabalhadores e o surgimento da CEBs como lugar de reflexão modificaram as relações políticas em diversas localidades. "Em vários lugares, e no campo, onde as comunidades surgiram, a mudança da orientação pastoral fez com que o sacerdote, nas visitas de desobriga, deixasse de hospedar-se na casa do patrão para hospedar-se na casa do camponês" (Martins, 1984, p. 108). Esta nova postura sóciopolítica avança ainda mais a partir dos documentos de diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), publicados após o Concílio Vaticano II (1965), a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín, Colômbia (1968) e a III conferência em Puebla, México (1979). Nesse movimento de renovação da igreja pela teologia da libertação, as comunidades eclesiais de base começavam a criar novos espaços. Na América Latina um marco importante foi a Conferência de Medellín.

“Em Medellín, Colômbia, recorrendo à eclesiologia da comunidade sancionada pelo Concílio, os bispos partem sempre da constatação da realidade latino-americana, que lhes aparece como uma situação não querida por Deus, fruto por conseguinte do pecado. Pecado daqueles que friamente exploram os pobres e os trabalhadores, vivendo de privilégios e de direitos adquiridos, tendo ainda a ousadia de se dizer cristãos e de censurar os esforços evangélicos das comunidades cristãs. Medellín estabelece com vigor que os cristãos precisam de empenhar na luta contra as estruturas injustas da sociedade latino-americana e que este empenho é fundamental e básico para toda a ação pastoral. Foi nesse sentido que Medellín fundou a teologia da libertação: enquanto adotou, na base da orientação pastoral, a necessidade de uma reflexão teológica sobre o sentido da luta contra a injustiça”. (Catão, 1986, p. 57).

Com relação à realidade do campo brasileiro, uma das ações da igreja foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975. Trabalhando conjuntamente com as paróquias nas periferias das cidades e com as comunidades rurais, contribui na organização e na luta dos trabalhadores. Esse processo de organização possui algumas características que nos ajudam a compreender o multidimensionamento do espaço social, a formação de um novo sujeito histórico e a elaboração das formas de organização social, das quais emergem os novos movimentos sociais.

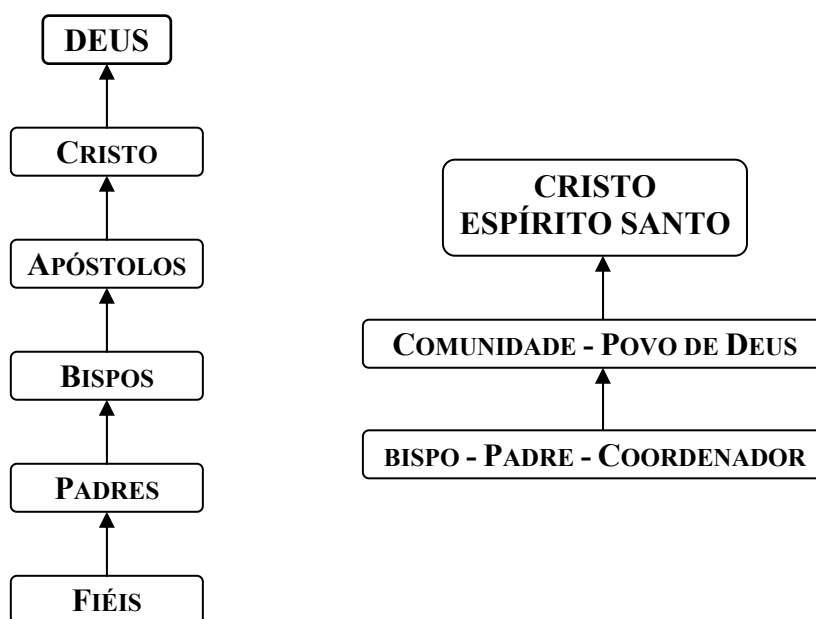
Dentro de uma visão libertadora da nova evangelização (Boff, 1990 e 1992), os pobres - expropriados, explorados e muitas vezes miseráveis - deixam de ser vistos como "cordeiros", e, nas CEBs estes sujeitos passam a ser vistos em toda a sua dimensão. Assim a igreja incorpora em seus rituais e trabalhos na comunidade: a cultura, o interesse, a vontade e o conhecimento para refletir a história e evidentemente a realidade econômica desse povo. É nessa perspectiva que *"o pobre emerge como sujeito de sua*

libertação e também da nova evangelização. Ele é sujeito criador de igreja. As CEBs representam a obra dos próprios oprimidos, que, apoiados por tantos bispos, padres teólogos e outros agentes sociais, a partir de sua fé e de sua cultura estão recriando a Igreja como comunidade de vida" (Boff, 1992, p.35)

As CEBs tornaram-se lugares de reflexão, o espaço de socialização política, onde o objetivo do trabalho pastoral era a conscientização sobre a realidade dos participantes. Esses lugares são transformados em "espaços de liberdade", no sentido que ali se podia falar, ouvir e pensar. Dessa maneira, através da ampliação desse processo pedagógico, onde os sujeitos refletiam sobre as suas histórias, também começou-se a articular ações de resistência contra as injustiças. As celebrações passaram a contar com a participação dos leigos, que deixavam de ser meros expectadores. Os sacerdotes motivavam as pessoas a se manifestarem, abrindo a palavra em determinado momento da homilia. A leitura do evangelho era associada à realidade da luta da comunidade. Desta forma, as celebrações, também, passaram a ser momentos de reflexão sobre a vida concreta, ou seja, a leitura do evangelho era calcada no real, havia uma relação direta com a história, com a cultura e com a situação econômica daquelas pessoas na sua trajetória de vida e de seu espaço de vida. As CEBs se tornavam um espaço de socialização política, onde as famílias se reuniam para se conhecerem, e pensar sobre o seu papel na sociedade. Ali se discutia os mais diversos temas, algumas vezes orientados pelos temas das campanhas da fraternidade, noutras vezes orientados pela própria ação da comunidade. As pessoas participavam das mais diversas formas: ensinando a partir da sua própria história, ou associando com o conteúdo dos livretos ou da Bíblia. Participavam apreendido sobre si mesmas e sobre a coletividade. Construía-se um espaço personalizado e coletivizado.

Numa sociedade que vivia um período de governo autoritário, onde a participação praticamente inexistia e os cidadãos estavam tentando se organizar para lutar pelo direito de ter direito, as CEBs propiciavam um espaço comunicativo. Ali, as pessoas se reuniam para aprender através do método ver, julgar e agir. As CEBs eram escolas de cidadania. O sentido mais importante desta congregação era o espírito da igualdade: todos eram povo de Deus. Esse sentido de igualdade e valorização das pessoas motivava a participação de forma que a timidez e a insegurança eram superadas pelo fato de estarem entre iguais. Conforme a representação feita por Leonardo Boff, podemos ver as diferenças nas hierarquias da(s) igreja(s) conservadora e progressista. Obviamente que o que está em questão é uma relação política e, portanto, de poder, subordinação e democracia.

A concepção Igreja-Povo-de-Deus inverte a relação quanto aos ministérios. Supõe uma troca de eclesiologia. A Eclesiologia clássica, que ainda vigora na cabeça de muitos, é uma Hierarquiologia, vale dizer, uma Igreja que só considera a Hierarquia. Numa representação a diferença é a seguinte:



“Nesta concepção, o fiel não tem nada. Apenas o direito de receber. Os bispos e os padres receberam tudo: é um verdadeiro capitalismo. Eles produzem os valores religiosos e o povo consome. Estilo monárquico e piramidal.

Todos os serviços ao Povo de Deus, dentro do Povo de Deus, em favor do Povo de Deus. Os serviços são posteriores. A comunidade é anterior. Estilo fraternal e comunitário. Flexível; conforme as necessidades surgem os serviços.” Boff, 1981, p. 207

Esse modelo "parlamentar" flexível, que era a base da organização da CEBs, serviu como referência para as novas formas de organização social que emergiam, como foi o caso do MST. As CEBs eram os lugares onde foi possível criar espaços para se comunicar, apreender e se organizar para lutar, para enfrentar, de fato, o inimigo, para transformar a realidade dura e sofrida.

Conforme Martins: *"tais espaços têm sido, nos últimos vinte anos, justamente os espaços de confrontos e dos conflitos sociais mais agudos, preponderantemente referidos à questão da propriedade da terra, rural ou urbana, agrícola ou de moradia"* (Martins, 1989, p. 61).

No caso da luta pela terra, o livro do Êxodo era uma das referências para que os trabalhadores compreendessem melhor a sua história. Nas comunidades, durante os estudos bíblicos era feita uma analogia entre o êxodo do povo hebreu e o êxodo sofrido pelos trabalhadores rurais. Esse processo pedagógico enriquecia as novas formas de organização que emergiam. Estava em movimento a "fermentação" da caminhada à "terra prometida". Diante das leituras de suas condições sócio-política-econômico-culturais, os trabalhadores rurais iniciavam o confronto contra o modelo econômico de desenvolvimento da agricultura. No desenvolvimento desse confronto produzido pelas relações sociais, criava-se um novo espaço, principalmente nas suas dimensões político-culturais, de resistência que foi a força motriz que deu início à territorialização da luta pela terra no Brasil nas últimas décadas.

2.3 - A gênese do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

*"O Movimento Sem Terra nasceu da necessidade
Da vida que leva um povo que passa dificuldade
Seus princípios e fundamentos são a terra e seus problemas
Solo mal utilizado, espúrio de um mau sistema..."*

*Nos fecharam as vias legais, só nos restam os acampamentos
Resistir à polícia e às armas, conquistar novos assentamentos
Desta terra somos herdeiros, brasileiros de fibra e talento
Nos queremos um novo porvir e suprir o país de alimento."*

*A terra chama à luta
Andreato/RS
Canções da luta, pág. 21*

Uma luta de grande relevância, desse período, é a organização dos trabalhadores rurais nos municípios de Ronda Alta e Sarandi-RS - "Os colonos de Nonoai". Em maio de 1978, mais de mil famílias, que desde 1968 vinham arrendando as terras da Reserva Indígena dos índios Kaingang de Nonoai, através da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), começaram a sair por causa dos conflitos com os índios que exigiam a desocupação integral de suas terras. Das famílias que foram despejadas da reserva, uma parte permaneceu acampada na região de Ronda Alta/Sarandi: 700 famílias. A a maior parte, não tendo para onde ir, foi alojada no Parque de Exposição Internacional de Esteio.

Das famílias alojadas no Parque, 550 foram transferidas para o estado de Mato Grosso, no projeto de colonização da Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda. Outras 128 famílias foram assentadas em Bagé, sob responsabilidade da Cooperativa Mista Aceguá Ltda. Os trabalhadores sem terra que permaneceram na região, com o apoio de diversas entidades e da igreja católica, começaram a realizar assembléias para discutir a sua realidade. (Gehlen, 1983, p. 170/180).

Conforme Ruckert: "*o caso dos colonos de Nonoai passava a se constituir em movimento social num contexto econômico e político, em que tanto a ditadura militar dava seus primeiros sinais de rachadura como a sociedade civil recomeçava a ocupar seus espaços de direito.*" (Ruckert, 1991: 440).

No final do mês de junho, aproximadamente 200 famílias ocuparam uma área da reserva florestal da fazenda Sarandi. Foi uma tentativa fracassada, devido à desorganização interna. Gehlen avalia que:

“As lições desse fracasso foram assimiladas e decisivas para o sucesso da invasão concretizada 14 meses mais tarde nas glebas Macali e Brilhante a sete de setembro de 1979, ocupam a área que era explorada pela Madreira Carazinhense - MACALI. As 110 famílias que participaram da invasão após resistirem a algumas pressões e intimidações, foram aceitas pelo Governo Estadual como candidatos a plantar a área e a posteriormente serem assentados.” (Gehlen, 1983, p. 155).

O Sr. Adelino e o pe. Arnildo, personagens dessa luta comentam esse momento importante:

Enquanto os militares marchavam no dia 7 de setembro (1979), nós marchamos diretamente pra Macali. Quando a gente chegou aqui, a primeira coisa a fazer foi plantar esta cruz. Porque a cruz é o sofrimento do trabalhador sem terra. (Sr. Adelino. Assentado na Gleba Macali. Ronda Alta-RS).

Entramos na Macali, entrando pela Brilhante, porque não podia entrar pela frente, uma vez que a sede da fazenda ficava bem na entrada, onde hoje está o monumento dos Sem Terra. Foi feita a ocupação sem maiores problemas e como era feriado, no dia seguinte a polícia não chegou. Ninguém se manifestou. No dia seguinte era sábado e também

ajudou pras pessoas se instalarem melhor. Mas no domingo chegou a Brigada Militar ameaçando de despejo. (Pe. Arnildo. Ronda Alta-RS.).

Após a ocupação da gleba Macali em 25 de setembro de 1979, 70 famílias ocuparam uma gleba vizinha, a gleba Brilhante, também no município de Ronda Alta. A luta cresce e em outubro 150 famílias ocupam a fazenda Anoni no município de Sarandi e são despejadas. Desta luta nasce o histórico acampamento da Encruzilhada do Natalino. Cinco anos depois, em outubro de 1985, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 2.500 famílias de quarenta municípios do nordeste e noroeste do Rio Grande do Sul ocupam definitivamente a fazenda Anoni (Ruckert, 1991:453/479).



Foto 1 – Local onde foi montado o acampamento na gleba Macali.

Da ocupação da fazenda Anoni começaram novas lutas. Foram experiências como estas, construídas cotidianamente pelos trabalhadores, que marcaram a gênese de uma nova fase de lutas dos trabalhadores rurais.

A partir dessa data, aumentaram as ocupações de terra em vários estados. Eram lutas localizadas que traziam em si uma experiência comum: a sua forma de organização. Alguns desses movimentos já haviam criado suas próprias denominações que traziam, nas suas siglas, a sua localização, como por exemplo nas lutas no estado do Paraná: Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste (MASTRO); Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste (MASTES). No estado de São Paulo surgia o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo e o Movimento dos Sem Terra de Sumaré, etc.

Na realidade, todas as lutas eclodiam em diversos lugares ao mesmo tempo. A divulgação das lutas pela igreja e, em pequena parte, pela imprensa fez com que surgissem a necessidade e o interesse de se trocar experiências. Das experiências em curso, houve uma certa prevalência das lutas do Sul do país (uma luta que virou exemplo foi a de Ronda Alta) pelo rápido crescimento do número de famílias envolvidas, pelo enfrentamento e as formas de resistências construídas no cotidiano da luta popular, pelas primeiras conquistas e pela ampla divulgação entre os trabalhadores rurais sem terra, como pode ser observado neste trecho do artigo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo, publicado pela Associação Brasileira de Reforma Agrária: "A divulgação da luta continuava, alguns trabalhadores saíam à procura de terra nas beiras das rodovias incentivados pela experiência de Ronda Alta. Inclusive diversas vezes foram enviadas para o Sul manifestações de apoio e solidariedade." (Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo, 1983: 36). E ainda no trabalho de Ruscheinsky: "a formação do acampamento de Ronda Alta foi um acontecimento histórico em que trabalhadores rurais aparecem como o centro da manifestação pública dos conflitos agrários. As manifestações recomeçam nos anos oitenta após um período de repressão e no oeste catarinense organizam-se algumas comissões de visita a este acampamento. Assim incentivou-se o início da organização no estado" (Ruscheinsky: 1989, p. 154).

Foi com a troca de experiências, que a articulação nacional desses movimentos começou a ser construída na perspectiva de superação do isolamento e em busca da autonomia política. Esta superação se fazia necessária devido às dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das lutas localizadas. As lutas acontecem no campo, porém o processo de conquista da terra não acontece só no campo, mas principalmente na cidade. Assim, uma articulação nacional poderia permitir a construção de uma forma de

organização social que fortaleceria esse processo de conquista, construindo uma infraestrutura para a luta.

A articulação aconteceu a partir dos encontros entre as lideranças das lutas localizadas. A CPT, que na época já possuía uma organização a nível nacional e estava presente em quase todas as lutas, promovia esses encontros. No Centro-Sul, um encontro importante foi realizado em julho de 1982, no município de Medianeira-PR. A nível nacional, a CPT promoveu em setembro do mesmo ano um encontro em Goiânia-GO, onde participaram trabalhadores de 16 estados.

Aí foi o primeiro encontro para troca de experiências da luta pela terra. Eu me lembro bem que quem assessorou foi o José de Souza Martins. Foi a primeira reunião nacional que eu fui, nunca tinha saído do Rio Grande... Foi um encontro de troca de experiências e nenhuma proposta, troca de experiência: como é que vocês fizeram isso, como é que vocês fizeram aquilo. Foi pra se conhecer. Inclusive aí então começou a se conversar que a gente podia se organizar, podia ter mais contato. Tinha umas idéias assim: não a CPT vai fazer isso pra nós. Como nós se conhecemos nessa reunião, nós dos estados do sul resolvemos nessa reunião, nós vamos continuar se reunindo, nós vamos continuar se encontrando. Então nós fizemos uma espécie de regional, sem estar escrito nada. Continuamos se reunindo periodicamente nestes cinco estados do Sul. (João Pedro Stédile - MST).

É a partir desses encontros que algumas lideranças, das lutas existentes no sul do país, começaram a discutir as possibilidades de se organizar um movimento social mais amplo, que permitisse superar os problemas do isolamento. Assim, em janeiro de 1983, fizeram um encontro em Chapecó-SC e criaram uma Coordenação Regional Provisória que reunia representantes de cinco estados do Centro-Sul: RS, SC, PR, SP e MS. Nesse ano, foram realizados outros encontros nas cidades de Naviraí e Glória de Dourados-MS, em Araçatuba-SP e em Ronda Alta-RS.

Aí essa Coordenação Regional resolveu o seguinte: por que nós não organizamos um negócio maior? Só estamos nós aqui do Sul. Vamos

fazer um encontro nacional de conflitos pela terra. E convocamos um encontro nacional para janeiro de 1984 em Cascavel. Aí vieram, eu não me lembro se foram doze ou dezesseis estados. Todo mundo tinha luta pela terra. Essa era a marca para poder participar. Em todos esses encontros e também nesse encontro nacional, era um negócio muito integrado com a CPT que apoiava as lutas fazendo os contatos e conseguindo infraestrutura. Bom aí fizemos esse encontro nacional em Cascavel-PR e aí sim, já com a marca bem de trabalhador mesmo, quer dizer, aquele ainda de Goiânia foi um encontro da CPT, para refletir sobre a luta pela terra. Esse aqui não, esse já foi das próprias lutas. (João Pedro Stédile - MST)

As experiências construídas no cotidiano da luta proporcionaram aos trabalhadores uma nova forma de organização que, nas palavras de Eder Sader, "havia recantos da realidade não recobertos pelos discursos instituídos".

Esse Encontro Nacional representou então a fundação e a organização de um movimento de camponeses sem terra, em nível nacional, que iria se articular para lutar por terra e pela reforma agrária. Aí nasceu o Movimento Sem Terra, com a articulação dos diversos movimentos que estavam acontecendo em nível localizado. E foi então batizado de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (Stédile e Gorgen, 1993, p. 30/31).

Neste encontro também foram elaborados os objetivos gerais do MST:

- 1. Que a terra só esteja nas mãos de que nela trabalha;**
- 2. Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;**
- 3. Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária;**
- 4. Organizar os trabalhadores rurais na base;**
- 5. Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político;**
- 6. Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;**
- 7. Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.¹⁰**

¹⁰- Agenda Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - 1987. São Paulo.

Estes objetivos representam a luta histórica dos trabalhadores rurais. Alguns apresentam as novas características dessa luta, como por exemplo os números 3 e 5 que têm por finalidade a aproximação dos trabalhadores sem terra com o sindicato e com o partido, nos quais havia uma identificação de luta (vale lembrar que o PT havia sido fundado em 1982 e a CUT em 1983). O número 6 mostra a necessidade de tentar sair da dependência que tinham com relação à igreja e o número 7, a ampliação da luta.

As reivindicações tiradas nesse encontro foram (são):

- 1. Legalização das terras ocupadas pelos trabalhadores;**
- 2. Estabelecimentos da área máxima para as propriedades rurais;**
- 3. Desapropriação de todos os latifúndios;**
- 4. Desapropriação das terras das multinacionais;**
- 5. Demarcação das terras indígenas, com reassentamento de posseiros pobres em áreas da região;**
- 6. Apuração e punição de todos os crimes contra os trabalhadores rurais;**
- 7. Fim dos incentivos e subsídios do governo ao Proálcool, JICA e outros projetos que beneficiam os fazendeiros;**
- 8. Mudança da política agrícola do governo dando prioridade ao pequeno produtor;**
- 9. Fim da política de colonização.¹¹**

Nestas reivindicações estão representados o passado próximo, nas transformações ocorridas no campo pela implantação da política de desenvolvimento agropecuário do regime militar; o presente, pelas ocupações realizadas e pela nova forma de organização do movimento e o futuro, pelo país que têm que construir.

Na fundação do MST, os trabalhadores construíram um novo espaço no cenário político brasileiro da luta pela terra.

¹¹ - Idem.

Um ano depois, em janeiro de 1985, na cidade de Curitiba-PR, o MST realizou o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra. Concretizava-se assim uma parte desse processo histórico da formação do Movimento.

Passados 10 anos do início da caminhada da luta pela terra e da formação do MST, em 1995, na realização de seu Terceiro Congresso Nacional, o Movimento apresentou uma nova elaboração de seus objetivos gerais:

- 1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;**
- 2. A terra é um bem de todos . E deve estar a serviço de toda a sociedade;**
- 3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;**
- 4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;**
- 5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;**
- 6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.¹²**

Nesta nova elaboração, O MST manteve os mesmos princípios de transformação da sociedade a partir de suas ações, ampliando e atualizando os objetivos, o que representa algumas mudanças e que são resultados do próprio desenvolvimento das experiências construídas na contínua luta pela terra. Neste sentido, apresentou também uma síntese de seu programa de reforma agrária:

- 1. Modificar a estrutura da propriedade da terra;**
- 2. Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade;**
- 3. Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores;**

¹²- MST - *Caderno de Formação n° 23*. São Paulo: MST, 1995a.

- 4. Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola;**
- 5. Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude;**
- 6. Aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semi-árido;**
- 7. Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;**
- 8. Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.¹³**

Estes pontos são uma síntese do programa agrário elaborado no interior do MST. Eles apresentam o tipo de reforma agrária que o Movimento pretende alcançar e, ao mesmo tempo, as transformações necessárias para realizar o programa.

Nesse processo histórico do avanço das lutas, das conquistas de terra, dos assentamentos, dos novos desafios criados em cada vitória, os trabalhadores rurais foram construindo a sua organização; desde 1985 até hoje o MST foi se transformando de acordo com a realidade da luta e possui hoje a seguinte forma:

¹³ - Idem.



A Coordenação Nacional é formada por aproximadamente 90 pessoas. São dois membros por estado, eleitos nos encontros estaduais; um representante eleito de cada Central das Cooperativas Estaduais; dois membros eleitos por setores nacionais e 21 membros da Direção Nacional, que são eleitos no Encontro Nacional.

A Coordenação Estadual é representada por um coletivo eleito no Encontro Estadual e formada por sete ou até quinze membros, de acordo com a realidade da forma de organização em cada estado. Este coletivo é composto pelos membros da Direção Estadual, da Central de Cooperativas e dos setores estaduais.

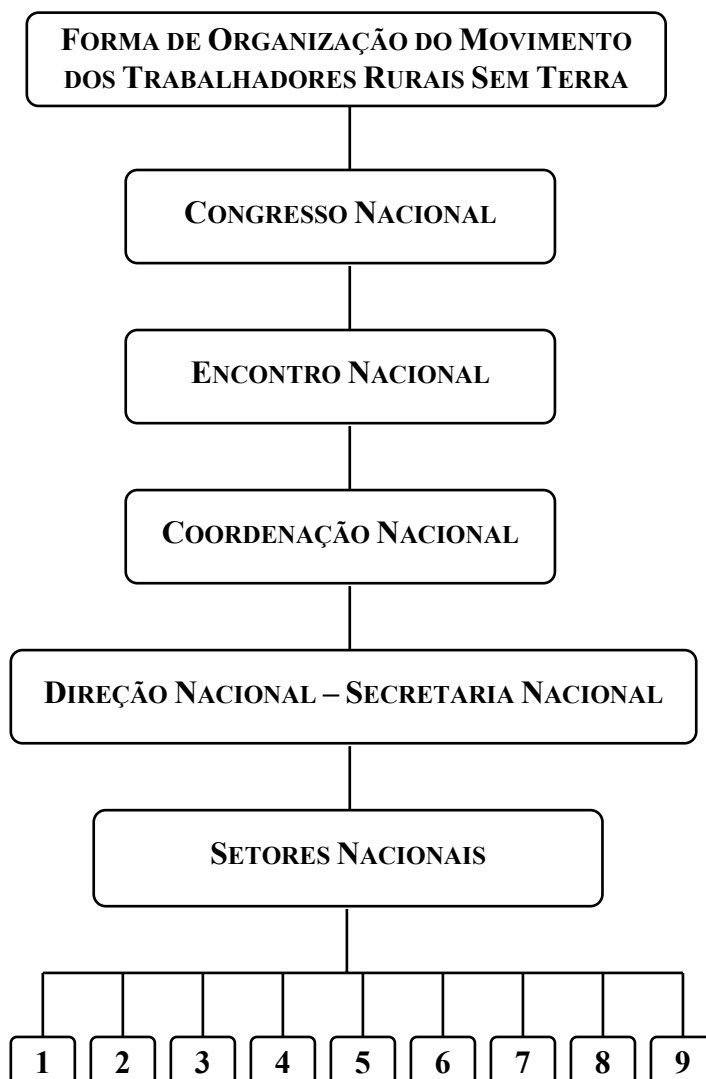
A Coordenação Regional é formada por membros eleitos ou indicados nos Encontros Regionais. Estes também são membros das coordenações dos assentamentos ou dos acampamentos e são eleitos em assembleias.

As Coordenações de Assentamentos e Acampamentos são formadas por membros de vários setores, como por exemplo: produção, educação, saúde, comunicação,

frente de massa, finanças etc. Em nenhuma das instâncias existem cargos tipo: chefes, presidentes, diretores etc. Os dois graus da hierarquia são coordenadores e membros.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem como personalidade jurídica a Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA.

Esta forma de organização é a base de sustentação da estrutura do MST.



1 - Relações internacionais, 2 - Secretaria Nacional, 3 - Sistema Cooperativista dos Assentados, 4 - Frente de massa, 5 - Educação, 6 - Formação, 7 - Comunicação, 8 - Finanças, 9 - Projetos.

A forma de organização social e a estrutura apresentadas são frutos de mais de quinze anos de lutas pela terra, pela reforma agrária e pela democracia. É importante destacar que tanto essa forma como essa estrutura estão em movimento constante, portanto, elas se transformam no dia-a-dia da luta.

Nestes anos, estas lutas se dimensionaram para a conquista das condições básicas do desenvolvimento social e econômico: educação, saúde, política agrícola etc. No próximo capítulo estudamos uma parte importante dessa história: o processo de formação e organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo.

3 - A FORMAÇÃO DO MST NO ESTADO DE SÃO PAULO (1979/80 - 1985/86).

3.1. - Os caminhos da luta pela terra.

*"Companheiros de jornada
Dessa longa caminhada
Vamos falar um pouquinho
Dessa história que é formada
Com luta, com sofrimento
Com sangue que é derramado
Daqueles que dão as mãos
Aos companheiros massacrados
Pelo homem que é tirano
Com poder que é desumano
Com dinheiro que é roubado.*

*Perguntaram quantos somos, ei
Gritamos somos milhões, ei, ei..."*

***Zoel Bonomo - MST/ES.
Canções da Luta, pág. 11.***

Nos caminhos da luta pela terra, os trabalhadores foram conquistando frações do território. No Estado de São Paulo estas conquistas resultaram de uma diversidade de experiências. O processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo é decorrente dessa diversidade de experiências que vem acontecendo desde 1979. A luta de resistência dos posseiros da fazenda Primavera, no municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, marcou a origem do MST no estado (MST, 1983, p. 35; MST, 1986, p. 42).

Na primeira metade dos anos oitenta, novas lutas se desenvolveram através de ocupações de terras em várias regiões do estado. O nosso objetivo, neste capítulo, é estudar os caminhos e descaminhos desses movimentos de trabalhadores sem terra em processo de organização, analisando as diferentes experiências da luta entre 1979/80 e 1985/86.

Passados mais de dez anos das primeiras ocupações das terras, que ocorreram na década de oitenta, contamos com várias pesquisas de diversas áreas do conhecimento sobre as histórias e as experiências dessas lutas. Essa bibliografia, o material publicado pela imprensa em geral, os documentos da luta (atas, relatórios, processos, etc) e as entrevistas que fizemos com os trabalhadores rurais são as matrizes de onde colhemos as informações e questões necessárias para escrever este e os demais capítulos.

Nesse momento da expansão e desenvolvimento do capitalismo no campo, as transformações recentes resultantes do processo de industrialização da agricultura produziram a modernização técnica e econômica e a intensificação da expropriação e exploração dos trabalhadores rurais.

Diante dessa realidade, desenvolveram-se diversas lutas de resistência. Em algumas, os trabalhadores construíram novas formas de organização, começando uma nova fase das lutas pela terra criada no dimensionamento do espaço de socialização política, onde elaboraram suas experiências vividas no cotidiano da luta popular, rompendo com as práticas tradicionais e populistas, o que possibilitou o enfrentamento dos novos desafios, prosseguindo assim o processo histórico de sua formação.

As novas formas de luta e resistência configuraram-se em movimentos com o objetivo de transformar as suas realidades, de reconquistar frações do território, lutando contra a miséria e resistindo ao assalariamento, que tem crescido com a territorialização do capital e, conseqüentemente, com a expansão da propriedade capitalista, em detrimento da propriedade e do trabalho familiar.

Essas lutas são parte de um processo histórico de resistência. Dessa forma, é importante apresentar alguns dados sobre os conflitos acontecidos no campo paulista, nos primeiros momentos da industrialização da agricultura, que precederam as lutas aqui estudadas.

Durante o período que compreende a ascensão e início da queda do governo militar, 1964 - 1981, na pesquisa realizada por Bastos et ali (1983) e no artigo de Veiga (1985): estão registrados 128 conflitos no campo paulista. São conflitos pela terra (52%), conflitos trabalhistas e outras causas envolvendo vários personagens: arrendatários, posseiros, latifundiários, grileiros, assalariados, pequenos proprietários, Estado, empresas, Igreja, etc. Dos conflitos registrados, 1 aconteceu na região de Bauru, 3 na região de Sorocaba, 3 na região de Campinas, 4 na região de Marília, 6 na região de São José do Rio Preto, 9 na região de Araçatuba, 10 no Vale do Paraíba, 14 na região de Ribeirão Preto, 24 no Pontal do Paranapanema e 54 no Litoral.

Estes dados representam parte da diversidade das frentes de lutas sociais no campo. Essa diversidade é compreendida através da variedade de formas assumidas pelas contradições do capital. (Martins, 1984,p. 75). Conforme Grzybowski: "a diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade de contradições existentes e modos de viver e enfrentá-las. As bases dos movimentos estão implantadas nas diversas

formas sociais de inserção dos diferentes segmentos de trabalhadores rurais na estrutura agrária e no processo de produção agropecuária" (Grzybowski, 1987, p. 17). Compreendendo, pois, a diversidade e a fragmentação das frentes de luta no campo, entendemos o processo de formação do MST no estado de São Paulo.

No campo paulista, as frentes de lutas que se destacaram no início do período estudado foram: as lutas dos posseiros contra a grilagem, expropriação e exploração e atingidos por barragens¹⁴; as lutas dos trabalhadores assalariados¹⁵ e as lutas dos trabalhadores sem terra¹⁶

3.2 - Os posseiros da Primavera.

"Quanto ao lavrador da "Primavera", sabemos que seu destino se situa além e aquém dos limites geográficos da terra que lutou por conquistar e dos quadros da Reforma Agrária."

Fernandes, 1985p. 183.

A gênese do MST está registrada na luta dos posseiros da Primavera contra a expropriação e a exploração. Essa luta marcou o início de um processo de organização do Movimento no estado, que continuou se desenvolvendo a partir de várias outras lutas construídas no decorrer do período estudado.

¹⁴ A respeito, consultar KAHIL, S. P. *A luta dos posseiros em Lagoa São Paulo: A dialética da construção/destruição do território para o trabalho livre*. Rio Claro, 1984. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista; FERNANDES, M. E. *A reforma agrária no discurso dos lavradores da fazenda "Primavera"*. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicação de Artes, Universidade de São Paulo.

¹⁵ A respeito, consultar OLIVEIRA, A. U. "Aos trabalhadores nem o bagaço" ou a revolta dos trabalhadores dos canaviais e dos laranjais. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 60. p.153-226, 1984; D,INCAO, M. C. e BOTELHO, M. R. Movimento Social e Movimento Sindical: entre os assalariados temporários da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo. In SADER, E. (Org.) *Movimentos Sociais na Transição Democrática*. São Paulo:Cortez Ed., 1987. p. 53-81; FERRANTE, V. L. S. B. - Momentos e Movimentos dos Bóias-Frias Paulistas: cenário e ação. In *Anais do CONGRESSO BRASILEIRO de ECONOMIA e SOCIOLOGIA RURAL*, 29, 1991, Campinas, p. 209-233.

¹⁶ A respeito, consultar TARELHO, L. C. *Da consciência dos direitos à identidade social: os Sem Terra de Sumaré*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; BORGES, M. S. L. *Terra, ponto de partida, ponto de chegada: um estudo de identidade do trabalhador rural na luta pela terra*. Araraquera, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista; MEDICI, A. *Trabalhadores e intelectuais nos movimentos reivindicatórios e no acesso à terra no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Dessa forma, é pela própria unidade, diversidade e fragmentação das lutas que analisaremos as experiências que promoveram a organização do MST no estado de São Paulo.

A participação de cada luta na construção desse Movimento é diversa, fragmentada e extremamente complexa para que possamos explicitar aqui, com profundidade, esse processo. Procuraremos contudo nos aproximar o máximo possível da realidade construída pelos trabalhadores rurais Sem Terra na formação de seu Movimento.

No início da década de oitenta, após os sucessos das recentes conquistas de terras e as experiências divulgadas nos encontros entre os trabalhadores sem terra, novos movimentos começaram a se organizar. Nesse momento, as lutas de resistência dos trabalhadores no campo retomam a sua organização a partir da "abertura política" e início da derrocada do regime militar.

É dos conflitos e confrontos das frentes de luta no campo, apresentados na primeira parte desse capítulo, que emerge esse novo processo de formação das novas lutas de reconquista da terra. No estado de São Paulo, essa nova fase da luta tem o seu marco registrado pelo conflito entre os posseiros da fazenda Primavera, localizada nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, e o empresário J.J. Abdala.

A história das lutas dos posseiros da fazenda Primavera começa com a sua chegada na região de Andradina no final da década de vinte. Migrantes nordestinos e mineiros, além de imigrantes italianos chegaram na região pelo processo de expropriação em seus lugares de origem e ali se fixaram com a esperança de adquirir a posse da terra. Em um breve histórico sobre a formação da fazenda Primavera feito por Fernandes (1985, p. 27-62), pode-se perceber a técnica de grilagem das terras devolutas predominante nesta época no Oeste do estado de São Paulo. O grileiro se apresentava como dono das terras, dizendo que tinha um "documento" e cobrava dos posseiros a renda da terra. O conflito com o Abdala se intensificou com as novas formas de exploração que implantava: alto percentual da renda da terra que era paga em produto e a compra no armazém da fazenda que fornecia diversas mercadorias e emprestava dinheiro. Os posseiros só podiam vender os seus produtos ao "proprietário" que roubava no momento da pesagem e fazia os pagamentos com cheques pré-datados de outra praça. Os cheques eram trocados com agiotas que descontavam 50% do valor real. Com relação a algumas culturas como por exemplo o algodão, o pagamento da parte dos posseiros era feito em espécies retiradas no armazém da fazenda. Estas estratégias produzem o endividamento dos posseiros,

expropriando-os ou tornando-os completamente dependentes do fazendeiro. É exatamente com o agravamento dessa situação, que em vários estados brasileiros, inclusive São Paulo, se desenvolveu o trabalho escravo ou peonagem.

Outra tática para expropriar os posseiros foi a implantação da pecuária, trazendo gado do Mato Grosso para engorda nas terras da fazenda Primavera. Conforme Fernandes: *"à medida que o gado foi tomando conta de toda a área, a fazenda vai fazendo pressão para que os lavradores façam acordo e, desta forma, deixem as terras da Primavera"* (Fernandes, 1985, p. 41).

Além dessas táticas, o fazendeiro contratou jagunços para controlar a entrada e saída dos posseiros que começavam a se sublevar, deixando de pagar a renda. Outra forma de pressão era soltar o gado nas lavouras desses posseiros. Existiram outros tipos de violências, que caracterizam muito bem a história da expropriação, como por exemplo botar fogo nas casas dos posseiros, assassinato de um trabalhador e ameaças de morte aos outros por parte dos jagunços, etc.

Frente a essa situação violenta, inicia-se a organização dos posseiros. Conforme Fernandes, o processo de organização começou com o apoio da igreja e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP):

“[...] em setembro de 1979, cansados de tentar em vão um acordo com os administradores da fazenda Primavera, 120 agricultores foram ao Fórum da Comarca de Andradina, solicitar intervenção judicial para impedir que 5 mil cabeças de gado continuassem destruindo suas lavouras. A partir desta época, realizam-se constantes reuniões entre trabalhadores, a Comissão de Justiça e Paz local, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Presidente da FETAESP, com o objetivo de buscar uma solução para o problema.” (Fernandes, 1985, p. 54/55)

Neste mesmo ano, os integrantes da Comissão de Justiça e Paz de Andradina organizaram a CPT local, que possibilitou a elaboração de um espaço de reflexão sobre a luta e resistência dos posseiros da Primavera. Esta foi uma experiência que construiu as características da nova fase da luta. Conforme Renê Parren ex-padre e assessor da CPT na época:

“[...] a luta aqui na fazenda Primavera foi inicialmente uma luta por eles mesmos, pelos próprios trabalhadores. A igreja tinha lá uma presença, mas de uma forma mais de assistência religiosa, agora depois sendo confrontada com a pressão, a igreja pouco-a-pouco começou a assumir esta luta e a acompanhar de uma forma mais sistemática. E aí nós assim organizamos uma equipe de pessoas ligadas à Pastoral, aqui de Andradina, e começamos a fazer um trabalho de visita de esclarecimentos sobre os direitos à terra e

organização. Precisava de todo um trabalho de base para superar o medo, vencer o medo, mas eles mesmos já tinham ido atrás da questão deles por conta própria, lideranças entre eles que já tinha ido para São Paulo, em torno de 1979, se não me engano, eles foram lá na Federação, na FETAESP, conversaram com o Roberto Origuti, naquele tempo era o presidente da Federação, mas que não deixou muita esperança para eles, de conseguir a solução diante da pressão, das intimidações do suposto proprietário Abdalla. (Renê Parren - Centro de Assessoria Rural (CENAR) - Paróquia Nossa Senhora das Graças - Andradina-SP).

Contudo, a FETAESP esteve presente nesta luta, participando das manifestações de apoio aos posseiros da Primavera e também das reuniões no INCRA em Brasília, etc. Mas a organização do movimento dos trabalhadores na sua essência foi realizada com o apoio da CPT na construção de espaços de socialização política. De acordo com Grzybowski: *"enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores: em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais"* (Grzybowski, 1987, p. 59-60).

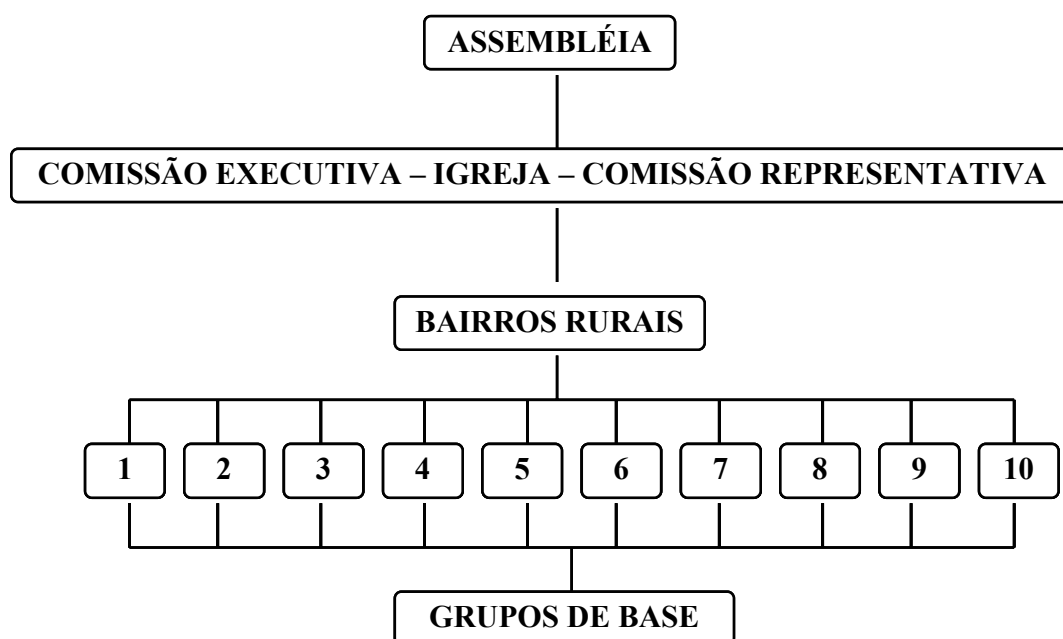
Esse espaço social em seu dimensionamento é construído em determinados lugares sociais. Dessa forma, por um período de dez meses foram realizadas reuniões para a reflexão sobre o problema. Decidiu-se então, via CPT, contratar o advogado Luís Eduardo Greenhalgh que pegou a causa, sendo que os posseiros contribuíam com uma taxa mensal para custear os trabalhos. Com algumas vitórias, a organização dos trabalhadores começou a se dimensionar, embora os posseiros que participavam das reuniões passassem a sofrer ameaças dos jagunços. Conforme Fernandes: *"à medida que aumentavam as pressões da fazenda, os lavradores progrediam em organização e união. O grupo que no início era constituído por sete lavradores, foi aumentado para 10, 20, 40, 60 e, a partir de maio de 1979 a luta se torna uma só: a de todos os lavradores da Primavera"* (Fernandes, 1985, p. 141-142).

Frente ao crescimento da luta, passou-se para a organização de vários grupos de base que se reuniam, à noite, nas escolas (lugar social onde realizavam diversas atividades sociais) e passaram então a desenvolver nessas atividades a reflexão sobre a realidade vivida. Cada bairro rural da fazenda tinha quatro representantes dos grupos de base que formavam uma Comissão Representativa e se reuniam quinzenalmente com assessores da CPT. Constituíram também uma Comissão Executiva que tinha um

representante por bairro e se reunia semanalmente com os assessores da CPT. A Comissão Executiva tinha como tarefa dar encaminhamento às discussões dos grupos de base. O conteúdo desse processo era apresentado e debatido nas assembléias. Nesse processo, as famílias chegaram a uma forma de organização. De acordo com Fernandes, esta forma possibilitava

“[...] maior rapidez quanto à tomada de decisões e encaminhamento dos problemas; a formação de grupos de base pelos representantes resultaria num trabalho mais eficiente, exigindo maior organização entre eles. A Comissão Executiva se reunia com a igreja a cada semana e, com a Representativa, a cada quinze dias. Finalmente, com os trabalhadores em geral, era realizada assembléia uma vez por mês” (Fernandes, 1985: 142/143)

A seguir reproduzimos a forma de organização social construída durante a luta dos posseiros da Primavera, apresentada por Fernandes (1985, p. 144).



1- Oitão, 2- Estiva, 3- Matinha, 4- Placa, 5- Fecharoda, 6- Retiro Alegre, 7 - Cambira, 8 - Buriti, 9 - Três Pontes, 10- Córrego Azul.

Com a organização dos grupos de base, novas experiências começaram a ser desenvolvidas, como por exemplo a participação efetiva das mulheres, que embora participassem das reuniões, não tinham voz ativa. "Com o desenrolar dos acontecimentos, a equipe pastoral sentiu necessidade de mobilizá-las para a luta,

promovendo encontro com elas. Com isto sentiram-se valorizadas e incentivadas para uma participação mais efetiva. Inicialmente o trabalho com as mulheres era separado dos homens; quando cresceu sua participação, as reuniões passaram a ser conjuntas" (Fernandes, 1985, p. 143).

São as múltiplas experiências de organização que dão forma social às lutas populares, e nestas são construídas novas práticas. As perspectivas nascem dos desafios e da necessidade de superá-los. Esse processo é desenvolvido no cotidiano dos trabalhadores através da participação, da comunicação, da troca de idéias e das experiências, da busca do novo. O novo se explicita pela criação da práxis, da resistência e controle sobre o seu próprio espaço. Assim procuram as saídas, as alternativas, para uma realidade determinada. Estas são encontradas na construção de novas realidades, na conquista de novos espaços.

O avanço da organização dos trabalhadores acirrou os ânimos das outras classes que não pouparam atitudes de violência extrema, como por exemplo a invasão da Igreja Matriz Nossa Senhora das Graças pela polícia, interrompendo a missa no momento em que um agente pastoral denunciava a violência de jagunços e policiais contra os trabalhadores. (Fernandes, 1985,p. 144).

Esse processo de organização da luta, juntamente com as outras lutas citadas no capítulo 2, também ficou conhecido nacionalmente, pois representava a conquista de novas formas de resistência dos trabalhadores rurais na luta pela terra.

A vitória dos posseiros da Primavera aconteceu no dia 8 de julho de 1980, quando o então presidente Figueiredo assinou o decreto de desapropriação número 84.877, declarando os 9.385 hectares da fazenda para fins de desapropriação. (Fernandes, 1985,p. 58; CONTAG, 1980, p. 77). Em dezembro de 1981, os primeiros títulos são entregues às 264 famílias de posseiros. A partir dessa desapropriação surge um grupo de 13 famílias de trabalhadores bóias-frias, que passaram a se denominar de trabalhadores sem terra. Esse grupo de famílias contavam com o apoio da CPT e reivindicavam, junto ao INCRA, uma área de 1.200 hectares que havia "sobrado" durante a elaboração do projeto de assentamento. No início de 1982, eles foram incluídos no assentamento. Das experiências dessas lutas começa, na região de Andradina, o processo de formação do Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo.¹⁷

¹⁷ É importante observar que, embora todas as lutas que surgiram no Brasil, no final da década de setenta e início da década de oitenta, tenham como razão principal a exclusão desses trabalhadores do processo de "modernização" da agricultura, o conceito SEM TERRA, nesse período, é oriundo das lutas em Ronda

Ainda na elaboração do projeto, o INCRA destinou uma área de 370 hectares à Associação dos Moradores da Fazenda Primavera. Contudo, a área foi considerada grande pela diretoria da Associação e ficou praticamente abandonada. Em abril de 1984, aproximadamente 50 famílias de trabalhadores organizados no Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo ocuparam a área. Foram despejadas e acamparam nas margens da rodovia SP 563. Essa ocupação levou o INCRA a realizar um processo de seleção e assentar outras 37 famílias. (Diocese de Lins, 1990, p. 3; MST, 1983, p. 36; Fernandes, 1986, p. 69).

Estes trabalhadores em organização, que se auto denominaram Movimento dos Sem Terra do Oeste de São Paulo, começaram então a enviar representantes aos encontros da CPT e a participar da articulação "com outros estados onde existe o Movimento dos Sem Terra (como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). (MST, 1983, p. 37).

Esta conquista ficou, então, registrada na memória da luta e nos documentos do MST como o princípio da história da organização do Movimento no estado de São Paulo.

3.3 - O Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo.

*"Agora vamos ouvir
É a voz da maioria
É o povo explorado
Pela tal da burguesia
São donos do capital
Que juntou com a mais valia
Às custas do sofrimento
De várias categorias
Tem gente passando fome
Tem gente que nem tem nome
Outros comem bóia-fria."*

*Perguntaram quantos somos, ei
Gritamos somos milhões, ei, ei..."*

**Zoel Bonomo - MST/ES
Canções da Luta.**

Alta/Sarandi no estado do Rio Grande do Sul. Contudo, o termo já havia sido utilizado nas lutas que se desenvolveram neste estado nos anos 1959/1962, pelo MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra e também no Paraná, no final dos anos setenta, como por exemplo o MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste e MASTES - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudeste. (MST, 1986, p. 29 e Bonim, 1987, p. 73).

Na primeira metade da década de oitenta emergiram vários movimentos de luta pela terra no estado de São Paulo. Eram lutas realizadas por posseiros, atingidos por barragens, ex-arrendatários, bóias-frias, desempregados rurais e urbanos, etc, que aconteceram desde o extremo-oeste do estado, nas regiões Alta Noroeste, Alta Sorocabana, Araraquara, Campinas, Campos de Itapetininga até a Baixada do Ribeira.¹⁸ Foi a partir dessas lutas localizadas que os trabalhadores foram construindo condições políticas para a troca de experiências e para superação do isolamento.

Nas experiências de mobilização, os trabalhadores contaram com o apoio de, pelo menos, três instituições (a Igreja, através das CEBs e CPT; os partidos políticos, PMDB e PT; os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a FETAESP e a CUT), o que determinou as diferentes características da forma de organização da luta em seu processo de formação. Analisaremos, portanto, essas experiências de luta que se desenvolveram nas regiões citadas e resultaram na formação do MST no estado de São Paulo.

A conquista das terras da fazenda Primavera abriu caminho para novas lutas na região Alta Noroeste. Nas reuniões das CEBs, um dos temas de discussão era a

¹⁸ Os dados sobre essas lutas foram obtidos a partir do trabalho de campo, nas entrevistas realizadas com os trabalhadores rurais assentados que participaram da organização do MST no estado e dos seguintes trabalhos: LEITE, J. F. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. Presidente Prudente, 1981. Tese (Livre-Docência em Geografia) - Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais da Universidade Estadual Paulista; PINTO, G. E. *Os Sem Terra: sua história - seu Deus*. Sumaré, 1988. Monografia (Bacharelado em Teologia) - Instituto Teológico São Paulo; PEROSA, E. A. P.- A reforma agrária no estado de São Paulo: o caso da fazenda Valformoso. *Revista Reforma Agrária (Campinas)*, n. 3, ano 17. p. 5-10, 1988; TARELHO, L. C., 1988; BORGES, M. S. L., 1989; MEDICI, A., 1989; Bergamasco, S. M. P. P. et al. Assentamentos em balanço: a roda viva de seu passado/presente. mimeo. Campinas, 1989; DIOCESE DE LINS -"Tomará Posse da Terra e Nela Habitará". Diocese de Lins, 1990; BARBOSA, M. V. *A presença do Estado num trecho da História: luta pela terra no Pontal do Paranapanema*. Itaguaí, 1990. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; ANTONIO, A. P. *O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado: os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960 - 1990*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Ennes, M. A. - Acampamento de "Três Irmãos": uma história sem fim de apropriação e violência. In *Nas Trilhas da Pesquisa - Boletim de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP (Araraquara)* nº 5. 1993; Poker, J. G. A. B. *A prática da vida e os desencontros da "libertação"* São Paulo: 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; FERRANTE, V. B. L. S. *A Chama Verde dos Canaviais*. ARARAQUARA, 1991. Tese (Livre-Docência em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista; BARBOSA, M. V. e LEITE, S. Reforma Agrária em terras Públicas: contradições de um governo democrático. *Revista Reforma Agrária (Campinas)*, n. 1, v. 21. p. 40-59, 1991; VEIGA, J. E. - Pirituba, exemplo vitorioso e sem mistérios. *Revista Reforma Agrária (Campinas)* n. 2, ano 15. p. 61-65, 1985; VEIGA, J. E. A reforma que virou suco. *Petrópolis: Vozes*, 1990. Para o período estudado, também, foram consultados os seguintes periódicos do arquivo do MST/SP: "O Jornal da Região" (Andradina); "Folha do Sul" (Itapeva); "Tribuna Sul Paulista" (Itapeva); "O Guarani" (Itararé); "Correio Popular" (Campinas); "Diário do Povo" (Campinas); "O Imparcial" (Presidente Prudente); Folha de São Paulo; O Estado de São Paulo; Diário Popular; Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Campanha Nacional pela Reforma Agrária. "Foram feitas também reuniões, discussões, em praticamente todas as cidades da região sobre a Reforma Agrária. Discutindo basicamente: o que é Reforma Agrária? A quem vai beneficiar a Reforma Agrária? Que terras vamos dividir? O que vamos fazer com as terras? Só dividir a terra resolve nossos problemas? Quem vai dividir as terras?" (MST, 1983: 38).

A partir das reuniões para reflexão sobre o tema da reforma agrária, o Movimento se especializou pela região Noroeste e outras regiões do estado. De forma que, em fevereiro de 1983, o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo e a CPT realizaram em Andradina, no salão da Paróquia Nossa Senhora das Graças, um encontro que reuniu mais de 1200 trabalhadores rurais de 34 municípios. Em março, o Movimento, a CPT e a FETAESP encaminharam um abaixo-assinado com 4.000 assinaturas para o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários do então ministro Gal. Danilo Venturini e para o presidente do INCRA, o Sr. Paulo Yokota. A tentativa foi em vão. Os trabalhadores não obteriam mais nenhuma vitória frente ao governo federal durante o regime militar. Em abril, uma comissão de apoio aos sem terra, composta pela CPT, FETAESP e parlamentares do PT e PMDB, entregou uma cópia do abaixo-assinado ao recém-eleito Governador Franco Montoro e ao Secretário da Agricultura José Gomes da Silva.

Neste momento da luta, a CPT articulou a aproximação dos movimentos sociais em processo de formação e os movimentos que executavam as suas primeiras experiências, como por exemplo: o Movimento dos Sem terra do Oeste do Estado de São Paulo, trabalhadores sem terra do Pontal do Paranapanema e o Movimento dos Sem Terra de Sumaré, etc. Algumas das lideranças desses movimentos participaram das reuniões da Coordenação Regional do Sul. Inclusive uma das reuniões da Coordenação foi realizada em Araçatuba. Essa articulação promovida com o apoio da CPT contribuiu na fundação do MST em nível nacional e para formação do MST no estado. Assim, sob a coordenação da CPT, foi realizado no dia 1º de maio, no salão paroquial da igreja Nossa Senhora das Graças, em Andradina, o primeiro encontro com o objetivo de se organizar um movimento em nível estadual.

Com o avanço das experiências e da sua forma de organização, o Movimento dos Sem Terra e a CPT começam a questionar o papel dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no processo de desenvolvimento da luta. O Movimento chegou

mesmo a reclamar publicamente a omissão na luta pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, conforme artigo no jornal local:

“A Comissão Central do Movimento dos Sem Terra do Oeste Paulista divulgou ontem uma carta na qual acusa os sindicatos dos trabalhadores rurais da região de omissão na luta pela reforma agrária. Diz a carta que "estamos notando em nossas reuniões a ausência dos legítimos representantes dos trabalhadores rurais e queremos por meio desta fazer um apelo e ao mesmo tempo um convite para lutarem conosco pela Campanha Nacional pela Reforma Agrária, dando o seu apoio ao Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo.” (Jornal da Região, 09/08/1983, p. 1).

Esta é uma questão importante, pois representa as divergências políticas sobre o processo de desenvolvimento da luta pela terra. A prática construída cotidianamente pelos trabalhadores leva ao reconhecimento e, portanto, ao confronto direto com os seus opositores: Estado, proprietários de terras, etc. Essa nova práxis exige o envolvimento e a participação constantes. Essa não era a prática política dos STRs da região, nem tampouco da FETAESP. De acordo com Ricci, para a CONTAG: "a luta pela reforma agrária foi conformada, portanto, dentro dos limites que garantissem o diálogo com o Estado, evitando-se qualquer movimento de massas que acenasse com uma possível ruptura" (Ricci, 1990, p. 10). Este conflito é um exemplo do distanciamento político entre o Movimento e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, bem como da FETAESP. Esta divergência se aprofundou em outras regiões do estado e, nos desdobramentos das lutas, criaria a nível nacional uma situação tensa entre o MST e a CONTAG. Grzybowski explica essa questão:

“Apesar de se definir como "articulação de lavradores dentro do Movimento Sindical" e de estar em vários municípios articulado aos sindicatos, sobretudo com aqueles que sofreram a renovação da chamada "oposição sindical", a desenvoltura e agilidade do movimento reside na sua estrutura própria e no apoio que lhe empresta a Igreja. Não só tendem a ser tensas as relações entre o movimento sem terra e a estrutura sindical, mas também as Federações e a CONTAG têm dificuldades em reconhecer este amplo movimento de luta pela terra que não se submete à sua direção e disciplina”. (Grzybowski, 1987, p. 22).

Diante do conflito, em Andradina como em outros municípios do estado, os trabalhadores organizados no Movimento só puderam contar com o apoio efetivo dos STRs, a partir do momento em que disputaram e venceram as eleições dos Sindicatos.

Por outro lado, com o novo cenário político no estado a partir da vitória do PMDB nas eleições estaduais de 1982, os trabalhadores sem terra começaram a cobrar os

compromissos de campanha política com referência à questão agrária. Conforme Barbosa e Leite:

“[...] neste cenário, é oportuno lembrar que a ausência de programas deste porte em governos imediatamente anteriores colocava-se como desafio para a equipe que galgava o poder no seio do Estado. Este desafio visualizava-se quer como um modo alternativo de tratar a questão agrária àquele dado pela geopolítica ditatorial; quer como prática de construção de um instrumento de intervenção ao nível técnico, econômico, social e político”. (Barbosa e Leite, 1991, p. 40)

Dessa forma, criou-se um grande impasse político. Primeiro, porque a desapropriação de imóveis particulares para fins de reforma agrária é de competência exclusiva do governo federal. Segundo, pela pressão exercida nas diversas lutas que ocorriam e que obrigava o Estado a dar uma resposta imediata. Como as negociações não avançavam além do caráter burocrático, os trabalhadores resolveram ocupar a terra, como forma de luta, atingindo assim os limites dos desafios existentes tanto para os trabalhadores quanto para o "governo democrático". "As resoluções de gabinete foram interrompidas pelas ocupações de terra. O Estado agiu a reboque dos movimentos e os planos foram se efetivando na prática" (Barbosa e Leite, 1991, p. 43). Assim a ocupação de terras públicas se tornou uma forma paliativa para se resolver a questão emergente.

Para tentar responder às pressões dos movimentos de trabalhadores sem terra, o governo estadual começa em, 20 de junho de 1983, um levantamento dos imóveis rurais de propriedade do Estado. Os trabalhadores aguardaram até agosto. Contudo, como nada foi resolvido, nesse mesmo mês o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo e a CPT apoiaram a ocupação que um grupo de 89 famílias realizou em Ilha Solteira, numa área de 1.100 ha pertencente à CESP. A Empresa já havia destinado essa área para o assentamento dos trabalhadores sem terra; contudo, frente à morosidade em realizar o assentamento, algumas dessas famílias que participaram das reuniões nas comunidades decidiram pela ocupação. A partir dessa ocupação, outros grupos tomaram a mesma decisão: ocupar e resistir.

Em outubro, um grupo de 107 famílias de ribeirinhos e ilhéus do rio Paraná ocupou uma área de 900 hectares pertencentes à CESP, próximo à barragem de Jupia, no município de Castilho. Neste mesmo mês, outro grupo de 29 famílias de trabalhadores bóias-frias do município de Castilho ocupa uma fazenda experimental, também pertencente à CESP e cedida à Secretaria da Agricultura, em regime de comodato, para a realização de

pesquisas. Em processo de negociação, as famílias foram transferidas para uma outra área da CESP, no município de Promissão¹⁹. Em dezembro de 1984, a CESP implanta o projeto emergencial Três Irmãos²⁰ e assenta em uma área de 105 hectares, as 22 famílias remanescentes da ocupação realizada na área da Associação do Moradores da Fazenda Primavera e que estavam acampadas nas margens da SP 563. (Diocese de Lins, 1990 p. 10 e 21; MST, 1983, p. 38/45).

Ainda em 1984, a partir da articulação dos movimentos no estado, coordenada pela CPT, algumas lideranças dessas lutas (Andradina, Sumaré e Pontal) participaram da fundação do MST na cidade de Cascavel-PR, em janeiro desse ano. Em maio, os trabalhadores realizam em Andradina o Primeiro Encontro Estadual da Luta pela Terra. A partir desse Encontro, o processo de articulação das lutas tornou-se o processo de organização do MST no estado de São Paulo, com a participação de lideranças das lutas de Andradina, Pontal, Sumaré e Vale do Ribeira. Em novembro, a CPT promove uma assembléia para a preparação do I Congresso Nacional do MST, (realizado em Curitiba no mês de janeiro de 1985) e, também para o IV Congresso Nacional da CONTAG (realizado em maio de 1985), em Brasília. A partir desse momento, o MST passa a ter uma secretaria que funcionou provisoriamente na Paróquia Nossa Senhora da Graças, em Andradina, e depois foi transferida para a cidade de São Paulo.

Assim, a CPT viabilizou, no estado de São Paulo como em todo o Brasil, as condições para o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

3.4 - Tem grilo no Pontal

"...começam no Rio Paranapanema, 10 léguas mais ou menos acima de sua barra, descem por esse rio, até sua barra no Rio Paraná, sobe pelo Rio Paraná até o espigão do Rio do Peixe, seguem por esse espigão e dividindo com as fazendas Boa Esperança do Aguapeí e Montalvão, até as cabeceiras do Rio Santo Anastácio, rodeando estas cabeceiras e dividindo com as fazendas Laranja Doce e Anhumas e até as divisas com a fazenda Cuiabá, desce por estas até o Rio Paranapanema, ponto de partida dessas divisas."

Transcrição número 5.091 de 11/01/1928 da área do grilo- mãe do Pontal: fazenda Pirapó-Santo Anastácio. In Leite, J. F., 1981: 56.

¹⁹ - Um excelente estudo sobre o desenvolvimento dessa luta está em: Poker, J. G. A. B, 1994.

²⁰ - Sobre esta luta, ver também: Ennes, M. A. 1993.

O Pontal do Paranapanema localiza-se no extremo oeste do estado, na microrregião Alta Sorocabana de Presidente Prudente. Desde sua ocupação, tem sido palco de inúmeros conflitos fundiários entre posseiros, grileiros e Estado. De 1964 a 1981, com o desenvolvimento de várias lutas, a região concentrou o segundo maior número de conflitos do estado (Bastos, E. R. et al, 1983). Com a implantação, na segunda metade da década de 70, da Destilaria de Álcool Alcídia e com o início das construções de três usinas hidrelétricas (Porto Primavera no rio Paraná; Rosana e Taquaruçu no rio Paranapanema), parte dos conflitos foi abafada. Conforme Antonio:

“[...] essas obras, com recursos públicos, além de promover a integração econômica na região, proporcionaria a elevação do padrão de vida da população e, sobretudo, criaria a expectativa de mais de trinta mil empregos. Entretanto, a década de 80 (1983), se caracteriza com a desaceleração das obras das usinas e com a conseqüente demissão de milhares de trabalhadores. Essa demissão, em massa, por parte da CESP, e das empreiteiras, somadas às enchentes do rio Paranapanema, foram o estopim de uma situação crítica que já existia, renascendo assim o movimento social dos camponeses, - "operários temporários". A partir daí, tem-se toda a organização do movimento, e, que se transformará em vários movimentos reivindicatórios por trabalho e terra.” (Antonio, 1990, p. 47).

As experiências de luta pela terra no Pontal são históricas. Uma das lutas mais antigas é a dos posseiros da Reserva Florestal Lagoa São Paulo (município de Presidente Epitácio) contra o grileiro Zé Dico. As terras foram griladas no início da década de sessenta e, nos inúmeros conflitos que ocorreram, vários posseiros e também o grileiro foram mortos. Com o início das obras da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, a CESP reassentou os posseiros em uma nova área, pois a área onde ocorreu o conflito seria inundada com a formação do reservatório da usina. *"A solução preferencial, apontada no estudo, constitui-se na relocação daquelas 450 famílias de pequenos posseiros, que ocupam parte da área da Reserva Florestal Lagoa São Paulo para uma área imediatamente vizinha"* (CESP, 1978, apud Kahil, 1984, p. 64).

No município de Estrela do Norte, durante os primeiros anos da década de sessenta, aconteceu um violento confronto entre parceiros, arrendatários e o latifundiário grileiro da fazenda Rebojo. Este conflito só terminou após a desapropriação da fazenda, em 24 de março de 1964, pelo então presidente João Goulart, através do decreto número 53.830. (Antonio, 1990, p. 38).

A grilagem das terras do Pontal é de conhecimento geral e faz parte da história e do imaginário social de toda população da região. Inclusive as principais avenidas de Presidente Prudente levam o nome de dois grandes grileiros: Manoel Goulart e

Coronel Marcondes. De tão conhecidos e impunes, os grilos de terras são, nas palavras de Monteiro Lobato: moscas em dia de calor.

“Insistentes nas palestras como certas moscas em dia de calor, é, nas regiões do Noroeste, a palavra "grilo". Grilo e seus derivados, "grileiro", "engrilar", em acepção mais diversa da que deve ter entre os nipônicos, onde grileiros engrilam grilos de verdade em gaiolinhãs, como fazemos aqui com o sabiá, o canário, o pintassilgo e mais passarinhos tolos que morrem pela garganta. Em certas zonas chega a ser uma obsessão. Todo mundo fala em terras griladas e comenta feitos de grileiros famosos”. (Lobato, 1948, p. 9).

São diversos os registros sobre o processo de grilagem no Oeste do Estado de São Paulo que descrevem as "maracutaiaias" dos traficantes de terras. Um exemplo didático desse processo nos é dado por Monbeig:

“Os falsários deram provas de imaginação e habilidades diabólicas: buscaram folhas de papel timbrado com as armas imperiais, imitaram escritas fora de uso, descolaram velhos selos, amareleceram propositalmente seus documentos, arrancaram páginas dos registros dos tabeliães. Implantavam-se à pressa cafeeiros de vinte ou trinta anos nas clareiras das florestas. Transportaram-se partes destacadas de casas velhas, que eram guarnecidas com móveis antigos, para criar um ambiente adequado e simular uma antiga ocupação do solo. Era preciso também presumir-se contra os adversários, por muitas vezes dois ou três indivíduos moviam demandas em relação ao mesmo território, com algumas variantes na delimitação. Nesse caso, era indispensável cair nas boas graças do juiz de direito e dos agrimensores. E, por fim, era o assassinato uma solução levada em conta”. (Monbeig, 1984, p. 144-145).

Os grileiros (contando com a garantia da impunidade e com a omissão do Estado) chegaram mesmo a ser idolatrados pela imprensa local de Presidente Prudente, como pode ser observado na matéria a seguir: *"O grilo foi o fator formidável de progresso. Ninguém contesta. Aos grileiros, devemos, inegavelmente, o surto progressista da zona, que se operou em pouco mais de uma década."* (A Voz do Povo, 21/04/1931, apud Almeida, 1993, p. 28).

Essa é, em grande parte, a história da ocupação do oeste paulista, que aconteceu por meio da grilagem de enormes áreas de terras e acabou por se transformar num verdadeiro “complexo grilento”. A história da grilagem de terras do Pontal do Paranapanema foi estudada profundamente, entre outros, pelo geógrafo José Ferrari Leite²¹.

²¹ - As informações da história da grilagem do Pontal do Paranapanema foram extraídas da tese de Livre-Docência: *"A Ocupação do Pontal do Paranapanema"*. Presidente Prudente, 1981, do Geógrafo José Ferrari Leite - Professor aposentado do Depto. de Geografia da Unesp de Presidente Prudente. “ Ver Também CLEPS, Jr. J. *O Pontal do Paranapanema Paulista: A incorporação Regional da Periferia do Café*. Rio Claro, 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Vasques, A. C. B. *A Evolução da Ocupação das Terras do Município de Teodoro Sampaio*. Tese de

Os primeiros habitantes destas terras foram os índios Kaigangs e Caiuás. Estes foram expropriados e migraram para o Mato Grosso do Sul. Os que resistiram, foram exterminados.

A história da grilagem das terras do Pontal começou entre 1886/1890 e remonta ao ano de 1856. Em maio deste ano, Antonio José Gouveia teria registrado, na Paróquia de São João Batista do Rio Verde (hoje município de Itaporanga, região Sul do Estado de São Paulo, próximo aos municípios de Itapeva e Itaberá) uma gleba de aproximadamente 238.000 alqueires ou 583.100 ha. E a denominou fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Antonio José Gouveia declarara residir na gleba desde 1848.

Neste mesmo mês e ano, José Teodoro de Souza teria registrado na paróquia da vila de Botucatu (hoje município de Botucatu) uma gleba denominada de Fazenda Rio do Peixe ou Boa Esperança do Aguapehy de 356.000 alqueires ou 872.200 ha. José Teodoro de Souza declarara residir na gleba desde 1847.

É importante lembrar que a lei nº 601 de 1850 - a lei de terras - possibilitava a legitimação das terras ocupadas antes de 1850 e proibia as ocupações de terras devolutas a não ser por meio da aquisição por compra. Ao possuidores de terras fora dado um prazo para que registrassem as suas posses, que findara em 1856. Desde esta lei as terras não registradas e legitimadas foram consideradas devolutas, ou seja, por não serem requeridas deveriam ser devolvidas ao Patrimônio Público.

“Quando o interessado requeria a legitimação da posse em Juízo, a autoridade mandava apurar a veracidade das informações constantes no requerimento, tais como: divisas, benfeitorias, roças ou criações existentes, ouvia testemunhas etc. Tudo legalizado, demarcava-se a área da gleba e expedia-se o título de legitimação.” (Leite, 1981: 35-37) Contudo, nem Antonio José Gouveia (Pirapó-Santo Anastácio) e nem José Teodoro de Souza (Fazenda Rio do Peixe ou Boa Esperança do Aguapehy) se preocuparam em providenciar a legitimação de suas posses.

Mesmo assim, em abril de 1861, Antonio José Gouveia teria vendido a sua posse, em escritura lavrada em Pirassununga, para Joaquim Alves de Lima. Com o falecimento deste, o seu filho: João Evangelista de Lima tenta, em 1886, legitimar a posse da fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Contudo, a tentativa de legitimação teria sido feita

Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, 1973. Outra obra interessante sobre o processo de grilagem do oeste paulista é *“Em um recanto do sertão paulista”*, de Amador Nogueira Cobra. Tipografia Henny. São Paulo, 1923.

com tamanha inabilidade que ficara evidenciada a grilagem das terras. Havia erros na parte jurídica com na parte Técnica. Um exemplo: é o absurdo da demarcação da área do grilo. Nesta o rio Paranapanema cruza o rio Paraná e segue Mato Grosso adentro. Desta forma, em 1890, o governador da província paulista, Prudente de Moraes não reconhece a propriedade das terras da fazenda Pirapó-Santo Anastácio (Leite, 1981: 40).

O processo de legitimação da fazenda Boa Esperança do Aguapehy ou Rio do Peixe foi semelhante. Antes da legitimação, foram vendidas áreas da gleba em alqueires aproximados ou em aguadas. José Teodoro de Souza teria passado o domínio da gleba para o seu genro Francisco de Paula Moraes. E este ao seu sucessor que seria o Coronel José Rodrigues Tucunduva. O Coronel requereu a legitimação, em 1902, junto à Procuradoria do Patrimônio Público Imobiliário. Também, nesta tentativa de legitimação, ficou evidenciado o grilo.

Na descrição da área da gleba o rio do Peixe e o rio Aguapehy aparecem como sendo os mesmos, enquanto na verdade são rios com bacias próprias. Tamanha era a confusão com relação a denominação da área. Esta pode ser explicada pelos erros constantes nos mapas da época (Leite, 1981: 41) e pelo fato da demarcação do grilo ser feita depois de uma breve expedição pelas matas, para conhecer a área, identificar limites, posseiros etc, como fez José Teodoro de Souza. Este depois da expedição “seguiu para Botucatu afim de ultimar os atos de posses, apresentando ao vigário da Paróquia, para o competente registro, as declarações que a lei exigia” (Cobra, 1923: 21). Mesmo assim, o Patrimônio Público Imobiliário reconheceu as terras do curso superior do rio do Peixe e as legitimou, não reconhecendo as terras do curso inferior.

No entanto, em 1886, Manoel Pereira Goulart também teria solicitado a legitimação destas terras na comarca de Lençóis Paulista. Manoel Pereira Goulart, que também declarara possuidor da fazenda Boa Esperança do Aguapehy ou Rio do Peixe e que obtivera a sua posse em 1850, e que tinha cana, café etc.

Na época, o governador da província de São Paulo, Visconde de Parnaíba, não legitimou as terras porque o requerimento estava eivado de erros, com documentos e informações falsas. Mandou, inclusive processar Manoel Goulart e o escrivão da comarca de Lençóis.

Frente as “maracutaias” e antevendo que os resultados seriam desfavoráveis aos grileiros. Estes **João Evangelista de Lima** (que tentara legitimar a Fazenda Pirapó-

Santo Anastácio e mesmo não conseguindo, já havia vendido grandes áreas de terras para outras pessoas) e ***Manoel Pereira Goulart*** fazem uma permuta dos grilos.

Em Janeiro de 1890, em Santa Cruz do Rio Pardo, Manoel Pereira Goulart recebe a fazenda Pirapó-Santo Anastácio em permuta com a fazenda Boa Esperança do Aguapehy ou Rio do Peixe. Como não se pode trocar o que não lhe pertence a ação não teve validade jurídica (Leite, 1981: 41- 43).

Em mais uma tentativa de transformar o grilo em sua propriedade, Goulart encaminha um pedido ao ministro da agricultura, em fevereiro de 1891, para receber colonos estrangeiros em sua fazenda. Ele conseguiu parecer favorável, que permitia receber em “sua fazenda” os colonos. Com este documento, que continha as palavras SUA FAZENDA, conseguiu vender milhares de áreas, aceitando qualquer tipo de negócio para comercializar as suas terras. De 1890 a 1904 foram negociados mais de 12.000 áreas²².

Estes fatos proporcionaram uma enxurrada de aventureiros. E como a terra continuava devoluta, sugeriram centenas de grilos-filhos da Pirapó-Santo Anastácio. Desde então iniciaram os conflitos entre os próprios grileiros. Conforme Leite, “a área da Pirapó-Santo Anastácio apesar de grande, um dos mais vastos tratos de terra do Estado de São Paulo, com área calculada em cerca de 600 mil hectares, tornara-se pequena em vista do número de transcrições que se passaram.” (Leite, 1981: 46).

Na primeira década do século XX, os processos de litígio já somavam 88 volumes. Ainda hoje existem sérios litígios sem solução dentro do Grilo Mãe Pirapó-Santo Anastácio.

Em 1930, o Governo do Estado julga, mais uma vez, as terras da Pirapó-Santo Anastácio como devolutas. Para consolidar a sua decisão, o Estado apresenta provas de que o registro realizado em São João do Rio Verde era falso, tendo inclusive sido adulterado a assinatura do Frei Pacífico de Monte Falco, que teve a sua firma reconhecida em 1893, trinta anos após a sua morte. (Leite, 1981: 48).

Em 1932, em nota oficial, o Governo do Estado alertava para o perigo da compra de terras na região do Pontal, devido a devolutividade das terras. Durante este tempo, os grileiros devastaram as florestas e os cerrados que cobriam esta região. Derrubando a mata e vendendo a sua madeira. Neste período, alguns grilos-filhos da

²² - Cleps Jr, J. 1990: 15.

Pirapó-Santo Anastácio foram legalizadas. Um grilo filho é a fazenda Rebojo, que fica no município de Estrela do Norte, que foi loteada pelo menos quatro vezes.

Ainda em 1908, Manoel Goulart chegou a negociar 1/3 das terras, o restante foi transferido para a Companhia dos Fazendeiros do Estado de São Paulo. Em 1911, a Cia conseguiu um empréstimo de 2 milhões de francos junto aos bancos franceses, oferecendo como garantia hipotecária o grilo Pirapó-Santo Anastácio, sendo o Estado o fiador da transação. Em 1927 a Cia faliu. O Controle das terras passaram para a Cia Marcondes de Colonização, comandada pelo Coronel José Soares Marcondes. Em 1937, o restante da Pirapó-Santo Anastácio é vendido para a Cia Imobiliária Agrícola Sul Americana. Todas as transações foram consideradas sem efeito pelo Estado. (Leite, 1981: 54 - 59).

Na década de 40 o Governador Fernando Costa cria as reservas florestais do Pontal: Reserva Lagoa São Paulo, Reserva do Pontal do Paranapanema e Reserva do Morro do Diabo, com o objetivo de retomar as terras e proteger a floresta. A área das três Reservas correspondia a 297.400 hectares. Contudo este ato não teve efeito. Somente a Reserva do Morro do Diabo não foi devastada totalmente pelos grileiros do Pontal.

Com exceção de alguns acordos políticos realizados entre grileiros e o Estado, as terras griladas do Pontal encontram-se até hoje sem uma solução jurídica.

Ainda no final dos anos sessenta e começo dos anos setenta, aconteceram os conflitos por terras nas glebas Santa Rita e Ribeirão Bonito. Conforme Antonio:

“[...] a origem do conflito está relacionada ao processo de apropriação dessas terras e deu-se do seguinte modo: os supostos proprietários das fazendas Santa Rita e Ribeirão Bonito para legitimarem e justificarem suas posses, arrendaram "suas terras" a médios e grandes arrendatários. Estes, por sua vez, fazendo o papel de "testas de ferro" desses latifundiários, subarrendaram a camponeses, que derrubaram a mata - reserva florestal do Pontal - e cultivaram-na, pagando aos subarrendatários uma determinada renda. Se com esse mecanismo os latifundiários não conseguiram legitimar suas posses, pelo menos arrolaram a questão judicial até os dias atuais. Atualmente, 1983 - 1990, os governos do estado de São Paulo, através do Departamento de Regularização Fundiária, vêm realizando acordos com os latifundiários - supostos proprietários - e com os camponeses para resolver definitivamente esse conflito. A proposta principal que permeia o acordo é resgatar 25% das terras de cada fazenda e assentar, nessas, os camponeses e abandonar as ações discriminatórias contra os fazendeiros, permitindo a eles a legitimidade dos 75% das terras de cada fazenda envolvida no acordo.” (Antonio, 1990, p. 41-43).

Em 1991, a CPT - Comissão Pastoral da Terra impetrou uma Ação Popular (Processo 1083/91) impossibilitando assim a realização desse tipo de "acordo".

Além das lutas de resistência dos posseiros, no início da década de oitenta, emerge, também no Pontal, um novo personagem na luta pela terra: o trabalhador expropriado,

expulso, excluído, marginalizado que faz parte da reserva de mão-de-obra à disposição dos capitalistas, que no movimento da luta foi se denominando trabalhador sem terra.

No dia 15 de Novembro de 1983 aconteceu uma grande ocupação (aproximadamente 350 famílias) nas fazendas Tucano e Rosanela, de "propriedade" da construtora Camargo Corrêa e da empresa Vicar S/A Comercial e Agropastoril. Segundo o cadastramento feito pela Divisão Regional de Promoção Social, 46.5% eram trabalhadores desempregados das obras das hidrelétricas, 37.5% eram bóias-frias demitidos da Destilaria de Álcool Alcídia e 16% eram posseiros ilhéus e ribeirinhos atingidos pelas barragens. (Antonio, 1990, p. 50).

As lutas que se desenvolveram no Pontal possuem experiências distintas, por exemplo, das lutas da região Alta Noroeste. Uma característica importante da diferenciação dessas experiências está na forma de participação das instituições no processo de mobilização e organização dos trabalhadores em luta. As experiências de luta dos posseiros da Primavera e, por conseguinte, do Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo nasceram em determinados lugares sociais na construção de espaços de socialização política e de seu dimensionamento. Nestes espaços, os trabalhadores criaram uma práxis que possibilitou a elaboração de uma identidade própria. Nesse processo, foram desenvolvidos, por um lado, "os determinantes "objetivos" "históricos materiais" (relacionados com as condições econômicas, políticas e sociais) e, de outro, os determinantes "subjetivos" "psicossociais" (relacionados à vontade e à cultura)" (Tarelho, 1988, p. 2).

Conforme Scherer-Warren (1993), para a formação de um movimento social é necessário a existência de alguns fatores como pré-requisitos, ou seja, é preciso que se desenvolva um processo de elaboração e interação dos fatores objetivos e dos fatores subjetivos. Para a autora, o fator objetivo é o reconhecimento coletivo de um direito e a formação de identidades.

“Mas como chegar ao reconhecimento de um direito? A simples situação de miséria, de discriminação ou mesmo de exploração não produz automaticamente este reconhecimento. E, mais ainda, como reconhecer o direito de lutar por um direito? Neste sentido é fundamental a existência de um fator subjetivo, ou seja, o reconhecimento de sua dignidade humana, que sempre foi solapada nas classes subalternas e tem suas raízes no sistema escravocrata e colonial. Para a redescoberta da dignidade humana dos camponeses, os trabalhos da Teologia da Libertação e respectivas pastorais têm sido fundamentais. Cria-se, assim, a consciência não apenas de um direito ao direito, mas o direito e o dever de lutar por este direito e de participar em seu próprio destino”. (Scherer-Warren, 1993, p.69).

Partindo da reunião desses pressupostos teóricos, é na elaboração dos determinantes ou fatores objetivos e subjetivos nos espaços de socialização política, que os sujeitos constroem o processo de formação da organização social, que se efetiva no dimensionamento do espaço construído/conquistado. Esse processo conta com a participação diferenciada de uma ou mais instituições (igreja, sindicato, partido, etc). Analisando essa diferenciação é que compreendemos as diversas experiências vividas pelos trabalhadores em luta. Nesse processo, é fundamental lembrar que as CEBs foram o lugar e espaço social de onde nasceram as novas experiências de luta pela terra. Posteriormente, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que tiveram suas diretorias "pelegas" derrotadas em eleições, passaram a apoiar as lutas. No decorrer desse processo, alguns políticos (deputados estaduais e federais e vereadores) têm participado como mediadores políticos entre os trabalhadores e o Estado.

Considerando os pressupostos teóricos acima, analisamos algumas das características da forma de participação dessas instituições no processo de mobilização do movimento social que ocupou as fazendas Tucano e Rosanela.

A participação da igreja, nessa e em outras lutas pela terra no Pontal, restringiu-se ao apoio de alguns padres comprometidos com a realidade dos trabalhadores. Para apoiar a luta, estes padres têm enfrentado a postura conservadora do bispo da Diocese de Presidente Prudente, que não permite a participação efetiva dos padres nas atividades desenvolvidas pelos trabalhadores. Assim, o bispo tem impedido também, a realização de um trabalho mais efetivo da CPT Estadual junto aos trabalhadores sem terra da região. De forma que não existiu um trabalho pastoral mais intenso para o dimensionamento do espaço de socialização política, onde poderiam ser desenvolvidos os fatores subjetivos que propiciassem a conscientização dos trabalhadores na luta por seus direitos. Assim, o apoio da igreja se deu muito mais como lugar social: o salão paroquial, onde os trabalhadores se reuniram para discutir o problema fundiário da região. Conforme Barbosa: "*as reuniões realizadas serviram para aglutinar as pessoas e para proporcionar uma melhor compreensão a cerca da situação em que viviam, pois era discutida principalmente a distribuição e utilização da propriedade fundiária na região*" (Barbosa, 1990, p. 107).

Outro apoio que os trabalhadores receberam foi dos políticos do PMDB. Estes também tiveram um papel fundamental na organização do movimento. Deputados desse partido foram importantes na montagem da história, sendo uns dos fomentadores das primeiras discussões sobre ocupações de terra, embora guardassem interesses eleitorais.

Eles organizaram, dias antes da ocupação, uma grande concentração de agricultores, com cerca de mil e quinhentos participantes, *para discutir o plano do governo de Valorização das Terras Públicas para o Pontal e as tentativas de acordos com os fazendeiros.*" (Barbosa, 1990: 108). (grifo nosso).

A forma de participação dos padres e dos políticos contribuiu para a elaboração do fator objetivo no reconhecimento coletivo de um direito. Esses apoios possibilitaram a mobilização dos trabalhadores sem terra no Pontal, mas não viabilizaram o dimensionamento do espaço de socialização política, ou seja, os trabalhadores não conseguiram conquistar o seu próprio espaço. Assim, sua forma de organização social não conseguiu superar as relações populistas de dependência aos políticos que apoiaram a luta.

No desenvolvimento da luta, os trabalhadores foram despejados uma semana após a ocupação, depois de um "complicado" processo jurídico e político que envolveu as instâncias jurídicas de Teodoro Sampaio e São Paulo. Embora o juiz de Teodoro Sampaio tenha julgado a documentação apresentada pela Imobiliária e Colonizadora Camargo Corrêa insuficiente como prova de propriedade da fazenda Tucano resolveu ouvir os ocupantes da fazenda Rosanela antes de se pronunciar, caracterizando assim uma vitória parcial dos ocupantes. A instância jurídica de São Paulo atendeu ao pedido de ação de despejo dos latifundiários. (Antonio, 1990, p. 48 e Barbosa, 1990, p. 110).

Vale destacar a postura do presidente do STR de Teodoro Sampaio não autorizando que o advogado da entidade defendesse os ocupantes, quando estes necessitaram de um advogado para contestar a decisão da justiça, porque a maioria dos trabalhadores não era sindicalizada. (Barbosa, 1990, p. 111). Com o despejo, as 350 famílias acamparam nas margens da rodovia SP 613. Os acampamentos foram denominados 15 e 16 de Novembro. (Antonio, 1990: 50). O acampamento foi aumentando devido aos boatos de que o governo estadual iria doar terras. Com relação ao Estado, este, *"em alguns momentos, muito lentamente, tentava resolver a situação dos acampados, procurando não prejudicar os interesses dos fazendeiros"* (Barbosa, 1990, p. 111-112). O economista José Eli da Veiga que, na época, trabalhava na Coordenadoria Socioeconômica da Secretaria da Agricultura e fora convidado para participar de uma reunião com os latifundiários do Pontal, nos fornece mais detalhes desse confronto entre o Estado e latifundiários.

“Exatas cinco semanas após o despejo, Pazzianotto telefona convidando-me a acompanhá-lo novamente ao Pontal para o prosseguimento de uma tentativa de acordo com os grileiros que ele iniciara em São Paulo. Na manhã seguinte, quando cheguei ao aeroporto, dei de cara com o deputado federal Roberto Cardoso Alves, que até essa data não tinha tido o prazer de conhecer. Como se sabe, sua esposa herdou grandes glebas em Teodoro Sampaio. Como grande fazendeiro e homem político, ele mantém fortes laços com o grupo de pecuaristas que vem grilando o Pontal desde a década de 1940. Não é preciso, portanto, contar o resto da história. A viagem era, sim, mais uma tentativa de conciliação. Mas, desta vez, armada pelos latifundiários. O único erro, imprevisível, foi o Secretário do Trabalho ter-me convidado, não sei exatamente por que motivo. Em reunião no SENAC de Presidente Prudente quase fui linchado, mas acabei com a festa. Afirmo para quem quisesse ouvir que o governo só legitimaria aquelas grandes posses se os grileiros abrissem mão de um terço das terras.

O discurso do deputado Cardoso Alves foi um grande susto para mim, apesar de já conhecer a sua fama. Fez um violentíssimo ataque ao governo Montoro, no melhor estilo "homem do sapato branco". Algo de fazer inveja a Maluf. E mostrou ser o líder que faltava aos latifundiários.

Era de estarrecer. O movimento dos acampados fora evidentemente organizado pelo esquisito diretório do PMDB de Teodoro Sampaio e inequivocadamente apoiado por um deputado do partido: Mauro Bragato. Quem garantira a permanência dos trabalhadores na margem da rodovia, após o despejo, fora nosso governo, através do Secretário do Trabalho. E quem melhor defendia os latigrileiros (sic) no auditório do SENAC era também um correligionário, deputado federal e membro da executiva nacional do PMDB. Partido "arco-íris" ou "partido-ônibus", eu ainda entendia. Mas esse episódio foi demais. Nem a tão famosa experiência conciliatória de um Pazzianotto poderia ter resultado. Evidentemente não havia possibilidade de entendimento." (Veiga, 1990, p. 45).

Em março de 1984, o governador assinou os primeiros decretos de desapropriação de uma área de 15.110 hectares para assentar as cerca de 466 famílias acampadas na SP 613. Esses decretos acirraram os ânimos dos grileiros do Pontal que declaram guerra ao governo estadual e ameaçaram invadir a reserva florestal do Morro do Diabo. (Antonio, 1990, p. 50; Barbosa, 1990, p. 111 e 129). Essas ocupações e as desapropriações, juntamente com outras lutas que se desenvolviam em todo o país, causaram a reação dos latifundiários que criaram a UDR - União Democrática Ruralista para a defesa de seus privilégios e interesses.

3.5 - Pirituba: a primeira ocupação.

"A luta aqui da Pirituba pode ser considerada uma das primeiras. A luta aqui, ela começou em oitenta, houve duas ocupações anterior e foram despejado o pessoal que entrou aqui, inclusive na época eu não fazia, ainda, parte do grupo. O pessoal foi despejado na primeira vez pelos jagunços e na segunda vez pela polícia... Aí viu que não era tão fácil, que precisava um pouco mais de organização, um pouco mais de gente... Não tinha envolvimento com o Sindicato, a partir da primeira ocupação, da segunda, aí que passou o Sindicato a se envolver mais né, e ser uma luta regional [...]"

Delweck - MST/SP - Assentamento Pirituba - Área 1.

As lutas dos trabalhadores pela conquista das terras da fazenda Pirituba começaram em 1980. Esta fazenda de 17.500 hectares está localizada nos municípios de Itapeva e Itaberá, na microrregião de Campos de Itapetininga, no sudoeste do estado. A fazenda pertencia à Companhia Agropecuária Angatuba que, não conseguindo saldar dívidas hipotecárias, repassou a propriedade para o Estado (Veiga, 1990, p. 38). Em 1950, o então governador Ademar de Barros *"resolveu emprestá-la a um italiano, Lino Vincenzi, com o compromisso de introduzir o plantio de trigo no Estado. Vincenzi não plantou trigo e arrendou as terras a amigos e parentes"* (Veiga, 1985, p. 62). Depois de uma década, as terras públicas que o italiano arrendava foram requeridas pelo governo Carvalho Pinto através da lei de Revisão Agrária (Lei número 5.994 de 31 de dezembro de 1960). Contudo, o Estado foi obrigado *"a pagar uma pesada indenização ao italiano, e logo percebe que os tais grandes arrendatários de pastos não tinham a intenção de perder o privilégio. Entre os que resistiram estavam, por coincidência, três filhos de Vincenzi que, a despeito da gorda indenização recebida pelo pai, permaneceram ocupando as terras"* (Veiga, 1990, p. 39). Depois de despejados, os grandes ocupantes conseguiram, através de documentos duvidosos, mandados judiciais de manutenção da posse e ocupam até hoje parte da fazenda Pirituba.

Em 1973, a Secretaria da Agricultura conseguiu reaver parte da fazenda, criando a gleba Pirituba. A gleba foi dividida em 181 lotes de até 40 alqueires cada um. Houve um processo de seleção para se escolher os que receberiam os lotes. O agrônomo responsável pelo loteamento cometeu uma série de irregularidades, de forma que proprietários de outras terras receberam lotes, como é o caso dos "holandeses" e por fim até os "italianos" receberam terras. (Médici, 1989, p. 97; Veiga, 1990, p. 39).

No início dos anos oitenta, um grupo de pequenos arrendatários da região que se dedicava à lavoura do feijão, conhecendo a história da fazenda, resolveu ocupar as terras dos "boiadeiros-grileiros" (como ficaram conhecidos os grandes ocupantes). *"Em maio de 1981, 40 famílias desse grupo ocuparam uma parte da área ociosa da fazenda, erigiram benfeitorias e prepararam o solo para plantio. Quatro meses depois, na gestão Maluf, e em decorrência de mandado judicial, foram despejados por força policial."* (Médici, 1989: 97/98). Além da polícia, os trabalhadores tiveram que enfrentar os jagunços dos "boiadeiros-grileiros".

Esta foi a primeira ocupação da década de oitenta e, também, a primeira experiência dos trabalhadores sem terra da região. Com a vitória de Montoro para o governo estadual e a apresentação de novas perspectivas políticas para a resolução do caso da fazenda Pirituba, os trabalhadores fizeram uma nova ocupação no mês de abril de 1983, permaneceram uma semana na terra e foram despejados novamente. Diante do impasse, foi criada uma comissão intermunicipal de regularização da fazenda Pirituba, proposta pelo Estado, via Instituto de Assuntos Fundiários (IAF) que era formada por um engenheiro agrônomo do IAF, por vereadores, representantes das prefeituras, dos acampados, dos "lotistas regulares" (ocupantes de pequenas parcelas de terra na Pirituba) e representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Itapeva, Itaberá e Itararé. A Comissão realizou diversas reuniões para discutir a possibilidade do Estado arrecadar 4.000 hectares da fazenda Pirituba para assentar os trabalhadores sem terra da região.

“As reuniões da comissão conseguiram reunir mais de 500 pessoas, muitas vindas até do Paraná. Essas reuniões renderam mais frutos no tocante à organização dos sem terra do que à efetiva atuação do Estado. Após meses de visitas e reivindicações aos órgãos do governo, principalmente à Secretaria da Justiça (junto à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário de São Paulo - PPI), a comissão decide pela própria extinção, cansada das gestões infrutíferas.” (Veiga, 1985: 62/63).

Até a sua extinção, essa comissão enfrentou vários problemas, por exemplo, com a participação de vereadores que defendiam os interesses dos grileiros. Além da experiência da participação na comissão, os trabalhadores também tiveram o apoio da CPT e de outros trabalhadores sem terra que articulavam a luta pela terra no estado. Nas reuniões, eles relatavam e discutiam as várias experiências de ocupações de outros movimentos de trabalhadores sem terra, que aconteciam em São Paulo e também em outros

estados. Contudo, esse apoio, embora tenha contribuído na construção do espaço de socialização política, não foi suficiente para dimensioná-lo.

Dessa forma, em 13 de maio de 1984, os sem terra ocupam novamente uma área da fazenda Pirituba, agora com 300 famílias de seis municípios da região e também do Paraná. *"Dessa vez os grandes ocupantes não conseguiram providenciar e concretizar os despejos, e recorreram à contratação de jagunços, instalando-se um clima de tensão social na área"* (Médici, 1989, p. 99). Diante do conflito iminente, o Estado, através do IAF, teve que agir com rapidez. A Procuradoria Geral do Estado entrou com medida cautelar requerendo o seqüestro de 3.851 hectares. O Juiz da Comarca de Itapeva deferiu o seqüestro, entregando a área para a Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA). Em março de 1985, o Estado teve a sentença definida a seu favor, o que possibilitou o desenvolvimento do Projeto de Assentamento Pirituba II.

Durante os trabalhos para implantação do Projeto, definiu-se que cada família ficaria com 7 alqueires (17 ha). Não havendo terra suficiente para todas as famílias, os trabalhadores decidiram em assembléia geral realizar um processo de seleção, cujos critérios foram: ser trabalhador sem terra, preferencialmente casado e não ter outra fonte de renda. Dividiu-se as terras arrecadadas em duas áreas (área I = 2.511 hectares e área II = 1.341 hectares), onde foram assentadas 180 famílias.

3.6 - O Movimento dos Sem Terra de Sumaré.

"...nestas alturas dos acontecimentos a FEPASA veio com uma proposta de emprego pra gente... Eles contratavam a gente pra cortar eucalipto nos bosques da FEPASA, ganhando salário mínimo, mais casa pra morar pagando aluguel de 18% do salário mínimo, mas a gente não aceitou... E o coordenador da Secretaria da Agricultura perguntou nervoso o que a gente queria então? Foi quando o Laudenor Falou: _Eu num sei se vocês estão entendendo nossa linguagem ou não querem entender. Estamos dentro da Secretaria da Agricultura exigindo terra, se a gente quisesse emprego estaríamos na Secretaria do Trabalho."

*MST/SP - Assentamento Sumaré II, in "Terra não se ganha, terra se conquista"
A caminhada do Movimento dos Sem Terra de Sumaré II. p.p. 8/9. MST/SP.*

A origem da luta pela terra em Sumaré é distinta das outras lutas no estado, pelo fato de emergir em uma realidade diferente das demais regiões estudadas. Uma das diferenças é que na luta de Andradina (faz. Primavera), os trabalhadores estavam no

campo. Na luta de Itapeva (faz. Pirituba) havia a participação de arrendatários e meeiros. Na luta do Pontal havia a participação mista de bóias-frias, desempregados das construções das barragens e posseiros. Em Sumaré, todos os trabalhadores que participaram das lutas estavam na cidade. Expropriados ou expulsos do campo, haviam migrado em busca de condições de sobrevivência.

O município de Sumaré localiza-se na região de Campinas e, a partir da década de 70, conheceu um intenso crescimento urbano associado ao processo de interiorização da indústria. Durante as décadas de setenta e oitenta passaram a se instalar no município grandes indústrias nacionais e multinacionais, como por exemplo: Cobrasma, Wabco, Müller, Dow Corning, IBM, Pirelli, 3M, etc. A industrialização necessitou e atraiu um grande número de trabalhadores, de forma que a população total do município passou de 23.074 em 1970 para 101.834 em 1980 e 193.124 em 1991. (Mendes, 1991, p. 59-72). Esse aumento populacional se deve principalmente ao grande número de trabalhadores que migraram para a região de Campinas. Segundo os dados demográficos da Fundação SEADE (1983, p. 26), em 1980, a participação dos migrantes representava 59% na composição da população total da região. As origens de parte desses migrantes são os estados de Minas gerais, Bahia, Pernambuco, Paraná, etc. São trabalhadores que vieram da terra atrás da sobrevivência, de emprego na cidade ou no campo. A ampliação do cultivo da cana através do Proálcool, o aumento de cultivos destinados à exportação, como o café e a laranja, também foram responsáveis pela atração de migrantes para a região.

Colocado o quadro acima, analisaremos o processo e seus fatores objetivos e subjetivos, em que surgiu a primeira experiência dos trabalhadores sem terra no município de Sumaré e o desenvolvimento da luta pela terra na região de Campinas, com a formação do Movimento dos Sem Terra de Sumaré.

O início da organização começou no centro comunitário Nossa Senhora de Fátima, no ano de 1982. Na comunidade, durante as reuniões, os trabalhadores refletiam sobre os diversos problemas vividos no cotidiano, bem como a situação de miséria em que se encontravam. Em busca de soluções, a comunidade desenvolveu algumas experiências de mobilização através de lutas por água, luz, asfalto, etc. Nessas atividades, os trabalhadores aprenderam a se manifestar, reivindicar, se relacionar com autoridades, fazer abaixo-assinados, passeatas, etc. Além dessas práticas, existia também uma experiência de horta comunitária juntamente com outras comunidades vizinhas. Com o crescimento das mobilizações e o desenvolvimento da organização da comunidade, alguns de seus

membros que eram militantes do PT resolveram fundar o Partido dos Trabalhadores no município. (Tarelho, 1988, p. 125).

A grande maioria das famílias que vivia nessa comunidade era de trabalhadores rurais que haviam migrado para a cidade, expropriados, expulsos. Muitos deles, depois de passarem por uma breve experiência como proletários, estavam desempregados.

Frente a essas experiências, as famílias discutiam as possíveis soluções para os problemas que enfrentavam. A proposta de ocupação de terra foi colocada, pela primeira vez, quando algumas pessoas que haviam visitado alguns parentes e amigos na fazenda Primavera, no final do ano de 1982, trouxeram alguns convites para participarem de uma reunião em Andradina. Conhecida a experiência dos posseiros da Primavera, as famílias da comunidade Nossa Senhora de Fátima começaram a discutir a real possibilidade de voltarem para a terra. Para tanto, consultaram um advogado da CPT, que também havia assessorado os posseiros da Primavera. Além do advogado, consultaram a deputada estadual Irma Passoni do PT. Colocadas as possibilidades de luta, os trabalhadores começaram a realizar reuniões para discutir a questão da ocupação de terra. As reuniões começaram em janeiro de 1983. Na primeira reunião compareceram 12 pessoas, na segunda reunião compareceram 30 pessoas, na terceira vieram mais de 100 pessoas. Em agosto de 1983, aproximadamente 600 pessoas de Sumaré, Campinas e Cosmópolis participavam das reuniões e já começavam a se configurar como movimento social.

“As reuniões realizadas constituíram um espaço pedagógico onde os trabalhadores se auto-identificavam a partir da própria condição de explorados e expropriados. Havia também a autovalorização onde todos eram convidados a falar, expressar as suas idéias e até coordenar certas atividades do grupo. Esta práxis pedagógica foi conduzindo os trabalhadores a uma autonomia política, no sentido de ir tomando a frente do próprio movimento. Se no início a presença da assessoria e agentes era importante no sentido de provocar a reflexão, este espaço vai sendo conquistado pelos trabalhadores. Buscava-se assim, a superação das polarizações espontaneísmo-vanguardismo”. (Pinto, 1988: 23).

As reuniões eram, de fato, um espaço comunicativo, onde se desenvolvia um processo de educação popular para a construção do conhecimento a partir das suas próprias histórias. Os trabalhadores eram os verdadeiros protagonistas do processo, refletindo sobre a sua história e sobre as experiências retiradas da realidade vivida. Para

ilustrar essa realidade, os agentes de pastoral utilizavam da leitura e reflexão de textos bíblicos, entre estes, o livro do Êxodo. Nele, os trabalhadores se auto-identificavam com o povo hebreu: a mesma luta de um povo em busca da terra. A interpretação dos textos estava diretamente associada à interpretação da própria realidade em que se encontravam. Esse procedimento pedagógico "consiste basicamente em relacionar os problemas tratados na Bíblia (fato da Bíblia) com os problemas concretos dos homens (fatos da vida). O objetivo dessa metodologia é mostrar que a Bíblia é portadora também de uma mensagem política." (Tarelho, 1988, p. 133). Além da utilização de textos bíblicos, os assessores relatavam as histórias das lutas de Contestado, das Ligas camponesas e de outras lutas de resistência.

Esse processo de aprendizagem permitiu aos trabalhadores a análise das suas e de outras histórias de luta. A partir das leituras e debates, eles encontraram algumas referências, ou seja, *"eles encontraram nessa leitura categorias que lhes permitiram interpretar e compreender uma realidade que antes estava fora do campo perceptivo e fora do espaço comunicativo justamente pela falta de certas categorias que poderiam tornar essa realidade mais transparente"* (Tarelho, 1988, p. 136). Além dos textos, eles utilizavam-se de músicas de cunho político-religioso, músicas compostas a partir das experiências de outras lutas e de músicas populares, cujos conteúdos ajudavam a interpretar as questões refletidas pela comunidade. A música é fundamental nesse processo de conhecimento da realidade, porque ela possui o poder de alimentar a esperança e a utopia. (Tarelho, 1988, p. 145). Um outro elemento importante na formação do movimento foi a estruturação do PT na região e no município, que

“[...] exerceu uma influência muito forte não só na organização do movimento da região, como também no desenvolvimento da consciência e da identidade política dos trabalhadores. No processo de socialização política, o PT desenvolveu um papel de destaque, oferecendo elementos para uma compreensão crítica da realidade política e econômica do país. Ajudou, por exemplo, a desmascarar o caráter excludente e concentracionista da política agrária e da política econômica que vêm sendo adotadas há séculos, contribuindo assim para os trabalhadores se auto-perceberem como expropriados. Ajudou a denunciar o autoritarismo do Estado e seu compromisso com os grupos dominantes, tornando mais clara a dimensão classista da sociedade brasileira. E foi, além disso, o principal elemento que permitiu ao movimento alguns elos com os trabalhadores urbanos.” (Tarelho, 1988: 122 e 125).

A Igreja e o PT foram os principais agentes, nesse primeiro momento, do processo de conscientização dos trabalhadores e da formação do movimento. Assim, a

comunidade era, também, um espaço de socialização política que fora dimensionado, primeiro, como espaço comunicativo em um processo de construção do conhecimento, onde se iniciou o restabelecimento da comunicação entre os trabalhadores até então emudecidos. Segundo, como espaço interativo na elaboração de idéias, de possibilidades, de alternativas, de saídas para a situação que enfrentavam. Nessas experiências foi criada a práxis que qualificou esses sujeitos emergentes e, dessa forma, lançaram-se à solução de seus problemas.

Nesse processo se desenvolvia uma nova forma de organização social. A construção lógica de um saber sobre a sua história, a partir da reflexão sobre os textos e as músicas apontava para as possibilidades de transformação da realidade. Por fim, ocupar a terra foi a decisão tomada por 47 famílias da comunidade.

No dia 3 de novembro de 1983, os trabalhadores ocuparam as terras da Usina Tamoio, no município de Araraquara. A Usina estava com parte de suas terras penhoradas junto ao Estado. Contudo, os trabalhadores ocuparam uma parte das terras que não estava penhorada e, depois de dois dias acampados, acabaram por ser expulsos pelos jagunços da fazenda. De Araraquara foram para Araras e, no dia 5 de novembro, ocupam o Horto Florestal da estação de Loreto, de propriedade da Ferrovias Paulista S/A (FEPASA). Nesta ocupação, um membro do movimento entrou em contato com o governo do estado que propôs uma negociação: os trabalhadores deveriam sair do Horto e seriam assentados em uma outra área. Os trabalhadores não aceitaram a proposta e, cinco dias depois, foram despejados pela Polícia Militar. Nessas duas ocupações foram apenas os homens, o que foi avaliado pelos trabalhadores e agentes de pastoral como uma experiência negativa. "Refletindo essa experiência e observando a presença expressiva de mulheres e crianças nas várias ocupações realizadas no país, logo em seguida, os agentes se convenceram de que não daria para lutar sem a participação das mulheres e das crianças" (Tarelho, 1988, P. 173). A participação das mulheres e crianças nas ocupações deu um novo sentido à luta. A presença da família, durante toda a luta, possibilitava a criação de novas e ricas experiências, principalmente pelo grau de união e de integração da luta, através da criação de comissões na organização do acampamento, além da participação das mulheres como lideranças, fortalecendo o movimento.

Ao ocuparem a terra, os trabalhadores dimensionam ainda mais o espaço social que construíram e no qual são formados em um processo de organização social, que é, nessas condições, um processo de interação para a formação do sujeito, da luta e, assim,

do próprio movimento. Esse é o espaço da denúncia da miséria, mas é também o espaço de luta e resistência, é, de fato, a materialização de sua existência.

Depois das duas ocupações mal sucedidas, os trabalhadores voltaram para casa e continuaram as negociações com o Estado. O governo propôs assentá-los no município de Caconde, na microrregião da Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista. Alguns trabalhadores visitaram a área e resolveram não aceitar a proposta.

No final do mês de janeiro de 1984, depois de várias negociações com a Secretaria da Agricultura, os trabalhadores são assentados em uma área de 237 ha. no Horto Florestal de Sumaré de propriedade da FEPASA. Nesse processo de luta nasceu o Movimento dos Sem Terra de Sumaré.

Nas reuniões da comunidade Nossa Senhora de Fátima, as famílias continuavam as discussões sobre as possibilidades de realizarem outras lutas. Com as experiências do grupo I, os trabalhadores organizados no Movimento dos Sem Terra de Sumaré resolveram negociar com o recém-criado IAF - Instituto de Assuntos Fundiários - o assentamento de outro grupo que estava se formando.

A formação do grupo II aconteceu durante o processo de fundação do MST. Algumas lideranças do Movimento dos Sem Terra de Sumaré participaram da articulação estadual, coordenada pela CPT e, no mês de janeiro de 1984, estiveram presentes no Primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel-PR. Assim, esse grupo já se constituía dentro dos princípios do MST, de forma que a organização dos trabalhadores contava agora com o apoio de diversas experiências, com as quais eles passaram a contribuir. A importância desse Movimento, agora organizado em vários estados estava também no fortalecimento da organização da luta em Sumaré. Conforme Tarelho:

“[...] enquanto o primeiro grupo se formou sem ter uma relação direta com o MST, o segundo já nasceu amparado por ele e por uma identidade pré-traçada pelo primeiro. O primeiro grupo teve que elaborar a sua identidade a partir de uma imagem ainda muito abstrata. Já, o segundo, teve à sua disposição uma imagem bem mais concreta e familiar para tomar como modelo: a imagem do sujeito coletivo chamado Sem Terra de Sumaré. (Tarelho, 1998, p. 188).

A noção de sujeito coletivo nasce no contexto da formação dos novos movimentos sociais que emergiram nessa época. De acordo com Sader, a utilização desta noção tem o sentido "de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam

práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas" (Sader, 1988, p. 55). Nesse sentido, os trabalhadores começaram a lutar também pela autonomia da sua organização, o que resultou em uma redefinição da participação das entidades e instituições de apoio, inclusive da CPT, que até então coordenava a articulação das lutas. A partir desse momento, os trabalhadores foram pouco a pouco assumindo a coordenação da articulação estadual. Dessa forma, o Movimento Sem Terra de Sumaré se tornou um marco importante no processo de formação do MST, tanto pela participação de membros na fundação do MST a nível nacional, quanto pela participação efetiva na articulação estadual.

As famílias que formaram o grupo II se prepararam durante um ano e, nesse período, as lideranças se reuniram diversas vezes com o Secretário da Agricultura, persistindo e cobrando uma área para assentá-los. Em janeiro de 1985, em uma reunião com o Secretário da Agricultura e o diretor do IAF, estes propuseram aos trabalhadores que localizassem uma área próxima do município para o assentamento.

Um mês depois, em nova reunião, os trabalhadores apresentaram uma proposta de assentamento em uma área de 227 ha., no Horto da Boa Vista, localizado no próprio município de Sumaré, também pertencente à FEPASA. Esta área estava abandonada há mais de 50 anos e era ocupada irregularmente pelo proprietário de um pequeno rebanho de bovinos e equinos. O Secretário da Agricultura sugeriu aos trabalhadores que procurassem a FEPASA para um possível acordo. Após várias tentativas frustradas de se reunir com o presidente da FEPASA, os trabalhadores avisaram que iriam ocupar a área em questão. No dia 15 de maio de 1985, os membros do Movimento se reuniram com o diretor do IAF e o presidente da FEPASA para debater a questão das terras do Horto da Boa Vista. A empresa estatal e a Secretaria da Agricultura fizeram um acordo de permuta de terras. A Secretaria deveria repassar à FEPASA outra área equivalente à do Horto de Sumaré. Vale lembrar que em uma parte das terras do Horto estavam assentadas as famílias do grupo I. A outra parte do Horto estava arrendada para a Usina de Açúcar Santa Bárbara, onde poderiam ser assentadas as famílias do grupo II. Assim, ficou acordado que as famílias do grupo II ficariam provisoriamente nas terras do Horto Boa Vista, até o fim de um contrato entre a FEPASA e a Usina. Dessa forma, ao término do contrato, essas famílias seriam transferidas para a área em arrendamento. A FEPASA exigiu um ofício da Secretaria da Agricultura para dar início à permuta. O diretor do IAF se comprometeu a providenciar o ofício e entregar no dia seguinte.

No dia 17 de maio, um dos membros do grupo ligou para o IAF e recebeu a informação que o documento havia sido remetido à FEPASA. Nesse mesmo dia, 45 famílias do grupo II entraram no Horto Florestal Boa Vista. Para realizar a ocupação, o grupo II contou com o apoio do grupo I, que cedeu um caminhão e madeira para a construção dos barracos. Nessa ocupação, as famílias estavam organizadas em várias comissões: negociação, saúde, imprensa, alimentação, segurança, etc. A organização em comissões é uma forma de contar com a maior participação dos membros do Movimento. Segundo Tarelho, isso

“[...] faz com que eles se sintam valorizados, primeiro, porque é uma forma de ser reconhecido pelo grupo e, segundo, porque é enfrentando as dificuldades que se descobre as potencialidades pessoais e coletivas. E serve, por outro lado, para desenvolver o espírito de responsabilidade, de cooperação e de disciplina porque sem isso não é possível trabalhar em conjunto e cumprir com os compromissos assumidos.” (Tarelho, 1988, p. 176).

Por meio da preparação e do enfrentamento, os trabalhadores foram desenvolvendo novas formas de organização no processo de dimensionamento do espaço social. Assim, ao ocuparem a terra construíram um espaço de resistência e luta, onde experimentaram na prática a possibilidade de retorno à terra.

Naquele mesmo dia, às 23:00 hs, as famílias ocupantes receberam a visita de um funcionário da FEPASA, que exigiu verbalmente a imediata desocupação da área. As famílias não acataram a exigência e se recusaram em deixar a terra, já que entraram na área depois de várias reuniões e negociação com o IAF e a FEPASA. Essa situação criou um clima de insegurança para o grupo. Uma semana depois receberam o oficial de justiça com uma liminar de reintegração de posse. A articulação política criada pelos próprios trabalhadores para apoiá-los consistia nos contatos que haviam feito com alguns padres do município e dois vereadores, um do PT e outro do PMDB. Depois de resistirem por quatro dias, tentando negociar com a FEPASA e o IAF em São Paulo, as famílias foram despejadas pelo pelotão de choque da Polícia Militar.

O acampamento realizado a partir de uma ocupação é um espaço de resistência e luta. É o momento mais importante no processo de conquista da terra, ou seja, de uma fração do território. Portanto, nesse enfrentamento com a polícia, é fundamental registrar, deixar a marca da resistência, através de ações da luta popular que os identifiquem como trabalhadores, como cidadãos. Um exemplo dessa marca de resistência é relatado por uma das mulheres que viveu essa luta.

Em mim particularmente naquele momento, foi o momento que mais me tocou. Quando começaram a derrubar o primeiro barraco construído com tanto sacrifício, de quem nunca teve uma casinha, para simplesmente fazer o gosto de um minoria que tem, em cima daqueles que não tem. Tinha uma faixa, assim na frente que dizia: REFORMA AGRÁRIA JÁ, ESSE PAÍS É NOSSO. Eu me perguntei: _será que esse país é nosso? Se a terra é de Deus e ninguém é dono da terra e, de repente, vem alguém e toma a terra da gente. Peguei a faixa e chamei a Dali e falei: _Dali, vem me ajudar, e comecei a gritar: REFORMA AGRÁRIA JÁ, ESSE PAÍS É NOSSO. Ai veio o oficial de justiça mais o pe. Israel dizendo: _Cida você está louca, eles vão bater em vocês. Mas a gente achava um absurdo aquilo que eles estavam fazendo. Ai eles vieram e me tiraram a faixa. Isso deu uma força, cada vez mais dava mais força e tava unindo mais a gente. Peguemos o pão que restava, pois a casinha já havia sido destruída, e fomos oferecer para os soldados, mas o oficial de justiça e o sargento impediram a gente de chegar até os soldados. Uma criança conseguiu varar a barreira que eles fizeram na nossa frente, foi a Luciana, saiu correndo e entregou o pão. Teve gente que viu, o soldado chorou e não pôde abaixar a mão para aceitar o pão, o pão oferecido. Ai o padre chamou, porque ficou com medo que eles batessem na criança. Isso pra gente foi uma coisa que marcou muito. (Cida - Sumaré II/MST-SP).

As famílias despejadas acamparam na avenida Dom Agnello Rossi, no conjunto habitacional Padre Anchieta, no município de Campinas. A área que fora ocupada fica aproximadamente a 500 metros da avenida, onde as famílias acamparam. As famílias tentaram, sem sucesso, o apoio do prefeito de Campinas. Acampados, organizaram várias manifestações: passeatas até o centro da cidade, carta aberta à população, etc. Através dessas atividades, o Movimento dos Sem Terra pressionava a Secretaria da Agricultura e a FEPASA a recebê-lo para discutirem a situação em que se encontravam as famílias do grupo II, ao mesmo tempo que divulgavam a luta para a opinião pública.

No início do mês de julho, em uma reunião numa escola próxima ao acampamento, a FEPASA propôs contratar os trabalhadores como "ajudantes de horto

florestal". A proposta de contratação garantiria o emprego para os trabalhadores até o término do contrato das terras que estavam arrendadas para a usina de açúcar. O grupo rejeitou a proposta e ocupou a Secretaria da Agricultura, exigindo o assentamento das famílias no Horto Florestal de Sumaré. Depois de negociarem durante mais de seis horas, a Secretaria e a FEPASA cederam às exigências e acabaram por assinar um protocolo de intenções de permuta de terras. Feito o acordo, as famílias ainda tiveram que aguardar o trâmite burocrático até o dia 26, quando conseguiram, finalmente a vitória. No dia 18 de agosto, as famílias acampadas na periferia de Campinas reocuparam o Horto da Boa Vista.

As famílias foram assentadas em caráter emergencial por dois anos, até 1988, quando, finalmente, ocuparam a área do Horto Florestal de Sumaré que estava arrendada para a Usina Santa Bárbara.

Com o estabelecimento dos dois assentamentos e com o crescimento da organização, os trabalhadores do grupo I e do grupo II fundaram o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sumaré, em julho de 1985.

Durante o desenvolvimento da luta do grupo II, germinava o grupo III. As famílias começaram a se reunir em Abril de 1985. Neste ano, a campanha da fraternidade trabalhava o tema da fome, ("Pão para quem tem fome") e o governo federal decretava o Plano Nacional de Reforma Agrária. Se, por um lado, o tema da campanha da fraternidade ajudava nas reuniões das comunidades para a reflexão e organização dos trabalhadores, por outro lado, o Plano, no qual os trabalhadores não tinham nenhum crédito, serviu como argumento ao Estado para que os trabalhadores aguardassem a aprovação dos Planos Regionais de Reforma Agrária para a desapropriação de terras e realização dos assentamentos.

No processo de organização do terceiro grupo, o Movimento se espacializou. Além de Sumaré, as reuniões passaram a ser realizadas em Campinas, Paulínia, Indaiatuba, Nova Odessa, Santa Gertrudes e Limeira. As vitórias dos dois primeiros grupos, bem como das outras lutas que se desenvolveram e/ou estavam se desenvolvendo no estado, serviram como exemplos concretos das possibilidades de conquista de novas áreas. Neste momento da formação do Movimento, as diversas experiências construídas pelos trabalhadores e a divulgação das lutas pelas CEBs ou pelos STRs faziam com que trabalhadores de outras comunidades começassem a participar de reuniões, onde refletiam sobre as suas realidades, a luta pela reforma agrária e a luta pela terra. Quando o grupo III partiu para a terra, reunia mais de 100 famílias dos municípios de

Sumaré, Campinas, Nova Odessa e Limeira e, frente à indefinição do Estado, no dia 5 de novembro de 1985 ocupou, em Nova Odessa, uma área de 1,5 ha. da fazenda experimental do Instituto de Zootecnia, vinculado à Secretaria da Agricultura.

O Movimento tentou um acordo junto ao Secretário da Agricultura. Como não obtiveram sucesso nas negociações, e não encontrando outra alternativa, os trabalhadores resolveram, no dia 11 de novembro, sair da fazenda experimental e acamparam em uma área urbana, no trevo da Bosch (rodovia Anhanguera), em Campinas. Para que pudessem ficar no trevo rodoviário, o Movimento teve que negociar com a DERSA que moveu uma ação de despejo contra as famílias acampadas.

A situação das famílias nesse, ou em qualquer outro, acampamento é a pior possível. Por mais organizados que estejam, a insegurança, a fome, a inexistência de condições sanitárias, a falta de água, são elementos desarticuladores do grupo. A persistência das famílias nessas condições é alimentada pela perspectiva de sobrevivência, pela solidariedade, pela esperança e pelo sonho de voltarem à terra.

As famílias permaneceram acampadas durante quatro meses. Em 1986, a campanha da fraternidade abordou o tema da reforma agrária: "Terra de Deus, Terra de Irmãos". O estudo desse tema nas Comunidades Eclesiais de Base, fez crescer ainda mais o apoio à luta pela terra. No mês de fevereiro de 1986, como ainda não existia nenhuma perspectiva de solução, o Movimento e várias comunidades organizaram duas caminhadas para protestar contra o descaso do Estado com relação à situação das famílias do Grupo III. A partir desse ano, as caminhadas se tornariam uma forma de manifestação constante em várias lutas que se desenvolveram em todo o país. Um dos fatores importantes dessa forma de manifestação é o envolvimento e o apoio que o Movimento recebe das comunidades, de entidades e instituições pró-reforma agrária. Para a realização de uma caminhada, dependendo do percurso a ser percorrido, o Movimento necessita do apoio de dezenas ou centenas de pessoas. É fundamental a existência de uma grande organização para a criação de toda a infra-estrutura da caminhada, como por exemplo: alimentação, alojamento, segurança, caminhões para o transporte da água e da alimentação, ambulância, etc. Nas caminhadas, as famílias percorrem, em média, de 15 a 20 quilômetros por dia. Os pontos de apoio para as pousadas são os salões paroquiais e, em alguns casos, as sedes dos sindicatos. Durante a caminhada, o Movimento realiza atos públicos pelas cidades por onde passa. Assim, outro fator importante é que a caminhada permite uma maior

divulgação da luta junto à sociedade, pois ganha espaço na mídia em geral, o que ajuda a pressionar o Estado.

A primeira caminhada foi realizada no dia 12 de fevereiro, quando as famílias caminharam até o centro de Campinas para o lançamento da Campanha da Fraternidade. A segunda caminhada foi realizada em março e durou quatro dias, quando 124 famílias percorreram 100 quilômetros, de Campinas até São Paulo, onde se reuniram com o Governador e o Secretário da Agricultura. Na reunião, o Movimento propôs ao governo o assentamento das famílias integrantes do grupo III em uma fazenda pertencente ao Estado, no município de Mogi Guaçu. Contudo, como a área da fazenda já havia sido decretada para ser uma reserva ecológica, os trabalhadores receberam a promessa de serem assentados em um outra área, num período máximo de 15 dias.

No dia 19 de março, uma comissão de negociação foi enviada a São Paulo e, junto com dois deputados estaduais, um do PT e outro do PMDB, se reuniram com o Secretário da Agricultura para cobrarem a promessa do governo. Às 17 horas desse dia, a comissão retorna ao acampamento com a informação de que as 124 famílias seriam assentadas numa área de 1092 ha. da fazenda Jupira, pertencente à Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora(CAIC), no município de Porto Feliz.

Os anos de 1985/86 encerram um primeiro momento dessa nova fase da luta pela terra. Com a fundação do MST (1984) e a realização de seu primeiro Congresso (1985), o movimento começava a se consolidar em vários estados brasileiros. Na segunda metade da década de oitenta, a partir das experiências criadas e das conquistas realizadas, o Movimento continua o seu processo de formação na caminhada da luta pela terra.

3.7 - Na caminhada da luta pela terra: as novas formas de aprendizado.

*"Quanto mais eu ando mais vejo estrada
Mas se eu não caminho não sou é nada
Se tenho a poeira, como companheira
Faço da poeira meu camarada."*

**O plantador
Geraldo Vandré**

As lutas analisadas até esse momento foram as mais importantes no processo de formação do MST. Nos anos 1985/86, outros movimentos de luta também participaram ou foram contactados pela articulação estadual.

No primeiro semestre de 1985, aconteceram 5 ocupações, sendo três na região de Araçatuba, uma na região de Campinas e uma na região de Sorocaba. A primeira ocupação aconteceu no dia 23 de março, no município de Capão Bonito, quando 29 famílias acampam em frente à fazenda Capuava, de onde haviam sido expulsas pelo grileiro das terras. No dia 9 de maio, 32 famílias ocuparam, no município de Promissão, uma fazenda do grupo GJ Agropecuária. Neste mesmo mês, no dia 17 de maio, aconteceram mais duas ocupações, a do grupo II de Sumaré e outra nos distritos de Brejo Alegre e Juritis (município de Birigui), quando 52 famílias ocuparam a fazenda São José, grilada pelo empresário J. J. Abdala (o mesmo grileiro da fazenda Primavera). No dia 18 de maio, no município de General Salgado, 38 famílias acampam ao lado de uma área, da qual já haviam sido despejadas, pelo grileiro, por quatorze vezes. Embora essas lutas estivessem articuladas, apenas Sumaré, Brejo Alegre e Promissão contavam com apoio efetivo da CPT, das CEBs ou de outros assentamentos. A ocupação de Capão Bonito e a luta das famílias de General Salgado estavam isoladas e precariamente mobilizadas.

No dia do trabalhador rural, 25 de julho (1985), o MST e a CPT organizaram várias manifestações na cidade de São Paulo, com reuniões no INCRA e no Palácio dos Bandeirantes. Nas reuniões, os trabalhadores entregaram diversos documentos sobre a situação dos acampamentos existentes no estado. Com a articulação das lutas os trabalhadores buscavam, através da unificação, negociar com os governos (estadual e federal) o assentamento das famílias acampadas.

Nessa reunião, o superintendente regional do INCRA, José Eli da Veiga, informou aos trabalhadores que deveriam aguardar o decreto do Plano Nacional de Reforma Agrária e a Elaboração dos Planos Regionais. Exatamente um mês depois, os trabalhadores acamparam junto à Assembléia Legislativa, pressionando o governo estadual para uma possível solução para as famílias assentadas. Depois de transferidos para o Pavilhão de Exposições da Água Funda, o Governador Franco Montoro aceitou negociar com os ocupantes. Em uma reunião na Secretaria da Agricultura, ficou acordado o assentamento emergencial das 32 famílias que ocuparam a fazenda do grupo GJ, em Promissão. Essas famílias foram transferidas para uma área da CESP, denominada Três Irmãos II, no município de Pereira Barreto. O grupo II de Sumaré também foi assentado

em caráter emergencial. As famílias de Capão Bonito foram assentadas em agosto de 1986. As famílias que ocuparam a fazenda São José, nos distritos de Brejo Alegre e Juritis, foram assentadas em novembro de 1986. O grupo de famílias de General Salgado acabou com o acampamento e se dispersou.

É importante destacar, também, as lutas por terra realizadas na região de Araraquara. Esses trabalhadores organizados no STR de Araraquara, com o apoio da FETAESP, conquistaram em julho de 1985, a fazenda Monte Alegre de propriedade da FEPASA. Embora tenha existido o contato político entre o STR de Araraquara e a articulação estadual, não ocorreu nenhum avanço nessa relação, de forma que as lutas de Araraquara constituem uma história à parte do processo de formação do MST no estado de São Paulo.

Com relação às lutas da Baixada do Ribeira, onde se desenvolvem intensos conflitos entre posseiros e grileiros, chegou a existir uma aproximação desses trabalhadores com o MST, principalmente dos posseiros da fazenda Valformoso, localizada no município de Sete Barras. Contudo, essa relação não teve um avanço significativo, de forma que a participação dos trabalhadores sem terra do Vale do Ribeira, no processo de formação do MST, tem sido esporádica.

Ainda no ano de 1985, o governo estadual implantou três assentamentos em terras públicas nos municípios do Araras e Casa Branca, sendo: Araras I, Araras II e Casa Branca.

Durante esse período da caminhada histórica da luta pela terra, os trabalhadores sem terra construíram novas experiências que, desde a luta dos posseiros da Primavera até as conquistas realizadas nos anos 1985/86, resultaram na formação do MST no estado de São Paulo. As diversas lutas que emergiram, contribuíram de diferentes formas para o desenvolvimento desse processo.

Para analisar essas diferentes formas, procuramos destacar, no processo de formação do MST, o espaço de socialização política e seu dimensionamento construídos pela práxis a partir da elaboração dos fatores objetivos e subjetivos, que contribuíram efetivamente para a conscientização dos trabalhadores, enquanto sujeito coletivo e, conseqüentemente, para a criação de uma identidade social e política, o que possibilitou o avanço da luta.

A importância da práxis está no que ela representa no processo de formação do Movimento. O seu significado mais concreto é a participação. Esse é o sentido da sua

totalidade: a participação efetiva do sujeito na reflexão e na ação contidas no processo e na realidade que determinam o seu próprio destino. A reflexão como práxis cognitiva é o núcleo gerador de idéias e da identidade do movimento social. De acordo com Eyerman e Jamison, a práxis cognitiva é precisamente "a criação, a articulação e a formulação de novos pensamentos e idéias - novo conhecimento - que o movimento social define para si mesmo e para a sociedade. Esse processo de aprendizagem criativa da práxis cognitiva ocorre em vários níveis: o debate acalorado, as reuniões, a criação de palavras de ordem e a organização de atividades específicas são a essência de todo movimento social e exemplos de práxis cognitiva" (Eyerman & Jamison, 1991, p. 55-58). É, pois, desse modo que os trabalhadores elaboraram as mais diferentes formas de resistência. Estas resultaram das experiências concretas, nascidas no dia-a-dia da luta, do seu fazer-se.

Nesse sentido, a práxis é fundamental para o processo de construção do espaço de socialização política e para o seu dimensionamento, requer um componente espacial porque *"é necessário apossar-se de um espaço e controlá-lo ao mesmo tempo que se fazem outros confiscos no interesse da luta de classes. Isso requer uma certa audácia, uma compreensão de que a transformação radical da sociedade pode ocorrer a qualquer época porque existimos no espaço"* (Gottdiener, 1993, p. 152). Dessa forma, a criação de uma práxis na construção do espaço de socialização política, aparece como a essência do processo de formação do Movimento e, a sua existência no contexto apresentado, tem permitido a esse sujeito coletivo a conquista e o controle sobre o seu próprio espaço. Contudo, na elaboração dessa práxis participaram diferentes instituições políticas. Assim, o controle sobre o seu próprio espaço, traz, tanto o sentido de autonomia como de heteronomia.

As diversas formas de participação dessas instituições no espaço de luta, constituíram experiências diferenciadas, onde o controle do espaço pelos trabalhadores em processo de formação também foi diferenciado. A não participação ou a maior influência e controle das instituições no espaço de socialização política, resultou, em alguns casos, no seu não dimensionamento.

Na caminhada da luta, a práxis nasceu, quase sempre, a partir de um lugar social específico: a comunidade eclesial de base. Esse foi o lugar comum das gêneses de várias lutas por terra. Nos trabalhos desenvolvidos pelos agentes pastorais, com base na Teologia da Libertação, encontravam-se os fundamentos principais que caracterizaram as diferentes experiências de luta. Portanto, das experiências analisadas nesse capítulo, as

lutas das regiões Noroeste e Campinas foram as que emergiram a partir de uma práxis construída nas experiências vividas pelos trabalhadores, onde estes foram, gradualmente, se tornando sujeitos em sua própria luta.

É importante observar que nas duas regiões, no início da organização, os trabalhadores contaram, principalmente, com o apoio da igreja católica, através das CEBs e ou da CPT, que proporcionou o lugar social onde foi construído o espaço de socialização política.

Na região de Araçatuba, a presença e a participação determinantes da CPT local proporcionaram as condições objetivas e subjetivas para a formação do Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo. Os trabalhos da CPT na Coordenação Regional do Sul e na articulação estadual contribuíram para a fundação do MST.

Na região de Campinas, a partir das reuniões das Comunidades Eclesiais de Base, os trabalhadores construíram um espaço de socialização política, de onde nasceram as experiências que possibilitaram tanto o retorno à terra, como a reconstrução contínua da luta. Durante esse processo de organização do Movimento dos Sem Terra de Sumaré, os trabalhadores vivenciaram, também, a experiência de relacionamento com o PT, o que, na época, também influenciou na elaboração da práxis que rompeu com as relações de dependência.

O mesmo processo não aconteceu com as lutas desenvolvidas no Pontal e na fazenda Pirituba. Nessas lutas, os movimentos não conseguiram romper com a relação de dependência. A inexistência do dimensionamento do espaço de socialização política é um fator importante que nos permite compreender a razão do porquê esses trabalhadores não conseguiram participar, efetivamente, desse espaço e não construíram uma práxis que possibilitasse o controle sobre o seu espaço.

A superação das relações de dependência e a conquista de um espaço próprio foram as características básicas das lutas que mais contribuíram para com a formação do MST no estado de São Paulo. Assim, a construção da forma de organização do MST, efetivou-se com as lutas onde os próprios trabalhadores conquistaram e controlaram o seu espaço político. E o processo de articulação das lutas que possibilitou a formação do MST, contou com a participação das diversas experiências aqui analisadas.

Assim, o processo de articulação das lutas esteve, num primeiro momento, até 1984, sob a coordenação da CPT. A partir de 1984/85, os trabalhadores foram conquistando a sua emancipação e a consolidação o MST no estado de São Paulo e a partir

de 1986/87, o MST se espacializou por quase todo o Estado de São Paulo. Neste processo, as lutas tomaram novas características, como mostraremos no capítulo seguinte.

4 - A FORMAÇÃO DO MST NO ESTADO DE SÃO PAULO (1985/86 - 1992/93).

4.1 - A espacialização da luta pela terra na territorialização do MST.

"... porque a gente é assentado do grupo I, sabe que começou uma grande luta aqui na região de Sumaré. O grupo I foi um dos primeiros assentados, veio o grupo II, veio o grupo III... aí começamos a formar o grupo IV, que são esses companheiros que estão aqui..."

*João Calixto. Assentamento Sumaré I.
In: vídeo "Caminhos da Terra". 1988.*

"Nós fazemos assim, depois de conseguirmos o nosso espaço, vamos ajudar os outros."

*Adauto Silva. Acampado em Getulina-SP.
In: O Estado de São Paulo, pág. A-16. 22/11/93.*

Neste capítulo estudamos o processo de formação do MST no Estado de São Paulo no período de 1985/86 a 1993. Procuramos compreender, nesse trabalho, a espacialização das práticas e formas de luta do MST na territorialização da luta pela terra¹.

O MST, esse sujeito coletivo, se espacializa pela sua práxis, através da (re)produção das suas experiências de luta. Este processo é desenvolvido pelo trabalho, pela ação criativa, reconstruindo o espaço de socialização política. Espacializar, portanto, é conquistar novos espaços, novos lugares, novas experiências, desenvolver novas formas de luta e, conseqüentemente, novas conquistas, transformando a realidade, lutando pelo futuro.

Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o muntidimensionamento do espaço de socialização política. É "escrever" no espaço através de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc. É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST.

As experiências das lutas que se desenvolveram a partir de 1980 até 1985/6, possibilitaram a construção de uma forma de organização social, cujas práticas construídas

no cotidiano desses sujeitos foram (re)criadas para a continuidade do processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Das lutas analisadas no capítulo anterior, embora todas tenham contribuído para a formação do MST, as lutas da região de Araçatuba (Andradina) e principalmente as lutas da região de Campinas (Sumaré) foram as mais importantes no processo de formação do MST no estado de São Paulo.

A partir de 1985/86, a referência do MST no estado eram as lutas desenvolvidas a partir da região de Campinas. Desde a luta do grupo I, que originou o Movimento dos Sem Terra de Sumaré, esses trabalhadores participaram da organização do MST a nível nacional. Vários membros do grupo I estiveram presentes no I Encontro Nacional do MST (janeiro de 1984). Com a luta do grupo II, os trabalhadores participaram da articulação estadual do Movimento e do Primeiro Congresso Nacional do MST (janeiro de 1985). Estas experiências fortaleceram o processo de formação do MST no estado. Pois *"... esse segundo grupo se formou justamente num momento em que o MST se preparava para dar um dos passos mais importantes de sua história, que foi a realização do I Congresso Nacional dos Sem Terra. A participação nesse Congresso ajudou os trabalhadores desse e do primeiro grupo a clarificarem a sua imagem do MST e a definirem melhor a sua identidade, pois ele foi muito significativo para a auto afirmação política não só do MST como também dos trabalhadores a ele relacionado."* (Tarelho, 1988: 118).

O grupo III (Porto Feliz) também foi formado no seio desse processo. O grupo IV, que se formou no período de 1985/7, foi o penúltimo grupo a receber o número que representou a seqüência de lutas desenvolvidas a partir de Sumaré. **Essa numeração: I, II, III e IV representa, também, na história da formação do MST no estado de São Paulo, o processo de espacialização da luta pela terra na territorialização do Movimento.** O grupo I foi formado a partir das reuniões realizadas na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Sumaré. Diversas famílias das cidades de Campinas e Cosmópolis participaram dessas reuniões e fizeram parte do grupo. Depois de formado, o grupo I realizou duas ocupações nos municípios de Araraquara e Araras e foi assentado em Sumaré. Da mesma forma, o grupo II, depois de formado, realizou duas ocupações em Sumaré, onde foi assentado, primeiro em um assentamento emergencial (Horto Boa Vista) e depois foi assentado no Horto de Sumaré. Quanto ao grupo III, este viveu um processo diferente. Com o crescimento do número de famílias nas reuniões, foi necessário realizar

reuniões em outras comunidades, nos municípios de Campinas, Paulínia, Indaiatuba, Nova Odessa, Santa Gertrudes e Limeira. Este grupo ocupou a fazenda experimental em Nova Odessa, depois de várias tentativas de negociação saíram da fazenda e acamparam no trevo da Bosch (via Ahanguera) em Campinas. Finalmente, depois da caminhada de 100 quilômetros até São Paulo e das negociações com o governo estadual, as famílias foram assentadas em Porto Feliz.

4.2 - Promissão: da terra prometida à terra definitiva.

"Eu não quero a terra prometida, eu quero é terra definitiva."

Benê. Assentamento Pe. Josimo Tavares. Promissão - SP.

A partir da realização do **espaço de luta de resistência** do grupo III iniciou-se o grupo IV. Foi no final de 1985 que trabalhadores dos municípios de Sumaré, Campinas, Indaiatuba, Valinhos, Rio Claro, Americana, Santa Gertrudes, Paulínia, Santa Bárbara D'Oeste e Limeira tiveram conhecimento do acampamento do trevo da Bosch. O contato com as experiências deste grupo e com os grupos I e II levou os trabalhadores a iniciarem, em seus municípios, as reuniões para a formação de um novo grupo. Do contato à formação de um novo grupo e da formação à conquista de uma fração do território há a participação de trabalhadores das lutas anteriores, que se desdobram participando de várias atividades. Esse desdobramento pode ser compreendido pela sua participação desde o trabalho no assentamento até o trabalho na formação de novos grupos. Noutras vezes, o trabalhador pode estar liberado pelo seu grupo no assentamento e/ou pelo MST para trabalhar exclusivamente em um dos setores da forma de organização do Movimento. Esse trabalho é desenvolvido pela práxis dos trabalhadores em luta que, desta forma, desenvolvem o processo de espacialização da luta e a territorialização do MST. Em cada nova comunidade, sindicato, etc, iniciou-se a construção do espaço de socialização política. No desenvolvimento desse processo de construção de seu próprio espaço, as famílias refletiam sobre as suas histórias no contexto da questão agrária no Brasil, sobre a história do MST e das lutas na região. **Foi através desse processo de formação, de construção da cidadania, que os trabalhadores reuniram centenas de famílias na luta pela terra.**

De 1985 até 1987, as famílias do grupo IV se reuniram periodicamente. Nesses dois anos de formação, de construção da forma de organização, os trabalhadores procuraram o INCRA por oito vezes para negociar o assentamento das famílias. Em uma assembléia do grupo IV, realizada em agosto de 1986, em Sumaré, esteve presente o economista José Eli da Veiga - diretor regional do INCRA/SP. Indagado sobre a demora em dar uma resposta às famílias, o então diretor regional do INCRA respondeu aos trabalhadores que faltavam técnicos para fazer as vistorias das terras passíveis de desapropriação no PRRA - Plano Regional de Reforma Agrária. Os trabalhadores colocaram à disposição do INCRA um profissional (engenheiro agrônomo) para "ajudar" o INCRA/SP.

Em janeiro de 1987, o grupo IV contava com 400 famílias organizadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Cansados de aguardarem pelas providências do PRRA e sem a perspectiva de serem assentados, os trabalhadores resolveram seguir os exemplos dos outros grupos. Numa assembléia realizada em Nova Veneza, bairro de Sumaré, as famílias decidiram realizar a ocupação.

No município de Promissão (microrregião de Bauru) havia um acampamento no Km. 144 da BR 153. Eram 45 famílias que estavam acampadas, desde novembro de 1986, em frente à fazenda Reunidas, pertencente à família Ribas (latifundiários da região de Bauru) que estava em processo de desapropriação². As lideranças das 45 famílias propuseram às lideranças do MST que ocupassem juntos a fazenda Reunidas. Contudo, no III Encontro Nacional do MST foi realizada uma avaliação sobre os trabalhos da Constituinte com referência a questão da reforma agrária e, de acordo com a avaliação, os trabalhadores decidiram que o MST não faria nenhuma ocupação naquele momento. Com esta decisão, o grupo IV que estava preparado para fazer a ocupação, foi parcialmente desmobilizado.

Em 30 de junho de 1987, o governo federal através do decreto número 92.876 desapropriou 17.138 hectares da fazenda Reunidas. No dia 22 de agosto de 1987, as 45 famílias que estavam acampadas na BR 153 ocuparam a fazenda Reunidas. Para a implantação do assentamento da fazenda Reunidas, o INCRA formou uma **comissão de seleção** composta por representantes de diversas instituições: prefeituras, igrejas, sindicatos, etc. A comissão decidiu que as famílias a serem beneficiadas deveriam ser dos municípios de Promissão, José Bonifácio, Penápolis, Birigui e Lins (Diocese de Lins,

1990: 24). A comissão de seleção excluía, portanto, a possibilidade de assentamento das famílias do grupo IV organizadas no MST.

O MST de São Paulo estava em negociação com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araraquara, para juntos ocuparem a fazenda Tamoio, em Araraquara. Contudo, a diretoria do Sindicato resolveu não realizar a ocupação conjunta com o MST.

No dia 2 de novembro de 1987, o MST também ocupou a fazenda Reunidas. O grupo IV somava agora 350 famílias de 12 municípios: Sumaré, Campinas, Indaiatuba, Monte-Mor, Paulínia, Americana, Limeira, Rio Claro, Santa Gertrudes, Bauru e Rinópolis. As famílias do grupo IV acamparam em uma área próxima à área ocupada pelas 45 famílias. Este fato acabou criando um conflito entre as entidades e no interior das instituições de apoio à luta, principalmente, por causa das diferenças políticas existentes entre elas e o MST. Este conflito resultou numa situação de "mal estar" entre as famílias acampadas. Esta situação também contribuiu para que, desde o início da ocupação, várias famílias abandonassem o acampamento.

Para garantir o acampamento, as famílias do grupo IV ocuparam a sede do INCRA no dia 16 de novembro de 1987. Depois de 10 horas de negociação, o MST e o INCRA chegaram a um acordo. As famílias permaneceriam em uma área de 5 hectares por um prazo de 6 meses. Ainda ficou acordado que o superintendente do INCRA/SP negociaria com a **comissão de seleção** a inclusão das famílias do grupo IV. Mas, a comissão não aceitou incluir as famílias no processo de seleção.

Como a execução do projeto de assentamento e acompanhamento técnico estava sob a responsabilidade do INCRA e da SEAF - Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários, o MST realizou dezenas de reuniões de negociação com o INCRA, SEAF, Governo do Estado, etc, sem obter nenhum avanço.

Em abril de 1988, com a aproximação do prazo final, negociado para permanecerem acampados na fazenda Reunidas, o Movimento resolveu fazer uma caminhada (a maior já realizada no estado de São Paulo) de Promissão à São Paulo, para exigir do governador o assentamento das famílias do grupo IV.

As famílias viajaram de Promissão à São José do Rio Preto de ônibus, de São José do Rio Preto à Limeira de trem e de Limeira até São Paulo foram 156 quilômetros de caminhada (ver foto 2).

Durante 10 dias as famílias caminharam pela via Anhanguera, passando pelas cidades de Americana, Sumaré, Campinas, Jundiaí e São Paulo. Nestas cidades, inclusive em São José do Rio Preto, os trabalhadores realizaram atos públicos. Para a realização da caminhada as famílias do grupo IV contaram com o apoio de várias Comunidades Eclesiais de Base, da CPT, de diversos sindicatos, da CUT e dos assentamentos: Sumaré I, II e Gleba XV de Novembro. Os assentamentos cederam seus caminhões para que fossem transportados os colchões, a bagagem, a água e a comida. Nas comunidades era feita a comida. As famílias pernoitavam nos salões paroquiais ou nas sedes dos sindicatos.



Foto 2 - O grupo IV na via Anhanguera - início da caminhada.

A caminhada chamou a atenção da opinião pública, tanto pelas manifestações quanto pela divulgação pela imprensa em geral.

Em São Paulo, as famílias ocuparam o INCRA enquanto as lideranças negociavam com o governador Orestes Quécia. A comissão de negociação saiu do Palácio dos Bandeirantes com um documento assinado pelo governador garantindo o assentamento

emergencial em 300 hectares até o final de 1988, quando seriam assentados definitivamente.

Com a conquista parcial, as famílias do grupo IV começaram a trabalhar a terra e a desenvolver lutas conjuntas com as outras famílias do assentamento Reunidas. Uma das lutas mais importantes foi a derrubada das cercas das fazendas para que as famílias classificadas ocupassem os seus lotes, haja visto que depois da desapropriação a família Ribas arrendou as terras da fazenda. Ocuparam a prefeitura de Promissão para conseguir transporte escolar. Realizaram uma caminhada de 32 quilômetros até Promissão reivindicando maior agilidade dos órgãos federal e estadual no processo de assentamento.

Em setembro de 1988, as famílias oriundas do grupo IV fundaram a Associação dos Pequenos Produtores Pe. Josimo Tavares. Em março de 1989, ocuparam a Secretaria da Agricultura para exigir a terra definitiva e a demarcação dos lotes. Em abril, ocuparam outra área da fazenda e iniciaram o plantio de arroz (ver foto 3). Contudo, apesar de todos os esforços e lutas os trabalhadores não obtinham nenhuma resposta concreta por parte do Estado. Em outubro de 1989, o INCRA propõe a transferência das famílias para a fazenda Bela Vista do Chibarro. A proposta foi questionada, pois quebrava uma série de acordos feitos anteriormente. 29 famílias aceitaram o assentamento em Araraquara. As outras famílias que continuaram resistindo na fazenda Reunidas foram, finalmente, assentadas.

Dois anos após a conquista, no início do ano de 1992, as famílias do grupo IV fundaram a COPAJOTA - Cooperativa de Produção Agropecuária Pe. Josimo Tavares (ver foto 4).



Foto 3 - Assentamento Pe. Josimo - a primeira colheita de arroz.



Foto 4 - Assentamento Pe. Josimo - inauguração da COPAJOTA.

4.3 - A luta pela fazenda Timboré: Grupo V - Projeto Liberdade.

"Numa reunião que nós tivemos no INCRA, foi proposto pra nós fazermos uma permuta de área. Pra gente ir pra fazenda Itassul lá estado do Mato Grosso do Sul, que era do mesmo dono da fazenda Timboré, aqui em Andradina. O superintendente do INCRA, na época, dizia pra nós o seguinte: a fazenda lá era muito mais produtiva, terreno plano, tinha mais água, era muito melhor que a Timboré. Aí nós dissemos o seguinte: deixa essa fazenda com o fazendeiro e deixa nós com a Timboré."

**Geraldo José da Silva. Acampado na fazenda Timboré. Andradina - SP.
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina.**

As experiências construídas nas lutas e conquistas dos quatro primeiros grupos formados a partir de Sumaré, contribuíram para a formação do grupo V.

No processo de dimensionamento do espaço de socialização política (espaço comunicativo - espaço interativo - espaço de luta e resistência), durante a formação do grupo, as famílias vão tomando as suas decisões. *"Nas reuniões, as famílias foram discutindo sua realidade e surgiram propostas. Assim a consciência política do grupo, sobre os passos a serem dados, foi crescendo. Os caminhos e tarefas se tornaram mais claros. Neste sentido foram realizados encontros de formação, avaliação e definição das propostas, respeitando-se a opção pela não participação daquelas famílias que ainda não se achavam preparadas para a ocupação. "* (A Pastoral, 1989: 2).

Nesse processo de espacialização do Movimento e da luta pela terra, no dia 27 de janeiro de 1989, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocupou a fazenda Pendengo no município de Castilho (Alta Noroeste de Araçatuba). A ocupação foi realizada por 130 famílias que vieram dos municípios de Castilho, Andradina, Sumaré, Campinas, Valinhos, Nova Odessa, Santa Bárbara D'Oeste, Limeira e Osasco. Como parte das famílias que compunha o grupo viera da região de Campinas, no início da ocupação, elas foram denominadas por algumas lideranças do grupo V. Contudo, durante o processo de luta e resistência, as famílias nomearam o grupo de Projeto Liberdade. *"Na procura de uma solução, estas famílias se reuniram e se organizaram pela conquista da terra, pois a terra significa trabalho, comida e LIBERDADE. Foram meses de preparação, e com coragem enfrentaram as dificuldades de falta de recursos, distância entre as cidades, etc... Este grupo de Sem Terra tem um projeto que se chama PROJETO LIBERDADE. Os trabalhadores querem o seguinte:*

- *Exigir a escritura coletiva da área, para evitar vendas de lotes;*
- *Trabalhar a terra coletivamente;*
- *Formar cooperativa de produção;*
- *Desenvolver diversificação de culturas;*
- *Exigir assistência técnica permanente no local;*
- *Vender diretamente à população, eliminando os atravessadores;*
- *Procurar financiamentos alternativos, via PROCERA, LBA e outros;*
- *O PROJETO LIBERDADE tem como objetivo maior a transformação da sociedade." (A Pastoral, 1989: 1 e 3).*

A formação desse grupo ocorreu no momento em que se desenvolviam diversas experiências de relações de trabalho e produção nos assentamentos conquistados pelo MST em vários estados. Dessa forma, estes objetivos do projeto representavam a intenção de se experimentar novas relações, como forma de resistência.

Antes, porém, de ocuparem a fazenda Pendengo, as lideranças do grupo Projeto Liberdade negociaram com o INCRA o assentamento das 130 famílias. Como a afirmativa do INCRA era de que não havia terra para assentá-los, os trabalhadores resolveram partir para a ocupação.

A ocupação da fazenda Pendengo, de 4.160 hectares, trazia de volta os conflitos que marcaram a história de sua origem. Na década de 50, a fazenda Pendengo³ havia sido disputada por posseiros e grileiros. Depois de vários conflitos, os posseiros foram expulsos. Atualmente, a fazenda está sob o domínio de um conhecido grileiro da região: Serafim Rodrigues de Moraes que, além da Pendengo, possui mais três fazendas na região da Alta Noroeste e mais vinte e uma nas regiões Centro-Oeste e Norte (A Pastoral, 1989: 1). Em 1986, as Câmaras Municipais de Castilho e de Nova Independência e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina haviam indicado ao INCRA, durante a elaboração do PRRA, a desapropriação da fazenda. O INCRA realizou uma vistoria na fazenda e a qualificou como latifúndio por exploração.

Enquanto uma comissão iniciava o processo de negociação com o INCRA e DAF, as famílias começaram o plantio em parte das terras da fazenda. Contudo, o grileiro conseguiu uma liminar de manutenção de posse. No dia 16 de fevereiro as polícias militar e civil realizaram o despejo das famílias que acamparam na praça da Matriz em Nova Independência. Durante o despejo, o grileiro e fazendeiros ligados à UDR ofereceram

alguns caminhões e ônibus para transportar as famílias da fazenda até a cidade. Os trabalhadores recusaram o transporte e resolveram fazer uma manifestação de protesto e caminharam 10 quilômetros até a praça da Matriz. Na cidade, receberam apoio da população que também participou da caminhada e ofereceu alimentos às famílias despejadas.

As famílias permaneceram acampadas na praça da Matriz por um mês. No dia 15 de março de 1989 resolveram ocupar a fazenda Timboré, de 3.393 hectares, localizada nos municípios de Andradina e Castilho. Esta fazenda, que também estava sob o domínio do mesmo grileiro da fazenda Pendengo, havia sido classificada pelo INCRA como latifúndio por exploração em 27/07/86, e foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária (Decreto número 93.021). Em 12/08/86, o grileiro entrou com uma medida cautelar, pretendendo suspender a ação desapropriatória. No dia 31 de março de 1989, a ação proposta pelo grileiro foi julgada improcedente facultando ao INCRA a execução da desapropriação.

Os trabalhadores cortaram as cercas da Timboré e penetraram 2 quilômetros no interior da fazenda. Contudo, a ocupação foi frustrada por um grupo de jagunços que vigiava a fazenda. Os jagunços atiraram nos pneus dos caminhões que transportavam os pertences das famílias. Ao tentarem montar seus barracos, as famílias foram impedidas pela Polícia Militar que, naquele momento, se encontrava no local. Estava evidente para as lideranças que informações sobre esta ocupação haviam "vazado".

As famílias acamparam à margem da estrada vicinal José Rodrigues Celestino, em frente à fazenda. Os jagunços também montaram um acampamento do outro lado da estrada, dentro da fazenda, e passaram a vigiar os acampados ininterruptamente. Os jagunços passaram a intimidar as famílias acampadas exibindo suas armas. Segundo informações dos acampados os jagunços estavam fortemente armados. Os trabalhadores denunciaram ao então Secretário de Segurança Pública do Estado, Sr. Antonio Fleury Filho, a presença de 38 jagunços munidos de 41 armas: 27 metralhadoras, 3 escopetas, 2 cartucheiras calibre 12 e 9 revólveres calibre 38.

O processo expropriatório da fazenda Timboré estava tramitando em Brasília para desapropriação e emissão de posse. Contudo, em maio de 1989 o grileiro fez um acordo com o INCRA. Como havia outra fazenda do sr. Serafim Rodrigues de Moraes em processo de desapropriação - a fazenda Itassul, no estado de Mato Grosso do Sul, o grileiro celebrou um acordo onde uma das cláusulas determinava o seguinte: o INCRA

realizaria novas vistorias nas fazendas Pendengo e Timboré. Caso estas vistorias classificassem as fazendas como empresas rurais, o INCRA se comprometeria a se abster de promover a desapropriação das fazendas Pendengo e Timboré (sic). Na reunião com o INCRA, os trabalhadores receberam a proposta de assentamento na fazenda Itassul. Percebendo a "maracutaia" os trabalhadores recusaram a proposta e começaram a pressionar o INCRA para que o mesmo não realizasse a vistoria.

Nesse intervalo de tempo, o grileiro "maquiou" a Timboré com uma "fita" de 300 alqueires de milho que circundava parte da fazenda. Dessa forma, os trabalhadores exigiam que se prosseguisse o processo desapropriatório com base no laudo do INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que em 1986 havia feito um levantamento aerofotogramétrico na região.

Na primeira semana de junho de 1989, três técnicos do INCRA, acompanhados por um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina, três trabalhadores do Projeto Liberdade e dois engenheiros agrônomos contratados pelo grileiro, iniciaram a vistoria da fazenda Pendengo. Quando iam iniciar a vistoria da fazenda Timboré, os trabalhadores "mantiveram" os técnicos do INCRA no acampamento, enquanto a comissão de negociação foi a São Paulo para uma audiência com o superintendente do INCRA exigir a suspensão da vistoria. A exigência foi acatada e os técnicos foram liberados.

Na segunda semana de julho, depois de três meses que as famílias estavam acampadas em frente à Timboré, sendo constantemente ameaçadas pelos jagunços, uma comissão de doze trabalhadores foi a Brasília para uma reunião com o então ministro da agricultura Iris Rezende. No mesmo dia da reunião com o ministro, as famílias do Projeto Liberdade ocuparam a prefeitura de Andradina reivindicando três bombas de água, transporte duas vezes por semana para os acampados virem à cidade e 50 carteiras escolares, haja visto que haviam construído um barracão para funcionar como escola. Os trabalhadores pediram ao prefeito que fizesse uma ligação ao ministro da agricultura, relatando a situação em que se encontravam as famílias acampadas, reforçando assim o pedido de imissão de posse.

No dia 25 de julho - dia do trabalhador rural - um grupo de famílias do Projeto Liberdade, juntamente com outros 250 trabalhadores procedentes das ocupações do Pontal do Paranapanema (Santa Rita e água Sumida) e de vários assentamentos do estado, ocuparam a sede do INCRA em São Paulo. A ocupação contou com o apoio da CUT e da

CPT. Os trabalhadores exigiam a liberação de crédito para o custeio do plantio e o assentamento das famílias acampadas. Com a ocupação, que durou três dias, os trabalhadores conseguiram o compromisso do INCRA em agilizar a liberação do crédito e priorizar os assentamentos das famílias que se encontravam acampadas.

Sem perspectiva de solução e diante do impasse, as famílias acampadas resolveram ocupar a Timboré. Para ocupar a fazenda os trabalhadores tiveram que burlar a vigilância intensiva dos jagunços. Por quatro dias as famílias promoveram forrós no acampamento. Os forrós sempre duravam até a madrugada e a festa estava sendo observada pelos jagunços. Após o terceiro forró, os jagunços relaxaram a vigilância. Na madrugada do dia 19 de agosto, no quarto forró, as famílias ocuparam a Timboré. Nas três primeiras noites, durante a realização dos forrós, as famílias iam se revezando e preparando os 130 barracos para serem desmontados. Na última noite, em silêncio, homens, mulheres e crianças começaram a ocupação ao passo que outras pessoas dançavam enquanto os jagunços dormiam.

Por volta das seis horas da manhã, a maior parte das famílias já havia conseguido entrar na fazenda quando o chefe dos jagunços percebeu a estratégia dos trabalhadores. Os jagunços tomaram a estrada onde ainda havia alguns barracos e começaram a disparar a esmo. As pessoas que ainda estavam desmontando os seus barracos jogaram-se no chão. No tumulto, um trabalhador - Santilio Porcino de Oliveira - foi atingido no rosto e acabou por perder a visão do olho direito.

Após o ataque ao acampamento na beira da estrada, os jagunços foram para a área da fazenda onde as famílias estavam armando os barracos. Atacaram em duas frentes atirando, contra os barracos, de cima de um caminhão e de uma pick-up e passando em cima dos pertences das famílias que estavam espalhados pelo local do acampamento. No ataque diversos barracos foram atingidos, vários trabalhadores foram feridos e dois veículos utilizados na ocupação tiveram as carrocerias e cabines perfuradas pelos tiros disparados pelos jagunços.

Temendo um conflito de maiores proporções e para garantir a proteção das famílias acampadas na fazenda Timboré, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina encaminhou um ofício para o 28o Batalhão da Polícia Militar de Andradina, requerendo a segurança necessária das 130 famílias. Alguns deputados do PT revezavam-se, permanecendo no acampamento nos primeiros dias após o ataque dos jagunços.

No mesmo dia da ocupação, as famílias iniciaram o plantio de arroz e de outras culturas de ciclo rápido.

No dia 23 de agosto, o juiz da Primeira Vara Civil de Andradina concedeu uma liminar de manutenção de posse ao grileiro Serafim Rodrigues de Moraes. No dia 25 de agosto, o juiz da Vigésima Primeira Vara Federal seqüestrou a fazenda Timboré por tempo indeterminado até a definição do processo judicial. A decisão do juiz baseou-se na qualificação de conflito fundiário, prevendo o aumento da violência na região.

Em janeiro de 1990, aproximadamente 200 famílias dos municípios de Andradina, Castilho, Nova Independência, Pereira Barreto, São João do Pau D'Alho, Tupi Paulista e Monte Castelo também ocuparam a fazenda Timboré. Estas famílias formaram um novo grupo que se auto denominou de "Chico Mendes". Nesse ano, as famílias dos dois grupos demarcaram os seus lotes e ocuparam toda a fazenda.

O processo de desapropriação da fazenda Timboré encontra-se, até hoje, no Superior Tribunal de Justiça. Segundo alguns trabalhadores acampados na Timboré, este parece ser um "acampamento definitivo".

A fazenda Pendengo que havia sido declarada como latifúndio por exploração, acabou por ser caracterizada, depois da vistoria realizada em junho de 1989, como empresa rural. Em setembro de 1993, os jagunços da fazenda Timboré foram julgados e absolvidos.

4.4 - De volta à Pirituba: o acampamento Olívio Albani.

A fazenda Pirituba possui 17.500 hectares e localiza-se nos municípios de Itapeva e Itaberá⁴. Nas lutas de 1984, os trabalhadores conquistaram 3.850 hectares (Áreas I e II). Em fevereiro de 1986, aconteceu uma nova ocupação com 106 famílias da região de Itapeva que foram assentadas emergencialmente, em dezembro do mesmo ano, numa área de 970 hectares (área III).

A partir de 1988, o MST iniciou um trabalho com as famílias de meeiros e de trabalhadores bóias-frias, realizando reuniões nas comunidades, sindicatos e nas próprias casas dos trabalhadores em 14 bairros de vários municípios da microrregião de Campos de Itapetininga. No dia primeiro de outubro de 1989, os lotes de número 74 e 160,

da fazenda Pirituba, foram ocupados por 182 famílias. Alguns trabalhadores, assentados emergencialmente na área III, também participaram da ocupação. O lote de número 74 estava sob o domínio dos Bergamini e dos Batagin e o lote de número 160 estava sob o domínio de Eltje Jan Loman. (Processos 644/89 e 047/89). São detentores dos lotes e se encontram em litígio com o poder público. A reação dos detentores foi imediata. Jagunços atiraram contra o acampamento e bloquearam a estrada de acesso aos lotes. No dia 4 de outubro uma comissão de negociação se reuniu com técnicos da Coordenadoria Sócio-econômica da Secretaria da Agricultura, pedindo que a Secretaria tomasse as devidas providências contra os detentores dos lotes. A Secretaria da Agricultura e o Departamento de Regularização Fundiária reconheceram a situação irregular dos Bergamini, dos Batagin e dos "holandeses" e entraram com ações na justiça, requerendo o sequestro das áreas. As famílias conseguiram permanecer nas áreas por uma semana. No dia 7 de outubro, a juíza da Terceira Vara da Comarca de Itapeva concedeu liminares de reintegração de posse aos detentores e as famílias foram despejadas.

As famílias acamparam nas margens da rodovia Francisco Alves Negrão (Km. 312) em frente à fazenda Pirituba. As famílias da área III voltaram para o assentamento. Como o acampamento ainda não tinha nome, os trabalhadores decidiram, em assembléia, denominá-lo de Acampamento Olívio Albani em homenagem ao trabalhador Sem Terra morto pela Brigada Militar em Palma Sola - SC.

A situação do acampamento começou a se agravar com a inexistência das condições sociais básicas, como a falta de apoio político e principalmente a falta de alimentos e remédios. Ainda, os jagunços continuavam ameaçando constantemente as famílias. Atiravam nas proximidades dos barracos, e provocavam os acampados "informando-os" que iriam tirar a bandeira do MST do mastro do acampamento. Na terceira semana de janeiro de 1990, uma aeronave sobrevoou o acampamento e atirou veneno nos arredores. No dia 25 de janeiro, uma criança foi atropelada e morreu na hora. Este fato, naturalmente, contribuiu para a desesperança das famílias acampadas.

Na tentativa de mudar os rumos da luta, no dia cinco de março de 1990, as famílias decidem reocupar os lotes da fazenda Pirituba. Foram despejadas novamente e acamparam em um lote da área I cedida pelos assentados. Em junho tentam nova reocupação e são despejadas. Voltam para o lote da área I.

Na segunda quinzena de julho, as famílias ocupam a área de novo. Quando os oficiais de justiça foram, novamente, entregar o mandado de reintegração de posse,

estavam acompanhados do administrador e filho do detentor do lote. Os trabalhadores "mantiveram" o administrador no acampamento e depois de negociarem com o juiz a suspensão da liminar de despejo, o administrador foi solto. Uma comissão tentou negociar a permanência das famílias na área mas não teve sucesso. As famílias retornaram para o lote da área I.

Sem perspectiva de solução para o conflito e como as negociações não avançavam, em outubro as famílias fazem nova ocupação. Desta vez, ocupam o lote 156 e plantam 12 alqueires de feijão. Acontece novo despejo, as famílias retornam para o lote da área I e os "holandeses" colhem 750 sacos de feijão que foram plantados pelos acampados.

Este fato mais a sucessão de derrotas fizeram com que muitas famílias desistissem da luta. Um ano depois da primeira ocupação, apenas 80 famílias resistiam no acampamento. Finalmente, depois de 15 meses acampados, de vários conflitos e reuniões de negociação com a Secretaria da Agricultura, em janeiro de 1991, o Estado seqüestrou os lotes 154 e 155 da fazenda Pirituba. Os dois lotes possuem uma área de 200 hectares. Dessa área, aproximadamente 100 hectares pertencem à reserva florestal da fazenda. O DAF realizou um processo de seleção e classificou apenas 48 famílias que foram assentadas em caráter emergencial. Devido à área ser insuficiente para a sobrevivência das famílias, elas decidiram trabalhar a área de forma coletiva e fundaram a Associação Olívio Albani (Área IV). Em agosto de 1993, elas receberam mais 88 hectares.

O assentamento emergencial é uma forma paliativa de solucionar o problema das famílias acampadas, mas é também um alívio para as famílias em luta. É uma pausa no processo de resistência, dá para descansar um pouco. É mudar de espaço e ter pelo menos uma garantia, um pouco de segurança. Por outro lado, o assentamento emergencial, quando não atende a todas as famílias em luta, empurra os problemas das famílias que não foram assentadas para uma nova ocupação. Outra questão importante é que nesses 10 anos de ocupação da fazenda Pirituba, muitas famílias cresceram e já começa a aparecer o problema da falta de terra. No dia 28 de abril de 1992, o MST realiza nova ocupação na fazenda Pirituba com 65 famílias: filhas e filhos dos assentados das áreas I, II, III e famílias que não conseguiram entrar na terra durante a luta do acampamento Olívio Albani.

Essas famílias ocuparam o lote 172, foram despejadas e ocuparam o lote 175. Foram despejadas novamente e acamparam nas margens de uma estrada vicinal.

Durante o período do acampamento, algumas famílias desistiram da luta. Permaneceram acampadas durante três meses e, tendo como exemplo as experiências dos outros grupos, em agosto ocuparam o lote 171. Um mês depois, as famílias foram assentadas em caráter emergencial (Área V).

Até o final de 1993 as famílias das áreas IV e V continuavam assentadas em caráter emergencial.

4.5 - A conquista da fazenda Ipanema.

"Aprendendo a redesenhar o mapa, o caminho do Sem Terra passa pela infância e pela cidade".

O Canto da Terra, Paulo Rufino, 1991.

Em 1991, no processo de espacialização da luta pela terra, os trabalhadores organizados no MST desenvolviam lutas nas regiões de Itapeva, Pontal do Paranapanema e iniciavam os trabalhos para a formação de um novo grupo nas regiões de Campinas e Sorocaba. No dia 16 de maio de 1992, a fazenda Ipanema localizada no município de Iperó, microrregião de Sorocaba, foi ocupada por 500 famílias organizadas no MST. A processo de formação desse grupo durou aproximadamente 9 meses e reuniu trabalhadores de 15 municípios: Iperó, Sorocaba, Itú, Tietê, Porto Feliz, Tambaú, Piracicaba, Leme, Limeira, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Campinas, Indaiatuba, Americana e São Paulo.

A fazenda Ipanema, de 1700 hectares, é de propriedade da Marinha, do INCRA e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA - e estava praticamente abandonada. Na época da ocupação, a propriedade da fazenda foi transferida para o IBAMA.

Esta foi a única ocupação no Estado de São Paulo onde não ocorreu despejo. Embora o Estado tenha entrado com liminar de reintegração de posse, esta não chegou a ser executada devido à pressão de entidades e instituições da região de Sorocaba. Uma das causas da pressão realizada é o projeto ARAMAR. Desde 1986, a população da região de Sorocaba vinha se manifestando contra do Centro Experimental de Aramar que estava

enriquecendo urânio. No local seria instalado um reator de 50 megawatts, que serviria como protótipo para os reatores de submarinos que seriam construídos pela Marinha. (CEDI - DESEP-CUT - NEMI - SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SOROCABA. São Paulo, 1988).

Dessa forma, a ocupação da fazenda Ipanema recebeu o apoio imediato da população e as famílias permaneceram acampadas na fazenda por 15 meses, até agosto de 1993, quando foram assentadas em caráter emergencial através de um convênio INCRA/DAF.

4.6 - O MST no Pontal do Paranapanema.

"Em nome do Movimento gostaria de agradecer publicamente o apoio dos parlamentares que estão aqui comigo no palanque... E dizer que o Movimento não precisa agradecê-los. Porque nós achamos que eles fazem parte do MST... Muita gente fica perguntando: o Movimento Sem Terra é do PT? Porque tem a bandeira vermelha? O MST não é do PT. Outros dizem: o MST é do Bragato. Ele tá fazendo essas ocupações aí para se eleger. O MST não é do Bragato nem do PMDB. Então será que o MST é do PC do B, que o Jamil Murad veio aqui e deu um baita discurso e "enforcou uns três de uma vez só?" Também não. De quem é, então, o MST? O MST é de todos nós, de cada um deles, do PT, do PMDB, do PC do B, mas, sobretudo o MST é da classe trabalhadora, dos que querem lutar por terra e pela reforma agrária. Os únicos que não podem entrar no MST são os pelegos, os covardes, os que têm medo de ocupar terra. Esses não precisam entrar."

João Pedro - MST.

24/7/93. Caminhada pela reforma agrária. Teodoro Sampaio - SP.

A região do Pontal do Paranapanema possui 66.608,95 hectares de terras devolutas e 339.505.00 hectares de terras que estão com processos de ações discriminatórias em andamento. (ver tabela 12). Estas terras estão sob o domínio de grandes grileiros-latifundiários.

Todas as ocupações que aconteceram na região do Pontal do Paranapanema, na década de oitenta, foram nessas terras. Assim, a luta pela terra continuou após o assentamento, em 1984, das famílias que haviam ocupado as fazendas Tucano e Rosanela. Em setembro de 1985, a fazenda Água Sumida, localizada no município de Teodoro Sampaio, foi ocupada. A forma como aconteceu essa ocupação é, até hoje, um mistério. Conforme Veiga, 1990: 123 e 124: *"Exatamente no dia em que Sarney recebia oficialmente o PNRA das mãos de Nelson Ribeiro, 200 homens invadiram a fazenda Água Sumida, no Pontal do Paranapanema, terras de João Avelino Pinho Melão, vulgo*

"Joãozito", cunhado do ex-governador Roberto de Abreu Sodré... Procurei informar-me sobre as circunstâncias da invasão e fiquei ainda mais intrigado. Nenhuma das fontes habituais sabia alguma coisa sobre a ocupação: nem o diretório do PMDB, nem o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teodoro Sampaio, onde ocorrera a invasão, e muito menos o PT, a CPT, o Movimento dos Sem Terra, a FETAESP, etc. Teria sido uma invasão espontânea, sem que nenhuma dessas entidades tivesse apoiado ou ajudado? Justo numa fazenda da família Sodré, amigo íntimo do presidente? E exatamente no dia em que Sarney recebera oficialmente o Plano?... No dia seguinte fui sozinho dizer aos autores da ocupação - in loco - que tinham sido vítimas de uma manipulação muito bem urdida. E pela pesquisa que pude fazer em Teodoro, o principal instigador havia sido "um comerciante do Paraná" que contara com a ajuda da PM local....".

É importante lembrar que a região do Pontal é o berço da UDR paulista⁵ e forte núcleo da UDR nacional. Os latifundiários ligados à UDR não têm medido esforços para contribuir com a luta contra a reforma agrária e muitas vezes tentam minar as lutas dos trabalhadores sem terra.

A ocupação da fazenda Água Sumida acabou resultando no assentamento de 121 famílias em fevereiro de 1988. Neste ano também foram assentadas 87 famílias na fazenda Areia Branca, no município de Marabá Paulista. *"A área onde o projeto está implantado foi desapropriada por interesse social, para fins de reforma agrária, pelo governo federal, no final de 1987... O assentamento das famílias ocorreu no início de 1988, após uma seleção feita por uma comissão formada por um representante da Câmara municipal, dois do MIRAD, um da igreja, dois do DAF, um do Sindicato, um da Prefeitura, dois da comunidade, um da DIRA, totalizando onze pessoas."* (Silveira, F. R. et alii, 1993e: 1 e 2).

O MST realizou sua primeira ocupação na região do Pontal do Paranapanema no dia 14 de julho de 1990. Nesse dia, 700 famílias ocuparam a fazenda Nova Pontal no distrito de Rosana, município de Teodoro Sampaio⁶.

Tabela 3 – Região do Pontal do Paranapanema - Áreas de terras devolutas e a discriminar⁷

Comarca	Nº dos Perímetros	Área devoluta (ha)	Área a discriminar (ha)
Mirante do Paranapanema	11	66.608,95	-
Presidente Bernardes	10	-	24.200,00
Presidente Venceslau	16	-	91.160,00
Teodoro Sampaio	14	-	87.846,00
Teodoro Sampaio	15	-	92.280,00
Presidente Prudente	08	-	44.019,00
Total	06	66.608,95	339.505,00

Fonte: Situação das Terras no Estado de São Paulo. DRF - Departamento de Regularização Fundiária / Instituto de Terras / Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. São Paulo, 1991.

As 700 famílias que ocuparam a fazenda Nova Pontal⁸, vieram de vários municípios da região do Pontal e do norte do Estado do Paraná. O processo de formação desse grupo durou aproximadamente seis meses.

As famílias permaneceram na área ocupada por uma semana. Nesse período, os trabalhadores "mativeram" no acampamento, por dois dias, os dois oficiais de justiça que foram entregar a liminar de reintegração de posse, enquanto tentavam negociar com o governo estadual. Nessa negociação, os trabalhadores reivindicaram: a suspensão da ação liminar de reintegração de posse emitida pelo juiz da comarca de Presidente Venceslau, o seqüestro da área ocupada devido ao conflito social, a agilização do processo discriminatório das terras do Pontal, a garantia de não violência e o assentamento imediato das 700 famílias. A negociação não teve sucesso. A comissão e dois advogados, um da CUT e outro da CPT, se reuniram com o juiz da comarca de Presidente Venceslau para encontrar uma alternativa para a situação. O juiz foi irredutível e as famílias foram despejadas no dia 21 de julho por uma operação que envolveu 900 policiais das polícias militar e civil. A operação contou também com 30 cachorros, 105 cavalos, além da artilharia de elite e da participação de vários jagunços. Antes de começar o despejo, com o intuito de provocação, os policiais retiraram a bandeira do Movimento do mastro que ficava no centro do acampamento, hastearam a bandeira nacional e entoaram os hinos da Polícia Militar e da Independência.

Antes do despejo, os trabalhadores haviam decidido que iriam acampar nas margens da rodovia SP 613, nas proximidades da gleba XV de Novembro. Com o objetivo de desmobilizá-los, vários fazendeiros da região enviaram 15 caminhões e jagunços para acelerar o despejo e reconduzir as famílias para os municípios de onde vieram. Para isso, durante o despejo, os policiais obrigavam as famílias a subirem nos caminhões que tinham

como destino os seus municípios. Aproximadamente 450 famílias conseguiram resistir à tentativa de desmobilização do grupo e acamparam nas margens da rodovia SP 613. A partir do dia 23 de julho, algumas das famílias "reconduzidas" voltaram para o acampamento. Este foi denominado de acampamento Novo Pontal.

Passado quase um mês da ocupação, as famílias se "*depararam com outro problema: a fome. Foi parado na estrada um caminhão de boi e leite. Exigiram o necessário para matar a fome. Em represália a polícia desencadeou nova repressão. Na Delegacia de Rosana, no dia 9/8/90, três trabalhadores rurais foram obrigados a despir-se e submetidos a violência e tortura.*" (Dossiê "Sem Terra do Pontal do Paranapanema". (MST/SP, 1991: 2).

Esse fato foi explorado politicamente pelos grileiros-latifundiários que continuavam pretendendo desmobilizar o MST na região. O argumento era a falta de segurança para o transporte de gado que o acampamento estava causando.

Em uma tática política inédita, no dia 15 de agosto aconteceu um fato nunca antes ocorrido na luta pela terra no Brasil. O DER - Departamento de Estradas de Rodagem - solicitou o despejo das famílias através do **pedido da liminar de reintegração de posse das margens da rodovia** ocupada pelas famílias acampadas.

Para realizar esse despejo-surpresa, foram mobilizados 800 policiais que se reuniram no alojamento da Construtora Camargo Correa, em Rosana. Para chegarem até o alojamento, os ônibus que conduziram os policiais não passaram pela rodovia SP 613 (que é a via principal de acesso à cidade onde fica o alojamento) e sim pelas estradas vicinais que cortam as grandes fazendas.

Em sigilo absoluto, os policiais chegaram no acampamento na madrugada do dia 16 de agosto, trazendo dois oficiais de justiça que notificaram os acampados. Como as lideranças do Movimento até então desconheciam o despejo, não contavam com essa possibilidade. De forma que não existia nenhuma decisão sobre para que local poderiam ir.

A construtora Camargo Correa, a CESP, o DER e os latifundiários enviaram 40 caminhões para reconduzir os acampados de volta aos seus municípios. Nessa madrugada choveu torrencialmente, o acampamento foi totalmente cercado pelos policiais que não permitiram a saída de nenhuma pessoa a não ser que fosse em cima de um caminhão e com os seus pertences. Dessa forma, as lideranças do acampamento não conseguiram mobilizar nenhum tipo de apoio. Por volta das dez horas, uma criança

conseguiu furar o cerco policial e ir até a gleba XV de Novembro para avisar algumas lideranças do MST na gleba, sobre o despejo que estava ocorrendo.

Metade do grupo foi reconduzido para os seus municípios de origem. As lideranças conseguiram com que 223 famílias fossem para uma área da gleba XV de Novembro. Com o segundo despejo, os latifundiários já haviam conseguido desmobilizar mais de 500 famílias.

As famílias que conseguiram resistir, ficaram acampadas na gleba por 35 dias. Durante esse tempo, uma comissão negociou com o governo um outro local para montar o acampamento. Na segunda quinzena de setembro, os trabalhadores conseguiram com a Secretaria da Agricultura uma área onde as famílias pudessem acampar. No dia 20 de setembro, as 223 famílias transferiram-se para a área pertencente à Secretaria na mesma rodovia: a SP 613. Nesse momento da luta acontece a articulação das forças políticas em apoio ao MST. No dia 30 de Setembro, a CUT/SP, a CPT/SP, a AGB/P.P., a ABRA (Regional de Presidente Prudente), o PT, o PC do B e o Conselho Intersindical de Presidente Prudente formam o Comitê de Apoio à Luta pela Terra - Presidente Prudente.

Durante esse processo de construção e controle do espaço de luta e resistência, as famílias deram um novo nome ao acampamento: Acampamento João Batista da Silva em memória de uma liderança da MST/MS que faleceu em um acidente de automóvel no dia 7 de agosto de 1990. Em reconhecimento a sua luta e em sua homenagem, as famílias resolveram batizar este novo acampamento com o seu nome. Enquanto as famílias permaneceram acampadas nessa área, enfrentaram a fome, o frio, a falta de água e nessas condições, várias pessoas ficaram doentes. A comissão de saúde do acampamento montou um ambulatório na perspectiva de resolver os casos mais simples e amenizar a situação. Ainda, no período de permanência das famílias nessa área, um garoto de cinco anos foi atropelado e morto pela pick-up que passou em alta velocidade em frente ao acampamento.

“[...] Frente a todos esses problemas, a comissão de negociação realizou 25 audiências com representantes das Secretarias de Estado da Justiça, Agricultura, Segurança Pública e com o INCRA. Dessas reuniões, os trabalhadores conseguiram as suas primeiras vitórias: *"Algumas conquistas foram realizadas neste período, como o fornecimento de cestas básicas. Continua as reivindicações de leite, assistência médica no acampamento e escola provisória. Quanto à conquista da terra conseguiu-se avançar no desvendamento das ações discriminatórias". A pressão e mobilização dos trabalhadores sem terra conseguiram que o Estado adotasse as primeiras medidas para imitir-se na posse das terras devolutas. Porém, os passos são ainda muito tímidos e lentos.*" (Dossiê "Sem Terra do Pontal do Paranapanema". MST/SP, 1991: 4).

Em outubro de 1990, a Procuradoria do Estado de São Paulo e a FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente celebram um convênio para a realização do levantamento aerofotogramétrico do 11º perímetro de Mirante do Paranapanema para o cadastramento das terras devolutas. Este perímetro possui uma área de 66.608,95 hectares que está registrada em nome da "Fazenda do Estado de São Paulo" (Transcrição número 12.851 de 20/06/1958).

Depois de oito meses acampadas nas margens da rodovia SP 613, no município de Teodoro Sampaio, as famílias do acampamento João Batista da Silva ocuparam, em 23/03/91, uma área de 2.872 hectares da fazenda São Bento, no município de Mirante do Paranapanema. A fazenda tem 5.200 hectares e estava sob o domínio de Antonio Sandoval Neto, famoso grileiro da região. Os 2.872 hectares desse imóvel havia sido classificado pelo INCRA como latifúndio por exploração em 25/11/86 (Decreto número 94.161). A partir do dia 23, mais 24 famílias de Mirante e de municípios vizinhos também acamparam na São Bento.

No dia 25 de março, o juiz de Mirante do Paranapanema concedeu a liminar de reintegração de posse a Antonio Sandoval Neto. Os advogados da CUT-SP e da CPT-SP tentaram impedir a concessão da liminar, alegando que o caso era de competência da Justiça Federal. O juiz negou o pedido dos advogados. Por outro lado, os trabalhadores acampados decidiram não desocupar a fazenda e iniciaram o tombamento da terra para o plantio de feijão. Uma comissão foi a São Paulo para negociar com a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania para que se evitasse o uso da força policial. Dois dias após a concessão da liminar, a Procuradoria do Estado de São Paulo entrou na Justiça com uma ação de seqüestro do imóvel. O despejo das famílias foi suspenso até o julgamento da ação. No dia primeiro de abril, o Juiz de Mirante do Paranapanema indeferiu a ação impetrada pela Procuradoria alegando que **"o sequestro é uma medida violenta, odiosa e de exceção"** (O Estado de São Paulo. 02/04/1991, pág. 14). Segundo o juiz não existia **"atrito ou disputa corporal entre os co-réus (sem terra e fazendeiros) e a autora (Fazenda estadual) para justificar a ação de desapropriação"** (Folha de São Paulo. 02/04/1991, pág. 1-8). O juiz solicitou ao comando da Polícia Militar de Presidente Prudente que cumprissem a sentença de manutenção de posse.

Trezentos e cinquenta policiais chegaram as 6:00 horas da manhã do dia 9 de abril na fazenda São Bento para efetivar o despejo das 247 famílias do acampamento João Batista da Silva. A desocupação foi negociada entre as lideranças do MST e o

comandante da operação Militar. Durante a negociação os trabalhadores com as enxadas, foices e facões, realizaram um ato simbólico de resistência: se enfileiraram e organizaram com os próprios corpos uma "parede" ficando de frente para o batalhão da Polícia Militar. Na negociação, os trabalhadores propuseram transferir o acampamento para uma área da estação Engenheiro Veras, do ramal ferroviário (desativado) de Dourados da FEPASA.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirante do Paranapanema, o Comitê de Apoio à Luta pela Terra - Presidente Prudente e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema realizaram no dia 13 de abril, no município de Mirante do Paranapanema, um ato público de apoio à luta dos trabalhadores rurais Sem Terra. Ainda no mês de abril, o Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT, a ABRA, a CPT e o MST se reuniram com o Coordenador do Instituto de terras da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e propuseram o ajuizamento de imissão de posse em todas as áreas já declaradas judicialmente como devolutas, até o final de 1991. Os trabalhadores continuaram negociando com o Estado e deram um prazo de 30 dias para que o governo apresentasse um solução para as 247 famílias. Caso contrário reocupariam a fazenda São Bento.

Vencido o prazo e sem nenhuma resposta por parte do governo, no dia 15 de maio, os trabalhadores ocuparam a fazenda São Bento pela segunda vez e tombaram 5 hectares para plantar milho, mandioca, arroz e feijão (ver foto 5). O grileiro entrou com novo pedido de reintegração de posse. As famílias foram citadas e deixaram a área. A partir desse momento os trabalhadores começaram a utilizar a seguinte tática: mantiveram o acampamento na estação Engenheiro Veras e entravam na fazenda somente para trabalhar. Dessa forma criaram uma situação nova. Toda vez que os oficiais de justiça vinham citá-los, os trabalhadores estavam no acampamento, portanto, fora da fazenda.

Frente a essa tática, o grileiro colocou alguns jagunços para impedir a entrada dos trabalhadores nas terras da fazenda. No dia 10 de junho acontece o primeiro conflito armado entre jagunços e os trabalhadores. Quando os trabalhadores entraram na fazenda para trabalhar, foram recebidos a tiros. No dia seguinte, os trabalhadores tentaram entrar com um trator e foram expulsos novamente pelos jagunços que ameaçaram matar as lideranças do acampamento⁹.

O conflito era o trabalho. Os jagunços tinham ordens para impedir que os trabalhadores plantassem. De certa forma, a situação estava fora do controle da Polícia Militar que registrou queixas das duas partes envolvidas. Os trabalhadores acusavam os jagunços e o grileiro acusava os trabalhadores. Segundo o grileiro: "*a situação vem se tornando insustentável.. O caso não vem sendo levado a sério como merecia*". (O Imparcial, 14 de junho de 1991, pág. 09). (Grifo nosso).



Foto 5 - Segunda ocupação da fazenda São Bento

No sábado, 22 de junho, o Diário Oficial do Estado publica o Decreto 33.404, de 21 de junho de 1991. Nesse decreto, o Governador do Estado de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho requisitou a área de 2.872 hectares da fazenda São Bento para abrigar as 247 famílias por um prazo de 180 dias, considerando que após as famílias terem

desocupado a fazenda atendendo a determinação judicial do juiz de Mirante do Paranapanema "*formaram um acampamento em área próxima ao imóvel em questão, assim como têm demonstrado ânimo de afrontarem a ordem pública, inclusive com novas invasões... Considerando que nos últimos dias, o estado de tensão nessa região tem aumentado, e que os mais diversos segmentos da sociedade têm manifestado sua preocupação, bem como requerido a intervenção do Estado... etc.*" (Decreto 33.404 de 21 de junho de 1991. D.O.E. 22/06/1991, pág. 2).

O advogado do grileiro entrou com uma liminar para suspender o decreto requisitório. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou e suspendeu o Decreto 33.404. O Tribunal reservou uma área de 10 hectares da fazenda São Bento para que as famílias montassem o acampamento. Parte das famílias se transferiu para a área de 10 hectares e parte continuou acampada na estação Engenheiro Veras.

Durante a luta do grupo João Batista da Silva pela conquista da fazenda São Bento, o MST mobilizou um novo grupo com 600 famílias de bóias-frias, arrendatários, parceiros e meeiros das cidades da região do Pontal e do norte do Paraná. Esse grupo difere de todos os outros grupos formados pelo MST no Estado de São Paulo. Enquanto os outros grupos demoraram entre seis meses e dois anos para a sua formação, este grupo foi mobilizado em menos de três meses. Pelo menos dois fatores contribuíram simultaneamente para a mudança da forma de organização da luta. Por um lado, nas comunidades, de onde vieram, não existiram os trabalhos de formação dos sujeitos da luta, ou seja, na criação desse grupo os trabalhadores não construíram um espaço de socialização política. Por outro lado, as lideranças que articularam a mobilização do grupo possuíam um concepção massiva da luta¹⁰. Dessa forma, nas reuniões realizadas nas comunidades, as lideranças relatavam a luta que estava se desenvolvendo e contavam a história da grilagem de terras no Pontal. Este rápido contato das lideranças com as famílias foi o suficiente para a mobilização desse novo grupo. Outra diferença importante deste grupo para os demais é que, neste, participaram vários arrendatários proprietários de caminhões, máquinas e implementos.

No dia primeiro de setembro de 1991, essas famílias ocuparam uma parte, da fazenda Santa Clara de 5.000 hectares, localizada na área do 11o perímetro de Mirante do Paranapanema. Para a organização interna do acampamento formaram-se vários grupos de 20 a 30 famílias. Os grupos se reuniam para discutir os problemas internos do acampamento e para serem orientados sobre as ações de massa. As decisões sobre o

desenvolvimento da luta eram traçadas pelo grupo de lideranças que orientava os grupos de famílias. Esta prática criou nesse acampamento uma relação de dependência entre a massa e seus líderes. No acampamento João Batista da Silva, esta prática criou um acirramento nas relações entre as lideranças e os trabalhadores que discordavam da forma como eram conduzidas algumas decisões da luta.

O suposto proprietário da fazenda Santa Clara entrou com pedido de liminar de reintegração de posse no Forum de Mirante do Paranapanema. No dia 5 de setembro, o comandante da Polícia Militar encarregado de fazer o despejo e as lideranças do MST negociaram a saída das famílias da fazenda e transferiram o acampamento para a área da estação Noêmia do ramal desativado da FEPASA. Este acampamento foi batizado de Primeiro de Setembro.

Na primeira semana de outubro, 670 trabalhadores dos acampamentos João Batista da Silva e Primeiro de Setembro fazem uma caminhada de 135 quilômetros de Mirante do Paranapanema até Presidente Prudente. Os trabalhadores passaram pelos municípios de Santo Anastácio, Presidente Bernardes, Álvares Machado, onde realizaram atos públicos com a presença de vereadores, prefeitos, sindicalistas e deputados estaduais. Para a realização da caminhada os trabalhadores contaram com o apoio de diversas Comunidades Eclesiais de Base, dos municípios por onde passaram, e do Comitê de Apoio à Luta pela Terra - Presidente Prudente.

Em Presidente Prudente, os trabalhadores ocuparam o prédio da Procuradoria do Estado de São Paulo e exigiram a presença do Coordenador do Instituto de Terras da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. A reunião entre os trabalhadores e o Estado aconteceu no dia 13 de Outubro na Divisão Regional de Ensino de Presidente Prudente, de onde os trabalhadores retornaram para os acampamentos apenas com promessas.

Em novembro, as famílias do grupo Primeiro de Setembro ocupam a fazenda Santa Clara por duas vezes, nos dias 9 e 19 de novembro, e com cinco tratores tombam 200 hectares para o plantio de arroz, milho e mandioca. São certificados da liminar de reitegração de posse e continuam trabalhando na área plantada.

Em janeiro de 1992, com o vencimento do prazo de 180 dias determinado pelo Tribunal de Justiça, o grileiro Antonio Sandoval Neto pediu a reintegração de posse da área de 10 hectares que estava ocupada por 7 famílias do acampamento João Batista da Silva, onde cultivavam milho, algodão, feijão e abóbora. O juiz de Mirante concedeu a

liminar e os policiais do Batalhão da Polícia Militar de Presidente Venceslau realizaram o despejo. A advogada do MST entra com liminar na Justiça alegando a incompetência do juiz para determinar a retirada das famílias. O Tribunal de Justiça acata a liminar e concede a permanência das famílias na área de 10 hectares.

No dia 28 de março, uma comissão dos dois acampamentos reúne-se com o Governador do Estado. Os trabalhadores são informados que o "proprietário" da fazenda Santa Clara e o Estado negociaram a desapropriação da área de 930 hectares da fazenda que fica no 11º perímetro. O governo pagará ao "proprietário" as benfeitorias da área a ser desapropriada.

A partir do início do mês de abril, o MST mobiliza aproximadamente 900 famílias dos municípios da região Pontal e norte do Paraná e no dia primeiro de maio reocupam a fazenda São Bento e ocupam a fazenda Canaã de 3020 hectares. Estas famílias foram mobilizadas através da divulgação da luta e das perspectivas de conquistas na região. Neste caso também não aconteceu o processo de construção e dimensionamento do espaço de socialização política, não ocorrendo o processo de formação de um grupo, mas sim a mobilização de uma massa de trabalhadores.

O processo de formação de um grupo, embora exija um determinado tempo para a construção de sua forma de organização, fortalece a representatividade e a organização do Movimento. Serve também para um maior conhecimento e identificação entre os trabalhadores e as lideranças e, de certa forma, evita a infiltração de inimigos e de pessoas que comprometam o reconhecimento social e político da luta. Por outro lado, a massificação da luta através da mobilização dos trabalhadores possibilitou a reunião de um número maior de famílias, em um período de tempo menor, mas trouxe uma série de problemas para as lideranças durante o desenvolvimento da luta.

Com a liminar de reintegração de posse concedida aos "proprietários", os trabalhadores desocupam as fazendas e acampam nas margens do ramal ferroviário. Este acampamento foi denominado de Primeiro de Maio. Do acampamento, os trabalhadores se deslocavam até uma das áreas ocupadas e continuaram plantando na fazenda São Bento. Em 20 de julho, 800 famílias do grupo Primeiro de Maio ocupam mais duas fazendas: a Flor Roxa de 1023 hectares e a Washington Luiz de 355 hectares.

Por um lado, com as ocupações e a mobilização de aproximadamente 1.500 famílias, o MST procurava pressionar o Estado a se manifestar sobre as terras devolutas do 11º perímetro. Os prefeitos da UNIPONTAL reuniram-se com o secretário da Justiça e o

procurador do Estado e apresentaram a agilização do acordo da fazenda Santa Clara e a manifestação por parte do Estado para iniciar outros acordos. Por outro lado, os grileiros reagiram, fundaram a Associação dos Proprietários Rurais do Pontal do Paranapanema¹¹ e conseguiram com que fosse montado um processo contra as principais lideranças do movimento. No dia 22 de julho, o juiz de Mirante do Paranapanema concede um mandado de prisão preventiva, pedido pelo promotor de justiça, contra oito lideranças do MST no Pontal denunciado-as de formadoras de bando e quadrilha (sic), de incitarem as ocupações e de representar os interesses do Movimento dos Sem Terra... de pertencer à Coordenação Estadual do Movimento... de fazer parte da Direção Nacional do MST, etc.¹².

Nesse mesmo dia o juiz havia designado uma audiência com as lideranças para interrogá-las por crime de desobediência, uma vez que depois de terem sido certificados da liminar de despejo concedida pelo juiz e levada ao conhecimento deles pelo oficial de justiça, se recusaram a desocupar a área. Dessa forma, estava armada a tramóia. As lideranças, ao chegarem para serem ouvidas por crime de desobediência, seriam presas acusadas de formadoras de bando e quadrilha. A advogada do MST suspeitou da tramóia a partir de conversas mantidas com o promotor de justiça e informou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirante do Paranapanema, para que impedissem a entrada das lideranças na cidade e para que deixassem a comarca. A suspeita foi confirmada quando uma das lideranças foi presa, na rodoviária, quando chegava para a audiência.

Para protestar contra a prisão preventiva das lideranças, os acampados realizaram uma vigília de 4 dias na praça da Matriz de Mirante do Paranapanema. Durante a vigília foi organizado um ato público, no dia 28 de agosto, que contou com a participação do Comitê de apoio à luta pela terra - Presidente Prudente e com a presença de um deputado do PMDB. Nestes quatro dias os acampados promoveram passeatas pela cidade e tinham como objetivo pressionar o juiz. Contudo o Juiz determinou à Polícia Militar que proibisse os acampados de realizarem a passeata nas ruas próximas ao Fórum.

No dia 30 de julho, as famílias acampadas nas fazendas Flor Roxa e Washington Luiz são despejadas por uma operação que contou com 700 policiais. As famílias voltaram para as estações Engenheiro Veras e Noêmia.

Os grupos Primeiro de Maio e Primeiro de Setembro reocupam as fazendas Flor Roxa e Santa Clara no final de outubro de 1992. Na Flor Roxa, os trabalhadores plantaram 12 hectares de milho e foram despejados novamente. O "proprietário" da

fazenda Santa Clara e os acampados negociam a permanência das famílias na área plantada.

Nas eleições de 1992, houve um grande número de acampados que transferiram seus títulos de eleitores para o município de Mirante do Paranapanema, e os candidatos a prefeito passaram a disputar os votos dos trabalhadores, prometendo ajudar os acampamentos. Nessa eleição, dois partidos disputavam a prefeitura: PMDB e PTB. O candidato do PTB montou uma "farinheira" para produzir farinha de mandioca e durante os seus comícios no acampamento Primeiro de Setembro prometeu comprar a produção dos acampados. Embora as lideranças estivessem com mandado de prisão preventiva, procuravam estar presentes nos acampamentos para orientar a massa. Algumas lideranças criticavam as propostas populistas dos candidatos e alertavam os acampados. O candidato do PTB venceu as eleições para prefeito, sendo que o seu vice era o oficial de justiça da comarca.

Em novembro, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julga o Habeas Corpus com pedido de medida liminar contra a prisão preventiva das lideranças do MST e suspende o mandado de prisão preventiva concedido pelo juiz de Mirante do Paranapanema. No final desse mês, oito trabalhadores que derrubavam as cercas da fazenda Flor Roxa são presos em flagrante, acusados de furto de madeira e arame. Por serem réus primários são libertados uma semana depois.

As famílias acampadas na fazenda Santa Clara já haviam demarcado os lotes e trabalhavam na primeira colheita quando, em janeiro de 1993, o Estado indeniza as benfeitorias dos 930 hectares da Santa Clara e inicia o assentamento de 315 famílias.

Essa foi a primeira conquista do MST no Pontal do Paranapanema, depois de dois anos e meio de luta. O assentamento foi denominado de Santa Clara.

O acordo entre o "proprietário" da Santa Clara e o Estado foi insistentemente criticado pelos fazendeiros da Associação dos Proprietários Rurais do Pontal do Paranapanema. No dia 23 de janeiro, o prefeito de Mirante do Paranapanema convidou para uma reunião com o MST, a Associação dos Proprietários Rurais do Pontal do Paranapanema, os prefeitos da UNIPONTAL, representantes do ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo, da Procuradoria do Estado para iniciarem negociações conjuntas, no sentido de viabilizar uma proposta que atendesse às partes interessadas. A proposta apresentada pelo MST foi de um módulo de 15 hectares por família. Considerando as 1.200 famílias acampadas no município, o Estado precisaria arrecadar

18.000 hectares. A Associação dos Proprietários Rurais apresentou uma proposta para a regularização dos imóveis sob o domínio de seus associados, onde ela dividia as propriedades do 11º perímetro em cinco classes:

- 1 - as propriedades com área acima de 3.801 hectares, o "proprietário" entregaria 25% do imóvel para o Estado, na condição deste pagar as benfeitorias;
- 2 - as propriedades com área entre 2.501 e 3.800 hectares, o "proprietário" entregaria 20% do imóvel para o Estado, na condição deste pagar as benfeitorias;
- 3 - as propriedades com área entre 1.201 e 2.500 hectares, o "proprietário" entregaria 15% do imóvel para o Estado, na condição deste pagar as benfeitorias;
- 4 - as propriedades com área entre 501 e 1.200 hectares, o "proprietário" entregaria 10% do imóvel para o Estado, na condição deste pagar as benfeitorias;
- 5 - as propriedades com área de até 500 hectares seriam legalizadas sem concessões.

Esta proposta trazia embutida a intenção dos "proprietários" de gerirem os assentamentos através de recursos públicos, ou seja, eles entregariam um percentual de suas terras e o Estado financiaria a implantação dos assentamentos nessas áreas. Seria a privatização dos assentamentos.

O ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo - analisou a proposta da Associação e concluiu que a arrecadação de terras seria de 4.168 hectares, apenas 10.13% da área estadual do 11º perímetro, e permitiria o assentamento de no máximo 277 famílias. Em nova reunião no mês de fevereiro, os participantes chegaram a seguinte proposta: a legitimação de todos os ocupantes do 11º perímetro até 500 hectares. O remanescente será repassado para o Estado através de acordos. Esta proposta atingia apenas 17 grileiros que dominam 65% das terras devolutas do 11º perímetro. Com esta proposta o Estado arrecadaria 25.991 hectares, o que viabilizaria o assentamento de 1732 famílias em módulos de até 15 hectares¹³.

Em fevereiro de 1993, nos dias 27 e 28, as famílias do acampamento João Batista da Silva, as famílias do acampamento Primeiro de Maio e mais aproximadamente 600 famílias, provenientes da região do Pontal e norte do Paraná, ocuparam uma área da fazenda São Bento próxima ao assentamento Santa Clara (ver fotos 6 e 7).

Com a perspectiva do acordo entre os grileiros e o Estado, várias prefeituras cederam ônibus para transportarem as famílias para o acampamento. Contudo, no primeiro dia da ocupação aconteceu um conflito armado entre os Sem Terra e os jagunços que tentavam, sem sucesso, impedir a ocupação. Este fato levou algumas famílias a retornarem, pois segundo alguns trabalhadores, eles vieram para "ganhar" terra e não imaginavam que teriam que enfrentar jagunços.

No dia 8 de março, as famílias desocupam a São Bento obedecendo à ordem judicial de reintegração de posse ao grileiro Antonio Sandoval Neto e acampam nas margens do ramal desativado da FEPASA. Essas famílias formam um único acampamento: o União da Vitória. Este acampamento novo, então o maior acampamento na história da luta pela terra no Estado de São Paulo, já reunia em torno de 1.800 famílias de trabalhadores bóias-frias, arrendatários, meeiros, parceiros, etc, procedentes de 10 municípios da microrregião da Alta Sorocabana de Presidente Prudente: Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Sandovalina, Estrela do Norte, Tarabaí, Pirapozinho, Narandiba, Presidente Bernardes, Alvares Machado, Presidente Prudente e de 18 municípios do norte do estado do Paraná: Jardim Olinda, Colorado, Santa Inês, Centenário do Sul, Cafeara, Cruzeiro do Sul, Guaraci, Iguaruçu, Itaguajé, Paranacity, Porecatu, Paranaipoema, Santa Fé, Santo Antonio do Caiuá, Santo Inácio, Nossa Senhora das Graças, Maringá e Nova Londrina.



Foto 6 - Reocupação da fazenda São Bento. (Barraco modular). Observar detalhe importante: devido as despejos constantes, estes trabalhadores contruíram um barraco "modular" de forma que poderiam montá-lo desmontá-lo com maior rapidez.

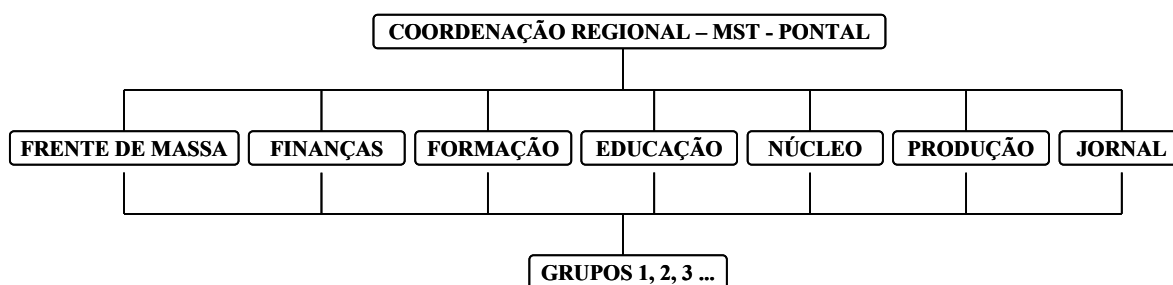


Foto 7 - Reocupação da fazenda São Bento (ao fundo o assentamento Santa Clara).

No União da Vitória foi montada uma infra-estrutura que envolvia os vários setores da forma de organização do Movimento em diversas atividades. Desta forma, este imenso acampamento contava com uma farmácia, duas escolas, uma secretaria, um tanque de abastecimento de água, um tanque de abastecimento de óleo diesel e uma oficina mecânica que funcionava em uma pequena propriedade ao lado do acampamento.

A organização desse espaço de luta e resistência foi construída pelas lideranças, que coordenavam e orientavam as atividades internas do acampamento e as ações da massa.

A organização do MST no Pontal se constituiu da seguinte forma:



A coordenação regional é formada pelos setores. Para cada um dos setores os grupos elegem os coordenadores para executar as respectivas atividades. Esses coordenadores são assentados ou acampados dos assentamentos Santa Clara, gleba XV de Novembro e do acampamento União da Vitória.

Essa infra-estrutura e a forma de organização do Movimento sustentava a mobilização das 1.800 famílias que formavam 48 grupos de 30 até 100 famílias. A participação de grande parte das famílias nas reuniões dos grupos consistia em discutir as questões internas de organização do acampamento, receber informações e orientações da lideranças. Mesmo esta simples atividade trazia problemas para os coordenadores, haja visto que a presença das famílias nas reuniões era bastante irregular. Com essa prática, no acampamento também não foi construído o espaço de socialização política, de forma que a maior parte dos trabalhadores estava excluída das discussões e das decisões políticas, que eram tomadas exclusivamente pelas lideranças. Assim, a massa era mobilizada toda vez que as lideranças convocavam uma assembléia.

Essa realidade levou ao desentendimento político entre o Comitê de Apoio à Luta pela Terra - Presidente Prudente e o MST. Depois de realizarem uma série de

reuniões em busca de um entendimento, sem sucesso, o Comitê optou pela sua própria extinção.

Em assembléia, os trabalhadores decidiram manter a tática de continuar plantando na fazenda São Bento e mantendo o acampamento nas margens do ramal desativado da FEPASA. Na realização desse trabalho foram utilizados vários caminhões e tratores de propriedade de alguns arrendatários acampados. Para a compra do óleo diesel, as famílias cotizaram-se para pagar o combustível, o que possibilitou o cultivo de 43 hectares de terra.

Durante a primeira semana de abril de 1993 foi realizado um mutirão que envolveu mais de 1.000 trabalhadores e 12 tratores para o tombamento de 200 hectares e plantio de feijão, milho e mandioca (ver fotos 8 e 9). O objetivo era pressionar o Estado para que agilizasse as negociações, propostas no acordo de janeiro, no sentido de desapropriar a fazenda e assentar as famílias. O advogado do fazendeiro entrou com pedido de liminar de reintegração de posse no Forum de Mirante do Paranapanema. Concedida a liminar, o oficial de justiça certificou os trabalhadores. Como os trabalhadores estavam fora da área, criou-se um novo impasse. O grileiro ameaçou destruir o trabalho dos acampados, jogando veneno sobre a área plantada. Os trabalhadores resolveram fazer uma vigília no entorno da área, para impedir que o grileiro realizasse o seu objetivo¹⁴.



Foto 8 - Reocupação da fazenda São Bento (trabalho de mutirão)



Foto 9 - Reocupação da fazenda São Bento (plantar e defender a terra).

A situação de impasse permaneceu e os trabalhadores continuaram trabalhando. Neste mesmo mês, um trabalhador do assentamento Santa Clara foi preso por policiais dos municípios de Colorado, Santo Inácio e Itaguagé no Paraná e torturado na Delegacia de Polícia de Itaguagé. Durante a sessão de tortura, os policiais interrogaram o trabalhador para que falasse sobre a forma de funcionamento do acampamento e fornecesse os nomes das principais lideranças do MST. O trabalhador foi abandonado nas margens da rodovia próxima ao assentamento. O trabalhador foi internado na Santa Casa de Presidente Venceslau e os exames do legista registram várias lesões no corpo¹⁵.

O MST acusou os policiais de terem recebido dinheiro dos fazendeiros para prender e torturar o trabalhador. Alguns dias antes da prisão, os trabalhadores viram os policiais junto com um dos "proprietários" da fazenda Canaã.

No início do mês de junho, o MST ocupa a fazenda Canaã com aproximadamente 400 famílias procedentes da região de Andradina (ver foto 10). O juiz concede liminar de reitegração de posse e as famílias acampam nas marges do ramal ferroviário desativado, próximo ao acampamento União da Vitória.



Foto 10 - Reocupação da fazenda Canaã (observe detalhe na bandeira do Movimento, quanto à identificação do visitante.

As famílias acampadas no União da Vitória continuaram plantando na fazenda São Bento, tombando mais 80 hectares para o plantio de milho e feijão. No dia 24 de julho, nas comemorações do dia nacional do trabalhador rural (25 de julho), o MST e a CPT realizaram uma caminhada do assentamento Santa Clara até o Município de Teodoro Sampaio. A caminhada iniciou com uma celebração no assentamento Santa Clara. A celebração foi realizada por doze padres dos municípios da região do Pontal, norte do Paraná e dois padres da cidade de São Paulo. Os padres da região do Pontal foram proibidos por Dom Antonio Agostinho Marochi, Bispo da Diocese de Presidente Prudente, de participarem da celebração para não "acirrar os ânimos".

Da caminhada também participaram várias comunidades de base, estudantes, professores, deputados do PT, PMDB, PC do B, sindicalistas, etc.

Até dezembro de 1993 foram 19 ocupações somente na fazenda São Bento. As famílias que ocuparam a fazenda Canaã retornaram para a região de Andradina e, em setembro de 1993, ocuparam a fazenda Santo Antonio do Pau D'Alho, no município de Paulicéia (microrregião da Nova Alta Paulista). Em janeiro de 1994, as famílias do União da Vitória continuavam acampadas e trabalhando nas terras da fazenda. Segundo o MST, o grileiro e o Estado estavam negociando a desapropriação da área e o pagamento das benfeitorias.

4.7 - Getulina: o acampamento fazenda Jangada.

"... o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda parte."

**João Guimarães Rosa.
Grande Sertão: veredas.**

No ano de 1993, quatorze anos após a conquista dos posseiros da Primavera que marcou a gênese do MST no estado de São Paulo, o Movimento havia formado 12 grupos e realizado aproximadamente 40 ocupações, conquistando 9 assentamentos¹⁶.

Durante esse período de formação, a partir das experiências e conquistas, o MST se espacializou e conquistou frações do território. Esse processo de transformação da realidade proporcionou novas e diferentes condições de luta.

Nesse processo de espacialização e territorialização da luta pela terra, 2.500 famílias de trabalhadores bóias-frias, arrendatários, meeiros e de filhos de assentados organizadas no MST ocuparam, no dia 9 de outubro de 1993, as fazendas Jangada, de 5.741 hectares, e Ribeirão dos Bugres, de 484 hectares, localizadas no município de Getulina. As fazendas pertencem à família Ribas, que também era proprietária da fazenda Reunidas, localizada no município de Promissão e desapropriada em 1987 para fins de reforma agrária. Um fato novo nesse processo é que parte das famílias de bóias-frias que ocuparam as fazendas Jangada e Ribeirão dos Bugres trabalhavam para a COPAJOTA - Cooperativa de Produção Agropecuária Pe. Josimo Tavares localizada no assentamento Reunidas.

Esta foi a maior ocupação realizada no estado de São Paulo. O processo de formação do grupo começou em março e durante 7 meses, em 22 municípios das microrregiões Alta Noroeste de Penápolis, Bauru, Campinas, Médio São José dos Dourados e Divisor São José dos Dourados-Tietê, os trabalhadores se reuniram nas comunidades, em suas próprias casas, nos sindicatos, etc, onde foram construindo e dimensionando os espaços de socialização política para a formação de vários grupos. Em cada município existia uma coordenação municipal formada por quatro comissões: a comissão de finanças, responsável pela realização de festas para arrecadação de dinheiro para o pagamento das despesas com transporte durante a ocupação; a comissão de saúde, responsável pela arrecadação de remédios que seriam levados para o acampamento; a comissão de segurança das reuniões, para evitar a infiltração de inimigos; a comissão de imprensa responsável, no acampamento, pelas informações sobre a ocupação. Durante esse processo participaram das reuniões aproximadamente 4.000 famílias, segundo os cadastros do MST.

A ocupação durou três dias. No acampamento foram formados 65 grupos com até 40 famílias. Os coordenadores dos grupos participam das comissões que compõem a coordenação geral. A coordenação do acampamento é formada pelas comissões de negociação, imprensa, saúde, educação, finanças e segurança.

No dia 12 de outubro, o Bispo da Diocese de Lins, Dom Irineu Danelon celebrou missa de Ação de Graças no acampamento. Os acampados contavam com o apoio efetivo do Bispo e de diversos padres da diocese.

Em agosto, a família Ribas havia obtido uma liminar de interdito proibitório que determinava uma multa de CR\$ 100.000,00 por dia para cada ocupante da fazenda. Dois dias após a ocupação, os Ribas conseguiram uma liminar de reintegração de posse. Contudo, em uma reunião mediada por Dom Irineu Danelon, foi realizado um acordo feito entre os trabalhadores, a Polícia Militar e o juiz para que as famílias permanecessem nas fazendas até o dia 18 de outubro. Este prazo possibilitava aos trabalhadores, o tempo para que os técnicos do INCRA realizassem as vistorias nas fazendas. Do outro lado, os proprietários não foram encontrados pelo oficial de justiça para notificá-los da realização das vistorias.

Vencido o prazo e sem a efetivação das vistorias das fazendas, os Sem Terra realizaram uma nova reunião com os secretários da Segurança Pública e da Justiça e Defesa da Cidadania e o Bispo da diocese de Lins. Nesta reunião foi proposto aos

trabalhadores que deixassem as fazendas ocupadas e transferissem o acampamento para uma área de 50 alqueires pertencente à Diocese de Lins. A proposta foi recusada pelos trabalhadores, que exigiam a realização das vistorias.

Frente ao impasse, o secretário de Segurança Pública convocou dois mil policiais dos efetivos da região, a tropa de choque e a cavalaria de São Paulo para cumprirem a liminar de reintegração de posse.

Na primeira semana de novembro o MST, a CUT e a CPT promoveram uma "Caminhada Pela Reforma Agrária Contra a Fome e a Miséria". Trabalhadores de vários assentamentos e acampamentos do estado caminharam de Campinas a São Paulo e ocuparam a sede do INCRA, reivindicando o assentamento das 6.000 famílias acampadas no estado e crédito agrícola para os assentamentos.

Um mês após a ocupação das fazendas Jangada e Ribeirão dos Bugres em Getulina, as vistorias ainda não haviam sido iniciadas. Durante esse período, o advogado da família Ribas entrou com uma petição na Justiça, solicitando o cumprimento imediato da reintegração de posse. Contudo, a determinação dos trabalhadores em lutar e resistir na área ocupada, a ocupação do INCRA em São Paulo e considerando que as fazendas eram de fato improdutivas, o despejo certamente causaria o confronto com resultados (im)previsíveis entre os policiais e os trabalhadores. Também, estavam acontecendo alguns contatos telefônicos entre o ministro da agricultura e o presidente do INCRA solicitando ao Governador do Estado e seus Secretários que "segurassem" a liminar de despejo até a realização das vistorias.

A família Ribas "solicitou" à CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo um laudo técnico sobre a área plantada da fazenda Jangada. Segundo a família Ribas, na Jangada, estão plantados 1.800 hectares de milho, 145 hectares de feijão, 29 hectares de amendoim e há 2.000 hectares de pastagem cultivada. O superintendente do INCRA de São Paulo questionou esta afirmação. "*Se a realidade é essa, porque eles não permitiram recente vistoria do INCRA*" (O Estado de São Paulo, 10 de novembro de 1993, pág. A-19).

No dia 10 de novembro, o presidente do INCRA assinou uma minuta de desapropriação da fazenda Jangada e no dia 11, os advogados da família Ribas entraram com pedido de intervenção federal no Estado de São Paulo, junto ao procurador geral da Justiça, pelo fato do Governador do Estado não ter cumprido a liminar de reintegração de posse. Os advogados entraram, também, com um processo no STF - Supremo Tribunal

Federal argumentando que o processo de desapropriação da fazenda Jangada não seguiu os trâmites exigidos pela legislação.

No dia 12 de novembro, o Supremo Tribunal Federal concedeu uma liminar à família Ribas, impedindo o presidente da República de assinar o decreto de desapropriação. Essa luta judicial envolveu o procurador geral da República que intermediou uma negociação entre o Ministério da Agricultura e o governo do Estado de São Paulo. Desta forma, foi marcada uma reunião entre o ministro da agricultura, o presidente do INCRA e o Governador do Estado de São Paulo. Neste mesmo dia, a Justiça Federal de São Paulo concede liminar para a realização das vistorias independente da autorização dos proprietários. No dia 13, os técnicos do INCRA começaram as vistorias nas fazendas Jangada e Ribeirão dos Bugres.

Por fim, no dia 18 de novembro, após as vistorias, o laudo oficial do INCRA concluiu que a fazenda Jangada é improdutiva e a fazenda Ribeirão dos Bugres é produtiva. Neste dia os trabalhadores desocuparam a sede do INCRA em São Paulo. Já no dia 17, aproximadamente 100 policiais do grupo de elite do COE - Comando de Operações Especiais - montaram uma base a quinhentos metros do acampamento. Os trabalhadores, percebendo a manobra militar, destruíram uma ponte que dava acesso à área ocupada, impossibilitando a entrada dos policiais. No dia 18, após tentativa do grupo de elite de invadir o acampamento e do confronto com os trabalhadores, os militares recuaram. Os trabalhadores e os policiais acordaram que aquela ponte era a fronteira entre o acampamento e a base militar (ver foto 11).

No dia 19 de novembro, o Supremo Tribunal Federal com a posse do laudo oficial do INCRA, reformulou o despacho excluindo a fazenda Jangada da liminar concedida à família Ribas. Neste mesmo dia, o MST, deputados federais do PT e do PC do B tentavam negociar a suspensão do despejo das 2.500 famílias. Não obtendo sucesso, o bispo diocesano passou a negociar uma área na fazenda para que as famílias permanecessem acampadas. Sem sucesso, às 16:30 horas, 2.000 policiais começaram a invadir o acampamento para realizar o despejo. A operação militar utilizava também a cavalaria, o canil e dois helicópteros. As lideranças tentaram negociar, com o camandante da operação, a saída pacífica das famílias. Para isso, os policiais deveriam sair do acampamento para que os trabalhadores desmontassem os barracos. Contudo, o acordo não chegou a se efetivar e os policiais avançaram para dentro do acampamento. As famílias formaram um cordão humano em torno de todo o acampamento para resistir à investida,

gritando "**não queremos guerra, queremos terra**" (ver foto 12). Os policiais lançaram bombas de gás lacrimogênio para dispersar os trabalhadores. Algumas bombas chegaram a ser remetidas de volta, na direção dos policiais (ver foto 13), mas a cavalaria e os cachorros atacaram e, embora, alguns trabalhadores tenham tentado enfrentá-los com as foices e as enxadadas, foram dominados. Os policiais cercaram os trabalhadores e iniciaram a retirada das 2.500 famílias (ver foto 14).



Foto 11 - Ocupação da fazenda Jangada (a fronteira entre o espaço de luta e resistência e a base militar).



Foto 12 - Ocupação da fazenda Jangada. (início do enfrentamento)



Foto 13 - Ocupação da fazenda Jangada (trabalhador devolve a bomba de gás lacrimogênio).



Foto 14 - Despejo das 2.500 famílias¹⁷.

A família Ribas colocou à disposição da polícia, cinco caminhões para transportar as famílias. Elas se recusaram e caminharam 17 quilômetros até o distrito de Macucos no município de Getulina.

Dom Irineu Danelon que estava presente durante o despejo, escreveu seu testemunho: ... *Na verdade nossa região se transforma, aos poucos, num grande pasto. Boi gordo e crianças magras.*

Em nome do bom senso, havia eu pedido o mínimo: oito alqueires, onde estavam acampados, até que o trabalho do INCRA pudesse indicar uma terra para aqueles que haviam apreendido a gritar: não queremos guerra, queremos terra!

Mas a sociedade preferiu lhes oferecer um espetáculo de guerra.

Com certeza o espetáculo custou mais caro que a terra desejada.

Afinal, quanto não terá custado aos cofres públicos, todo aquele aparato composto de cavalaria transportada em caminhões; cachorros transportados em canis; 2.000 soldados transportados em caminhões, viaturas. Dois helicópteros, polícia feminina com seus escudos, as bombas de gás lacrimogênio, as ambulâncias, os ônibus.

Para essas coisas o dinheiro existe.

Eu ouvi, diretamente de Michel Temer, o Secretário da Segurança, que o aparato era apenas para amedrontar, impressionar.

Amedrontar 1.600 crianças para sempre.

E depois todos puderam perceber que não foi apenas para amedrontar, foi mesmo para usar.

Não sai dos meus ouvidos o choro daquele adolescente: tenho vergonha de ser brasileiro!!!

Naquele momento eu também tive!

E a culpa era dos líderes do Movimento Sem Terra? Diziam os comandantes: então vamos prendê-los.

Eu vi seis soldados levando um jovezinho sem camisa, depois que havia andado a pé 17 quilômetros. Foi para a delegacia de Getulina.

Eu ousei aproximar do camburão e perguntar pelo nome dele. Será identificado lá. Quais foram os tratos recebidos? Não sei! O que afirmo é que isso será apurado.

Gente sem nome. O PC está solto. Collor também.

Mas aquele moço havia ofendido gravemente os soldados.

De fato, eles foram gravemente ofendidos, quando se prestaram para fazer tal operação.

Sei que eles são gente como nós.

Mas naquele momento não podiam ser reconhecidos como seres humanos.

E agora estão os 6.000 Sem Terra no distrito de Macucos. As crianças não gritam mais: queremos terra! Pode ser perigoso." (Ponderações e testemunhos do Bispo Diocesano sobre as ocupações de Terra. Lins, 22 de novembro de 1993).

Efetivado o despejo, o saldo da violência somava mais de cem feridos segundo o MST. O Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB divulgaria um documento denunciando a Polícia Militar de espancamento de mulheres e crianças (Folha de São Paulo, 26 de novembro de 1993, pág. 1-9). No dia seguinte, as famílias retornaram à fazenda para pegar o que havia restado de seus pertences. No dia 22, uma comissão de 100 trabalhadores foi a Brasília e ocuparam o Ministério da Agricultura para exigir e acompanhar a assinatura do decreto de desapropriação da fazenda Jangada. Dois dias depois, o presidente da República, Itamar Franco, assinou 18 decretos de desapropriação e entre estes o da fazenda Jangada.

As famílias acampadas no distrito de Macucos decidiram aguardar a publicação do decreto no diário oficial para reocuparem a fazenda. Ainda, neste mês, o advogado das famílias Ribas entrou com recurso questionando a vistoria realizada pelo INCRA com o objetivo de impedir a imissão de posse.

Em Fevereiro de 1994, as famílias reocuparam a fazenda Jangada com o objetivo de acelerar o processo de desapropriação. Durante a reocupação, em um confronto entre os trabalhadores e os jagunços, aconteceu a morte de um jagunço.

Frente a este fato e com a mobilização da Polícia Militar para realizar um novo despejo, as famílias desocuparam a fazenda. Contudo, não conseguiram voltar para o distrito de Macucos. A polícia cercou o distrito e as famílias acamparam nas margens da rodovia que liga Getulina a Tupã. Até o final do mês de fevereiro, a situação das 2.500 famílias continuava indefinida.

Nesse mesmo mês, no dia 19, cerca de 100 famílias organizadas no MST ocuparam uma fazenda pertencente à Petrobrás, no município de Tremembé - Vale do Paraíba - SP. Com essa ocupação, o número de famílias acampadas no estado de São Paulo é de aproximadamente 6.000. Essa é a realidade construída pelos trabalhadores no processo de espacialização da luta pela terra.

Notas

1 - Além da bibliografia citada, os dados sobre as lutas estudadas neste capítulo foram obtidos através de nossos registros in loco durante a realização de nosso trabalho de campo: caderno de campo, filmagens e entrevistas em vídeo. Analisamos, também, os relatórios e dossiês das lutas produzidos pela Secretaria Estadual do MST e vários outros documentos, como correspondências, processos, etc e os jornais: O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Diário Popular, O Imparcial e Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

2 - Sobre a luta das 45 famílias, ver a Dissertação de Mestrado de Borges, M. S. L. - Terra, ponto de partida, ponto de chegada: Um estudo de identidade do trabalhador rural na luta pela terra. FCL/UNESP. Araraquara, 1989.

3 - Pendengo ou Pendenga significa disputa, conflito. É provável que a origem do nome se deve aos intensos conflitos e disputas pelas terras da fazenda, entre posseiros e grileiros, durante a década de 50.

4 - Sobre a história da fazenda Pirituba, ver capítulo 3, item 3.5.

5 - A sede da UDR na região fica no município de Presidente Venceslau. Nesse município, em 1987, o Fórum foi incendiado por um grupo de pessoas em protesto ao assassinato de um fazendeiro. No incêndio foram queimados documentos dos perímetros da comarca de Presidente Venceslau.

- 6 - Na época da ocupação, Rosana era distrito de Teodoro Sampaio e veio a se emancipar no ano de 1992.
- 7 - Lembramos que a definição da região do Pontal do Paranapanema aqui trabalhada é a mesma da UNIPONTAL (ver capítulo 3, nota 6). Para o DRF, a região do Pontal compreende os seguintes municípios: Mirante do Paranapanema, Presidente Prudente, Rancheira, Presidente Bernardes, Santo Anastácio, Presidente Venceslau, Presidente Epitácio, Dracena, Tupi Paulista, Pacaembú, Caiuá e Teodoro Sampaio. Portanto, na tabela 12 incluímos o perímetro 8 de Presidente Prudente, que compreende basicamente o município de Sandovalina.
- 8 - A fazenda Nova Pontal encontra-se no 14º perímetro de Teodoro Sampaio. Em julho de 1992, o 14º perímetro foi considerado como terras devolutas. (O Imparcial, pág. 9. 31 de julho de 1992).
- 9 - Ver Folha de São Paulo. 14/06/1991, pág. 1-4. Esta nota com o título "Pontal do Papagaio" fazia uma alusão que o Pontal poderia vir a ser o "Bico do Papagaio" do estado de São Paulo. Diversas instituições e entidades de apoio à luta enviaram telegramas ao Secretário da Justiça solicitando que a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania intervisse no conflito. Ver também O Imparcial.12/06/1991, pág. 09.
- 10 - *"Entendemos por "massa" o conjunto de trabalhadores de uma determinada categoria ou classe, que estão dispersos ou organizados em torno de uma proposta e que desenvolvem atividades diversas. Os trabalhadores Sem Terra do Brasil podem ser considerados a grande massa dos Sem Terra, como também os assentados organizados que já conquistaram a terra compõem a massa organizada que está no Movimento Sem Terra."* In Bogo, A. - Organizar a massa e os núcleos. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, número 97, outubro de 1990, pág. 3. Ver outros artigos do autor: Bogo, A. - Construir um movimento de massas. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, número 98, novembro de 1990, pág. 3; Bogo, A. - Avaliar a organização dos núcleos. Idem, número 99, dezembro de 1990, pág. 3; Bogo, A. - Conhecer os vícios para superá-los. Idem, número 100, janeiro/fevereiro de 1991, pág. 3; Bogo, A. - As relações pessoais no grupo. Idem, número 101, março de 1991, pág. 3; Bogo, A. - Como formular propostas. Idem, número 102, abril de 1991, pág. 3; Bogo, A. - A mística nos núcleos. Idem, número 103, maio de 1991, pág. 3; Bogo, A. - A propaganda ideológica. Idem, número 104, junho de 1991, pág. 3; Bogo, A. - Organizar a emulação. Idem, número 105, julho de 1991, pág. 3; Bogo, A. - Valorizar o nosso jornal. Idem, número 106, agosto de 1991, pág. 3; Bogo, A. - Avançar na produção. Idem, número 107, setembro de 1991, pág. 3; Bogo, A. - Integrar as lutas. Idem, número 108, setembro/outubro de 1991, pág. 3; Bogo, A. - Estudar, estudar, estudar. Idem, número 109, outubro/novembro de 1991, pág. 3; Bogo, A. - Profissionalizar a nossa prática. Idem, número 110, novembro/dezembro de 1991, pág. 3; Bogo, A. - Um novo impulso. Idem, número 112, fevereiro de 1992, pág. 11; Bogo, A. - Massificar a produção. Idem, número 113, março de 1992, pág. 11; Bogo, A. - Militantes, infraestrutura e recursos. Idem, número 114, Abril de 1992, pág. 3; Bogo, A. - Ampliar a participação. idem, número 115, maio de 1992, págs. 2 e 3; Bogo, A. - Fortalecer a cooperação. Idem, número 117, junho/julho de 1992, pág. 3; Bogo, A. - Combinar as atividades. Idem, número 118, julho/agosto de 1992, pág. 3; MST. - Melhorar a comunicação. Idem, número 119, setembro de

1992, pág. 3. Ver também Clodomir Santos de Moraes - Elementos sobre a teoria da organização no campo. Caderno de Formação número 11. MST. São Paulo, 1986.

11 - Os fazendeiros criaram a Associação dos Proprietários do Pontal do Paranapanema alegando que a UDR havia morrido. Neste mesmo mês, a UDR realiza no município de Presidente Venceslau o "leilão do levante". O objetivo da entidade é arrecadar fundos para investir na revisão constitucional. Ver Folha de São Paulo de 14 de junho de 1992, pág. 1 -7.

12 - Conforme Processo 274/92 (Pedido de Prisão Preventiva) de 22 de julho de 1992. Promotor de Justiça Julio Antonio Sobottka Fernandes e Habeas Corpus com Pedido de Medida Liminar. Advogado Aton Fon Filho. São Paulo, 23 de setembro de 1992.

13 - Ver "Proposta do Comitê de Entidades que apoiam o Movimento dos Sem Terra, visando encontrar soluções ao conflito fundiário do 11º perímetro, e "Novas propostas de acordo no Pontal do Paranapanema", O Imparcial, 26/01/93, pág. 6, e O Imparcial, Presidente Prudente, 05 de janeiro de 1993, pág. 13.

14 - Provavelmente, medindo as conseqüências que tal ato causaria junto à opinião pública, no momento em que a mídia e a sociedade se envolviam na campanha contra a fome e, também, pelos danos ambientais, nada aconteceu.

15 - Ver Folha de Londrina, 16 de Abril de 1993, pág. 5 e O Imparcial, Presidente Prudente, 16 de abril de 1993.

16 - Os assentamentos conquistados pelo MST são: Sumaré I e Sumaré II (Horto de Sumaré), Porto Feliz (fazenda Jupira), Pe. Josimo Tavares (fazenda Reunidas), Projeto Liberdade (fazenda Timboré), Santa Clara, Olivio Albani (fazenda Pirituba), Área V (fazenda Pirituba) e fazenda Ipanema.

17 - As fotos 11, 12, 13 e 14 são de LULUDI/AE. As demais dão do autor.

5 - ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA.

5.1 - A multidimensionalidade do espaço de socialização política.

*“Vem meu irmão a gente unida vai mudar,
essa terra vai ser nossa e ninguém mais vai tirar.
Tem precisão de se instruir os companheiros,
que suando o dia inteiro, nem tem tempo pra pensar”.*

*Vem meu irmão.
Canto de CEBs.*

Neste capítulo, partindo de nosso referencial teórico, analisamos a multidimensionalidade do espaço de socialização política construída pelas práxis dos trabalhadores e das instituições envolvidas no interior dos processos de espacialização e de territorialização da luta pela terra. Para realizar a análise da espacialização da luta pela terra e conseqüentemente do MST, contamos, especialmente, com os trabalhos de Grzybowski (1987) e Tarelho (1988), cujas contribuições foram de grande importância na elaboração deste trabalho, com referência ao processo de leitura e reflexão da realidade durante a nossa pesquisa de campo. De acordo com Grzybowski:

“Na realidade, no campo, a questão da conquista e exercício da cidadania aparece referida à ruptura, ao aforramento, à autonomia dos trabalhadores para serem reconhecidos como tais. Por isto, penso que um ponto a merecer atenção é o processo de emergência dos trabalhadores como classe e como cidadãos, ou seja, a sua *socialização política*. Esta análise para dentro, vendo a cidadania dos trabalhadores se constituindo como resultado dos próprios movimentos, deve ser completada, sem dúvida, pela análise de seu impacto, das possibilidades e limites, em face das relações políticas de força na sociedade, do poder e da ação do Estado. (Grzybowski, 1987, p. 59)”. (grifo do autor).

A construção e conquista do espaço de socialização política têm sido uma condição fundamental para o desenvolvimento das diferentes experiências no processo de formação do MST e, por conseguinte, para o avanço da luta pela terra no enfrentamento com o Estado, latifundiários e grileiros. Conforme demonstramos nos capítulos anteriores, esse processo também se desenvolveu de forma diferenciada, por meio de relações políticas dos trabalhadores com três instituições: a Igreja Católica (por intermédio da CPT e das CEBs), partidos políticos (PT, PMDB, PC do B) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (filiados à Fetaesp e/ou à CUT).

Para analisarmos a construção do espaço de socialização política no desenvolvimento da forma de organização do MST, contamos com a importante contribuição da pesquisa de Tarelho (1988). Esta pesquisa baseada na tese de Habermas, que afirma que não se pode explicar a evolução social

“[...] com base apenas no desenvolvimento das forças produtivas, sem se considerar os processos de aprendizagem que ocorrem no nível do desenvolvimento das estruturas normativas, os quais, ao apontarem novos parâmetros para a solução dos conflitos, tornam possíveis novas relações de produção. A partir desse ponto de vista, podemos dizer que os sujeitos desse movimento de luta pela terra e o próprio movimento não podem ser vistos apenas como expressão de contradições geradas no plano econômico, por uma influência de uma política concentracionista e excludente, mas sim como uma síntese produzida pela combinação desses elementos com os elementos "subjetivos", relacionados à vontade, ao saber prático político, às imagens do mundo etc”. (Tarelho, 1988, p. 2-3).

Assim, para entendermos esse processo onde a luta em movimento constrói e transforma o seu próprio espaço por meio do seu multidimensionamento, ou seja, os espaços comunicativo, interativo e de luta e resistência, é fundamental considerar os fatores ou determinantes objetivos e subjetivos. Nesse dimensionamento do espaço social, os trabalhadores em luta praticam o exercício da cidadania, elaborado por meio da construção do conhecimento e de sua própria identidade. Ainda vale citar as diversas pesquisas que registraram a gênese desses novos sujeitos das lutas sociais, principalmente no Centro Sul do Brasil²³. Esses trabalhos de pesquisadores em Ciências Humanas, como por exemplo: filósofos, geógrafos, historiadores, pedagogos, sociólogos, psicólogos etc, que ao estudarem a luta pela terra, também atentaram para a importância das comunidades

²³ Sobre esta nova fase da luta pela terra e a organização do MST no Sul do Brasil, ver CALDART, R. S. *Sem Terra com poesia*. Petrópolis: Vozes, 1987. Especificamente no Rio Grande do Sul, ver GEHLEN, I., 1983, op. cit; RUCKERT, A. A., 1991, op. cit. Em Santa Catarina, ver LISBOA, T. K. *A luta dos sem terra no oeste catarinense*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1988; RUSCHEINSKY, A. *Terra e política: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Oeste de Santa Catarina*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica; VENDRAMINI, C. R. *Ocupar, resistir e produzir - MST: uma proposta pedagógica*. São Carlos, 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos. No Paraná, ver SERRA, E. *Processo de ocupação e a luta pela terra no Paraná*. Rio Claro, 1991. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista; FRANCO, M. C. P. *Xagu: de sem terra a assentado (Um estudo sobre a construção de identidades sociais no campo)*. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em São Paulo, ver a: ANDRADE, M. R. O. *O destino incerto da educação entre assentados rurais do Estado de São Paulo*. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas; FERNANDES, M. E., 1985, op. cit., PINTO, E., 1988, op. cit., TARELHO, L. C., 1988, op. cit; KAHIL, S. P., 1984, op. cit., MEDICI, A. 1989, op. cit., ANTONIO, A., 1990, op. cit., BARBOSA, M. V., 1990, op. cit; Pocker, J. G. A. B., 1994, op. cit; BORGES, M. S. L., 1989, op. cit.

como lugar social, onde os trabalhadores construíram e conquistaram o seu próprio espaço. Nessa perspectiva, torna-se necessário entender as formas de organização social desses sujeitos, na sua interação com as dimensões político-culturais do espaço social.

5.2 - O espaço comunicativo

*"Descobrimos lá na base que a tal da reforma agrária do papel não vai sair.
Pelo pedaço de chão para colher o nosso pão vamos ter que nos unir.
Companheiro e companheira, a vitória vai ser ligeira se todos se organizar.
A gente faz acampamento, tira pão para o sustento e reforma agrária é prá já."*

***Descobrimos lá na base.
Zé Pinto MST/RO.
Canções da luta, p. 27.***

O conceito de *espaço comunicativo* foi cunhado por Tarelho (1988 e 1989), a partir de seus estudos sobre o processo de construção da consciência dos direitos até a formação da identidade social dos trabalhadores rurais Sem Terra. Esse pesquisador elaborou esse conceito, tendo como referência a práxis socioespacial dos trabalhadores em movimento de organização na luta pela terra.

“O movimento de luta pela posse da terra em questão nasceu dentro de um espaço, criado pelas Comunidades de Base. Um espaço comunicativo onde se desenvolveram experiências pedagógicas que tornaram visíveis as relações de poder e os conflitos sociais. Enfim, um espaço mediado por concepções e por valores que contribuíram para a tomada de consciência de estados coletivos de privação, para a reelaboração da noção de direitos instituída e para a afirmação de sujeitos coletivos capazes de ação”. (Tarelho, 1989, p. 98).

A comunicação é uma das dimensões do espaço social no processo de sua produção. (Lefebvre, 1976, p. 47; Harvey, 1992, p. 202-203; Habermas, 1985, p. 354; Raffestin, 1993, p. 60). É uma atividade da organização social que se realiza como experiência e conhecimento de tempo/espaço. No processo de desenvolvimento das formas de organização social, a comunidade, o sindicato, a escola, a moradia, como lugar social, constituem o primeiro momento da construção do espaço de socialização política. Este é o lugar e o espaço do conhecer e aprender. É também o lugar estratégico de formação da cidadania. Essa experiência é construída na vida cotidiana como atividades no seio das relações sociais. É uma experiência original para cada grupo em virtude das suas

especificidades, embora enfrentem a mesma realidade: o projeto hegemônico burguês, que os desqualifica.

O espaço comunicativo é uma dimensão do espaço de socialização política construída no processo de organização social. A práxis é uma noção importantíssima para se entender esse processo e, portanto, deve ser compreendida como um esforço: o trabalho para organizar e compreender a forma de resistência. Os seus significados são a informação, a reflexão e a ação como atividades interativas, com o objetivo de transformar a realidade dos sujeitos envolvidos, por meio da luta pela terra no âmbito das relações sociais. O conteúdo do espaço comunicativo é então definido pela perspectiva das ações políticas dos sujeitos, por intermédio de sua práxis, organizados num processo pedagógico de desenvolvimento do conhecimento de suas histórias e de seus interesses. No espaço comunicativo, os sujeitos

“[...] vivenciam esta Pedagogia de Movimento, debatem temas próximos ao dia a dia e, assim, dizem de outro modo (o modo teórico) a sua participação. Dizem como própria a fala sobre suas percepções. Devolvem, assim, à compreensão histórica sua dimensão de indeterminação (não acabamento). No percurso eles, sujeitos, perfazem com propriedade a competência que vai sendo caracterizada destes passos”. (Nogueira, 1993, p. 47).

No espaço comunicativo é desenvolvida uma forma de linguagem fundamentada no conteúdo das idéias construídas a partir das instituições envolvidas na luta. Essa linguagem, elaborada por meio da leitura da realidade, produz uma matriz discursiva que identifica a(s) instituição(ões) mais envolvida(s) na luta. Conforme Sader: "as matrizes discursivas devem ser, pois, entendidas como modo de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significado. Implicam também, em decorrência, o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação (das situações, dos temas, dos atores) como na referência a determinados valores e objetivos". (Sader, 1988, p. 143).

A participação dessas instituições na luta influencia na elaboração das matrizes discursivas, que são representadas pelos discursos, nas faixas ou através da evolução das composições das palavras de ordem do MST ou incorporadas pelos integrantes do Movimento. De 1979 a 1985/6, as palavras de ordem do MST eram: *TERRA DE DEUS, TERRA DE IRMÃOS; TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA; TERRA NÃO SE GANHA, TERRA SE CONQUISTA*. De 1985/6 a 1988/9, as palavras de ordem eram: *OCUPAÇÃO É A SOLUÇÃO; SEM REFORMA AGRÁRIA NÃO HÁ DEMOCRACIA;*

REFORMA AGRÁRIA JÁ; ENQUANTO O LATIFÚNDIO QUER GUERRA, NÓS QUEREMOS TERRA; REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NA MARRA. De 1988/9 até hoje, as palavras de ordem são: *REFORMA AGRÁRIA ESSA LUTA É NOSSA; OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR; MST, AGORA É PRA VALER; REFORMA AGRÁRIA: UMA LUTA DE TODOS.*

A leitura dessas palavras reflete a matriz discursiva do MST, que historia os momentos políticos vividos por estes sujeitos. De 1979 a 1985/6: a forte participação da igreja católica e a emergência de novos sujeitos sociais. A luta pela conquista social do direito e a consciência das lutas históricas. De 1985/6 a 1988/9: o fortalecimento da forma de organização, o avanço das lutas pela terra, pela reforma agrária e pela conquista da democracia, a realização do Primeiro Congresso do MST, o fracasso do PNRA, o surgimento da UDR e a derrota da reforma agrária na constituinte. De 1988/9 até hoje, as palavras de ordem registram o processo de territorialização do MST e os novos desafios: produção, educação, formação etc, que nasceram com o desenvolvimento político e social do próprio Movimento, e que começou a elaborar uma matriz discursiva característica da sua identidade em formação.

Por conseguinte, a construção do conhecimento e da realidade objetiva do coletivo acontece entre si e por ações já realizadas e materializadas, tanto nas experiências construídas pela sua forma de organização quanto na reflexão sobre a história da luta pela terra. Esse processo é tempo/espaço, dimensionados no âmbito do cotidiano, onde e quando surge a possibilidade política de entendimento e transformação de suas realidades. Portanto, é no espaço comunicativo que se inicia o processo de conhecimento entre os sujeitos e de sua(s) história(s). Neste procedimento pedagógico desenvolvido pela educação popular "este sujeito re-pensa a política, confronta dentro dela algum não saber próprio dos que hegemonicamente pretendem dizer suas aspirações como sinônimos do bem comum geral. Neste movimento a política vai sendo ampliada, vai sendo acrescida do espaço informal politizador." (Nogueira, 1993: 47).

No desenvolvimento desse processo, outra dimensão do espaço de socialização a ser construída é a interação das múltiplas situações e realidades elaboradas na reflexão e ação.

5.3 - O espaço interativo

*"A gente faz caravana, arrisca entrar em cana, mas tem que ser por aí.
Sindicatos combativos, isto tudo é preciso para a luta prosseguir.
A classe trabalhadora que é a mais sofredora já começa a perceber.
Que nós somos a maioria e que vai chegar o dia com um novo amanhecer."*

*Descobrimos lá na base.
Zé Pinto MST/RO.
Canções da luta, p. 27.*

O conceito de *espaço interativo* também foi cunhado por Tarelho (1988 e 1989). Entendemos o espaço interativo como outra dimensão do espaço de socialização política no processo de desenvolvimento das formas de organização social dos trabalhadores. É um estágio mais avançado do processo de luta onde os sujeitos em movimento, no processo de organização, já possuem o conhecimento crítico de sua realidade e a consciência da possibilidade da ação. O espaço interativo já possui um determinado conteúdo, construído pela memória, pelas referências históricas e pelas experiências vividas. Nesse processo, os

“[...] trabalhadores começaram a se perceber como excluídos, a se dar conta que seus direitos estavam sendo desrespeitados e a tomar consciência da necessidade de lutar por esses direitos. Mas é preciso levar em conta também que essa percepção e essa consciência despertadas em parte pela própria vivência de uma situação de exclusão e de privação - só ganhou de fato consistência e amplitude política quando esses sujeitos começaram a discutir os seus problemas no interior de um espaço interativo, mediatizado por um discurso crítico, que permitiu situar essa percepção e essa consciência imediatista num plano mais amplo, em que as relações de poder e os interesses políticos e econômicos dos diversos grupos e classes tornaram-se transparentes. O espaço interativo mencionado acima, que contribuiu para a politização dos trabalhadores e para a emergência do movimento da luta pela terra, foi estruturado no final da década de 70 com a fundação de várias Comunidades Eclesiais de Base na região”. (Tarelho, 1989, p. 97).

A nossa referência básica para entender o espaço interativo é o processo de construção da práxis. Contudo, agora já dimensionada pela vivência cotidiana num processo de aprendizagem (de reflexão e ação, ação e reflexão), onde as idéias e as interpretações da realidade são fundamentais para a construção do conhecimento. Esse processo também é compreendido pelas ações simbólicas desenvolvidas durante a mística. A mística é um conjunto de práticas desenvolvidas em todas as dimensões do espaço de

socialização política. Ela alimenta a esperança e o sonho dos trabalhadores em movimento.

Segundo Boff:

"[...] mística, significa, então, o conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam as pessoas e movimentos na vontade de mudanças, ou que inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades, ou sustentam a esperança em face dos fracassos históricos. Na mística político-social age sempre a utopia, aquela capacidade de projetar, a partir das potencialidades do real, novos sonhos, modelos alternativos e projetos diferentes de história. Geralmente são os grupos oprimidos os portadores de novas visões, aqueles que embora derrotados, nunca desistem, resistem firmemente e sempre de novo retomam a luta. O que os movem são sonhos de uma realidade nova. Por isso desfatalizam a história, não reconhecem como ditado da história a situação injusta imposta e mantida pelas forças opressoras." (Boff, L. 1993, p. 154).

Nessa atividade, os códigos e os símbolos da cultura dominante - que representam uma visão de mundo - são analisados e revertidos em representações a partir dos níveis de informações e de conhecimentos passados e adquiridos. Da mesma forma, são trabalhadas as histórias autobiográficas para representar o movimento da realidade e valorizar a participação. Assim, no desenvolvimento de uma práxis cognitiva, o conhecimento é construído a partir da criatividade dos sujeitos na elaboração de novos significados aos códigos e símbolos, que são transformados em forças visíveis e concretas. Conforme Nogueira:

"O ponto de partida de reflexões destes sujeitos são leituras e artimanhas cuja expressão traduz umas certas saudades, um certo anacronismo, talvez, frente ao parâmetro tecnológico hegemônico. Eles se expressam como saudade, como migrantes expulsos, como gente excluída de tempo e lugares em que era outra a qualidade das interações humanas e tecnológicas. Quando se organizam em procedimentos de ação refletida estes sujeitos migram, trans-formam-se. Suas afirmações fugidias são trajetórias. Excluídos de lugares e de pertenças, teorizam à sua maneira, sua marginalidade: reivindicar são atos de muita memória, os percursos no tempo (passado e presente) engravidam de mais possibilidades a compreensão oralizadora atual. Constroem nos futuros conflitos a noção de espaços públicos, nos quais há diferenças que conflitam, opondo projetos de Seres Humanos diferentes mas construindo a igualdade do que é de direito". (Nogueira, 1993, p. 100-102).

Ao longo de sua práxis, o movimento vai se tornando conhecido e reconhecido por outras forças políticas. Nessa perspectiva também entendemos que essa luta

"[...] não pode ser vista como fruto apenas das transformações econômicas, embora esteja diretamente ligada a elas. Afinal até mesmo os atos mais compulsórios só são realizados com o assentimento da consciência. Essa hipótese está de acordo com a tese habermasiana

de que as estruturas normativas também funcionam como abridoras de caminho para a evolução social, isto é, para o desenvolvimento das novas formas de integração social." (Tarelho, 1988, p. 34).

A existência do espaço interativo é fundamental para o processo de construção do conhecimento, na formação dos sujeitos, e para o avanço da organização do movimento social. Pois é, também, nesse espaço, onde se desenvolvem as relações, articulações e alianças. Conforme Eyerman & Jamison: "a articulação coletiva de um movimento de identidade pode ser ligada a um processo de aprendizagem no qual movimentos organizados realizam atos e estruturam forças, abrindo um espaço no qual há interação criativa entre os indivíduos e o lugar" (Eyerman & Jamison, 1991, p. 55). Por um lado, como neste espaço participam vários agentes de diferentes matrizes políticas, é justamente na dimensão de sua organização que as matrizes se envolvem com a luta, e, de certa forma, a matriz predominante procura influenciar na identidade política do movimento. As matrizes políticas que mais se envolvem no movimento de luta são: a Igreja Católica, os STRs-Sindicatos de Trabalhadores Rurais e partidos políticos de esquerda. De acordo com Scherer-Warren:

"Isto tem levado nos novos movimentos sociais, os mesmos sujeitos a se constituir freqüentemente em torno de uma pluralidade de identidades que, apesar de diversas, podem apresentar convergências. No plano individual ele é capaz de articular numa única identidade as diversas carências. Todavia, no plano grupal esta articulação das diversas carências não se apresenta com a mesma simplicidade. Cada movimento cria a sua identidade política específica, como a de "Sem Terra", de "Atingidos pela Barragens", de "trabalhadora Rural". A Igreja progressista tendia a realizar a unificação destas identidades através da categoria de "pobre", a qual não dava a devida importância às diferenciações e contradições internas ao próprio campesinato. Mais recentemente a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o novo sindicalismo, seguindo orientação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), procuravam articular movimentos sociais rurais e urbanos através da categoria totalizadora de "classe Trabalhadora". Aqui, novamente, trata-se de uma interpelação discursiva que não tem levado em conta o passado cultural e as contradições específicas de cada segmento em particular". (Scherer-Warren, 1993, p. 70).

Nesse contexto, é fundamental entender que o espaço interativo não é o espaço do consenso, é um espaço político e, portanto, de enfrentamento das diferenças das idéias. O espaço de socialização política construído e conquistado a partir das experiências dos trabalhadores em luta, na formação do MST, pode ser dimensionado em qualquer momento da luta pela terra, mas também pode não se realizar em algumas experiências de luta. Contudo, é importante afirmar que sem espaço interativo não há troca de experiências e, por conseguinte, os sujeitos não têm a possibilidade de elaborar seus conhecimentos.

Quando isso acontece, as relações, o diálogo, a troca de experiências são enfraquecidas e surgem lideranças autoritárias que procuram dominar a "massa". Em condições da simples existência de um processo massivo:

"[...] as pessoas não têm voz (mesmo que expressem as suas idéias, a "vanguarda" procurará traduzi-las de acordo com a sua orientação) nem consciência do processo que estão passando. A "vanguarda" tem planos para a massa, mas não sabe quais são os seus planos. Os condutores desse processo acreditam que estão ajudando a massa, através de sua própria potência, a se livrar da opressão. Contudo, grande parte da massa continua alienada durante e depois de todo o processo. Aqui a aparência da organização transforma as pessoas em massa, faz desaparecer as suas diferenças internas e todas as questões que ficaram sem solução (durante o processo de "transformação") aparecerão, é só uma questão de tempo para que elas venham à tona e a massa mostre a sua deformidade". (Fernandes, 1993, p. 156).

No final na década de oitenta, com o refluxo dos trabalhos das comunidades orientadas pela Teologia da Libertação e da CPT, os trabalhadores procuraram outros lugares sociais para a construção do espaço de socialização política, como por exemplo a sua moradia, a escola, os sindicatos, etc. Com a espacialização e territorialização da luta o MST construiu a sua própria espacialidade, representada na sua forma e na sua estrutura organizacional, por onde os trabalhadores movimenta-se na reconstrução do espaço de socialização política e recriam saberes e experiências que atendam as suas necessidades e interesses.

Em vista do exposto, para entendermos a relação movimento social-espço social-lugar social no processo de construção da sua forma de organização do MST é fundamental atentar para os conteúdos do espaço interativo. A comunicação como experiência de espaço/tempo, que permite a elaboração da práxis dimensionada por meio da reflexão e da ação, são os elementos fundamentais para concebermos a lógica da construção das formas de organização social, ou seja, do movimentos social e de suas conquistas.

Nesse processo, o movimento constrói o seu espaço, dimensionando o espaço social em um ato político. Portanto, o espaço social é político. (Lefebvre, 1976, p. 52). É um espaço onde novas atividades sóciopolíticas são criadas e contribuem para a formação da identidade coletiva do movimento. Nesse espaço participam os trabalhadores nas suas diversas categorias: bóias-frias, meeiros, arrendatários acampados, assentados, padres, freiras, professores, pesquisadores, vereadores, deputados, prefeitos etc., contribuindo na lógica da cooperação e conflito. É importante frisar que esse processo de

construção de novos conhecimentos acontece num debate onde as idéias são convergentes e divergentes, portanto é um debate "animado". Afinal "convivência e enfrentamento são os dois lados da mesma moeda" (Nogueira, 1993, p. 34).

Diante da leitura da realidade, reconhecida no desenvolvimento do processo de organização que promove a recuperação da história de cada e de todos os sujeito, torna-se necessário, então, articular a realização das idéias, dos objetivos. Na práxis o movimento tece novas situações, cria novos fatos através da ação e da transformação, do impacto e da resistência. O objetivo desse movimento de resistência é se manifestar contra e denunciar o modelo político-econômico que o exclui da sua condição histórica e o integra a sua revelia. Esta ação política acontece na luta que se originou na construção do espaço comunicativo, se organizou no espaço interativo e agora se apresenta publicamente como espaço de luta e resistência. "O conjunto destas interações produtivas ritualiza-se segundo uma certa (peculiar) visão de mundo. Coloca-se assim a "doxa" da Cultura Popular. Viver a crítica como cultura é, neste sentido observar que a socialização pedagógica das interações corriqueiras vai fazendo uma certa documentação. Seria a documentação dos iletrados; ela vai se inscrevendo nas ruas, nas praças e nos locais tornados públicos e populares. Vai se espacializando" (Nogueira, 1993, p. 63). E assim a espacialização é compreendida como a reprodução das experiências, que foram construídas a partir das dimensões do espaço de socialização política, em vários e diferentes lugares onde a luta começou a se realizar. A espacialização é o movimento dos sujeitos, carregando suas experiências por diferentes lugares do território. É a busca do recomeço como novos sujeitos, o que permite um constante re-fazer-se na sua formação. É a possibilidade da recriação das dimensões do espaço social e do próprio movimento.

A espacialização da luta e do movimento é resultado de um projeto de transformação para a conquista da condição de cidadãos. Isto é a luta pela cidadania integral - o direito de ser sujeito. Conforme Scherer-warren:

“Isto se expressa através da utopia da construção de uma nova sociedade: mais justa do ponto de vista social, na qual o direito à terra para quem nela trabalha e vive, entre outros (cidadania social), seja respeitado; mais participativa e democrática, na qual os trabalhadores tenham suas organizações e formas de representação reconhecidas e consideradas (cidadania política); e na qual haja respeito à diversidade cultural (modo de vida camponês) ou de gênero (mulher camponesa).” (Scherer-Warren, 1993, p. 72).

É a consciência, o conhecimento, o interesse e a vontade de ser sujeito que faz com que o movimento avance e resista.

5.4 - O espaço de luta e resistência.

*"E vamos entrar naquela terra e não vamos sair.
Nosso lema é OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR.
Se for dura essa parada, a gente pega em armas,
não dá pra ser diferente. Pois os homens tem dinheiro,
compram armas no estrangeiro, pra poder matar a gente.
Contra esse capitalismo vamos firmes decididos,
não deixar pra outra hora, é a classe organizada,
passo a passo nessa estrada, construindo a sua HISTÓRIA."*

*Descobrimos lá na base.
Zé Pinto MST/RO
Canções da luta, p. 27*

O conceito de **espaço de luta e resistência** utilizado nessa pesquisa foi concebido a partir das observações feitas ao analisarmos, na prática, as ocupações de terra e, pela reflexão sobre os seguintes trabalhos: Tarelho (1989, p. 102); Telles (1988, p. 263); Fernandes(1991, p. 36) e Nogueira (1993: 46).

O espaço de luta e resistência é outra dimensão no processo interativo de construção do espaço de socialização política durante a formação do Movimento. É a manifestação pública dos sujeitos e de seus objetivos. É efetivamente o espaço de luta. Lembrando Lefebvre, o espaço "não só representa o local onde ocorre os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (a função da ordem social)" (Gottdiener, 1993, p. 127). Na luta pela terra, o espaço de luta e resistência é construído quando o Movimento traz a público a sua situação ao ocupar uma propriedade - um latifúndio. Conquistar a terra, uma fração do território, e se territorializar é um modo eficaz de reação e de demonstração da sua forma de organização. Como muito bem analisa Nogueira: "trazer a público maneiras de pensar, maneiras éticas de conversar, fazer alianças etc. Tornando público o espaço comum das ações e dos dizeres constitutivos. Trazer a público esta possibilidade de fazer transparentes os mecanismos sociais de viver. O que se elucida e, na sua dimensão social, se submete à coisa pública, é a elaboração de concepções, opiniões, preconceitos, etc." (Nogueira, 1993, p. 45). A prática de ocupação de terras foi a única forma encontrada pelos trabalhadores rurais Sem Terra para resistir ao

processo de expropriação e exploração e lutar pela libertação. No espaço de luta e resistência, frente a esta nova realidade, os trabalhadores constroem novas práticas. Aqui nós pretendemos, conforme Telles, qualificar as chamadas práticas de resistência. Pois estas

“[...] não podem ser reduzidas, como freqüentemente acontece, a simples estratégia de sobrevivência política. Pois essa é uma visão instrumental que se priva de elucidar o significado desses e outros espaços de ação, no que foram capazes de produzir, em termos de fatos e eventos, a partir dos quais essa história pôde ser lembrada e contada por aqueles que participaram nos acontecimentos da época. Construíam uma herança como foi dito. Mas a rigor não se trata simplesmente da transmissão de uma herança do passado, pois esta só existe a partir da produção das ações e dos fatos presentes de tal forma que é sempre uma nova herança que estará sendo instituída”. (Telles, 1988, p. 259/260).

O espaço de luta e resistência é portanto resultado de um projeto de luta dos trabalhadores rurais Sem Terra, de sua sobrevivência como sujeito histórico. Este projeto foi sendo construído através da reflexão, e rompendo com a ordem iminente os sujeitos buscaram compreender a sua forma de participação no desenvolvimento da sociedade capitalista. O acampamento é na sua concretude o espaço de luta e resistência, é quando os trabalhadores partem para o enfrentamento direto com o Estado e com os latifundiários. O acampamento é a ocupação do latifúndio, cujas conseqüências são (im)previsíveis. Neste espaço está colocada em questão a luta e portanto o enfrentamento com o Estado, através da negociação política, e com os latifundiários, pelo conflito direto. Dependendo da forma do encaminhamento e da relação de poder entre as forças políticas vão se dar diferentes situações de luta. Com relação ao Estado acontece o despejo, freqüentemente, através do uso da violência pela força policial. Com relação aos latifundiários o enfrentamento violento contra os jagunços contratados para fazerem o serviço. Desses enfrentamentos são muitos os feridos e é constante a morte de trabalhadores e, em alguns casos, a morte de policiais e jagunços. É um confronto violento, em que as famílias acampadas procuram resistir de diferentes maneiras para não sair da terra. Esta resistência pode ser desenvolvida a partir da (re)criação de formas da luta popular e pressão política junto aos parlamentares e ao governo, para lutar política e juridicamente contra seus inimigos. Em último caso, tentar ampliar o prazo da liminar de reintegração de posse ao latifundiário. Contudo, o despejo é, quase sempre, iminente. Mas o despejo não significa o fim. O acampamento é removido para a beira de uma rodovia, de onde se reiniciam as negociações no plano político, jurídico e social.

Alguns acampamentos chegam a ter mais de duas mil famílias, com até sete mil pessoas. A maioria dos acampamentos ficam anos na beira das estradas até que as famílias tenham a sua situação resolvida parcialmente. Conforme a descrição de Abramovay:

“As famílias reúnem seus poucos pertences sob tendas de lona ou plástico nas quais vivem até doze pessoas, expostas ao calor, ao frio, e doenças, em precaríssimas condições... É claro que antes do acampamento há um intenso trabalho de discussão e preparação, tanto no plano político como no terreno material. Afinal, são centenas de pessoas a alimentar, aquecer e permanentemente discutir. E não se pense que estas discussões envolvem apenas os homens. Num acampamento, as mulheres também passam a ter um papel ativo na decisão sobre os rumos do movimento. Elas não ficam em casa esperando os homens ‘voltarem da luta’, mas vão com seus maridos e seus filhos para a frente de batalha”. (Abramovay, 1985, p. 55-56).

No acampamento existe uma estrutura organizacional para a sua sustentação. Esta estrutura é formada por vários núcleos, grupos, setores, comissões, equipes, coordenação, assembléia geral etc, erigida na tentativa de atender aos problemas internos e às necessidades dos acampados. É permanente e se apresenta como forma de reivindicação de direito à terra. Durante esse momento, os acampados desenvolvem algumas práticas da luta popular para levar a realidade do acampamento para a cidade. Uma das formas de informar a opinião pública sobre a sua situação e pressionar o Estado é a caminhada. A caminhada é um ato público em movimento, onde centenas de trabalhadores ocupam as rodovias percorrendo centenas de quilômetros, passando por diversas cidades, conquistando apoio e divulgando a luta pela terra.

Outro ato público importante é a ocupação de prédios de instituições governamentais: secretarias, institutos, Palácio do Governo, etc. A solução política da luta pela terra começa com as ocupações dos latifúndios e se expande para a cidade, lugar onde será desenvolvida a negociação sobre o problema apresentado pelos trabalhadores. Nas audiências, os trabalhadores apresentam suas reivindicações e exigem solução imediata para os seus problemas. "Normalmente ouvem várias promessas, "a garantia de que o assunto vai ser estudado com carinho", e vão embora. Dias depois, voltam para cobrar as promessas e os compromissos. Assim inicia-se um processo de negociação que pode durar anos, até ter um desfecho positivo como atendimento das reivindicações" (Stédile e Sérgio, 1993, p. 50). A maior parte das ocupações tem resultado em assentamentos. Contudo, a história dessas ocupações não podem ser resumidas somente às tabelas com o número de

famílias e o número de hectares conquistados. É preciso entender a caminhada em seu movimento. Esta foi a nossa preocupação durante todo o desenvolvimento desta pesquisa, ao analisarmos a espacialização da luta pela terra na territorialização do MST, no Estado de São Paulo. Entendemos que a ocupação é um dos principais momentos da luta pela terra. O futuro do assentamento possui suas raízes neste processo. E este é um processo violento, em todos os sentidos, para as pessoas que dele participam. É a violência da fome, do frio, da sede, da polícia, da justiça, dos jagunços, da falta de apoio, onde colocam em risco as suas próprias vidas, etc. Diante desta realidade, para um movimento organizado, qualquer tipo de repressão resulta num confronto direto. Portanto, os trabalhadores colocam para o Estado a possibilidade da negociação e quando este responde com violência, pela repressão policial, quase sempre os conflitos tornam-se fatais²⁴.

A violência e os despejos não acabam com a luta pela terra, assim como a mesma não termina na sua conquista. A conquista da terra na implantação do assentamento significa a continuidade da luta. Por um lado, o desafio, colocado pelo modo de produção capitalista, em resistir e permanecer na terra. Por outro lado, a recuperação e a renovação das experiências para realizar novas ocupações com novos grupos. "OCUPAR, RESISTIR, PRODUZIR" são desafios levantados pelo novo momento histórico. Esses desafios vão exigir e proporcionar a espacialização das experiências e a territorialização da luta. O assentamento é o território conquistado, é portanto um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas, representa sobretudo a possibilidade da territorialização.

5.5 - A territorialização da luta pela terra e da luta pela reforma agrária

*"Seguimos ocupando terra, derrubando cercas e conquistando o chão.
Que chore o latifundiário para sorrir os filhos de quem colhe o pão.
A luta por reforma agrária a gente até pára se tiver enfim,
coragem a burguesia agrária de ensinar os filhos a comer capim."*

***E assim já ninguém chora mais.
Zé Pinto MST/RO.***

²⁴ Um bom exemplo desta realidade é o trabalho de Frei Sérgio Gorgen (1991): UMA FOICE LONGE DA TERRA.

A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais. Entendemos que o assentamento como fração do território é um trunfo na luta pela terra. De acordo com Raffestin: "o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos" (Raffestin, 1993, p. 59/60). Nesse processo, a fração do território é conquistado na espacialização da luta, como resultado do trabalho de formação e organização do Movimento. Dessa forma, o território conquistado é trunfo e possibilidade da sua territorialização na espacialização da luta pela terra.

A partir do processo de espacialização da luta pela terra, o MST se territorializou e, hoje, está organizado em 22 estados brasileiros. No Brasil, até 1995 foram conquistados 1123 assentamentos. Conquistas realizadas pelo MST, por diversos outros movimentos sociais e projetos de assentamento realizados pelo Estado (ver tabela 3). A territorialização expressa concretamente o resultado das conquistas da luta e, ao mesmo tempo, apresenta novos desafios a superar. "Apesar dos pesares, em doze anos de luta o Movimento dos Sem Terra acumulou muitas conquistas. A primeira delas foi constituir-se num movimento que aos poucos vai adquirindo caráter nacional, tornando-se referência obrigatória na luta pela reforma agrária e reconhecido pelo governo federal e governos estaduais como interlocutor representativo das reivindicações dos trabalhadores rurais sem terra do país." (Stédile e Gorgen, 1993, p. 83).

Em julho de 1995, o MST realizou, em Brasília, o seu III Congresso Nacional com a participação de 5.000 delegados de 22 estados. Desse Congresso participaram vinte e dois delegados estrangeiros da América Latina, EUA e Europa. Em outubro de 1991, o prêmio Nobel Alternativo daquele ano foi outorgado ao MST e à CPT, por suas lutas em prol da reforma agrária e pelo direito à vida.

No Estado de São Paulo, de 1980 a 1995 foram conquistados 47 assentamentos e 4 reassentamentos. (Ver tabelas 4 e 5 e a figura São Paulo: assentamentos de reforma agrária). A distribuição temporal das conquistas dos assentamentos do Estado de São Paulo está representada no gráfico 13.

Em quase duas décadas de luta, no Estado de São Paulo, 6.522 famílias conquistaram 121.665 hectares. Dos 47 assentamentos conquistados, 45% foram em terras públicas, 30% em terras particulares e 25% em terras griladas. Os 4 reassentamentos foram

realizados em terras griladas e terras compradas pela CESP. Dessas conquistas, 90% resultaram de ocupações e apenas 10% resultaram de projetos do Estado. É importante observar que a maior parte dos projetos de assentamentos criados pelo Estado foram efetivadas na primeira metade da década de oitenta. Na realidade, a reforma agrária no Estado de São Paulo, bem como em todo o Brasil, vem sendo efetivada, na prática, pela luta dos trabalhadores sem terra. Partindo desse ponto de vista é que nos propusemos realizar essa pesquisa com os referenciais teóricos apresentados, registrando esse processo de luta para quem verdadeiramente tem o mérito.

Tabela 4 - Brasil - Assentamentos de reforma agrária - 1995

Região / UF	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias	Área (ha)
Norte	181	54.217	3.811.205
AC	3	1.104	326.500
AM	10	5.847	461.514
AP	13	1.696	254.277
PA	57	21.624	1.259.216
RO	33	13.324	720.080
RR	03	5.016	463.300
TO	62	5.606	326.318
Nordeste	425	40.600	1.965.835
AL	11	514	8.768
BA	81	10.377	358.224
CE	95	6.597	230.994
MA	51	12.847	1.104.582
PB	44	1.646	20.723
PE	54	2.602	39.637
PI	31	2.182	91.890
RN	39	2.619	91.890
SE	19	1.216	19.117
Centro-Oeste	119	18.646	956.562
GO	39	2.624	125.011
MS	29	5.583	152.982
MT	51	10.439	678.569
Sudeste	117	10.453	242.908
ES	30	840	10.006
MG	24	2.249	106.739
RJ	18	2.268	22.983
SP	45	5.096	103.180
Sul	281	15.307	293.159
PR	124	8.251	154.898
RS	95	4.537	95.080
SC	62	2.519	43.181
Total	1.123	139.223	7.269.669

Fonte : INCRA e MST. (in, Agenda 1995 do MST). Assentamentos realizados pelo INCRA e Governos Estaduais.

No ano de 1994, em todo o Brasil aconteceram 119 ocupações com 20.516 famílias²⁵. Em Abril de 1996, somente no Estado de São Paulo havia 14 acampamentos com 3.499 famílias (ver tabela 6). Esta realidade coloca para a sociedade e para o Estado que a reforma agrária deve se tornar um projeto urgente para o Brasil.

Tabela 5 – Estado de São Paulo - Assentamentos de reforma agrária (1980-1993)

Nome	Município	Início	Origem	Nº de Fam.	Área (ha)	Prop.
Primavera	Andradina	Jul-80	Ocupação	315	9.385	Particular
Sumaré I	Sumaré	Fev-84	Ocupação	026	237	FEPASA
Gleba XV	E. da Cunha Pta/Rosana	Mar-84	Ocupação	589	13.310	Grilo
Pirituba I	Itapeva	Mai-84	Ocupação	092	2.511	Estado
Pirituba II	Itaberá	Mai-84	Ocupação	053	1.341	Estado
Araras I	Araras	Set-84	Planejado	006	82	FEPASA
Araras II	Araras	Set-84	Planejado	014	208	FEPASA
Ilha Solteira	Pereira Barreto	Nov-84	Ocupação	089	902	CESP
Promissão	Promissão	Out-84	Ocupação	008	132	CESP
Araraquara I	Motuca	Jul-85	Ocupação	048	887	FEPASA
Sumaré II	Sumaré	Ago-85	Ocupação	027	82	FEPASA
Casa Branca	Casa Branca	Set-85	Planejado	024	583	CODASP
Araraquara II	Motuca	Out-85	Ocupação	038	1.316	FEPASA
Porto Feliz	Porto Feliz	Dez-85	Ocupação	081	1.092	CODASP
Araraquara III	Motuca/Araraquara	Ago-86	Planejado	024	1.328	FEPASA
Araraquara IV	Motuca	Nov-86	Ocupação	036	779	FEPASA
São José	Birigui	Nov-86	Ocupação	048	1.182	Particular
Pirituba III	Itaberá	Dez-86	Ocupação	064	970	Estado
Itapetininga	Itapetininga	Mar-87	Planejado	018	595	Estado
Esmeralda	Mirandópolis	Jul-87	Ocupação	085	2.096	Particular
Aroeira	Guaraçaí	Ago-87	Ocupação	040	873	Particular
Reunidas	Promissão	Out-87	Ocupação	629	17.138	Particular
São José II	Guaraçaí	Dez-87	Ocupação	039	887	Particular
Santa Rita	Populina/Turmalina	Dez-87	Ocupação	019	309	Particular
Água Sumida	Teodoro Sampaio	fev-88	Ocupação	121	4.210	Grilo
Areia Branca	Marabá Paulista	Fev-88	Ocupação	087	1.879	Grilo
Momuna	Iguape	Jan-88	Ocupação	220	1.500	Estado
Sete Barras	Sete Barras	Jan-88	Ocupação	216	7.402	Particular
Santa Adelaide	Avaré	fev-88	Ocupação	022	701	Particular
Bela Vista	Araraquara	Dez-89	Ocupação	167	3.455	Particular
Rio Paraná	Castilho	Set-90	Ocupação	092	2.208	Particular
Sta Rita/Pontal	Euclides da Cunha Pta	Nov-90	Ocupação	057	789	Grilo
Pirituba IV**	Itapeva	Fev-91	Ocupação	036	580	Estado
Araraquara V	Motuca	Out-91	Ocupação	032	449	CODASP
Tucano	Euclides da Cunha Pta	Nov-91	Ocupação	036	665	Grilo
Rib. Bonito*	Teodoro Sampaio	Jan-92	Ocupação	167	1.103	Grilo
Santa Rosa **	Euclides da Cunha Pta	Mai-92	Ocupação	099	865	Grilo
Santa Clara**	Mirante do Paranapanema	Ago-92	Ocupação	046	967	Grilo
Pirituba V **	Itaberá	Set-92	Ocupação	045	521	Estado
Timboré *	Andradina	Set-92	Ocupação	178	3.934	Particular
Ipanema**	Iperó	Out-93	Ocupação	168	1.148	IBAMA
São Bento**	Mirante do Paranapanema	Jul-94	Ocupação	184	5.297	Grilo
Conquista **	Tremembé	Mar-95	Ocupação	091	1.341	Particular

²⁵ - Ver gráficos 11 e 12.

Continuação Tabela 4.

Nome	Município	Início	Origem	Nº de Fam.	Área (ha)	Prop.
Estrela D'Alva**	Mirante do Paranapanema	Jan-95	Ocupação	031	833	Grilo
Porta do Sol**	Martinópolis	Jul-95	Ocupação	082	1.942	Particular
Haroldina **	Mirante do Paranapanema	Dez-95	Ocupação	(?)423	595	Grilo
Assent. Provisórios	Mirante do Paranapanema	Dez-95	Ocupação	(?)621	5.243	Grilo
Total	47			5.633	105.852	

Fontes: DAF e MST - 1995. * Pendência Judicial. ** Áreas Emergenciais. (?) Dados preliminares.

Tabela 6 – Estado de São Paulo - Reassentamentos rurais (1983-1992)

Nome	Município	Início	Origem	Nº Fam.	Área (ha)	Propriedade
Lagoa São Paulo	Pres. Epitácio	Abr-83	Projeto	523	8.832	CESP
Jupia	Castilho	Out-83	Projeto	107	1.513	CESP
Rosanela	Eucl.da Cunha	Out-86	Projeto	126	2.582	CESP
Taquaruçu	Narandiba	Mai-92	Projeto	104	2.886	CESP
Total				889	15.813	

Fonte: CESP - Companhia Energética de São Paulo

Gráfico 11 – Estado de São Paulo - Distribuição temporal do número de projetos de assentamentos implantados (1980-1995)

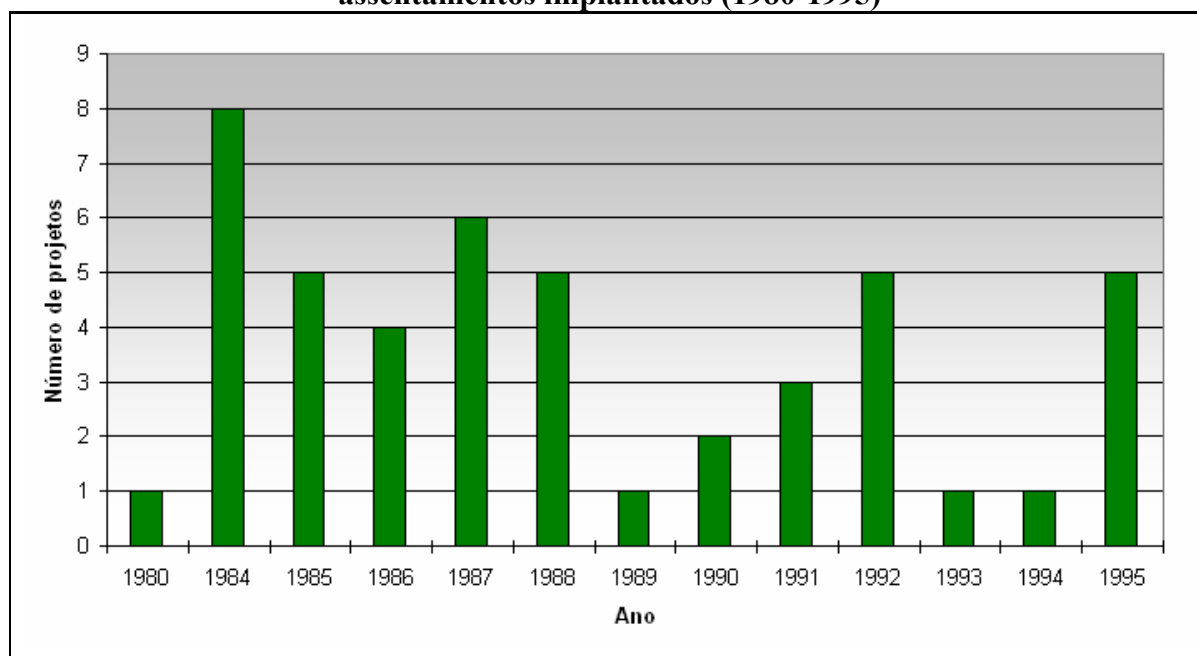


Tabela 7 – Estado de São Paulo - Acampamentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra *

Nome	Município	Início	Nº de Fam.	Área/ha	Nome Imóvel	Propriedade
Lagoinha	P. Epitácio	Jan-85	50	4.457	Faz. Lagoinha	Particular
Brejo Alegre	Coroados	Ago-89	40	457	Faz. São José	Particular
Horto Guarani	Pradópolis	Ago-92	372	4.220	H. Guarani	FEPASA
Boa Esperança	Paulicéia	Set-93	600	2.211	Faz. Sto. Antonio	Particular
Pirituba VI	Itapeva	Nov-94	150	700	Faz. Pirituba	Estado
Boa Vista	Guarantã	Nov-94	145	2.797	Faz. Boa Vista	Particular
Nova Conquista	Rancharia	Abr-95	250	6.083	Faz. Faxinal	Particular
Horto de Loreto	Araras	Jul-95	82	350	Horto de Loreto	FEPASA
Taquaruçu	Sandovalina	Out-95	480	3.000	Faz. S. Domingos	Grilo
Zumbi dos Palmares I	Andradina	Out-95	600	1.200	Faz. Anhumas	Particular
Zumbi dos Palmares II	Iaras	Nov-95	300	2.558	Faz. Capão Rico	Estado
Rodeio	Martinópolis	Nov-95	50	968	Faz. Rodeio	Particular
Santa Rita	M. Paranap.	Jan-96	300	13.000	Faz. Santa Rita	Particular
São Luiz	T. Sampaio	?	80	?	Faz. São Luiz	Particular
Total	14		3.499	42.001		

Fontes: MST e ITESP. * Até abril de 1996.



Figura 1 – Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1980). Fonte: DAF/MST. Org.: Bernardo Mançano Fernandes.

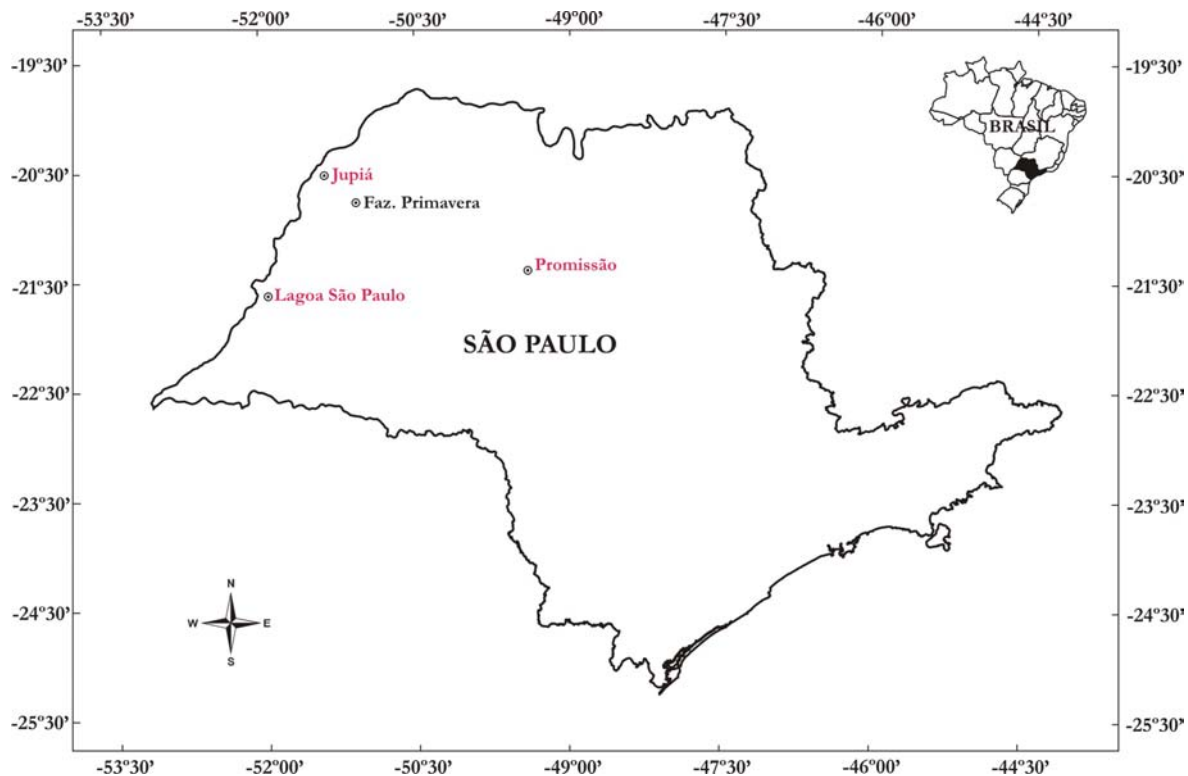


Figura 2 – Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1983). Fonte: DAF/MST. Org.: Bernardo Mançano Fernandes.

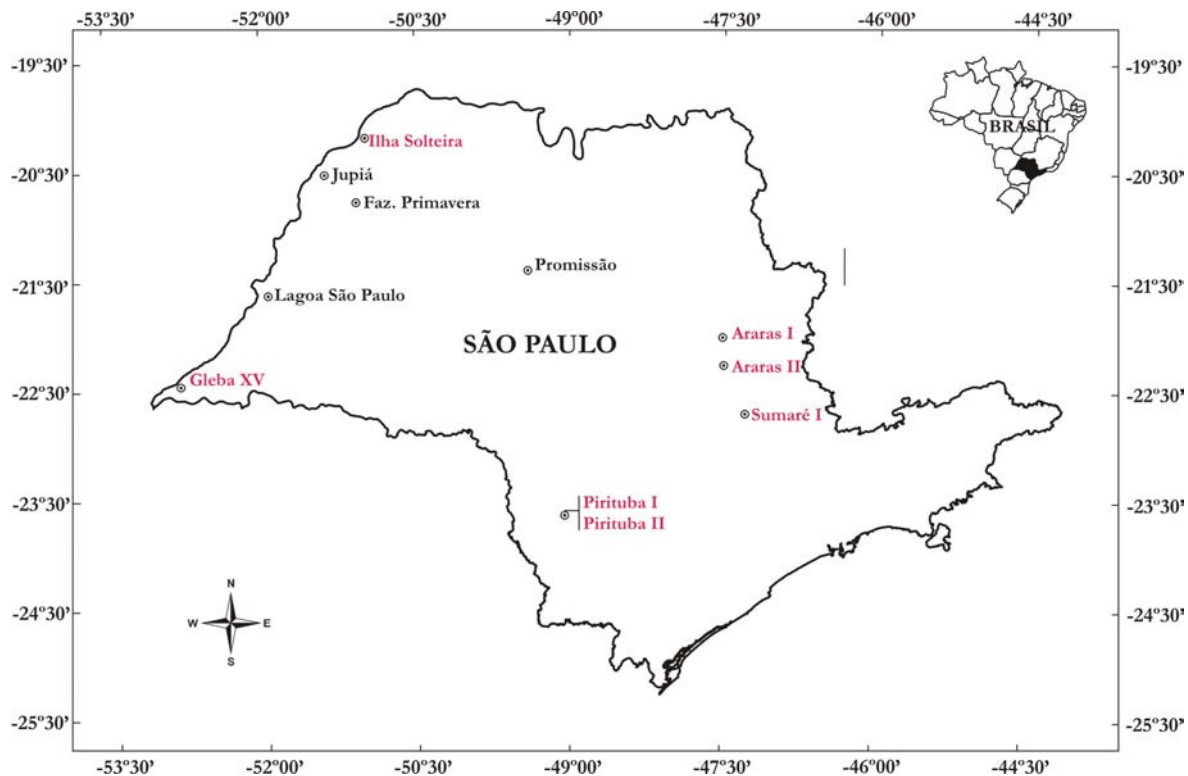


Figura 3 – Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1984). Fonte: DAF/MST. Org.: Bernardo Mançano Fernandes.

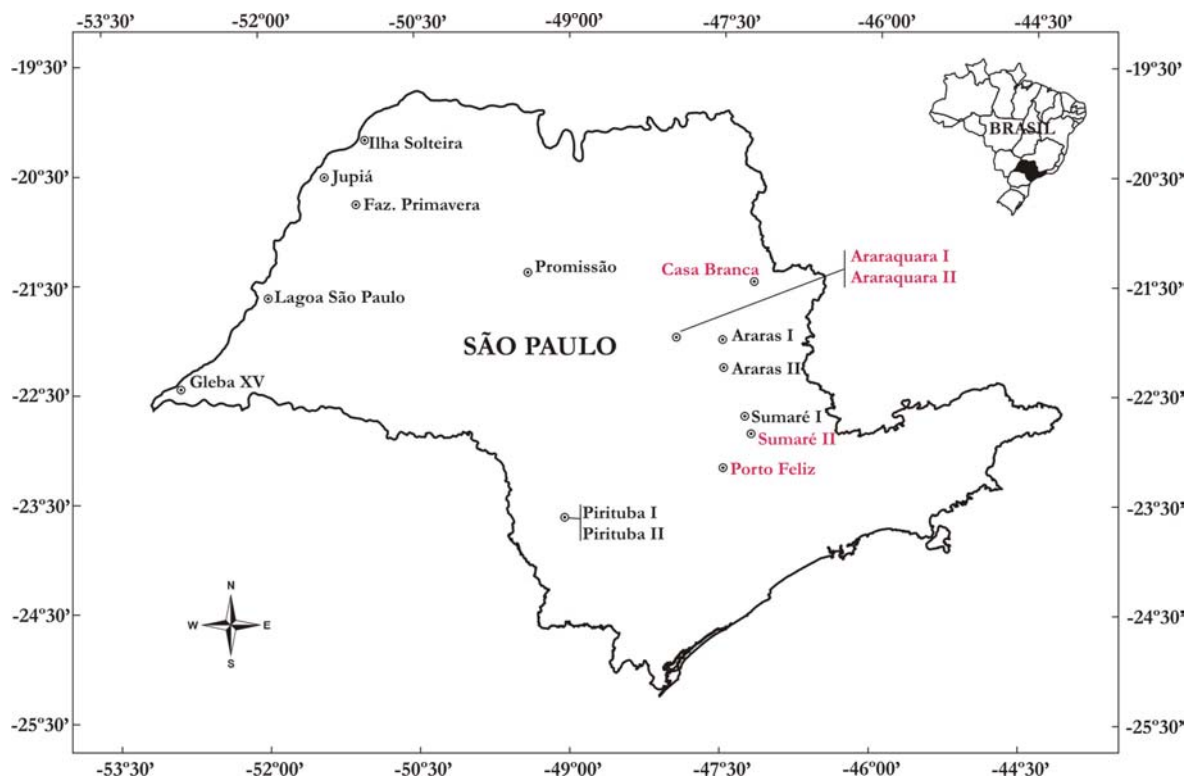


Figura 4 – Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1985). Fonte: DAF/MST. Org.: Bernardo Mançano Fernandes.

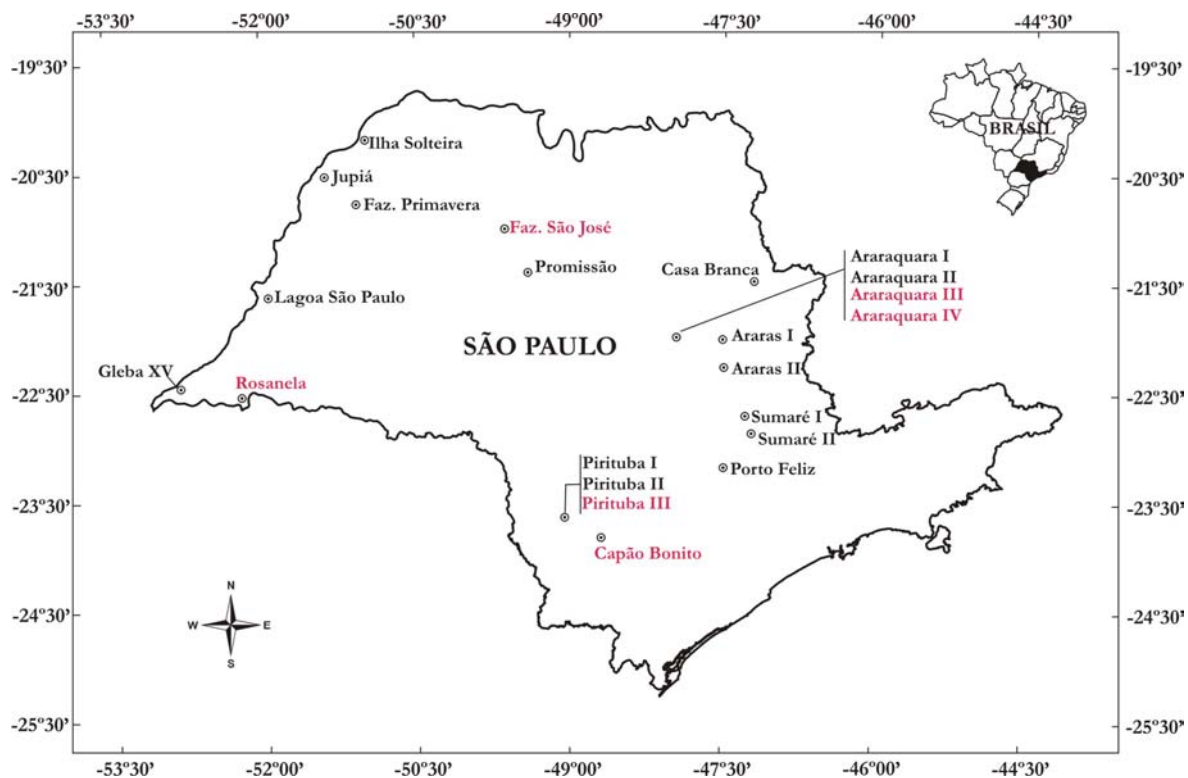


Figura 5 – Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1986). Fonte: DAF/MST. Org.: Bernardo Mançano Fernandes.

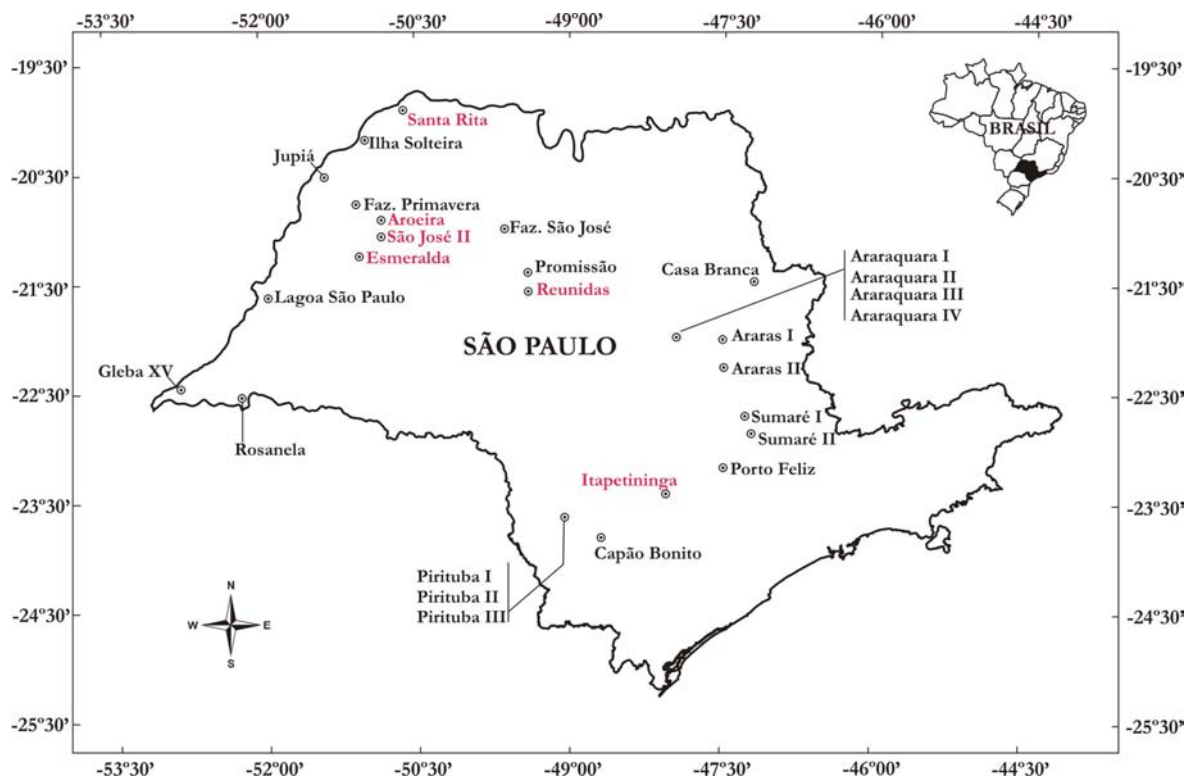


Figura 6 – Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1987). Fonte: DAF/MST. Org.: Bernardo Mançano Fernandes.

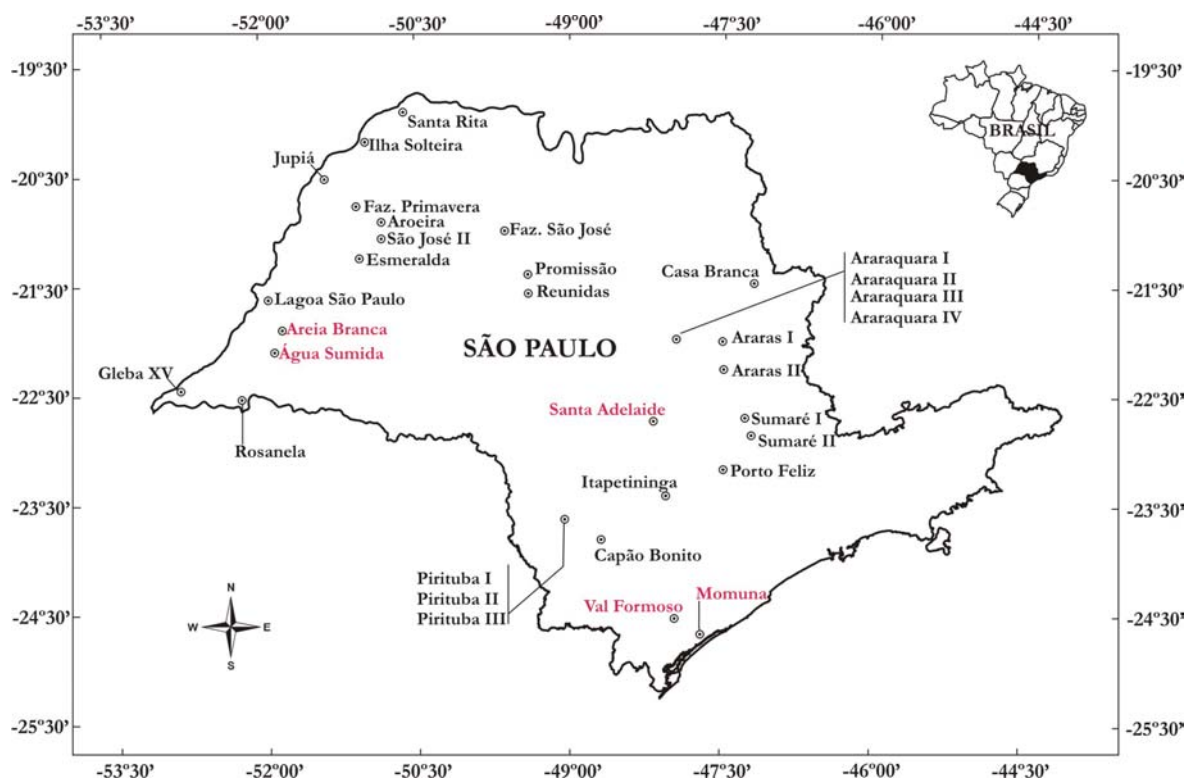


Figura 7 – Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1988). Fonte: DAF/MST. Org.: Bernardo Mançano Fernandes.

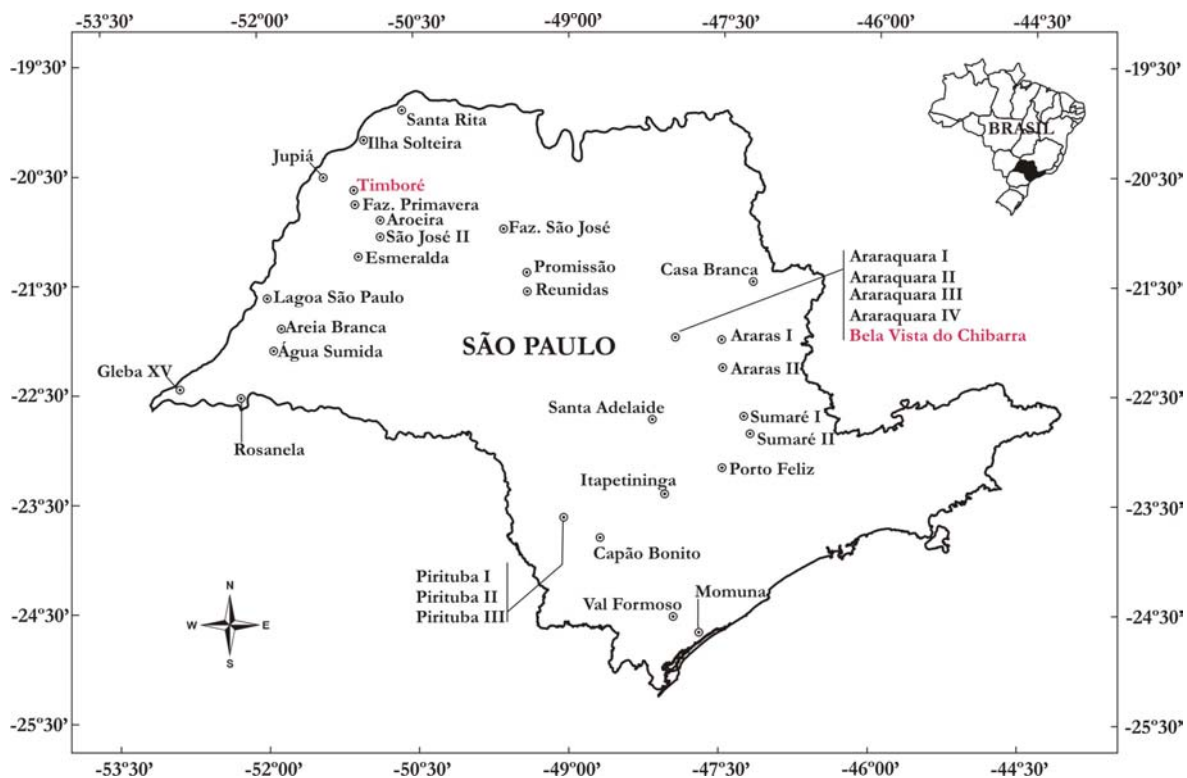


Figura 8 – Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1989). Fonte: DAF/MST. Org.: Bernardo Mançano Fernandes.

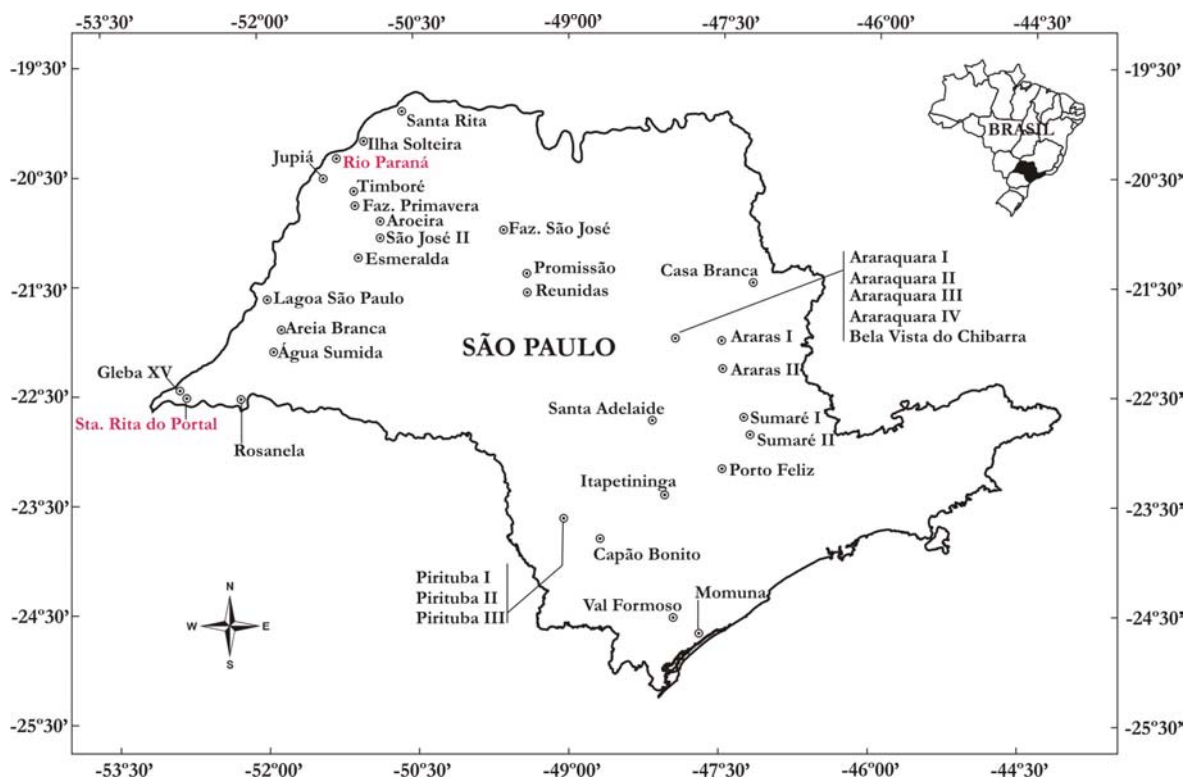


Figura 9 – Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1990). Fonte: DAF/MST. Org.: Bernardo Mançano Fernandes.

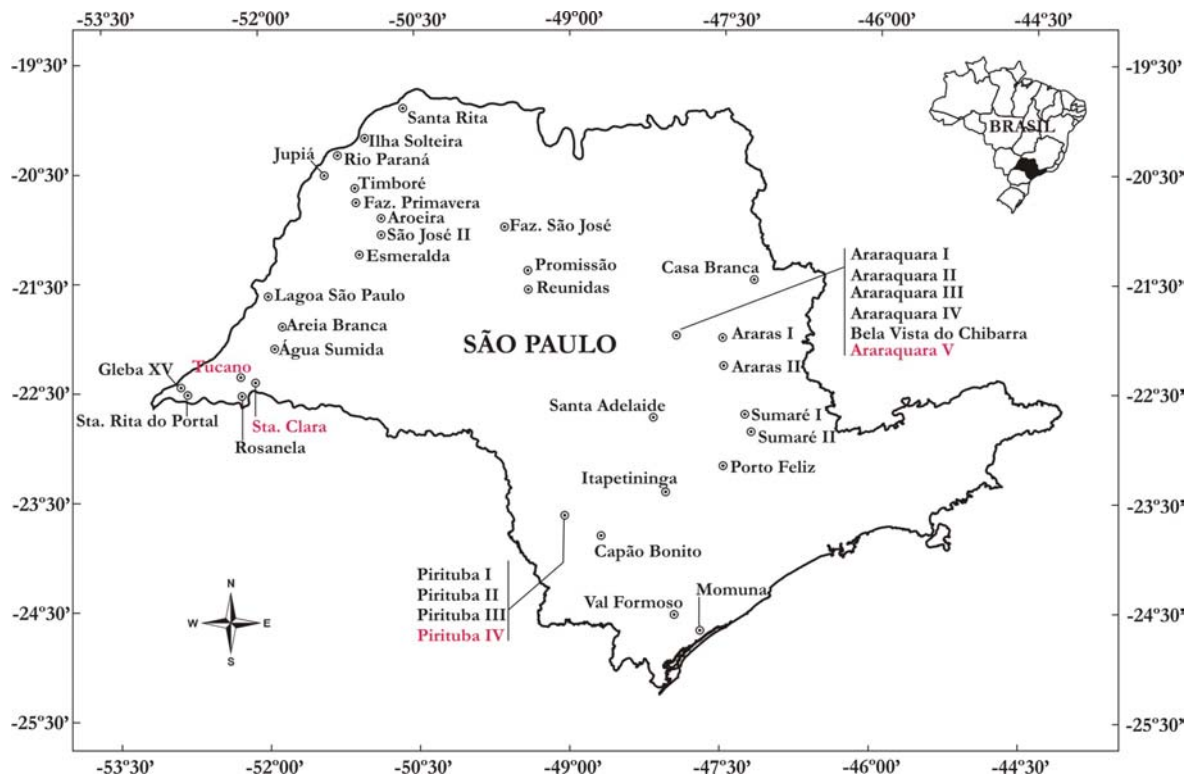


Figura 10 – Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1991). Fonte: DAF/MST. Org.: Bernardo Mançano Fernandes.

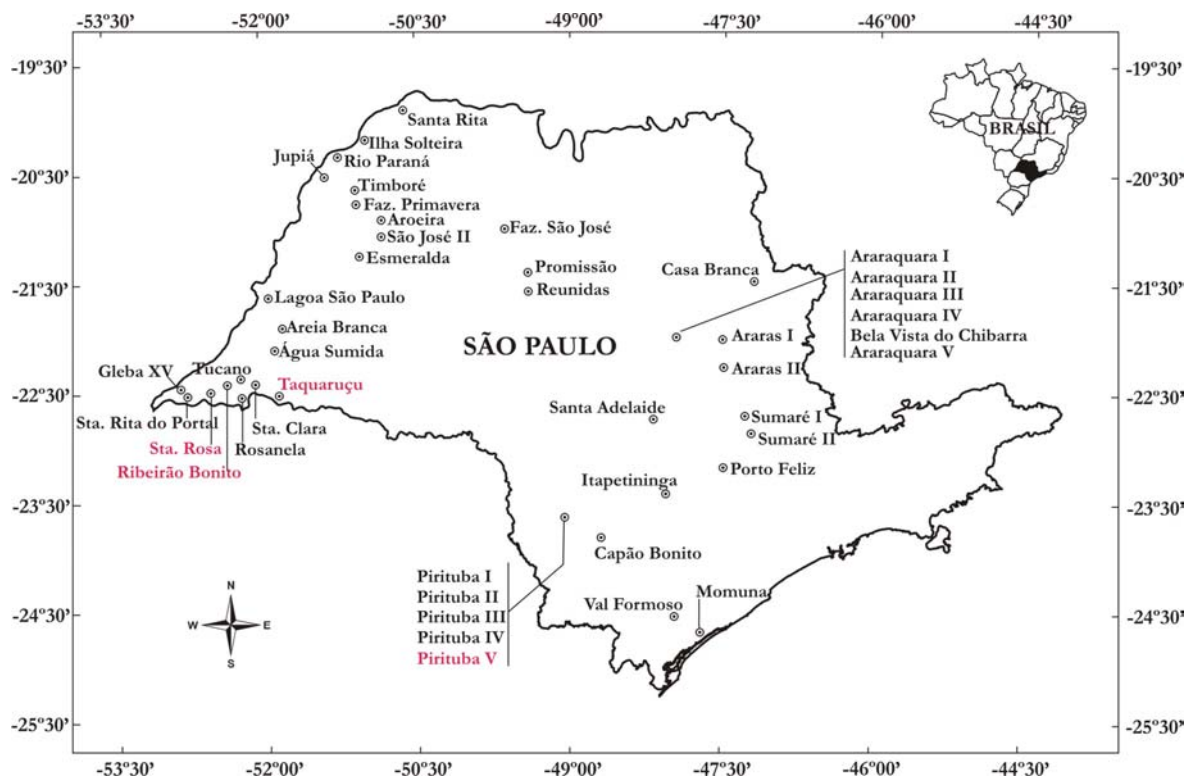


Figura 11 – Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1992). Fonte: DAF/MST. Org.: Bernardo Mançano Fernandes.

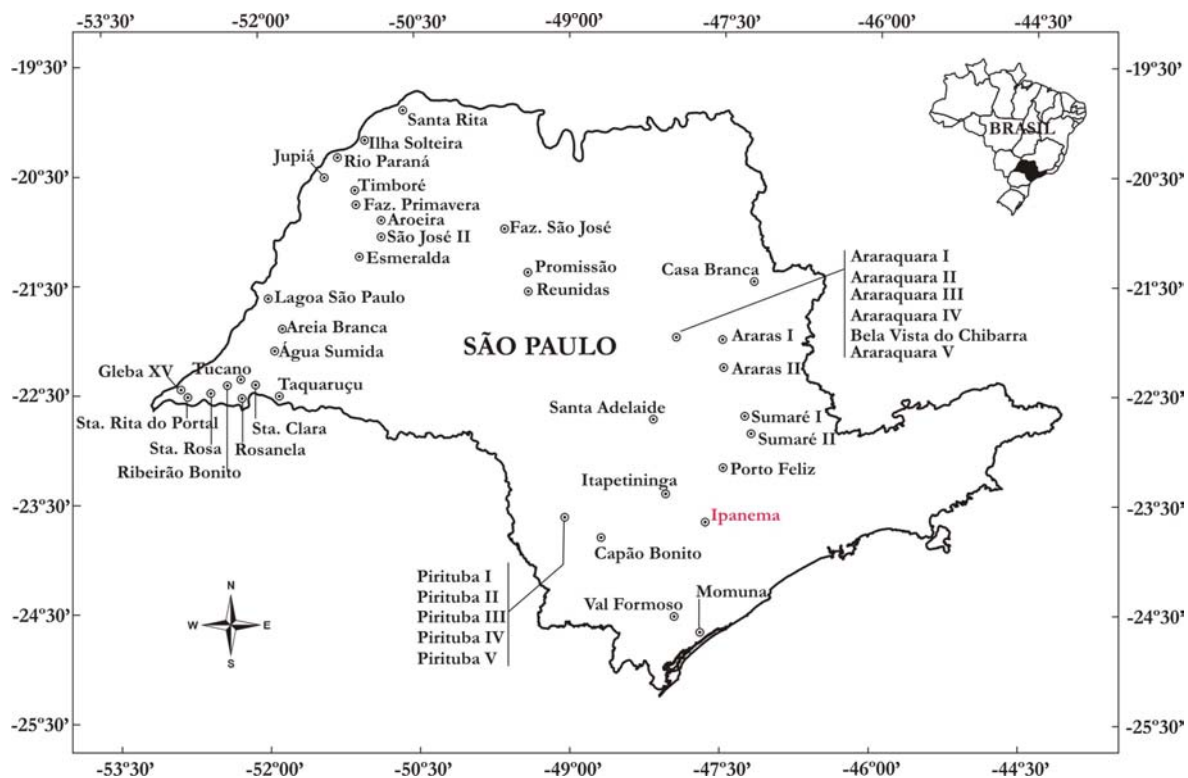


Figura 12 – Estado de São Paulo – Territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra (1993). Fonte: DAF/MST. Org.: Bernardo Mançano Fernandes.



Figura 13 – Acampamentos no Estado de São Paulo – Fevereiro de 1994. Fonte: DAF/MST. Org.: Bernardo Mançano Fernandes.

As conquistas dos assentamentos também dimensionaram o MST. A partir das centenas de conquistas, outras lutas foram aparecendo no delinear da realidade. A principal delas é a sobrevivência de seu projeto ante ao atual modelo econômico de desenvolvimento da agricultura. Considerando a história da luta e as realidades dos assentamentos, onde emergem novos desafios, as famílias assentadas estão criando experiências alternativas nas diversas atividades dos assentamentos: a criação de novas formas de organização do trabalho, a luta por uma política agrícola diferenciada, a criação de cooperativas de produção e comercialização, a luta pela moradia, saúde e educação etc. Estas novas experiências estão sendo geradas em diversos assentamentos. Até o momento, considerando todos os problemas enfrentados, esta luta tem sido vitoriosa.

Queremos ressaltar que as experiências aqui estudadas correspondem ao momento histórico da luta, em que o MST iniciou a sua formação até abril de 1996. Essa luta e o Movimento se apresentam, a cada dia, a cada nova ocupação com diferentes experiências, que necessitam ser estudadas. Neste trabalho procuramos explicar os processos que contribuíram para a construção da realidade da questão agrária no estado de São Paulo. Neste sentido, tentamos realizar um trabalho interdisciplinar, sendo que a preocupação central foi explicar os processos de espacialização e territorialização da luta pela terra, construídos pelos trabalhadores. Esse caminho de construção do conhecimento, que percorremos até aqui, nos leva em direção ao questionamento constante. Neste sentido, continuamos nosso trabalho com o objetivo de compreender essa realidade em movimento, construída (e construtora) por estes "sujeitos irreverentes" que fizeram da reflexão e da luta um caminho de volta para a terra. Aliás, o caminho é uma re-vira-volta...

BIBLIOGRAFIA

- ABRA. Lorena, o homem e a obra. *Revista Reforma Agrária*.(Campinas), v. 18, 1989.
- ABRAMOVAY, R. Nova forma de luta pela terra: acampar. *Revista Reforma Agrária*, (Campinas), v. 15, 1985.
- ABRAMOVAY, R. *et alli*. Lei Agrária: cuidado com o otimismo. *Revista Reforma Agrária*, (Campinas), v. 23, 1993.
- ALMEIDA, R. A. *A conquista da terra pelo MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema: as ocupações das fazendas São Bento e Santa Clara*. Presidente Prudente, 1993. (Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Campus de Presidente Prudente, para a obtenção do título de Bacharel em Geografia).
- AMORIM, A & MAZIEIRO FILHO, A. Regularização Fundiária: grandes preocupações nos cercam. In *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário*. Florianópolis: UFSC, 1994.
- ANDRADE, M. C. - *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- ANDRADE, M. R. O. *O destino incerto da educação entre assentados rurais do Estado de São Paulo*. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- ANISTIA INTERNACIONAL. Brasil: violência autorizada nas áreas rurais. Anistia Internacional: Londres, 1988.
- ANTÔNIO, A. P. *Movimento social e organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado: os exemplos da Alta Sorocabana no período 1960 -1990*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Geografia) Depto. de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- AZEVEDO, F. A. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BARBOSA, M. V. *A presença do Estado num trecho da História: luta pela terra no Pontal do Paranapanema*. Itaguaí, 1990. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- BARBOSA, M. V. e LEITE, S. - Reforma Agrária em Terras Públicas. *Revista Reforma Agrária*. (Campinas), v. 21, 1991.
- BASTOS, E. R. *As Ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

- BASTOS, E. R. et al. Os conflitos sociais no campo no Estado de São Paulo. *Revista Reforma Agrária*. (Campinas), v.13, 1983.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. et al, *Assentamentos em Balanço: A roda-viva de seu passado/presente*. Campinas, 1989. (Mimeo.).
- BERGAMASCO, S. M. P. P. e CARMO, M. S. Reforma Agrária dá certo? *Revista Reforma Agrária*. (Campinas), vol. 21, 1991.
- BERGAMASCO, S. M. P.P. Ontem e hoje, a difícil realidade dos assentamentos rurais. *Revista Reforma Agrária*. (Campinas), vol. 22, 1992.
- BETTO, F. *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BOFF, L. *Igreja: Carisma e Poder*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BOFF, L. *Nova evangelização - perspectiva dos oprimidos*. Fortaleza: Vozes, 1990.
- BOFF, L. *América Latina: da conquista à nova evangelização*. São Paulo: Ática, 1992.
- BOFF, L. *Ecologia Mundialização Espiritualidade*. São Paulo, Ática, 1993.
- BONIM, A. A. et al. *Movimentos sociais no campo*. Curitiba: Edições Criar, 1987.
- BORGES, M. S. L. *Terra, ponto de partida, ponto de chegada: um estudo de identidade do trabalhador rural na luta pela terra*. Araraquara, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- BORNSTEIN, C. T. *Luta de terra briga de foice*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1987.
- BRANDÃO, C. R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CALDART, R. S. *Sem Terra com Poesia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CAMACHO, D. Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. In Scherer-Warren, I. & Krischke, P. J. (Org.) *Uma revolução no cotidiano? Movimentos Sociais na América do Sul*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CATÃO, F. *O que é Teologia da Libertação*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CAVALCANTE, E. *Forma de Organização Social do Acampamento Primeiro de Abril - Mirante do Paranapanema - SP*. Presidente Prudente, 1995. (Relatório de Estágio Supervisionado apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Campus de Presidente Prudente).
- CEDI - DESEP/CUT - NEMI - S. M. SOROCABA. *De Angra a Aramar*. São Paulo: CEDI, 1988.

- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- CLEPS, Jr. J. *O Pontal do Paranapanema Paulista: A incorporação Regional da Periferia do Café*. Rio Claro, 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- COBRA, A.N. "*Em um recanto do sertão paulista*". Tipografia Hennyes. São Paulo, 1923.
- CONCEIÇÃO, M. *Essa terra é nossa*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CONTAG. *As Lutas Camponesas no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1980.
- CPT - *Luta e Sonho na Terra. Conflitos no Campo - 1994*. Goiânia: CPT, 1995.
- D'INCAO, M. C. *O bóia Fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- D' INCAO, M. C. e BOTELHO, M. R. Movimento Social e Movimento Sindical: entre os assalariados temporários da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo. In SADER, E. Org.) *Movimentos Sociais na Transição Democrática*. São Paulo: Cortez Editora, 1987.
- DIOCESE DE LINS. *Tomarás Posse da Terra e Nela Habitarás*. Lins: Diocese de Lins, 1990.
- ENNES, M. A. - Acampamento de "Três Irmãos": uma história sem fim de apropriação e violência. In *Nas Trilhas da Pesquisa - Boletim de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP (Araraquara)* nº 5. 1993.
- EYERMAN, R. e JAMISON, A. *Social Movements: a cognitive approach*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1991.
- FERNANDES, B. M. "Da terra prometida à terra definitiva" - Na criação do "território liberado" a realização da Reforma Agrária. In *ANAIS do VIII ENCONTRO NACIONAL de GEÓGRAFOS*. (São Paulo), AGB, 1992, p.p. 697-712.
- FERNANDES, B. M. "O todo é a parte e a parte é o todo" - A interação espaço-sujeito. *Revista de Geografia da UNESP (São Paulo)*, nº 10, 1992.
- FERNANDES, B. M. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Territorialização da Luta pela Terra no Brasil. *Revista de Geografia Teórica (Rio Claro)*, N°s 43-44, 1992.
- FERNANDES, B. M. Amassando a massa: para uma crítica ao conceito de massa. *Caderno Prudentino de Geografia (Presidente Prudente)*, nº 16, 1994.
- FERNANDES, M. E. *A Reforma Agrária no discurso dos lavradores da Fazenda Primavera*. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

- FERRANTE, V. L. S. B. *A chama verde dos canaviais (Uma história de luta dos bóias frias)*. Araraquara, 1991. Tese (Livre-Docência em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- FERRANTE, V. L. S. B. Momentos e Movimentos dos bóias-frias paulistas: cenário e ação. In ANAIS do 29º CONGRESSO BRASILEIRO de ECONOMIA e SOCIOLOGIA RURAL. (Campinas), 1991.
- FIBGE. Censo Agropecuário de 1970 - São Paulo. Rio de Janeiro: FIBGE, 1975.
- FIBGE. Censo Agropecuário de 1975 - São Paulo. Rio de Janeiro: FIBGE, 1979.
- FIBGE. Censo Agropecuário de 1980 - São Paulo. Rio de Janeiro: FIBGE, 1984.
- FIBGE. Censo Agropecuário de 1985 - São Paulo. Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.
- FIBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1992. Rio de Janeiro: FIBGE, 1993.
- FRANK, A. G. e FUENTES, M. Dez teses acerca dos Movimentos Sociais. In *Lua Nova*, nº 17. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- GEHLEN, I. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. Porto Alegre, 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GOHN, M. da G. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
- GOMES, I. Z. *1957: a revolta dos posseiros*. Curitiba: Editora Criar, 1986.
- GORGEN, F. S. A. (Coord.). *Uma foice longe da terra*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- GRZYBOWSKI C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: FASE/Vozes, 1987.
- GUEDES, S. N. R. *Assentamentos: contragolpe na apropriação da renda ou na luta pela terra?*. Araraquara, 1993. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- HABERMAS, J. *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, J. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa*. Tomos I e II. Madri: Taurus, 1985.
- HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- INCRA. *Programa da Terra: metas de reforma agrária*. Incra. Brasília, 1992.
- KAHIL, S. P. *A luta dos posseiros de Lagoa São Paulo: a dialética da construção/destruição do território para o trabalho livre*. Rio Claro, 1984. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Neociências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LEFEBVRE, H. *La vida cotidiana en El mundo moderno*. Madri: Alianza Editorial, 1972.
- LEFEBVRE, H. *Espacio y Política*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.
- LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Blackwell Publishers: Cambridge, Massachusetts, 1991.
- LEITE, J. F. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. Presidente Prudente, 1981. Tese (Livre-docência em Geografia) - Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais, Universidade Estadual Paulista.
- LEITE, S. P. *A face econômica da reforma agrária: Estado e assentamentos rurais em São Paulo na década de 80*. Itaguaí, 1992. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- LÊNIN, V. I. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LISBOA, T. K. *A Luta dos Sem Terra no Oeste Catarinense*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.
- LOBATO, M. *A Onda Verde e o Presidente Negro*. São Paulo: Brasiliense, 1948.
- MARTINS, J. S. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, J. S. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTINS, J. S. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1986a.
- MARTINS, J. S. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986b.

- MARTINS, J. S. *A Reforma Agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo: Hucitec, 1986c.
- MARTINS, J. S. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARTINS, J. S. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, J. S. *O poder do atraso - Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- MEDEIROS, L. S. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MEDICI, A. *Trabalhadores e intelectuais nos movimentos reivindicatórios e no acesso à terra no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MENDES, A. P. *Implantação industrial em Sumaré: origens, agentes e efeitos. Contribuição ao estudo da interiorização da indústria no estado de São Paulo*. Rio Claro, 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- MENON, A. et alii. *Forma de Organização Social dos Assentados da Fazenda Porta do Sol em Martinópolis - SP*. Presidente Prudente, 1995. (Relatório de Estágio Supervisionado apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Campus de Presidente Prudente).
- MIRAD/CCA. *Conflitos de Terra*. Brasília: MIRAD, 1986.
- MIRAD/INCRA. *Anteprojeto do Plano Regional de Reforma Agrária para 1986*. São Paulo: Diretoria Regional de São Paulo, 1985.
- MIRAD/INCRA. *Plano Nacional de Reforma Agrária - Decreto Lei nº 91.766 - 10/10/1985*. Brasília, 1985.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MORAES, S.H.N. & FACHIN, L.E. Rito Sumário na Reforma Agrária. *Revista Reforma Agrária*. (Campinas), v. 23, 1993.
- MOURA, A. C. et al. *A Igreja dos Oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

- MOVIMENTO DOS SEM TERRA DO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Histórico e lutas. *Revista Reforma Agrária*. (Campinas), v. 13, 1983
- MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no Campo: crime e impunidade 1964 - 1985*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. *Construindo o Caminho*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. Organização do Movimento/Quem é quem na luta pela terra. *Cadernos de Formação, n° 01*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. História da Luta pela Terra. *Cadernos de Formação, n° 02*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. Como se organiza movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra, *Cadernos de Formação, n° 05*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. Terra não se ganha, se conquista. *Cadernos de Formação, n° 09*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. A luta continua: como se organiza os assentados. *Cadernos de Formação, n° 10*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo. *Cadernos de Formação, n° 11*. São Paulo: MST, 1986.
- MST/SP. *Terra não se ganha, terra se conquista: a caminhada do Movimento dos Sem Terra de Sumaré II*. São Paulo: MST/SP - AGB/SP, 1986.
- MST/SP. *Terra não se ganha, terra se conquista: a caminhada do Movimento dos Sem Terra de Sumaré III*. São Paulo: MST/SP - AGB/SP. São Paulo, 1987.
- MST. Nossas prioridades. *Cadernos de Formação, n° 12*. São Paulo: MST, 1987.
- MST. Nossa força depende de nossa dedicação. *Cadernos de Formação, n° 13*. São Paulo: MST, 1987.
- MST. Nossa força depende da nossa dedicação. *Cadernos de Formação, n° 13*. São Paulo, 1987.
- MST. Construir o sindicalismo pela base. *Cadernos de Formação, n° 14*. São Paulo, 1987.
- MST. Plano Nacional do MST - 1989 à 1993. *Cadernos de Formação, n° 17*. São Paulo: MST, 1989.
- MST/SP. *Dossiê - Sem Terra do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: MST/SP, 1991.
- MST. *Landless of Brazil*. São Paulo: MST, 1992.
- MST. *Canções da luta. MST*. São Paulo, 1992.

- MST. *Proposta do MST ao Governo Itamar Franco*. Documento do MST. Brasília, 1993.
- MST. Programa de Reforma Agrária. *Cadernos de Formação n° 23*. São Paulo: MST, 1995a.
- MST. *Vamos organizar a base*. São Paulo: MST, 1995b.
- NOGUEIRA, A. *O sujeito irreverente*. Campinas: Papyrus, 1993.
- OLIVEIRA, A. U. *Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao "Estado Isolado" de Von Thunen*. São Paulo, 1978. Tese (doutorado em Geografia) - Depto. de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, A. U. -Agricultura e Indústria no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia, n° 58*. São Paulo: AGB, 1981.
- OLIVEIRA, A. U. Espaço e Tempo - Compreensão materialista dialética. In *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. Santos, M. (org.). São Paulo: Hucitec, 1982a.
- OLIVEIRA, A. U. "Aos trabalhadores nem o bagaço" ou a revoltados trabalhadores dos canaviais e dos laranjais. *Boletim Paulista de Geografia n° 60*. São Paulo: AGB, 1984.
- OLIVEIRA, A. U. *Modo capitalista de reprodução e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, A. U. - O campo Brasileiro no final dos anos 80. in *Boletim Paulista de Geografia, n° 66*. São Paulo: AGB, 1988.
- OLIVEIRA, A. U. *A Geografia das lutas no campo*. Ed. Contexto. São Paulo, 1988.
- OLIVEIRA, A. U. *Integrar para entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papyrus, 1988.
- OLIVEIRA, A. U. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papyrus, 1989.
- OLIVEIRA, A. U. *A agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, A. U. As (in)justiças no Pontal do Paranapanema. In *AGB Informa n° 59*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1995.
- PANINI, C. *Reforma Agrária - Dentro e fora da lei*. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.
- PEROSA, E. A. P. A Reforma Agrária no Estado de São Paulo: o caso da fazenda Val formoso. *Revista Reforma Agrária*. (Campinas), v. 17, 1988.

- PINTO, G. E. *Os Sem Terra: sua história - seu Deus*. Sumaré, 1988. Monografia (Bacharelado em Teologia) - Instituto Teológico São Paulo.
- POKER, J. G. A. B. *A prática da vida e os desencontros da "libertação"* São Paulo: 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- PRADINI, F. (org.). *As relações Igreja-Estado no Brasil durante o governo do general Geisel*. São Paulo: Loyola, 1977.
- PUREZA, J. *Memória Camponesa*. São Paulo: Marco Zero, 1982.
- RAFFESTIN, C. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993
- RAPCHAN, E. S. *"De Identidades e Pessoas: Um Estudo de Caso Sobre os Sem Terra de Sumaré"*. São Paulo: 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- RIBEIRO, N. F. *Caminhada e Esperança da Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- RICCI, R. A Contag no Governo de transição: um ator à procura de um texto. *Caderno CEDEC, nº 15*. São Paulo, 1990.
- RUCKERT, A. A. *A produção capitalista do espaço: construção, destruição e reconstrução do território do planalto Rio-grandense*. Rio Claro, 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- RUSCHEINSKI, A. *Terra e Política: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Oeste de Santa Catarina*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS FILHO, J. R. e PORTO, M. Y. - A geografia da violência e algumas presenças em conflitos pela posse da terra. *Revista Reforma Agrária*, (Campinas), v. 14, 1984.
- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, M. *Espaço & Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. *Terra Livre*, nº 05. São Paulo: AGB, 1988.

- SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA. *Ações de Regularização Fundiária - DRF*. São Paulo: SJDC, 1995a.
- SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA. *Histórico da Situação Fundiária no Pontal do Paranapanema*. São Paulo: SJDC, 1995b.
- SENADO FEDERAL. *Projeto de Lei nº 65, de 1992*. Brasília: Senado Federal, 1992a.
- SENADO FEDERAL. *Projeto de Lei nº 67, de 1992 - Complementar nº 71/89*. Brasília: Senado Federal, 1992b.
- SCHERER-WARREN, I. e KRISCHKE, P. J. *Uma revolução no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- SEADE. *Atlas da população do estado de São Paulo*. São Paulo: SEADE/USP, 1991.
- SERRA, E. *Processo de ocupação e a luta pela terra no Paraná*. Rio Claro, 1991. Tese (doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 1991.
- SHANIN, T. *La clase incómoda - Sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)*. Madri: Alianza Editorial, 1983.
- SILVA, A. C. *Geografia e Lugar Social*. São Paulo: Contexto, 1991.
- SILVA, J. GOMES da. *Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- SILVA, J. GOMES da. *Buraco Negro: a reforma agrária na constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SILVA TELLES, V. Anos 70: experiências práticas e espaços políticos. In *As lutas sociais e a cidade*. Kowarick, L. (org.). São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SILVEIRA, F. R. et alli. Origem e formação da Gleba XV de Novembro, SP. In *Poblacion y dinamica espacial urbano-rural*, p.p. 171-179. Colegio de Geografos de Venezuela. Merida, 1993a.
- SILVEIRA, F. R. et alli. Considerações sobre a Gleba XV de Novembro. In *Poblacion y dinamica espacial urbano-rural*, p.p. 163-169. Colegio de Geografos de Venezuela. Merida, 1993b.
- SILVEIRA, F. R. et alli - Projeto de reassentamento Rosana: origem e considerações gerais. In *Cambios en los espacios rurales y urbanos de America Latina en el contexto de globalizacion*, p.p. 22-27. UAEM - Universidad Autonoma del Estado de México. Toluca, 1993c.

- SILVEIRA, F. R. et alli - *Projeto de assentamento populacional rural Água Sumida*. Presidente Prudente, 1993d. Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP. (Mimeogr.).
- SILVEIRA, F. R. et alli - *Gleba Areia Branca*. Presidente Prudente, 1993e. Faculdade de Ciências e Tecnologia. (Mimeogr.).
- SOUZA, M.A. *A Formação da Identidade Coletiva: Um Estudo das Lideranças de Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema*, 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.
- STÉDILE, J. P. e GORGEN, F. S. *A luta pela terra no Brasil*. Scritta Editorial. São Paulo, 1993.
- TARELHO, L. C. *Da consciência dos direitos à identidade social: os sem terra de Sumaré*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Programa de Pós- Graduação de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- TARELHO, L. C. - O Movimento Sem Terra de Sumaré: espaço de conscientização e de luta pela posse da terra. *Terra Livre n° 06*. São Paulo: AGB-Marco Zero, 1989.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Colonos do Vinho*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org.). *Revoluções Camponesas na América Latina*. Ed. São Paulo: Unicamp/Icone, 1985.
- THOMAZ JR, A. *A territorialização do monopólio: as agro-indústrias canavieiras em Jaboticabal*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TIERRA, P. Somos a perigosa memória da luta. In *O PT e os movimentos sociais*. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 1995.
- TONELLI, P. Lei Agrária: um instrumento para combater o latifúndio e democratizar o acesso a terra. Câmara dos Deputados. Brasília, 1993.

- VALVERDE, O. - Metodologia da Geografia Agrária. in *Reflexões sobre a Geografia*, São Paulo: AGB, 1980.
- VASQUES, A. C. B. *A Evolução da Ocupação das Terras do Município de Teodoro Sampaio*. Franca, 1973. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca.
- VEIGA, J. E. Pirituba, exemplo vitorioso e sem mistério. *Revista Reforma Agrária*. (Campinas), v. 15, 1985..
- VEIGA, J. E. *A reforma que virou suco*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- VENDRAMINI, C. R. *Ocupar, resistir e produzir - MST: uma proposta pedagógica*. São Carlos, 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos.
- WAGNER, C. *A saga do João Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- WELCH, C. e GERALDO, S. *Lutas Camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Processo número 309/85 - Poder Judiciário. Comarca de Sumaré-SP. Sumaré, 23 de maio de 1985.

Protocolo de intenções. - FEPASA/Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. São Paulo, 24 de julho de 1984.

Processo número 99/87 - Ministério Público do Estado de São Paulo. São Paulo, 27 de fevereiro de 1987.

Auto de Manutenção de Posse - Poder Judiciário. Comarca de Sumaré-SP. Sumaré, 18 de julho de 1985.

Processo número 14009 - Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. São Paulo, 17 de fevereiro de 1984.

Relatório sobre a fazenda Pirituba - Secretaria da Agricultura e Abastecimento / Gabinete do Secretário. São Paulo, s. d.

Relatório dos Sem Terra da Fazenda Pirituba. MST/SP. São Paulo, 5 de janeiro de 1990.

Processo número 644/89 - Mandado de Reintegração de Posse. Poder Judiciário. Comarca de Itapeva. Itapeva, 6 de outubro de 1989.

Relatório do Acampamento Olívio Albani da fazenda Pirituba. MST/SP. São Paulo, 22 de março de 1990.

Relatório da Avaliação e Planejamento da Coordenação do Assentamento Emergencial - Grupo IV - MST/SP. Promissão. s. d.

A Pastoral - Projeto Liberdade. Sem Terra/Fazenda Pendengo. Paróquia Nossa Senhora das Graças. Andradina, 1989.

Dossiê - Sem Terra do Pontal do Paranapanema. MST/SP. São Paulo, Janeiro de 1991.

Habeas Corpus com Pedido de Medida Liminar. Advogado Aton Fon Filho. São Paulo, 23 de setembro de 1992.

Processo número 274/92 - Poder Judiciário. Comarca de Mirante do Paranapanema. Pedido de Prisão Preventiva. Mirante do Paranapanema, 22 de julho de 1992.

Proposta do Comitê de Entidades que apoiam os Movimento dos Sem Terra. Mirante do Paranapanema. s. d.

Processo número 1083/91 - Poder Judiciário. Ação Popular. São Paulo.

Processo número 777/85 - Poder Judiciário. Ação Discriminatória do 14o Perímetro. São Paulo.

DRF - Departamento de Regularização Fundiária. Dados Referentes ao DRF na Gestão do Governador Orestes Quércia (1987 - 1991). São Paulo, 11 de março de 1991.

Ponderações e testemunho do Bispo Diocesano sobre as ocupações de terra. Lins, 22 de novembro de 1993.

JORNAIS

O JORNAL DA REGIÃO (ANDRADINA)

FOLHA DO SUL (ITAPEVA)

TRIBUNA DO SUL PAULISTA (ITAPEVA)

O GUARANI (ITARARÉ)

CORREIO POPULAR (CAMPINAS)

DIÁRIO DO POVO (CAMPINAS)

O IMPARCIAL (PRESIDENTE PRUDENTE)

FOLHA DE SÃO PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO

DIÁRIO POPULAR

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.

VIDEOS

OS CAMINHOS DA TERRA - EDSON KOZO FUJIMOTO E BERNARDO MANÇANO FERNANDES. SÃO PAULO, 1988.

CANTO DA TERRA - PAULO RUFINO. CURITIBA, 1991.

CALIFÓRNIA À BRASILEIRA - JOSÉ ROBERTO P. NOVAES. SÃO PAULO, 1991.

TEM GRILO NO PONTAL - BERNARDO MANÇANO FERNANDES. PRESIDENTE PRUDENTE, 1993.